

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Doutorado

Bárbara Lopes Campos

**JUNTAS EM UM ÚNICO NÚMERO NA URNA? Uma análise das experiências de
mandato coletivo no Brasil (2016-2020)**

Belo Horizonte
2021

Bárbara Lopes Campos

**JUNTAS EM UM ÚNICO NÚMERO NA URNA? Uma análise das experiências de
mandato coletivo no Brasil (2016-2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Ciência Política. Linha de Pesquisa: Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro.

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Miriam de Matos Almeida

Belo Horizonte

2021

320 Campos, Bárbara Lopes.
C198j Juntas em um único número na urna? [manuscrito] : uma
2021 análise das experiências de mandato coletivo no Brasil
(2016-2020) / Bárbara Lopes Campos. - 2021.
235 f.
Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Mandatos - Teses.
3. Candidaturas - Teses. I. Almeida, Marlise Miriam de
Matos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 11ª/2021 DA DEFESA DE TESE DA ALUNA BARBARA LOPES CAMPOS

Realizou-se, no dia 30 de setembro de 2021, às 14:00 horas, por videoconferência, a defesa da tese, intitulada “*JUNTAS EM UM ÚNICO NÚMERO NA URNA: uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil (2016-2020)*”, elaborada e apresentada por BARBARA LOPES CAMPOS, número de registro 2017698959, graduada no curso de RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida - Orientadora (DCP/UFMG), Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG), Profa. Daniela Leandro Rezende (UFOP), Profa. Danusa Marques (UnB), Profa. Rayza Sarmento de Sousa (UFV). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 30 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 30/09/2021, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danusa Marques, Usuário Externo**, em 30/09/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlise Miriam de Matos Almeida, Professora do Magistério Superior**, em 01/10/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rayza Sarmento de Sousa, Usuário Externo**, em 04/10/2021, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Leandro Rezende, Usuário Externo**, em 04/10/2021, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0982966** e o código CRC **B31E6B7F**.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Profa. Dra. Marlise Miriam de Matos Almeida, pelo afeto, sabedoria, confiança e respeito com que conduziu este processo.

A toda a comunidade do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG). Em especial ao Alessandro Magno da Silva e à Thaís Amorim de Araújo.

A toda a equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (Nepem/UFMG).

A todas/os as/os integrantes da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas, pela participação ativa na pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de doutorado.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão de bolsa de doutorado.

A todas/os que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta tese.

RESUMO

A tese tem por objetivo geral investigar e refletir sobre as experiências de mandato coletivo no Brasil, em especial os mandatos da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas (2016-2020). Por se tratar de fenômenos recentes na política brasileira, ainda pouco estudados, adotamos um *design* emergente de pesquisa, recorrendo a estratégias de pesquisa exploratória e em profundidade. A principal fonte de dados utilizada foram as entrevistas semiestruturadas conduzidas com coparlamentares e outras/os integrantes dos mandatos estudados. A pesquisa também contou com o levantamento de dados sobre a atuação parlamentar dos grupos; e com anotações de campo. A partir dos debates teóricos sobre insatisfação, déficit e inovações democráticas, retomamos as discussões sobre representação política, chegando aos conceitos de representação delegada e interseccionalidade. Assim, trabalhamos a nossa hipótese que guia a seleção dos casos e baliza a análise das categorias organizadas nos capítulos seguintes: os mandatos coletivos são uma nova modalidade de representação política interseccional. Compreendemos, por fim, que os mandatos coletivos representam a criação de um novo modelo de representação política interseccional, uma vez que as experiências promovem a maior presença de grupos marginalizados na política; e investem nas confluências máximas entre as lutas sociais, *hackeando* a política institucional, democratizando os espaços políticos e fortalecendo construções das amplas maiorias sociais diversas, por meio de ações interseccionais, integradas e transversais.

Palavras-chave: Representação Política. Interseccionalidade. Mandatos coletivos no Brasil. Mandato coletivo. Mandato compartilhado. Mandato aberto. Candidatura coletiva. Candidatura compartilhada. Muitas. Gabinetona. Bancada Ativista. Mandata Ativista. Juntas.

ABSTRACT

The general objective of the thesis is to investigate and reflect on the experiences of collective mandate in Brazil, in particular the mandates of Gabinetona, Mandata Ativista and Juntas (2016-2020). As these are recent phenomena in Brazilian politics, still understudied, we adopted an emerging research design, using exploratory and in-depth research strategies. The main source of data used were semi-structured interviews conducted with coparliamentary members and other members of the mandates. The survey also included data collection from the groups' parliamentary performance; and field notes. From the theoretical debates on dissatisfaction, deficit and democratic innovations, we resumed discussions on political representation, arriving at the concepts of surrogate representation and intersectionality. Thus, we worked on our hypothesis which guided the case selection and the analysis of the categories organized in the following chapters: collective mandates are a new type of intersectional political representation. Finally, we understand that collective mandates represent the creation of a new type of intersectional political representation, since the experiences promote a greater presence of marginalized groups in politics; and invest in maximum confluences between social struggles, hacking institutional politics, democratizing political spaces and strengthening constructions of broad diverse social majorities, through intersectional, integrated and transversal actions.

Keywords: Political Representation. Intersectionality. Collective mandates in Brazil. Collective mandate. Shared mandate. Open mandate. Collective candidacy. Shared candidacy. Muitas. Gabinetona. Bancada Ativista. Mandata Ativista. Juntas.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figuras

Figura 1 – Resultado das eleições 2014 – eleitos para Senado e Câmara dos Deputados, por raça/cor e gênero	9
Figura 2 – Composição da Câmara dos Deputados desagregada por raça e gênero – Brasil (2014)	10

Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição racial de políticos comparada à população adulta do Brasil (2014)	8
Gráfico 2 – Áreas temáticas dos PLs propostos (2017-2020)	149
Gráfico 3 – Áreas temáticas dos PLs propostos distribuídas pelos mandatos (2017-2020)	155
Gráfico 4 – Áreas temáticas dos PLs aprovados (2017-2020)	156
Gráfico 5 – Temáticas das Comissões Parlamentares (2017-2020)	163

Quadros

Quadro 1 – Resumo dos mandatos coletivos selecionados	20
Quadro 2 – Diferenças entre mandato individual e mandato coletivo	60
Quadro 3 – Variações dos mandatos coletivos	61
Quadro 4 – Iniciativas coletivas na representação política brasileira	67
Quadro 5 – Tipologia dos modelos de representação política coletiva	70
Quadro 6 – A expressividade eleitoral dos mandatos coletivos	74
Quadro 7 – Raça/Cor das/os integrantes dos mandatos coletivos	94
Quadro 8 – Perfil das/os entrevistadas/os	98
Quadro 9 – Relação dos PLs protocolados pelos mandatos (2017-2020)	148
Quadro 10 – Participação em Comissões Parlamentares por mandato (2017-2020)	160

Quadro 11 – Organização interna e estratégias dos mandatos coletivos	188
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ALMG – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
CDD – Câmara dos Deputados
CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte
CE – Ceará
CEN – Comissão Executiva Nacional
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
DEM – Democratas
DN – Diretório Nacional
ES – Espírito Santo
GO – Goiás
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP – Instituições Participativas
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MBL – Movimento Brasil Livre
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MES – Movimento Esquerda Socialista
MG – Minas Gerais
MPL – Movimento Passe Livre
MS – Mato Grosso do Sul
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Pará
PIB – Produto Interno Bruto
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista

PE – Pernambuco
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Projeto de Lei
PODE – Podemos
PP – Progressistas
PR – Partido Republicano
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
REDE – Rede Sustentabilidade
RN – Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SD – Solidariedade
SP – São Paulo
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CONTEXTUALIZANDO A SELEÇÃO DOS CASOS: A RESPOSTA PELA VIA REPRESENTATIVA	15
<i>A democracia representativa no Brasil: redemocratização e exclusão política</i>	16
<i>As manifestações de junho de 2013: desdobramentos da jornada antipolítica</i>	23
<i>Introduzindo os mandatos coletivos: Gabinetona, Mandata Ativista e Juntas</i>	30
A METODOLOGIA: DESIGN EMERGENTE DE PESQUISA	33
A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	39
1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MANDATOS COLETIVOS	41
1.1 ENTRE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA DOMESTICADA	41
1.2 A INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO BRASIL	49
1.3 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	52
1.4 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE	58
1.5 OS MANDATOS COLETIVOS NO BRASIL.....	66
2 O SURGIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE MANDATO COLETIVO	85
2.1 O SUCESSO ELEITORAL DOS MANDATOS COLETIVOS	85
2.2 OS ELEMENTOS IMPULSIONADORES DAS EXPERIÊNCIAS	87
2.3 ARTICULANDO OS MANDATOS COLETIVOS	98
2.4 O PERFIL DAS/OS INTEGRANTES DOS MANDATOS COLETIVOS.....	106
2.5 DA ESCOLHA PARTIDÁRIA E DA RELAÇÃO COM O PSOL	111
2.6 ESTRATÉGIAS DE CAMPANHA E FINANCIAMENTO	122
2.7 UMA SÍNTESE DO SURGIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS	129
3 DINÂMICAS, INVENTIVIDADES E ATUAÇÃO DOS MANDATOS COLETIVOS	133
3.1 A CONSTRUÇÃO DOS MANDATOS NO PÓS-ELEIÇÃO.....	133
3.2 A ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS MANDATOS COLETIVOS.....	141
3.3 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI	159
3.4 PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES PARLAMENTARES	172
3.5 SOBRE A ENTRADA NA INSTITUCIONALIDADE	180
3.6 INICIATIVAS DE MANDATO ABERTO	188
3.7 INTERSECCIONALIDADES E <i>CONFLUÊNCIAS MÁXIMAS</i>	194
3.8 UMA SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS DE MANDATO COLETIVO	200
4 AFINAL, O QUE OS MANDATOS COLETIVOS PODEM PROVOCAR NO CAMPO POLÍTICO?	207
4.1 MANDATO COLETIVO: UMA MODALIDADE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA INTERSECCIONAL	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223

REFERÊNCIAS.....	226
I. Referências Bibliográficas	226
II. Fontes Primárias	238
III. Fontes Jornalísticas	244

Introdução

“Nós estamos indagando sobre um déficit na democracia, e não uma onda popular”.

(Butler, 2017)¹²

Os processos de construção democrática, assim como vários outros fenômenos de natureza política e social, alternam entre momentos de maior expansão e retração. Por falta de uma metáfora melhor, as ondas de democratização³, que tiveram início aproximadamente no final do século XIX, parecem estar em constante disputa com movimentos reversos⁴ que tentam enveredar a política em direção a práticas retrógradas e excludentes (HUNTINGTON, 1991). Por outro lado, em meio a essas movimentações, instituições políticas são atravessadas por experiências de inovações democráticas, que indicam um compromisso crítico com os valores da participação popular e da igualdade política, aliados a um imperativo urgente da busca por novas soluções para os problemas enfrentados pela democracia moderna (SAWARD, 2000).

A política latino-americana tem sido palco de múltiplas inovações que atuam para ampliar a democracia em suas diferentes esferas. As iniciativas incluem a proposição de novos partidos políticos, de plataformas digitais independentes e dos mais diversos mecanismos participativos⁵, que possibilitam o diálogo com coletivos, movimentos e demais organizações da sociedade civil (INSTITUTO UPDATE, 2019;

¹ *We are asking about a deficit in democracy, not a popular groundswell.*

² Todas as traduções são de nossa responsabilidade, exceto quando indicado.

³ Reconhecemos os limites de recorrer às metáforas das ondas, que podem sinalizar processos lineares e progressivos; enquanto, na realidade, dizem respeito a fenômenos cíclicos e em constante transformação.

⁴ Huntington (1991) descreve a existência de três ondas de democratização. A primeira onda diz respeito à criação das democracias modernas impulsionadas pelas Revoluções Americana e Francesa, ao final do século XVIII, se estendendo até as democracias estabelecidas após o fim da Primeira Guerra Mundial (1828-1926). A segunda onda corresponde às democracias criadas ao final da Segunda Guerra Mundial (1943-1962). A terceira representa uma onda democratizante global, na qual cerca de trinta países passaram do autoritarismo para a democracia no Sul da Europa, na América Latina, na África, na Ásia e, por fim, no leste Europeu (1974-X). As duas primeiras ondas foram seguidas por momentos de reversão democrática: quando muitos países se voltaram para o autoritarismo e formas brutais de totalitarismo, entre 1922 e 1942; e quando as disputas por zonas de influência durante a Guerra Fria trouxeram à tona regimes ditatoriais, principalmente na região da América Latina. Recentemente, desdobramentos políticos na Europa, América e Ásia anunciam o início de uma nova reversão (INGLEHART; NORIS, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; ANASTASIA; MONTE, 2018).

⁵ No Brasil, esses mecanismos operam simultaneamente por meio dos princípios de participação e representação, interagindo com atores estatais e alcançando grande relevância e efetividade (AVRITZER, 2009; 2019).

POGREBINSCHI, 2019; AVRITZER, 2009). Tais inovações podem atuar no sentido de radicalizar o potencial democrático (LLOYD, 2009; LACLAU; MOUFFE, 2001), tanto participativo quanto representativo, ao incluir no processo decisório populações historicamente marginalizadas na sociedade.

Recentemente, no Brasil, enquanto a Constituição Cidadã comemorava os seus trinta anos, Jair Bolsonaro⁶ foi eleito em 2018, em uma conjuntura que já anunciava, desde a consolidação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff⁷, em 2016, o início de um novo período de retrocesso democrático (ANASTASIA; MONTE, 2018; MIGUEL, 2018). Ao mesmo tempo, novas iniciativas ganharam fôlego no cenário político brasileiro, em especial as candidaturas e os mandatos coletivos. Essas experiências ampliaram os espaços de representação política, a partir da construção de campanhas eleitorais com base na ideia de “fazer política na coletividade” e na aposta de se eleger grupos para mandatos parlamentares.

Após obter sucesso eleitoral em 2016⁸, esse novo formato de candidatura capturou a atenção do eleitorado e ainda o interesse de partidos políticos. As candidaturas se multiplicaram, alcançando várias localidades e assumindo diversos formatos, chegando a conquistar mandatos em Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara dos Deputados, em 2018. Em 2020, mais vinte e dois novos mandatos foram eleitos nas eleições municipais (SECCHI; LEAL, 2020).

Diferentes iniciativas, que almejavam incluir cidadãos no processo decisório pela via da representação política, foram experimentadas em muitos países – e inclusive inspiraram muitas das articulações brasileiras. Os embriões do Partido

⁶ Sem partido.

⁷ Partido dos Trabalhadores (PT).

⁸ Duas candidaturas coletivas conquistaram mandatos em Câmaras Municipais no ano de 2016: o vereador João Yuji foi eleito na cidade de Alto Paraíso, Goiás (GO), pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), o atual Podemos, com mais quatro vereadores (BORGES, 2016). A deputada federal Áurea Carolina e a vereadora Cida Falabella foram eleitas em Belo Horizonte (MG), pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em coreanção com Bella Gonçalves, dando origem à Gabinetona (GABINETONA, 2019).

Pirata⁹, a criação do *Podemos*¹⁰ na Espanha, o *Partido de la Red*¹¹ na Argentina e o *Senator Online*¹² na Austrália, por exemplo, surgem como modalidades de democracia direta dentro da lógica representativa moderna e ocidental. Em meio a demandas por maior abertura e transparência na era digital, esses partidos lançaram mão de plataformas *online* para delegar as decisões políticas para o seu o eleitorado, revitalizando as relações entre representantes e representados/as. Além disso, existem iniciativas similares no Brasil há mais de 20 anos, que dizem respeito à incorporação de diferentes mecanismos de participação popular no interior de mandatos parlamentares, representando modalidades de mandato aberto¹³ – também com estratégias de representação política delegada¹⁴ (RAPS, 2019).

Porém, os mandatos coletivos, que surgem a partir de 2016, expandiram em muitas dimensões a inovação democrática. Além de ampliarem a participação, a diversidade e a transparência no exercício de cargos legislativos (SECCHI; LEAL, 2020), esses realizaram compromissos em torno de candidaturas compartilhadas, no sentido de “elegeu um/a, elegeu vários/as”. Os mandatos coletivos, construídos a partir de experiências compartilhadas no Brasil, constituem o objeto dessa pesquisa.

Contextualizando a seleção dos casos: a resposta pela via representativa

Como podemos entender o surgimento das modalidades de mandatos coletivos no Brasil, a partir de 2016? Para responder a essa pergunta precisamos remeter a dois

⁹ O partido foi criado na Suécia em 2006 e se espalhou para mais de trinta países, defendendo a democracia direta, a democracia digital e a transparência política (RAPS, 2019).

¹⁰ Partido criado pelo Movimento M-15 em 2009, que utiliza diversas ferramentas on-line para radicalizar a participação cidadã na construção das candidaturas e na gestão dos mandatos eleitos (RAPS, 2019).

¹¹ Partido criado em Buenos Aires em 2012, com a intenção de fazer com que os representantes políticos obedecessem à vontade popular, auferida a partir de participação direta pelo *software online DemocracyOS* (RAPS, 2019).

¹² Partido fundado em 2007, dedicado à promoção da democracia direta (RAPS, 2019).

¹³ Muitos mandatos coletivos abarcam mecanismos de mandatos abertos, como veremos no capítulo 3.

¹⁴ A primeira iniciativa identificada no Brasil é a do deputado estadual Durval Ângelo (PT-MG), que experimentou mandatos abertos (entre 1995 e 2018) através da estratégia de Conselhos Políticos deliberativos semestrais com movimentos da sociedade civil. Também podemos citar, como exemplo de mandatos abertos, o vereador Ronei Costa Martins, de Limeira (PT-SP), que promovia um diálogo semanal com os cidadãos através de um Conselho Político para a condução do mandato (2013-2016); e o deputado estadual do Rio Grande do Norte, Kelps Lima, do Solidariedade (SD), que adotou o aplicativo “Decida meu voto” para delegar aos cidadãos do estado suas decisões sobre votos na Assembleia Legislativa (2015-2022) (RAPS, 2019).

fatores conjunturais: o cenário e o padrão de exclusão política praticados na democracia representativa no Brasil; e os desdobramentos das manifestações de junho de 2013.

A democracia representativa no Brasil: redemocratização e exclusão política

“O simples fato da questão é que o mundo nunca construiu uma democracia multiétnica [...] onde a igualdade política, a igualdade social e as economias que empoderam a todos foram alcançadas”.

(Allen, 2017)¹⁵

Sabemos que as eleições são condições necessárias, porém insuficientes, para o funcionamento de uma democracia (DAHL, 2005). Apesar do direito ao voto ser uma conquista no Brasil, principalmente em um país que originalmente limitava o sufrágio a homens brancos proprietários de terra, a lógica democrática no país é ainda frágil. A ambiguidade intrínseca em democracias representativas¹⁶, em que, teoricamente, o povo governa através de representantes eleitos, expressa, na realidade, um equilíbrio tênue entre as pressões da vontade popular e as imposições de grupos dominantes. No Brasil, esse processo é permeado por desigualdades sociais abissais e por um histórico político opressor (MIGUEL, 2018).

Quando comparado a outros regimes militares, como os da Argentina, Chile e Uruguai, o período ditatorial brasileiro é, muitas vezes, considerado mais brando – o Congresso, inclusive, permaneceu aberto durante a maior parte do tempo. Porém, os seus vinte anos de duração¹⁷ deixou marcas profundas na cultura política do país. O fato do Brasil ser o único país latino-americano que anistiou os crimes cometidos

¹⁵ *The simple fact of the matter is that the world has never built a multiethnic democracy [...] and where political equality, social equality and economies that empower all have been achieved.*

¹⁶ A tensão entre o unitário e o múltiplo, o singular e o plural, o individual e o coletivo, que remete à incapacidade da democracia representativa de atingir a soberania popular (ROSANVALLON, 2010).

¹⁷ A ditadura militar no Brasil iniciou em 1964 e acabou oficialmente em 1985.

durante a ditadura¹⁸ é um sintoma da cultura autoritária internalizada e legitimada no jogo político da “nova ordem democrática” (MIGUEL, 2018).

É nesse contexto que José Sarney¹⁹ inaugura o período de transição democrática que, por sua vez, culmina na Constituição de 1988. A nova Constituição é a 7ª na história brasileira e foi promulgada após um ano e meio de debates na Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de representar um documento de concessões mútuas entre conservadores e progressistas, a Constituição Cidadã incorpora os ideais da universalidade dos direitos, da defesa das liberdades, do Estado democrático de direito, da denúncia das desigualdades e da busca por justiça social (CÊPEDA, 2013; MIGUEL, 2018). Em relação às constituições anteriores, a Constituição de 1988 é inovadora em suas definições de direitos humanos e coletivos, sendo detalhista ao estabelecer direitos e ao regular a ordem econômica tendo em vista a promoção da igualdade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

A promulgação da nova Constituição também marca a reorganização da representação política, dessa vez em torno da redemocratização, com intensa mobilização da sociedade civil. A reforma do sistema político passa pela democratização do sistema eleitoral²⁰, pela pluralização do sistema partidário²¹, pelo reordenamento político-administrativa do país²² e pela ampliação dos canais de interação entre o Estado e a sociedade²³ (ALMEIDA, 2011).

No entanto, apesar de avanços alcançados a partir da Constituição e da vigência de direitos, observa-se que a ação cotidiana de atores políticos relevantes, como parlamentares, governantes, membros do sistema judiciário e até do aparato policial não necessariamente se orientam pela normatividade existente. Para Avritzer (1995),

¹⁸ Tendo em vista a Lei da Anistia de 1979, que perdoou crimes de motivação política (BRASIL, 1979).

¹⁹ Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sarney foi o líder do partido do governo militar em 1979.

²⁰ Com a instituição do direito de voto ao analfabeto, a introdução do voto facultativo para jovens de 16 a 17 anos, a instalação de eleições diretas para todos os cargos eletivos e a adoção do voto em urna eletrônica em todo o país (ALMEIDA, 2011).

²¹ O que possibilita o surgimento de novos partidos, como o PT, e a volta à legalidade dos Partidos Comunistas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (ALMEIDA, 2011).

²² Estabelecendo maior autonomia administrativa aos municípios (ALMEIDA, 2011).

²³ As práticas que envolvem maior participação incluem diversos mecanismos de controle social sobre a formulação e fiscalização de políticas públicas: referendos, plebiscitos, conferências de políticas públicas, audiências públicas, conselhos e comitês, orçamentos participativos, instituições participativas (IPs), dentre outras. Essas práticas possibilitam certo descentramento da representação, pelo diálogo com inovações da sociedade civil, no interior do sistema político (ALMEIDA, 2011).

isso significa dizer que existe uma cultura política não democrática que se entrelaça com a institucionalidade democrática no Brasil. Essa constatação escancara os limites existentes para o exercício da democracia no país, constrangida pela manutenção de uma cultura política autoritária.

Além disso, a proclamação dos direitos constitucionais não se traduziu na garantia de direitos universais e igualitários. Para além de reflexões sobre as condições necessárias ou suficientes para a existência da democracia, portanto, se torna necessário abordar a qualidade da democracia representativa. Isso significa não apenas a sua dimensão formal, mas substantiva, no sentido da progressiva implementação da igualdade civil, política, social e econômica (ALMEIDA, 2011). Assim, a democratização no Brasil é entendida como um processo mais longo de transformação, que depende de mudanças na cultura política e nas relações entre Estado e sociedade (AVRITZER, 1995).

É importante ressaltar que apontar para limites da democracia representativa no Brasil não significa remeter aos debates sobre crise das instituições tradicionais de representação, mesmo porque essa crítica diz respeito principalmente às democracias do norte global ocidental, enquanto no Brasil predominam as tentativas de criação e consolidação das instituições representativas (ALMEIDA, 2011). Se por um lado a incipiência das instituições brasileiras podem indicar fraqueza²⁴, há também a oportunidade de fortalecê-las por meio de inovações democráticas e representativas.

Ao mesmo tempo, há indicadores na literatura que evidenciam a sensação de crise da democracia representativa, que estaria diretamente relacionada ao distanciamento existente entre os interesses dos cidadãos e as decisões dos governantes; e à crescente falta de confiança em relação às instituições políticas (ALMEIDA, 2011). Moisés e Carneiro (2008) revelam que a desconfiança e a insatisfação de brasileiros com a política estão relacionadas com o pouco apreço pela democracia e suas instituições. Já Meneguello (2006) acrescenta ao debate o fator de descrença nos partidos, demonstrando o descolamento das organizações representativas existentes com a realidade dos brasileiros. Ao analisar indicadores do *Latinobarómetro Database* de 2011, 2013 e 2015, Moisés e Carneiro (2018)

²⁴ Por atender de forma insuficiência às condições formais da poliarquia, por exemplo (DAHL, 2005).

corroboram essa observação, revelando uma aversão ao sistema político partidário no país²⁵.

Parte da explicação desse cenário está no fato de que a maior parte da população não domina os fatores técnicos – e que são definidores para os resultados eleitorais, como o financiamento de campanha, as dinâmicas partidárias e o tempo de exposição das campanhas nas mídias (MANIN, 2018). Por outro lado, a literatura sobre engenharia político-eleitoral, caracteriza o presidencialismo como sendo adverso aos mandatos representativos (SAMUELS; SHUGART, 2003) e credita ao sistema brasileiro uma volatilidade e uma instabilidade eleitoral, já que as democracias dos países menos desenvolvidos teriam vínculos programáticos e ideológicos – entre eleitores e partidos – mais fracos, quando comparados às dinâmicas eleitorais dos países desenvolvidos; favorecendo, assim, vínculos mais personalistas entre eleitores e candidatos (MAINWARING, 2005).

Nesse sentido, a disputa eleitoral ganha um caráter personalista e individualista, a partir da projeção de lideranças políticas vagas. Esse processo, mais uma vez expressa o descolamento entre representantes e representados, que muitas vezes não orientam seu voto com base nas políticas que desejam ver elaboradas e executadas. A não identificação entre representantes e representados, e o uso manipulado dos meios de comunicação de massa, faz aumentar o abismo entre o governo e a sociedade (MANIN, 2018).

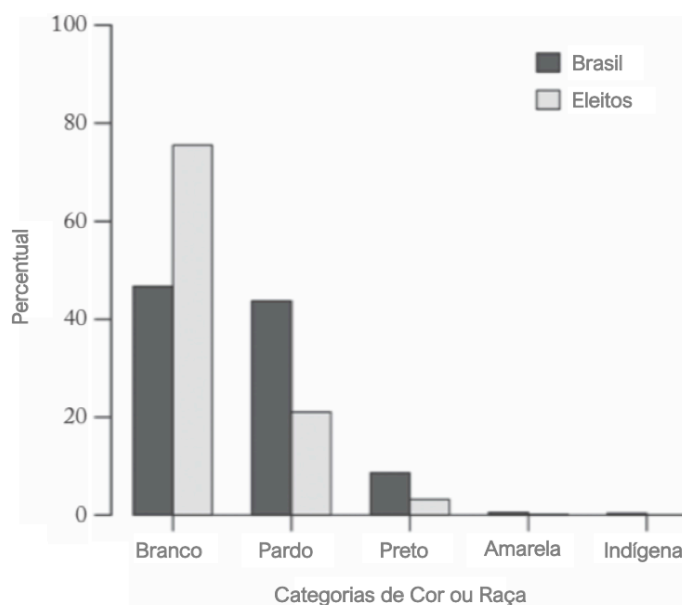
O domínio dos espaços de poder, e das estratégias eleitorais, asseguram a perpetuação das elites políticas nos cargos legislativos. Na dimensão da representação política descritiva, portanto, a democracia brasileira conta sistematicamente com a exclusão de mulheres e de populações marginalizadas. Bueno e Dunning (2017) evidenciam como as aparentes “democracias raciais” na América Latina, são palco de gritantes desigualdades, o que no Brasil se traduz na exclusão política de pessoas pretas, pardas, amarelas e indígenas. O Gráfico 1 apresenta a distribuição racial de políticos comparada à população adulta do Brasil em

²⁵ Em relação à afirmação “não é possível haver democracia sem partidos políticos”, 50% dos respondentes indicaram concordância; sobre a pergunta “você se sente próximo a algum partido político?” apenas 20% afirmam que sim; e em relação à pergunta “o quanto você confia em partidos políticos: muito, em parte, pouco ou nada?” apenas 10% correspondem “muito” e “em parte” (MOISÉS; CARNEIRO, 2018).

2014²⁶. Já a Figura 1, evidencia dados de sub-representação no Congresso Nacional por raça/cor e gênero, no mesmo ano²⁷ (RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017).

Em 2014, portanto, 20% dos deputados e 18,5% dos senadores eleitos se autodeclaram negros; dados que evidenciam um contraste com população brasileira, já que o censo realizado pelo IBGE em 2010 revela que 50,7% dos brasileiros se consideram negros²⁸. Esse contraste é ainda mais alarmante quando observamos o recorte de gênero: dentre os parlamentares escolhidos para integrar o Congresso Nacional em 2014, somente 2% correspondiam a mulheres negras, sendo que estas representam 25% da população brasileira. Além disso, a representação indígena no Congresso, em 2014, era inexistente (RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017).

Gráfico 1: Distribuição racial de políticos comparada à população adulta do Brasil (2014)



Fonte: Gráfico traduzido a partir de Bueno e Dunning (2017, p. 3).

²⁶ A figura compara a raça auto identificada de deputados estaduais e federais, senadores e governadores eleitos em 2014 – dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com a raça auto identificada da população brasileira (dados retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Pnad-IBGE). As categorias de raça/cor são as mesmas utilizadas pelo censo brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BUENO; DUNNING, 2017).

²⁷ As eleições de 2014 foram as primeiras que incluíram informações sobre raça/cor nas fichas de candidatura (RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017).

²⁸ A categoria “negro” é tomada como sendo o somatório dos que se autodeclaram pretos e pardos nas fichas de inscrição do TSE (RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017).

Figura 1: Resultado das eleições 2014 – eleitos para Senado e Câmara dos Deputados, por raça/cor e gênero.

	Pretos		Pardos		Branços		Indígenas		Amarelos		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Senado	0	0	4	1	18	4	0	0	0	0	27
Câmara	19	3	74	7	369	41	0	0	0	0	513
Congresso Nacional	3	3	78	8	387	45	0	0	0	3	540

Fonte: Rios, Pereira, Rangel (2017, p. 40) a partir de dados do TSE.

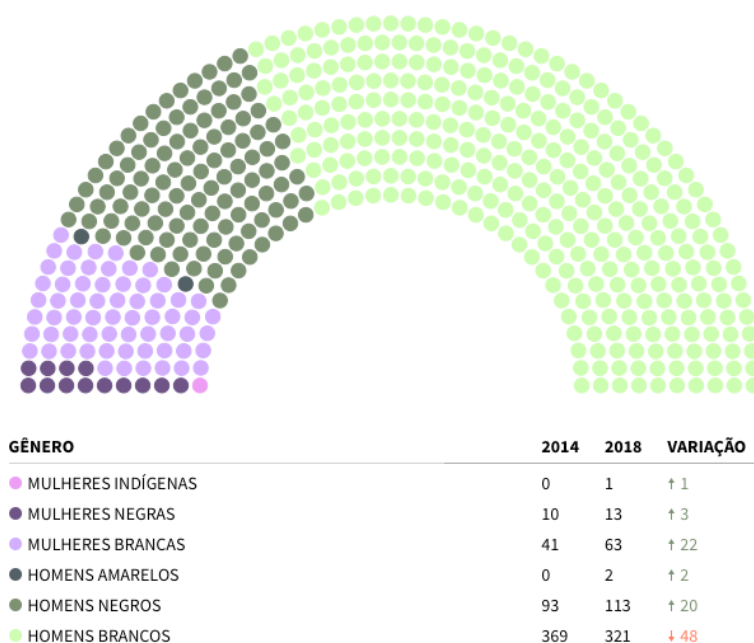
A partir da Figura 2, também podemos observar a sub-representação política por raça/cor e gênero na Câmara dos Deputados em 2014 e em 2018. Após as eleições de 2018, as mulheres passaram a ocupar cerca de 15% das cadeiras²⁹, sendo que a representação de mulheres negras permaneceu em torno de 2%. Ainda, pela primeira vez na história do país uma mulher indígena, Joênia Wapichana³⁰, é eleita deputada federal (ASSIS; FERRARI; LEÃO, 2019).

A constatação das diferentes formas de exclusão na representação política levou, nas últimas décadas, à formação de um consenso sobre a existência de um déficit democrático quando as decisões políticas são tomadas, predominantemente, por homens oriundos de grupos majoritários que não possuem quaisquer experiências de subalternidade. Nesse sentido, a desconfiança e a insatisfação prolongadas, resultantes do acúmulo de frustrações com um sistema político inconsistente, excludente e descolado da população – que não atendem às necessidades dos cidadãos, refletem uma democracia frágil. Quando o déficit democrático é substancial e duradouro, o resultado é a falta de confiança nos governantes, a desilusão com as instituições representativas e o desencantamento com a política (NORRIS, 2011).

²⁹ O Brasil possui cotas na forma de reserva de vagas para mulheres desde 1998. Ao final de 1997 foi aprovada a nova lei eleitoral, de nº 9.504, que estabeleceu regras permanentes para os pleitos eleitorais: ficou definido que nas eleições parlamentares de 1998 para deputados estaduais e federais as cotas seriam de 25% (como o mínimo a ser preenchido por cada sexo). A partir daí, nas eleições seguintes, o percentual mínimo deveria ser de 30% (ARAÚJO, 2001). Para além das cotas, se torna importante garantir outros fatores para que as mulheres alcancem sucesso eleitoral, como o acesso ao fundo partidário, ao fundo eleitoral e à propaganda eleitoral gratuita; assim como a presença das mulheres nas comissões executivas dos partidos (MARQUES, 2018; REZENDE; SILVA, 2018).

³⁰ Rede Sustentabilidade (REDE) (ASSIS; FERRARI; LEÃO, 2019).

Figura 2: Composição da Câmara dos Deputados desagregada por raça e gênero – Brasil (2014)



Fonte: Assis, Ferrari, Leão (2019), a partir de dados do TSE.

Tal desapontamento, em um contexto de propagação de ideais de individualismo, ultraliberalismo e neoconservadorismo, podem levar a movimentos de desdemocratização (BROWN, 2006), pelos quais o radicalismo conduz a população à via não democrática³¹. Phillips (2019) entende que o autoritarismo populista se conecta com demandas relacionadas à sub-representação de grupos marginalizados, incorpora o discurso de oposição à elite política tradicional e rejeita os valores de uma sociedade mais progressista e igualitária. Assim, o discurso *anti-establishment*, que parece corroborar com o sentimento de insatisfação política por parte de grupos excluídos na sociedade, acaba servindo como uma plataforma para contrapor o antirracismo, os direitos LGBT*s, o multiculturalismo, a igualdade de gênero ou os direitos dos refugiados aos valores dos “trabalhadores comuns” ou dos “cidadãos de bem”. Esse tipo de populismo evocaria, assim, um saudosismo de épocas anteriores em que “as coisas eram melhores”, o que geralmente inclui a nostalgia por um período imaginado de homogeneidade racial e de relações de gênero pacificadas – nas quais

³¹ De modo que a democracia seria desfeita, não por golpes antidemocráticos, mas por processos que têm origem no interior das instituições democráticas (ou de dentro para fora) (BROWN, 2015).

os homens sustentam as famílias e as mulheres cuidam da família e das tarefas domésticas.

Para Chaloub, Lima e Perlatto (2018) o neoconservadorismo brasileiro – de índole antirrepublicana –, recusa a noção de esfera pública e reserva suas reflexões ao terreno exclusivo da religião e da família. Segundo os autores, assim como evidenciam Cêpeda (2018) e Fernandes e Messsenberg (2018) seria justamente essa vertente, incorporada na direita radical brasileira defensora da ditadura militar, que ganha espaço no país e chega ao poder com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Diante de guinadas políticas que flertam com o autoritarismo, o Brasil enfrenta dúvidas sobre a qualidade descritiva e substantiva da sua democracia. Na outra direção, iniciativas de mandatos coletivos aparecem como uma possível reação ao déficit democrático – pela via da radicalização democrática, uma vez que aprofundam as relações entre múltiplas lutas, como o antirracismo, o enfrentamento ao patriarcado, à construção da cidadania LGBT*³², entre outras (LACLAU; MOUFFE, 2001). Nesse sentido, em um possível movimento de fortalecimento democrático, mandatos coletivos estariam buscando na interseccionalidade um caminho para atender às demandas por maior inclusão e representatividade na política.

As manifestações de junho de 2013: desdobramentos da jornada antipolítica

“Esse país é verde e amarelo”.

(Anônimo, 2018)

Enquanto os presidentes eleitos que sucederam a implementação da Constituição Cidadã – Fernando Collor de Mello (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994) – estiveram intrinsecamente ligados ao programa neoliberal estadunidense³³; Luís Inácio Lula da Silva, líder operário e do PT, vence as eleições de 2002 com um modelo conciliatório que atende a demandas dos movimentos populares sem ferir os

³² A sigla LGBT significa: L= lésbicas; G= gays; B= bissexuais; T= travestis e transexuais. Adotamos o (*) ao final da sigla para indicar que reconhecemos a existência de múltiplas formas de designar esse segmento da população (MATOS; BIROLI, 2018, p. 330).

³³ Colocando em prática os projetos de abertura econômica e de privatizações, muitas vezes acompanhados de retração salarial e enfraquecimento dos sindicatos no país (MIGUEL, 2018).

interesses das elites capitalistas³⁴, iniciando pela primeira vez na história do país um governo com aspirações políticas progressistas³⁵ (MIGUEL, 2018). Além do mais, a ascensão do PT à Presidência representou uma permeabilidade inédita do Estado com os movimentos sociais, pelo constante diálogo no modelo democrático-participativo e pela incorporação de integrantes dos movimentos (sindical, campesino, negro, feminista, LGBT*, entre outros) no aparato estatal (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Porém, à medida que o PT se reelegeu em 2006 e 2010 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019b; 2019c) e incorporou a manutenção dos programas sociais como sendo a principal estratégia para garantir votos, o partido foi perdendo sua ligação com os setores organizados dos movimentos da base popular³⁶, contribuindo para o cenário de desgaste político que se instaurou nos anos seguintes. Em 2013, manifestações em massa ganharam as ruas no Brasil³⁷, indicando que boa parte dos setores populares urbanos não estavam tão satisfeitos com os governos do PT quanto, até então, se acreditava. Em meio a insatisfações generalizadas diante da estagnação econômica³⁸, dos exorbitantes gastos públicos na preparação de megaeventos³⁹ e da repercussão midiática sobre escândalos de corrupção⁴⁰ milhares de pessoas vão às ruas expressar seu descontentamento (MIGUEL, 2018; ALMEIDA, 2019).

³⁴ Tendo como vice-presidente o liberal José Alencar, Lula concretiza a “garantia de oportunidades liberal” e é eleito com 61.27% dos votos válidos (MIGUEL, 2018; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019a).

³⁵ No poder, Lula manteve as promessas moderadas de não afrontar os interesses das classes dominantes, garantindo através das políticas de juros uma rentabilidade altíssima para o capital financeiro. Enquanto isso, o governo implementou políticas para combater a pobreza extrema, como o programa de transferência de renda Bolsa Família, a extensão dos serviços de energia elétrica, a construção de moradias populares e a ampliação do acesso à educação superior (MIGUEL, 2018).

³⁶ A permanente cooptação das direções de organizações e movimentos possivelmente contribuiu para um processo de “estatização”, no sentido de desmobilização das forças autônomas e independentes dos movimentos sociais no país (DRUCK, 2006).

³⁷ A partir de mobilizações iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), movimento social brasileiro criado em 2005, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que defende a adoção da tarifa zero para o transporte coletivo.

³⁸ Após a crise de 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a preços de mercado passa de 6,5% a -1,2%; após breve recuperação em 2010, chega em 2013 estagnado em torno de 2% (IBGE, 2021).

³⁹ Sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 demandou gastos do governo em detrimento de investimentos em serviços como saúde, educação e transporte (MIGUEL, 2018).

⁴⁰ Apesar das práticas de corrupção não terem sido iniciadas durante os governos petistas e da compra de apoio parlamentar através da distribuição de posições no Estado e em empresas de economia mista (seja para fins partidários ou de enriquecimento próprio) serem práticas normalizadas na política brasileira, desgastes sucessivos foram provocados pelas repercussões dos escândalos de corrupção

As manifestações de junho de 2013 trouxeram à tona uma forte indignação com os serviços públicos e com o sistema político de forma geral. Seguindo a tendência do período pós-redemocratização de baixos índices de credibilidade institucional e de distanciamento da população com a condução política do país (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013), grande parte dos cidadãos comuns remete essa insatisfação generalizada à ineficácia da máquina pública, da democracia representativa e do partido político que estava no governo (DE SOUZA, 2016).

Apesar de não ser possível mensurar todos os desdobramentos das mobilizações massivas de junho de 2013, podemos entendê-las como mais do que simplesmente uma onda de protestos: pelo seu alcance territorial, pelo espectro político-ideológico envolvido, e pelas transformações trazidas para o âmbito do ativismo social. As jornadas de junho também expressam uma polarização que acompanhará o jogo político brasileiro nos anos subsequentes (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

As manifestações obtiveram um grande alcance territorial, possuindo capilaridade a nível nacional. A intensidade e formato das movimentações variaram em diversas capitais, entre protestos, ocupações, manifestações culturais e greves. Ao ocuparem em massa as ruas, os prédios, as cidades e até o teto do Congresso Nacional em Brasília, as manifestações de junho produziram uma abertura societária no país. Novos espaços e atores levaram conflitos para o espaço público e desafiaram os repertórios da política brasileira tradicional (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

Embora as insatisfações generalizadas tenham sido expressas nas ruas na forma de indignações difusas e demandas heterógenas – em muitos momentos parecendo ser uma insurgência contra o sistema político como um todo, discursos ambivalentes já se faziam presentes entre atores à esquerda e à direita (BRINGEL; PLEYERS, 2015). Para Alonso e Mische (2015), os repertórios polarizados que emergem em 2013 podem ser localizados entre: socialista, autonomista e patriótico. A partir daí, Bringel e Pleyers (2015) identificam polos radicalmente antagônicos que se consolidaram nos anos seguintes em dois enquadramentos sociopolíticos: um campo progressista de radicalização democrática e um campo reacionário marcado pelo

envolvendo figuras proeminentes da elite política tradicional, em especial o Mensalão em 2005 (MIGUEL, 2018; ALMEIDA, 2019).

autoritarismo. Enquanto o primeiro seria orientado por valores como igualdade, justiça, pluralidade na diferença e “bem viver”⁴¹; o segundo carrega traços fascistas e antidemocráticos, em meio à defesa dos privilégios de classe, da propriedade privada e de uma visão evasiva de liberdade (2015, p. 21).

Ao passo que o campo progressista clama pela eliminação da opressão do Estado⁴², pela defesa dos direitos humanos e pela cidadania plena; o campo reacionário perpetua as estruturas de denominação, legitimam a desigualdade social pelo discurso meritocrático e pregam a volta da intervenção militar. Essas forças retrógradas, a partir de 2013, começam a recorrer a um mecanismo tradicionalmente ocupado pelos movimentos populares: a mobilização nas ruas⁴³ (BRINGEL; PLEYERS, 2015). Nesse contexto, os movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda começam a disputar o protagonismo das lutas sociais com um leque mais diversificado de atores e projetos políticos (TATAGIBA, 2014).

Se por um lado, as jornadas de junho reacenderam as movimentações antidemocráticas no Brasil; por outro, as movimentações democráticas ganharam novos enquadramentos coletivos. Através da defesa das lutas territorializadas, da defesa da vida e do empoderamento na periferia, o campo progressista começa a oferecer alternativas ampliadas ao sentido de democracia (BRINGEL; PLEYERS, 2015). A ressignificação da política como uma dimensão cotidiana, coletiva e criativa engaja parcelas da população, que vislumbram a potência emancipatória de diversificar o “fazer política”.

Porém, em meio a esse espectro de movimentações, a insatisfação generalizada manifestada em 2013 acaba alimentando o antipetismo no Brasil (DE SOUZA, 2016). Embora, o antipetismo não tenha surgido recentemente, ele foi reforçado pela guinada conservadora de 2013 e impulsionado pela intensa militância digital das redes (TELLES, 2015). Após a quarta vitória seguida do PT, com a reeleição

⁴¹ Após ter se tornado um eixo central na constituinte equatoriana de 2007, durante o governo de Rafael Correa, emergem na América Latina as discussões que se propõem pensar uma alternativa ao desenvolvimento, retomando as ideias do *Suwak Kawsay*, ou do *Buen Vivir*, a partir das cosmovisões indígenas (ACOSTA; MARTÍNEZ, 2009).

⁴² Denunciando a violência policial, o racismo institucional e o machismo estrutural, por exemplo.

⁴³ A partir de grupos como o Movimento Renovação Liberal (que dá origem ao Movimento Brasil Livre – MBL), o Endireita Brasil, o Cansei, o Revoltados Online, o Vem pra Rua e o Movimento Basta (ROCHA, 2018).

de Dilma Rousseff em 2014⁴⁴, o antipetismo se radicaliza⁴⁵, acentuando a polarização política no país (CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018). A partir de 2015, a recorrente desconfiança nas instituições por parte dos cidadãos – apesar de ser um sintoma do déficit democrático e da crise do sistema político – acaba sendo direcionada para a construção de narrativas⁴⁶ que responsabilizam quase que exclusivamente o PT.

O ano de 2016 foi marcado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, processo este que potencialmente representou o episódio mais importante da sucessão de retrocessos sofridos pelos regimes nacional-progressistas da América Latina nos últimos anos. Para Miguel (2018), a destituição de Dilma Rousseff foi um processo fraudulento de impedimento, que apesar de ter sido feito dentro da legalidade e dos ritos previstos em lei, cometeu excessos – como a falta de prazos adequados no cumprimento dos trâmites institucionais e a utilização de gravações telefônicas ilegais para coagir a opinião pública. Além disso, esse evento pode ser entendido na lógica do *constitutional hardball*, como esclarecido por Levitsky e Ziblatt (2018), em que a cautela e a tolerância partidária são completamente abandonadas, restando a disputa pelo poder a qualquer custo.

A perspectiva feminista, ainda, nomeia o *impeachment* da presidenta como sendo um golpe parlamentar, midiático, jurídico, fundamentalista, de classe, raça, gênero e com orientação heteronormativa (GOMES, 2018). Para Tiburi (2018), o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff representou a atuação da máquina misógina do poder patriarcal, cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam. A partir da análise dos discursos de ódio proferidos e dos repertórios utilizados contra a presidenta, a autora afirma que Dilma Rousseff sofreu um estupro

⁴⁴ Após disputa eleitoral acirrada em 2014, Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% dos votos – com pouco mais de 3% de votos válidos sobre Aécio Neves, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Alguns dias após a apuração das urnas, o candidato derrotado pede a recontagem dos votos, iniciando um processo de questionamento da legitimidade do processo eleitoral (FOLHA DE S.PAULO, 2019a).

⁴⁵ Assim, ganharam força, ao longo do ano de 2015, protestos contra a Presidente Dilma Rousseff tendo como pano de fundo o pedido de *impeachment*, o que levou a uma queda brutal dos índices de apoio ao seu governo (DE SOUZA, 2016).

⁴⁶ Esse processo foi intensificado pela *Operação Lava Jato*, investigação sobre a corrupção na Petrobras – iniciada em 2014 –, que assume diversas frentes. Conduzida por um grupo de juizes, promotores e delegados de polícia antipetistas, a operação, junto à mídia, influencia a opinião pública à demonização do PT, contribuindo para o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff – embora ela nunca tenha se envolvido nas denúncias – e para o resultado da eleição presidencial de 2018 (DA SILVA, 2018).

político, representando a permanência da misoginia e a vitória do projeto autoritário antidemocrático.

Após o golpe jurídico, parlamentar, midiático e misógino de 2016, uma democracia representativa que já possuía diversas contradições e fragilidades se tornou vulnerável a expressões da antipolítica e a rupturas institucionais⁴⁷. Tendo em vista o crescente descontentamento com a democracia no país⁴⁸ e a ruptura institucional do *impeachment*, a corrida presidencial de 2018 ocorreu em um ambiente de muita polarização, intolerância e de profundo descrédito na política (ALMEIDA, 2019). Nesse momento, parte do eleitorado manifestou a sua preferência por opções vindas de fora do sistema político ou, de maneira mais radical, contrárias a ele. É neste cenário que Jair Bolsonaro é eleito⁴⁹, um demagogo admirador do regime militar que se apresenta com um *outsider*⁵⁰ crítico da “velha política” e da elite tradicional.

Almeida (2019) argumenta que a eleição de Bolsonaro pode ser explicada pelo avanço de uma onda conservadora; ou de um conjunto de processos sociais desiguais, assimétricos e com temporalidades distintas, mas que, no contexto de 2018, se

⁴⁷ A ruptura democrática é habitualmente associada à sombria guinada fascista da Europa na década de 1930 ou, mais recentemente, aos repressivos regimes autoritários da América Latina na década de 1970. Aliás, o período da Guerra Fria como um todo foi repleto de golpes de Estado realizados a partir de imposição militar, sendo estes responsáveis por 75% das rupturas democráticas ao redor do mundo. Entre os casos mais emblemáticos deste período estão incluídos países como: Grécia, Turquia, Paquistão, Tailândia, Nigéria, Guatemala, Chile, Uruguai, Argentina e, claro, o Brasil. Porém, Levitsky e Ziblatt (2018) iniciam o livro *Como as Democracias Morrem* fazendo um alerta importante: apesar de muitas rupturas democráticas acontecerem em meio a conflitos armados e golpes de Estado via coerção militar, existem formas menos alegóricas, mas igualmente destrutivas, de se interromper a democracia. Significa dizer que com muita frequência a democracia é desmanchada aos poucos, a partir do repertório político e de precedentes estabelecidos por líderes eleitos que adotam práticas contrárias às instituições e normas democráticas – formais ou informais; ou seja, que passam a agir de maneira antidemocrática. Essas rupturas começariam a partir da escolha do voto, isto é, nas mãos não de generais, mas de líderes democraticamente eleitos.

⁴⁸ A insatisfação com a democracia também poderia estar relacionada com a intensificação da polarização social e política experimentada durante a eleição de Donald Trump (Partido Republicano) nos Estados Unidos em 2016 (BROWN, 2015).

⁴⁹ Se aproveitando do esvaziamento político em meio ao antipetismo, ao fim da polarização entre o PT e o PSDB que havia dominado as eleições presidenciais desde 1994 (MELO; CÂMARA, 2012) e à prisão e conseqüente impugnação da candidatura de Lula, Bolsonaro conseguiu personificar a candidatura antissistema que ganhou eco na população brasileira. Outros fatores surpreendentes nas eleições de 2018, e que contribuíram para a vitória de Bolsonaro foram: 1) a facada sofrida pelo então candidato durante ato de campanha na cidade de Juiz de Fora; 2) a menor importância do horário eleitoral e dos debates na televisão, frente ao alcance e à capilaridade das redes sociais digitais; e 3) o uso intensivo e estratégico das redes sociais, sobretudo da plataforma WhatsApp, para a geração e difusão de fakenews (ALMEIDA, 2019; PORCELLO; BRITES, 2018).

⁵⁰ Apesar de Jair Bolsonaro ter uma extensa carreira na política brasileira, incluindo vinte e sete anos como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro.

aproximaram politicamente em torno de algumas linhas de força: a demanda securitária; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser corrupto; e a intolerância interpessoal (2019, p.210). Bolsonaro, portanto, reflete vários desses impulsos, a partir de um discurso abertamente antidemocrático⁵¹.

A partir de desdobramentos no campo político brasileiro que se desenrolaram desde as jornadas de junho de 2013 – passando pela reeleição de Dilma Rousseff em 2014, pelas movimentações antipetistas de 2015, pelo *impeachment* da presidente em 2016 e pela eleição de Bolsonaro em 2018 –, é possível observar a consolidação de

⁵¹ Seguindo os quatro indicadores chave para se identificar comportamentos próprios de um político autoritário elencados por Levitsky e Ziblatt (2018), podemos constatar que as falas de Bolsonaro se encaixam em todos eles:

1) Rejeitar, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo

- “Não aceito resultado diferente da minha eleição” – setembro de 2018, durante campanha eleitoral (SETO, 2018).
- “Qualquer um que ganhar vai estar sob suspeita essas eleições. Com toda certeza” – setembro de 2018, durante campanha eleitoral (BENITES, 2019).
- “Pode falar à vontade. Eu não acredito nessa forma de apurar votos” – setembro de 2018, durante campanha eleitoral (BENITES, 2019).

2) Negar a legitimidade de seus oponentes

- “Vamos varrer a cúpula desses partidos [PT e PSDB] para a lata de lixo da história. Vamos dar um pé no traseiro do comunismo” – setembro de 2018, durante campanha eleitoral (BENITES, 2019).
- “O pau mandado de corrupto me propôs assinar ‘carta de compromisso contra mentiras na internet’ [...] É um canalha!” – outubro de 2018, sobre Fernando Haddad (PT) via Twitter (BOLSONARO, 2018).

3) Tolerar ou encorajar a violência

- “O erro da ditadura foi torturar e não matar” – julho de 2016, em entrevista (FOLHA DE S.PAULO, 2019b).
- “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre” – setembro de 2018, durante campanha eleitoral (DIAS, 2019).
- “Se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele” – julho de 2019, sobre Fernando Santa Cruz Oliveira, desaparecido após ter sido preso por agentes da ditadura (DIAS, 2019).
- “O Foro de São Paulo, organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido” – setembro de 2019, em discurso na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (BOLSONARO, 2019a).

4) Demonstrar estar disposto a reduzir a liberdade civil de seus oponentes, incluindo a mídia

- “Vamos acabar com o cocô no Brasil! [pausa] cocô é essa raça de corruptos e comunistas” – agosto de 2019, em vídeo via Twitter (BOLSONARO, 2019b).
- “[...] por si só, esse jornal se acabou [...] no que depender de mim, imprensa que se comportar dessa maneira indigna não terá recursos do governo federal” – outubro de 2018, durante entrevista (ALESSI; JUCÁ, 2019).
- “[...] a mamata da Folha vai acabar, mas não é com censura não! O dinheiro público que recebem para fazer ativismo político vai secar” – outubro de 2018, durante entrevista (ALESSI; JUCÁ, 2019).
- “A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica [...] A ONU pode ajudar a derrotar o ambiente materialista e ideológico que compromete alguns princípios básicos da dignidade humana” – setembro de 2019, em discurso na abertura da ONU (BOLSONARO, 2019a).

dois polos de enquadramento político: um progressista e um reacionário. Esse processo também é intensificado por episódios marcantes de violência política, como o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, e de seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes, em 14 de março de 2018.

Em meio a insatisfações generalizadas, um acentuado déficit democrático e uma cultura política excludente e violenta, esses dois polos levam à construção de mobilizações que, apesar de partirem de queixas parecidas, traçam caminhos opostos: enquanto o polo reacionário conduz ao cinismo, ao discurso antipolítica e a práticas antidemocráticas; o polo progressista defende o aprofundamento das lutas sociais e a radicalização democrática. Assim, diante do golpe político de 2016, os movimentos sociais se organizam em múltiplas frentes e grupos, que representam fontes de insubordinação e de energias transformadoras pela defesa da inclusão e da igualdade (MIGUEL, 2018).

Introduzindo os mandatos coletivos: Gabinetona, Mandata Ativista e Juntas

“E é essa ideia que a gente está tentando trazer com as Juntas para a política. Algo novo, extraordinário, que é esta proposta de coletividade”.

(Robeyoncé Lima, 2018).

Retomando a pergunta apresentada ao início da seção, as modalidades de mandatos coletivos precisam ser entendidas no contexto brasileiro de ameaça à institucionalidade democrática e de intensa insatisfação e polarização política. As eleições municipais de 2016 e as eleições gerais de 2018 foram permeadas por candidaturas que prometiam rompimentos com a política tradicional, buscando conquistar o eleitorado a partir de retóricas como a de “acabar com a corrupção”⁵²,

⁵² Kim Kataguri, fundador e coordenador do MBL, foi eleito deputado federal de São Paulo pelo Democratas (DEM) em 2018. O MBL desempenhou um papel chave nas manifestações antipetistas de 2015 e apoiou as Operação Lava Jato, investigação sobre a corrupção na Petrobras (empresa petroleira estatal) que impactou profundamente a opinião pública brasileira (MIGUEL, 2018).

de “renovar”⁵³ ou até mesmo de praticar uma “nova política”⁵⁴. Emergem, também nesses ciclos eleitorais, as iniciativas de se “fazer política na coletividade”, ressignificando a política como um espaço cotidiano e coletivo. Surgem, assim, as modalidades de candidaturas compartilhadas, que colocam em prática mandatos coletivos no Brasil.

A seleção para o estudo dos mandatos coletivos se deu pelo critério de casos similares (GIRAUD, 2009), sendo o nosso interesse estudar os mandatos construídos a partir de experiências compartilhadas que fazem parte do enquadramento sócio-político progressista. Nesse sentido, buscamos mandatos que se posicionaram pela inclusão, pela diversidade e pela conquista da cidadania plena, de direitos e de justiça social. Além disso, selecionamos mandatos que tensionaram a cultura política brasileira na direção de práticas de radicalização democrática e de “reencantamento” político, principalmente através de construções autênticas de mobilização territorializadas e em rede, que trazem como ponto de inflexão paradigmática os feminismos, as lutas antirracistas, as causas indígenas, a cidadania LGBT*, o foco na periferia, no bem viver e na juventude – entre outras lutas tradicionalmente marginalizadas.

A partir de 2016, observamos o surgimento de três mandatos no campo político brasileiro que atendem a esse recorte: a Gabinetona, em Minas Gerais (MG), a Mandata Ativista, em São Paulo (SP) e as Juntas, em Pernambuco (PE). As campanhas eleitorais desses três grupos giraram em torno dos lemas: “somos muitas”, “elegeu uma, elegeu várias” e “juntas em um único número na urna”, conquistando sucesso eleitoral a partir da proposta de candidaturas compartilhadas e de novas formas de se “fazer política” com base na interseccionalidade das lutas. O Quadro 1 apresenta os mandatos parlamentares selecionados para o nosso estudo.

⁵³ Iniciativas como o RenovaBR e o Movimento Acredito ofereceram formação política para renovar a democracia brasileira e permearam a projeção de candidaturas com sucesso eleitoral, como a da deputada estadual Tabata Amaral, Partido Democrático Trabalhista (PDT) (RENOVABR, 2021; MOVIMENTO ACREDITO, 2021).

⁵⁴ O partido NOVO é fundado em 2015 por cidadãos ficha-limpa para “construir um novo Brasil”. Em 2016 o partido elege quatro vereadores e em 2018 oito deputados federais, doze deputados estaduais e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO, 2021).

Quadro 1: Resumo dos mandatos coletivos selecionados

Parlamentar	Cargo	Mandato	Período	Filiação
Áurea Carolina	Vereadora Belo Horizonte (MG)	Gabinetona	2017-2018	PSOL
Cida Falabella	Vereadora Belo Horizonte (MG)	Gabinetona	2017-2020	PSOL
Bella Gonçalves	Vereadora Belo Horizonte (MG)	Gabinetona	2019-2020	PSOL
Parlamentar	Cargo	Mandato	Período	Filiação
Áurea Carolina	Deputada Federal (MG)	Gabinetona	2019-2022	PSOL
Andréia de Jesus	Deputada Estadual (MG)	Gabinetona	2019-2022	PSOL
Mônica Seixas	Deputada Estadual (SP)	Mandata Ativista	2019-2022	PSOL
Jô Cavalcanti	Deputada Estadual (PE)	Juntas	2019-2022	PSOL

Fonte: elaboração própria.

É importante ressaltar que os mandatos estudados são inaugurados a partir da eleição de mulheres – em sua maioria mulheres negras com menos de 40 anos de idade – que possuem em suas trajetórias experiências individuais e coletivas vinculadas a lutas sociais diversas. Apesar dos grupos (incluindo parlamentares, coparlamentares e assessorias) serem compostos por perfis diversificados, a presença de mulheres em todos eles, é uma característica central, sendo que frequentemente membros do grupo identificam a experiência como sendo “mandatas”.

O primeiro grupo, de Belo Horizonte, se originou das “Muitas Pela Cidade Que Queremos”, movimento que se identifica como vindo “das ruas” e dos movimentos populares, com integrantes que representam mulheres, pessoas negras, povos indígenas, pessoas LGBT*s, a luta pelo direito à cidade, entre outros. O movimento ganhou espaço na Câmara Municipal a partir dos mandatos de Áurea Carolina e Cida Falabella, em coreografia com Bella Gonçalves, todas do PSOL, dando origem à experiência da Gabinetona, caracterizada pelo grupo como sendo “um mandato coletivo, aberto e popular”. Como desdobramento desse primeiro resultado, nas eleições de 2018, Andréia de Jesus foi eleita deputada estadual e Áurea Carolina

deputada federal⁵⁵, ampliando a experiência da Gabinetona para a Assembleia Estadual e para o Congresso Nacional (GABINETONA, 2019).

Já a Mandata Ativista, teve origem nas articulações da Bancada Ativista, movimento suprapartidário da cidade de São Paulo dedicado a eleger ativistas para mandatos no poder legislativo. Após apoiar candidaturas ativistas em 2016⁵⁶, nas eleições de 2018 integrantes da Bancada propõem uma candidatura própria e compartilhada, elegendo Mônica Seixas para deputada estadual com mais oito ativistas de áreas diversas, dando origem à Mandata (BANCADA ATIVISTA, 2019).

Por fim, também em 2018, outro grupo surgiu no cenário brasileiro: as Juntas. A partir da eleição de Jô Cavalcanti para deputada estadual em Pernambuco, cinco mulheres assumiram o compromisso de exercer uma gestão compartilhada, coletiva e transparente. O grupo se identifica como “vozes ativas que lutam pelos direitos das mulheres, das pessoas LGBT*s, das pessoas negras, pobres e periféricas” (JUNTAS, 2019).

Tendo em vista a inventividade dessas iniciativas no cenário brasileiro, a tese se propõe investigar e refletir sobre as candidaturas e mandatos da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas. Ao comparar essas experiências, buscamos contribuir para a compreensão dos mandatos coletivos no Brasil.

A metodologia: *design* emergente de pesquisa

Nosso objetivo geral é compreender as experiências de mandato coletivo no Brasil, entre 2016 e 2020. Por se tratar de um fenômeno recente na política brasileira, lançar mão de uma estratégia de pesquisa qualitativa, interpretativa, e em profundidade, foi uma escolha natural de desenho de pesquisa, de modo a possibilitar o entendimento dessas novas iniciativas – pela inversão da lógica hipotética dedutiva que se faz necessária. Quando uma teoria (ou mais) não está (estão) disponível(eis)

⁵⁵ Momento em que Bella Gonçalves assume a vereança como suplente de Áurea Carolina. Nas eleições de 2020, Bella Gonçalves é eleita vereadora e chega a vez de Cida Falabella ocupar a covereança. Em 2020, após protagonizar a candidatura do PSOL à prefeitura de Belo Horizonte nas eleições, Áurea Carolina termina a sua participação na Gabinetona e segue seu mandato parlamentar de forma autônoma (CAROLINA, 2020).

⁵⁶ Como a de Sâmia Bonfim (PSOL) – eleita vereadora em 2016 e deputada federal em 2018.

para compreender um novo evento, um *design* emergente de pesquisa pode ajudar a explicar o fenômeno e a fornecer uma estrutura para futuras pesquisas (CRESWELL, 2007). Assim, a tese consiste em uma pesquisa exploratória, fundamentada em análises qualitativas que foram realizadas, principalmente, a partir da condução de entrevistas.

Glaser e Strauss (1967) estabeleceram bases importantes para o *design* emergente de pesquisa, desafiando a forma de se fazer ciência da sociologia do Pós Segunda Guerra Mundial. O descolamento existente entre teoria e empiria, evidenciado pela fixação das tradições canônicas com procedimentos de testes de hipóteses⁵⁷, leva os autores a buscarem um caminho possivelmente mais adequado à descoberta teórica. Essa alternativa passa por uma guinada indutiva, e pela capacidade de se fundamentar a teoria na própria pesquisa social.

O desafio também aparece como uma resposta às premissas metodológicas causais-explicativas que, além de defenderem a divisão entre teoria e pesquisa, inferiorizavam os métodos qualitativos e insistiam na separação entre coleta e análise de dados. Ao oferecer novas possibilidades ao campo, realizar reflexões teóricas e conceituais a partir da observação dos dados tem se tornado um importante componente das metodologias das Ciências Sociais. Ainda, segundo Becker (2011), há o potencial de se abordar alguns problemas da Ciência Política tradicional, como o foco excessivo em abordagens dedutivas para geração de teorias e o distanciamento criado entre pesquisadores/as e objetos de pesquisa, em prol da “objetividade” e “neutralidade”.

A lógica hipotética dedutiva, desenvolvida a partir de suposições *a priori*, apresenta limites para a exploração de novas propriedades, categorias e conceitos – produtos essenciais em análises sobre objetos de pesquisa ainda desconhecidos. Ao mesmo tempo, a defesa da objetividade e da neutralidade⁵⁸ científicas estabelecem amarras para a realização de investigações reflexivas, que demandam flexibilidade,

⁵⁷ Ao perseguirem exclusivamente procedimentos para geração de modelos explicativos e preditivos, enfatizando principalmente as verificações quantitativas vigorosas, as técnicas de amostragem, a codificação, os indicadores e coleta de evidências, as distribuições de frequência, e os critérios de confiabilidade e validade (GLASER; STRAUSS, 1967).

⁵⁸ Se é que é possível pensar na produção de um conhecimento neutro e objetivo, já que toda produção é circunscrita em razões de contexto cultural, social, econômico, político, identitário, etc. (CRESWELL, 2007; ALCOFF; POTTER, 1992).

sensibilidade e participação ativa, especialmente na relação entre entrevistadores/as e entrevistados/as, por exemplo (BECKER, 2011).

O *design* emergente de pesquisa, por sua vez, aparece como uma alternativa metodológica que traz como critério central a flexibilidade, a partir de uma combinação entre procedimento indutivo, coleta e análise dados, simultaneamente (GLASER; STRAUSS, 1967; BECKER, 2011), possibilitando um processo gradual que demanda participação ativa e atenta. Assim, a realização da pesquisa inclui as vozes dos/as participantes e a reflexividade do/a pesquisador/a, com a intenção de se alcançar uma descrição e uma interpretação complexa do problema, estendendo a literatura e contribuindo para um campo de ação (CRESWELL, 2007).

Além disso, ao olhar para um conjunto de casos singulares se torna importante incorporar o método geral de análise comparativa, que consiste na constante preocupação em sugerir categorias, propriedades⁵⁹ e hipóteses sobre o problema de pesquisa (o que é diferente de se preocupar com os seus testes). Essa inventividade permite ao/a pesquisador/a encontrar diferentes condições, consequências, dimensões, tipos, processos, etc., e não apenas variáveis causais (GLASER; STRAUSS, 1967, p. vii). Assim, ao refletir sobre as categorias e propriedades que emergem, a partir da análise comparativa geral dos três mandatos coletivos brasileiros, previamente selecionados; pretendemos lançar as bases, quem sabe, para a geração futura de uma teoria substantiva que possa dialogar com a literatura sobre representação política interseccional na Ciência Política.

Ao se alcançar uma diversidade em categorias emergentes que, por sua vez, buscam captar o maior nível de generalização conceitual e hipotética possível, também nos comprometemos com a compreensão das peculiaridades dos casos estudados. Ao mesmo tempo, uma síntese possível de categorias e propriedades pode nos oferecer conexões para abstrações conceituais que sejam relevantes.

Entendemos que coleta de dados não demanda um referencial teórico ou codificações pré-concebidas, já que é guiada por uma área ou problema geral. Rompendo com a linha de produção causal-explicativa, os dados são simultaneamente coletados, codificados e analisados, a partir de uma atuação ativa do/a pesquisador/a

⁵⁹ Por *categorias* se entende os elementos conceituais da teoria; e por *propriedades* se entende os aspectos conceituais das categorias (GLASER; STRAUSS, 1967, p. 36).

que é quem decide, a todo momento, sobre quais dados são relevantes para a integração da teoria emergente. Nesse sentido, se torna importante recorrer a múltiplas fontes de dados, como documentos, notas de campo, entrevistas e relatórios (BÖHM, 2004; BECKER, 2011). Ainda, por se tratar de uma abordagem qualitativa emergente de investigação, a coleta de dados deve ser realizada em um ambiente “natural” ou sensível aos/às participantes da pesquisa (CRESWELL, 2007).

Assim, a coleta de dados busca alcançar o maior número de documentos, observações e entrevistas possíveis para conduzir à apreensão do problema de pesquisa. A análise concomitante dos dados permite a identificação de categorias e propriedades, que por sua vez possibilitam a (re)formulação de hipóteses. A conceituação emergente envolve a sensibilidade do/a pesquisador/a para conseguir delimitar quando não se encontra nenhum dado adicional, alcançando-se a saturação (BÖHM, 2004; BECKER, 2011).

Nessa lógica indutiva, se busca estabelecer padrões ou temas a partir dos dados coletados (CRESWELL, 2007). Ao comparar o espectro de categorias existentes e as características das correspondentes propriedades (presentes e ausentes) é possível iniciar a codificação dos dados coletados. Integrar as categorias significa organizar e conectar os seus códigos (CHARMAZ, 1995; BECKER, 2011). Por fim, ao sistematizar a análise, como sabemos, delimitar e simplificar serve ao esforço da generalização, almejando futuras aplicações teóricas (CRESWELL, 2007).

Retornando à seleção dos casos analisados, utilizamos o critério de casos similares (GIRAUD, 2009), nos baseando na definição de Gerring (2007) e entendendo que o estudo intensivo de uma unidade, ou de um número pequenos de unidades, cumpre o propósito de compreender uma população de casos, tendo em vista elementos de homogeneidade e heterogeneidade. Quando focamos nos aspectos homogêneos, assumimos que a similaridade dos casos se faz presente em elementos que afetam a relação de causalidade investigada (GERRING, 2007), no nosso caso, o modelo de representação política atrelado aos mandatos construídos a partir de experiências compartilhadas.

Baseando-nos, portanto, em um *design* emergente de pesquisa e em estudos de caso similares, a nossa pesquisa em profundidade lançou mão de métodos qualitativos interpretativistas, com o objetivo de observar os padrões e as categorias

que emergiram durante a realização da investigação. Nesse processo elegemos, sobretudo, as ferramentas que permitissem uma interação entre a entrevistadora e as/os participantes da pesquisa (ROCHA, 2020).

A tese se propõe então a investigar e refletir sobre os mandatos da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas. Sendo assim, a pesquisa foi organizada em três etapas: 1) a coleta de dados sobre os mandatos coletivos (2016-2020); 2) a comparação das experiências, a fim de se chegar às categorias e às propriedades que ajudem a perceber o fenômeno; 3) a compreensão dos mandatos coletivos criados a partir de experiências compartilhadas e interseccionais. A coleta de dados foi realizada, principalmente, a partir de três técnicas: a coleta de documentos oficiais produzidos pelos mandatos e pelas casas legislativas entre 2016 e 2020; as anotações de campo realizadas em gabinetes e eventos políticos em 2019; e a realização de entrevistas semiestruturadas com parlamentares, coparlamentares e demais participantes dos mandatos, conduzidas ao longo de 2019.

A técnica de entrevistas semiestruturadas, segundo Rocha (2020), configura uma metodologia qualitativa, e em profundidade, de coleta de dados. Ela consiste na realização de “conversas com um propósito”, na medida em que busca abordar o objetivo geral da pesquisa, a partir da interação com e da compreensão da realidade dos/as entrevistados/as. Essa natureza interativa do método possibilita uma maior flexibilidade na condução da “conversa”, abrindo espaço para o aprofundamento de questões e para a extrapolação do roteiro original da entrevista. Para Rocha (2020), ainda, a dinâmica participativa da entrevista semiestruturada permite com que se atinja um processo de “co-construção de dados” que, por sua vez, é permeado por questões de intersubjetividade e reflexividade, de ambas as partes.

Assim, a técnica de entrevistas com roteiro semiestruturado nos permitiu intercalar momentos de maior e menor formalidade, possibilitando uma atuação, a partir de uma prática feminista de pesquisa, mais participativa, democrática e empática, pautadas no engajamento mais próximo entre entrevistadora e entrevistadas/os, trazendo-as/os para o centro da conversação como parte ativa da própria pesquisa (FONTANA; FREY, 2005). Essa construção abre espaço para uma interação que consiga acessar as impressões das parlamentares e coparlamentares acerca do fenômeno estudado, no qual transitamos em um contínuo de formalidade e

informalidade (HASSE-BIBER, 2006) na condução das entrevistas e na observação de eventos políticos.

Assim, trabalhamos com um roteiro de entrevista que forneceu condições necessárias para inquirir a respeito do(a): i) perfil e trajetória de vida das parlamentares e coparlamentares; ii) experiência das candidaturas coletivas; iii) experiências dos mandatos coletivos; iv) percepções sobre a participação no mandato; e v) percepções sobre a democracia brasileira. O roteiro foi utilizado como base para manter a comparabilidade entre as respostas das/os respondentes dos diferentes mandatos, mas a condução das entrevistas foi realizada de maneira flexível – almejando uma participação ativa para a elaboração de novas categorias e propriedades, de modo que a sequência e conteúdo das perguntas foram adaptados a cada interação e a cada mandato estudado. O critério de saturação para a realização das entrevistas variou de grupo para grupo, sendo que, à princípio, tentamos entrevistar todas as parlamentares e coparlamentares que integraram os três mandatos. Tendo encontrado dificuldades para contatar alguns membros dos mandatos, consideramos saturadas aquelas entrevistas que apresentavam padrões de repetição nas respostas. Ao todo foram realizadas dezesseis entrevistas com parlamentares, coparlamentares e outros/as participantes dos mandatos.

As entrevistas semiestruturadas com parlamentares, coparlamentares, e demais participantes dos mandatos, foram realizadas a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A utilização das entrevistas, no trabalho, assume a combinação de dois critérios: figuras públicas e centrais para a articulação política das experiências foram identificadas no corpo do texto; nas passagens citadas, os nomes foram retirados para preservar o anonimato de algumas/alguns participantes. As entrevistas realizadas encontram-se transcritas no Apêndice desta tese⁶⁰.

⁶⁰ O roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas, a relação das/os entrevistadas/os, e as transcrições das entrevistas realizadas se encontram no Apêndice desta tese, que poder ser acessado para consulta através de solicitação via: <https://drive.google.com/file/d/1KWol4eHajSh87EGeQtMR7vwpsjbSMFZL/view?usp=sharing>.

A organização dos capítulos

O primeiro capítulo da tese estabelece as bases para a discussão a respeito dos mandatos coletivos no Brasil, retomando os debates acerca da democracia moderna, inovação e radicalização democrática e introduzindo as lentes sobre representação política. Discutimos os limites da democracia liberal, as tensões e complementariedades da representação e participação política e a constatação sobre a necessidade de lançar mão de iniciativas disruptivas e que promovam a inclusão. Nesse ponto, passamos pelos entendimentos sobre representação descritiva, substantiva, simbólica e delegada e pelo conceito de interseccionalidade.

Em seguida, apresentamos a nossa hipótese preliminar que guia a seleção dos casos e a coleta de dados: os mandatos coletivos enquanto nova modalidade de representação política interseccional. Por fim, introduzimos os estudos sobre mandatos coletivos no Brasil e uma proposta de tipologia para categorizar quatro modalidades diferentes de representação política: candidatura individual, candidatura compartilhada, mandato aberto e mandato coletivo.

O segundo capítulo inicia o estudo dos casos selecionados, começando por uma introdução sobre o sucesso eleitoral das campanhas e candidaturas coletivas das Muitas, da Bancada Ativista e das Juntas. Em seguida, a partir das narrativas e percepções acessadas nas entrevistas conduzidas com integrantes dos três grupos, identificamos: os elementos impulsionadores das experiências; os processos de articulação das candidaturas; o perfil das/dos participantes; as dinâmicas estabelecidas com o partido político; e as estratégias de campanha política utilizadas. Por fim, apresentamos uma síntese do surgimento das experiências de mandato coletivo aqui estudadas.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda as dinâmicas internas, as inventividades e a atuação parlamentar dos mandatos coletivos. Para tanto, a partir das entrevistas realizadas com coparlamentares e integrantes das equipes; e de dados coletados nas plataformas oficiais das casas legislativas, analisamos: as primeiras construções dos mandatos coletivos; a organização interna de cada grupo; a elaboração de projetos de lei; a participação em Comissões Parlamentares; as percepções sobre a entrada na institucionalidade; as estratégias de mandato coletivo adotadas; e as estratégias de

mandato aberto. Apresentamos, ainda, uma síntese das experiências, tendo em vista as semelhanças e as diferenças encontradas entre: o tamanho dos grupos; as dinâmicas de tomada de decisão; as estratégias de mandato coletivo; e as estratégias de mandato aberto.

Por fim, o quarto capítulo define os mandatos coletivos como tecnologias sócio-políticas inovadoras que diversificam os quadros políticos e *hackeiam* a institucionalidade política. A partir dessa discussão, retomamos a nossa hipótese preliminar a respeito da criação um novo modelo de representação política interseccional, afirmando que os mandatos coletivos promovem a maior presença de grupos marginalizados na política; ao mesmo tempo em que investem nas confluências máximas entre as lutas sociais diversas, desafiando a política tradicional e ampliando os espaços democráticos e representativos.

1 Representação política e mandatos coletivos

“Nós já estamos aquilombadas fora das instituições. Agora, vamos chegar aquilombando dentro dos espaços de poder”.
(Áurea Carolina, 2018)

1.1 Entre representação e participação política na democracia domesticada

A doutrina clássica da democracia moderna, tendência dominante encabeçada por Schumpeter (2003), tem como embasamento o pensamento político utilitarista inglês dos séculos XVIII e XIX, que traz para o centro do debate a ideia de vontade ou bem comum. Porém, o próprio autor afirma que a “vontade do cidadão” constitui apenas impulsos vagos, que não possibilitariam o alcance de uma “vontade coletiva”. Assim, como evidencia Miguel (2002), o argumento elitista, que está arraigado nesta literatura, de que os/as cidadãos/ãs não saberiam o que é melhor para eles/as e como se orientar politicamente – ou não se preocupariam com o resultados dos seus votos –, legitimam narrativas e práticas políticas intrinsecamente antidemocráticas, que naturalizam a desigualdade e condenam o povo à passividade perante as escolhas que lhes são apresentadas, de tempos em tempos, nas eleições.

Dessa forma, a institucionalização do modelo representativo da democracia moderna, regime político em que os mais importantes tomadores de decisões coletivas são selecionados por meio de eleições, não poderia ser caracterizada pela “livre competição por votos” (SCHUMPETER, 2003), uma vez que a liberdade para a apresentação de candidaturas só seria viável para aqueles que possuem determinados recursos – econômicos, políticos e culturais (MIGUEL, 2002). Para Miguel, portanto, a naturalização das desigualdades e a liberdade “formal” do regime, que não se concretiza na realidade política e social, levaria a uma democracia moderna domesticada.

O modelo representativo passou, evidentemente, por muitas modificações durante os séculos XVIII e XIX, sendo uma das transformações mais importantes a conquista do sufrágio. Progressivamente, o direito ao voto foi ampliado para garantir outras representações, que não apenas da “propriedade e cultura”; na segunda

metade do século XIX, outro processo se consolida: a emergência dos partidos de massa, que aproximam os representantes dos representados (MANIN, 2018).

No entanto, admitindo, ainda, o caráter elitista desse processo, as eleições não garantem que os/as representantes devam ser semelhantes àqueles que eles representam e nem que estes tenham a obrigação de realizar a vontade dos/as eleitores/as, já que os/as primeiros/as possuem uma independência parcial em seus mandatos. Os “pais fundadores”⁶¹, inclusive, no contexto de elaboração das emendas à Constituição dos Estados Unidos de 1787, afirmam que a representação política é um caminho para fazer as opiniões do povo passarem por um crivo de “cidadãos selecionados”, que saberiam defender o verdadeiro “interesse de seu país” (MANIN, 2018).

Ao longo do século XVIII na Inglaterra, consolidou-se a ideia de que os/as representantes não deveriam receber instruções de seus/suas eleitores/as, e mesmo que políticos “radicais” tenham advogado pela proposta de que os candidatos deveriam se comprometer com promessas essa exigência nunca foi transformada em lei. Assim, o modelo representativo, desde sua origem, ao contrário do que doutrina clássica afirma, não é um sistema que almeja, mesmo que de forma indireta, a soberania popular. Pelo contrário, as eleições podem atuar como um mecanismo de controle e que possivelmente aprofunda as diferenças de status entre o povo e os governantes (MANIN, 2018).

Manin (2018), ao discorrer sobre os diferentes modelos de governo representativo, afirma que enquanto o modelo parlamentar se baseia na escolha de pessoas notáveis que votam de acordo com a sua própria consciência; o modelo de democracia de partido pressupõe a fidelidade partidária dos/as cidadãos/ãs e a presença de lideranças partidárias que definem as prioridades políticas; e o modelo de democracia pública envolve a escolha de pessoas confiáveis que decidem em diálogo com grupos de interesse e de pressão. Em todos os modelos, no entanto, há uma variável constante: a não garantia da defesa das preferências dos eleitores.

⁶¹ Vale ressaltar, também, a importância das *founding mothers*, que teriam, em cenários de grande adversidade e de circunstâncias notáveis, contribuído para a consolidação da Constituição americana (ROBERTS, 2005).

Nesse sentido, Schumpeter (2003) afirma que, na prática, a democracia moderna possui uma estrutura de mercado, sendo a expressão da competição entre líderes políticos que, muitas vezes, não assumem quaisquer compromissos com os interesses da população. Apesar dos votos periódicos legitimarem institucionalmente os governos e os representantes eleitos, o reflexo dos/as cidadãos/ãs nos programas de políticas e a dimensão participativa no processo decisório são bastante reduzidas. Para Weber (1992), inclusive, a defesa de valores liberais envolve a busca por lideranças que possuam qualidades individuais, movimento que leva a restrições democráticas e ao elitismo político, ao mesmo tempo em que preza apenas pela dimensão normativa da democracia.

Nesse sentido, teóricos do elitismo democrático condenavam práticas que extrapolavam a estrutura política dominante. Como evidencia Pateman (1992), para Stuart Mill, um dos fundadores da ideia moderna de participação, a possibilidade de uma “representação delegada” – que conjugasse representação com estratégias de participação popular – seria indesejável, já que retiraria a autonomia do representante e levariam os parlamentares a criarem leis a partir de “pontos de vista particulares”, classistas ou corporativistas. Essa avaliação evidencia a percepção negativa da elite democrática sobre o interesse político dos/as cidadãos/ãs, imputando às classes populares tendências autoritárias e atitudes imaturas. Dessa maneira, a criação de restrições à participação e à representação política aparecem, nas teorias liberais, como formas de se “proteger” a própria democracia (SILVA, 1999).

Ao final do século XX, a ideia de uma democracia liberal utópica, que seria capaz de perseguir o bem comum por si só, dá lugar às perspectivas que buscam entender a democracia como um processo contínuo de aperfeiçoamento, o que demanda observância prática. Assim, as abordagens de natureza empírica focam na análise descritiva e qualitativa das democracias, suas instituições e procedimentos, no sentido de buscar respostas para o desenvolvimento democrático (HUNTINGTON, 1991; SCHUMPETER, 2003).

A partir das reflexões sobre a necessidade de se ampliar a democracia moderna, surgem os debates entre as vias representativa e participativa, como mecanismos possíveis para o aprofundamento das experiências democráticas. No

entanto, inicialmente essas duas possibilidades caminharam em linhas paralelas que carregavam seus próprios pontos cegos (SILVA, 1999).

Enquanto alguns afirmam que a representação requer a aceitação de uma ficção e a crença na presença de quem, na verdade, está ausente (SILVA, 1999); outros argumentam que a democracia participativa é utópica e não enxerga as imperfeições inerentes à esfera política (SARTORI, 1994). Assim, ao passo que os defensores da democracia representativa pecam ao ignorar a exclusão popular e a irresponsabilidade de representantes políticos no âmbito da democracia moderna; os defensores da democracia participativa costumam ignorar a representação e idealizar a via não eleitoral (SILVA, 1999).

No entanto, para Silva (1999), esse debate vem se modificando nas últimas décadas, onde é possível observar uma “[...] convergência entre concepções de democracia representativa e participativa” (p. 56). Os defensores da representação passaram a reconhecer as distorções e as falhas funcionais do sistema político – evidenciadas no elitismo competitivo e excludente; enquanto os defensores da participação passaram a dar mais atenção aos mecanismos da representação política, em combinação com estratégias, por exemplo, de gestão deliberativa. A partir daí, apesar de constituir uma relação complexa, e, muitas vezes, desafiante, as teorias da democracia representativa e participativa iniciaram um diálogo mais construtivo (SILVA, 1999).

Em confluência com essa movimentação teórica, está a constatação de que as desigualdades sociais e as diferenças entre os cidadãos em termos de riqueza, renda, *status*, habilidades, informações – incluindo controle sobre informações e propaganda, acesso a líderes políticos, mídia e chances favoráveis na vida em geral, impactam diretamente as capacidades e oportunidades de participação nos processos decisórios e de exercício da igualdade política (DAHL, 1985, p. 3).

Assim, emergem proposições teóricas que buscam contemplar as dimensões representativas e participativas. Na intenção de evidenciar essa complementariedade, Young (2006), por exemplo, afirma que a representação não necessariamente enfraquece a participação inclusiva, uma vez que nas grandes sociedades de massa a representação e a participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática. A representação específica de grupos desfavorecidos pode,

ainda, estimular a participação e o engajamento de membros do grupo que, pela história de marginalização e não inserção, poderiam estar apáticos; além de favorecer a confiança dos cidadãos nas instituições públicas (SACCHET, 2012).

Young (2000), então, propõe uma nova abordagem à representação, que não seja entendida como a atividade que “fala em nome” dos/as representados/as, mas sim como um relacionamento estabelecido com e entre os/as representados/as. Conceber a representação como uma relação diferenciada entre atores plurais dissolve o paradoxo de como uma só pessoa pode representar interesses múltiplos da sociedade. Nessa nova lógica, os sistemas de representação deixariam de ser suficientemente democráticos caso perdessem essas conexões de base.

Hanna Pitkin (1967), por sua vez, desafia as concepções ortodoxas sobre representação política ao afirmar que a representação deve ser entendida como uma atividade, referindo-se à substância do que de fato é feito. Assim, a sua contribuição inovadora, que caracteriza as quatro dimensões da representação política⁶², indica a importância de se compreender o que ocorre durante a representação, que configura uma ação recíproca entre representantes e representados/as.

Já o conceito de poliarquia de Dahl (2005) estabelece que a eleição é uma condição necessária, porém não suficiente, para garantir a democracia; sendo que as liberdades civis e políticas para falar, publicar, reunir e organizar são consideradas como necessárias ao debate político e à condução de campanhas eleitorais. Além disso, Dahl (1985) chama a atenção para o fato de que democracia possui várias expressões e intensidades diferentes, incluindo dimensões de: participação na agenda pública; equidade no processo deliberativo; acesso a informações corretas; capacidade de controle da agenda política; e dimensões de inclusão política.

Os estudos sobre inovações democráticas, por sua vez, apontam na direção de alternativas provindas das democracias contemporâneas, na busca pela promoção de maior participação e inclusão. Para Saward (2000), as inovações assumem um compromisso crítico com os valores democráticos da participação popular e da igualdade política, aliados a um imperativo urgente por novas soluções para os problemas da democracia.

⁶² Conceito que será retomado ao longo do capítulo.

O conceito, proposto por Avritzer (2019), define inovação democrática como a capacidade do governo de expressar vontade política e *inputs* da sociedade civil em diversos formatos. Tais *inputs* estariam relacionados com a introdução e implementação de políticas públicas, pelas quais a sociedade civil e o Estado interagiriam para democratizar o próprio Estado. Nesse sentido, a inovação democrática teria uma interação horizontal de *bottom-up*, uma vez que amplia a participação da sociedade civil no processo decisório.

De forma semelhante, Smith (2009) define as inovações democráticas como aquelas que foram especificamente projetadas para aumentar e aprofundar a participação de cidadãos nos processos de tomada de decisão política. Assim, as inovações partem das instituições democráticas tradicionais (como eleições competitivas, mecanismos de consulta popular, pesquisas de opinião, encontros comunitários e grupos focais) para pensar sobre novas formas de se fazer política. O novo *design* institucional passaria necessariamente pela preocupação de como engajar diretamente os/as cidadãos/ãs, muitas vezes a partir de mecanismos de participação. Dentro desses mecanismos, o foco está na inclusão de grupos de interesse e grupos organizados, no sentido, novamente, de ampliar a política democrática.

Ainda, para que novos mecanismos e iniciativas sejam considerados inovações democráticas seria necessário ponderar em que medida eles realizam determinados bens democráticos, quais sejam: inclusão, controle popular, julgamento fundamentado e transparência (SMITH, 2009). Além disso, esses quatro critérios analíticos seriam acrescidos de dois bens institucionais: a eficiência e a transferibilidade; sendo que eficiência demanda atenção aos custos que a participação pode imputar sobre os cidadãos e autoridades públicas, ao passo que transferibilidade diz respeito à avaliação sobre a possibilidade de determinado mecanismo conseguir operar em diferentes contextos políticos (SMITH, 2009).

Para Smith (2009), a importância da inclusão é evidenciada pela incessante sub-representação de determinados setores da sociedade em diferentes modelos de participação política. Nesse sentido, inovações democráticas teriam a potencialidade de trazer incentivos efetivos para promover a participação de cidadãs/os pertencentes a diferentes grupos sociais.

Por outro lado, Avritzer (2019) chama atenção para o fato de que nem todas as inovações possuem os mesmos objetivos, sendo que os *outcomes* de tais iniciativas podem ser o fortalecimento da participação, o empoderamento dos cidadãos e/ou o empoderamento de grupos específicos e de corporações. Assim, é preciso atentar para os riscos de cooptação, desempoderamento e os efeitos meramente propagandísticos que tais experiências podem acarretar. Possibilidade que aponta para os limites, em termos de aprofundamento democrático, dos mecanismos de inovação participativa.

Para além dessas iniciativas estão os entendimentos de que os ideais universalmente compartilhados de liberdade e igualdade, assim como o de governo político pelo e para o povo – indispensáveis à cultura democrática – estariam na verdade sendo corrompidos pela lógica econômica neoliberal do individualismo e do “privatismo”. Ao discorrer sobre as dinâmicas do esgotamento da democracia liberal moderna, Brown (2015) argumenta que a “economização” da vida social e política impossibilitariam a manutenção da cultura política democrática, uma vez que a lógica neoliberal estaria intrinsecamente associada à geração e ao aprofundamento de desigualdades sistêmicas. Assim, se a lógica neoliberal está esvaziando os ideais e desejos das democracias liberais existentes, “[...] a partir de quais plataformas se poderiam lançar projetos democráticos mais ambiciosos?” (BROWN, 2015, p. 18).

Um caminho possível para começar a responder a colocação acima tem origem nas discussões sobre radicalização democrática. Para Laclau e Mouffe (2001) revolução e democracia são ideias intrinsecamente conectadas; e, segundo os autores, é preciso aprofundar e expandir a ideologia liberal-democrática na direção da radicalização e da pluralidade. Assim, destacam a necessidade de que as lutas democráticas aprofundem suas relações umas com as outras para que elas possam se consolidar, sejam essas lutas antirracistas, o enfrentamento ao patriarcado, à LGBTfobia, entre outras.

De forma semelhante, Lloyd (2009) realiza uma interpretação interessante das obras de Butler (1997, 1999, 2004) argumentando que ao falar sobre demandas de grupos historicamente excluídos do campo político, a autora estaria remetendo a elementos da democracia radical. Nesse sentido, a partir do momento em que grupos marginalizados reivindicam direitos há o surgimento de uma contradição performática:

a reivindicação de algo do qual eles são constitutivamente excluídos. Em meio a esse paradoxo, há a criação de uma legitimidade que desafia as já existentes, na busca pela construção de canais mais abertos e universais.

Dessa forma, Lloyd (2009) entende a política democrática radical como aquela que é orientada para a universalidade de direitos e que necessariamente contesta a normatividade (questionando, por exemplo, as normas que definem o humano, a diferença sexual, quais vidas importam, entre outras questões). Ao recorrer a performances e ações disruptivas, portanto, a democracia radical abre espaço para repensar o campo político, ao contestar a violência normativa que define *quem* e o *que* importa na sociedade. Elementos fundamentais das iniciativas de radicalidade democrática, portanto, seriam as reivindicações por igualdade, justiça, liberdade e direitos, no sentido de alcançar a universalidade de tais valores.

Até aqui realizamos considerações sobre os limites da democracia moderna, a tensão e a complementariedade entre representação e participação política e os impulsos em favor da radicalização democrática. Entende-se, portanto, que a reinvenção democrática passa pela revisão do conceito de representação política, em coordenação com mecanismos de participação popular, e a partir de iniciativas disruptivas e performáticas, que desafiem o sistema político e promovam a inclusão e a pluralidade.

Entendemos que as experiências de mandatos coletivos no Brasil potencialmente trazem o elemento disruptivo e performático da radicalização, a partir da ressignificação de práticas e espaços democráticos e pela inclusão na política representativa de indivíduos e grupos marginalizados: como mulheres e feministas, pessoas negras, comunidades indígenas, pessoas LGBT*s, pessoas da periferia, comunidades jovens, entre outros. Além disso, os mandados coletivos incorporam e reinventam mecanismos de participação democrática, nos quais o elemento da inclusão se manifesta no potencial deliberativo que almeja envolver outros grupos e o eleitorado no processo de decisão política durante o mandato.

Entendemos que os diferentes movimentos sociais e ativismos, que estabeleceram relações diversas com os partidos políticos, e com o Estado brasileiro, nas últimas décadas – entre a política institucionalizada e não institucionalizada; e se deparando com ambientes político-institucionais mais ou menos favoráveis à sua

atuação – (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018) encontraram no governo Lula maior permeabilidade (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). No entanto, como vimos no capítulo introdutório da tese, o ciclo de protestos iniciados em 2013 deu início a um processo complexo e heterogêneo, sendo constituído pela reinvenção de mobilizações progressistas e a revelação de movimentos reacionários (SILVA; PEREIRA; SILVA, 2016).

Assim, diante do déficit democrático e de guinadas que flertam com o autoritarismo no Brasil, portanto, os mandatos coletivos oferecem alternativas para a reinvenção e o “reencantamento” político. A inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados e excluídos dos espaços de decisão e poder, de forma coletiva, e somada a inventividades que tentam contribuir para o aprofundamento democrático, constitui um novo modelo de representação política.

Vale ressaltar que, ao estudar as experiências de mandato coletivo no Brasil, não estamos opondo a representação à participação política. Estamos, porém, nos inserindo em um diálogo com as perspectivas que criticam, e extrapolam, as vias tradicionais da democracia institucional, buscando as brechas no sistema que possibilitam a emancipação de determinados corpos e vivências na política. Ao realizar essa afirmação, precisamos revisitar o campo da institucionalização política partidária.

1.2 A institucionalidade política partidária no Brasil

Ao caracterizar o déficit democrático no Brasil, e algumas respostas possíveis elaboradas nesse cenário, se faz necessário recorrer à literatura da sociologia política clássica, assim como ao estudo das instituições políticas brasileiras, em especial ao sistema político partidário. Como afirmam Bolognesi e Codato (2018), o sistema político brasileiro pós-redemocratização teve como base o multipartidarismo, inaugurando um período, na passagem da década de 1980 e 1990, caracterizado pela liberdade partidária e pelo pluralismo político; ao mesmo tempo em que a nova Constituição autoriza a experiência de instituições políticas mais participativas.

Como apontam Braga, Ribeiro e Amaral (2016), apesar de fatores históricos que testemunhavam contra a jovem democracia brasileira – haja vista a sua trajetória autoritária e a inusitada combinação de presidencialismo multipartidário, com sistema

de listas abertas e votação nominal –, ao longo das primeiras décadas de sua existência, teria alcançado um sistema partidário estável. Essa estabilidade estaria relacionada com a presença permanente de atores que controlam a dinâmica da política nacional: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Democratas (DEM), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT); com ênfase para as disputas presidenciais com a participação desses últimos. Assim, um cenário relativamente regular, e que contou com a continuidade das regras do jogo político, teria contribuído para a institucionalização do sistema partidário no país (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2016),

Acessando a tradicional categoria de Duverger (1970), podemos compreender o relativo equilíbrio desencadeado pela presença dos partidos dominantes no tabuleiro eleitoral brasileiro. Segundo o autor, o sistema majoritário de um turno tende ao dualismo de partidos; enquanto o sistema de dois turnos e a representação proporcional tende ao multipartidarismo. Além disso, Duverger (1970) evidencia dois efeitos importantes no processo político eleitoral, relevantes para a nossa discussão: a tendência mecânica dos sistemas eleitorais praticados nas democracias modernas de sub-representar os menores partidos; e o efeito psicológico de se evitar o “desperdício de voto” nos partidos pequenos, o que leva, ainda mais, à diminuição da sua participação política.

Assim, pode-se entender que o desfavorecimento de partidos pequenos no jogo eleitoral – quando não a exclusão dos mesmos, tendo em vista a prática do quociente eleitoral no Brasil –, pode contribuir para dois processos: o favorecimento de partidos maiores; e a individualização de campanhas para o legislativo; aspecto que é intensificado no Brasil pelo sistema de listas abertas (NICOLAU; SCHMIIT, 1995).

O aspecto dominante dos grandes partidos no país nos leva, também, à discussão em torno da profissionalização política na democracia representativa. Segundo Perissinotto e Veiga (2014), o surgimento de um grupo de pessoas assalariadas integral e permanentemente dedicadas à atividade política seria uma tendência encontrada mais fortemente entre os partidos de centro-esquerda do Brasil; enquanto os partidos de centro-direita tenderiam ao perfil dos “políticos ocasionais”. Essa diferença se explica pelo fato dos partidos de centro-esquerda investirem no “profissional político”, naquela figura que possui sólidos vínculos com a organização

partidária no interior de seus quadros; enquanto os partidos de centro-direita estarem sempre buscando pessoas “notáveis”, que têm condições de converter capitais pessoais (recursos, popularidade, experiência profissional) em capital político (PERISSINOTTO; VEIGA, 2014).

Além disso, ao dialogar com a literatura que se ocupa do estudo da relação entre os grandes partidos, majoritariamente elitistas, e o maior acesso aos recursos de financiamento eleitoral, Bolognesi e Codato (2018) evidenciam outra característica da política partidária brasileira: a existência dos partidos “personalistas” ou “oportunistas”. Assim, o personalismo eleitoral estaria relacionado a grupos que possuem baixa disposição política, e que se diferem das ocupações tradicionais dos grandes partidos, na medida em que apenas a vontade de participar das eleições seria condição suficiente para se lançar à corrida (BOLOGNESI; CODATO, 2018).

Ainda sobre a elite política profissionalizada, Moura (2018) resgata Miguel (2013) para caracterizar a carreira política no Brasil como sendo hierarquizada, com formato piramidal, ou seja, em um formato de competição permanente entre os cargos. Na medida em que o trânsito institucional permite a acumulação de um capital político, a profissionalização favoreceria a sedimentação de uma classe política elitista nos país (MOURA, 2018).

Em relação às iniciativas de renovação partidária no país, Ribeiro, Locatelli, Assis e Leveguen (2018) evidenciam que o aparato formal que regulamenta a existência e funcionamento dos partidos brasileiro – a partir das regras para seus membros filiados, dos órgãos executivos internos e de sua disposição hierárquica convencional – acaba dificultando processos de renovação, tanto na criação de novos partidos, quanto na mudança em seu interior. Assim, segundo os autores, haveria um descompasso entre as iniciativas de inovação existentes, que incorporam movimentações na direção de adaptar os partidos ao público jovem e à era digital; e a legislação eleitoral e partidária, que constrange a concretização dessas transformações (RIBEIRO; LOCATELLI; ASSIS; LEVEGUEN, 2018).

Percorremos até aqui, portanto, elementos que nos permitem caracterizar algumas dinâmicas da política partidária dominante, do profissionalismo político e das candidaturas personalistas no Brasil. Tendo essas considerações em mente, então, assumimos como ponto de partida para as nossas reflexões, em torno das

experiências de mandatos coletivos, no pano de fundo da institucionalidade política brasileira, o argumento de Miguel (2002), a respeito da literatura clássica da sociologia política que normaliza, a partir de parâmetros de “estabilidade” da dinâmica partidária, uma “democracia domesticada”, conivente com as desigualdades sociais no país. Nesse sentido, reconhecer as estratégias empíricas de “reencantamento” e de “democratização” significa assumir que diante dos processos em curso de exclusão política, o “ideal democrático continua exibindo seu caráter subversivo” (MIGUEL, 2002, p. 506).

Nesse sentido, estamos também dialogando com Urbinati (2005), entendendo que a democracia representativa deve, constantemente, recriar a si mesma e se aprimorar, tendo como princípio regulador a soberania popular. Assim, ao perceber que os resultados eleitorais perpetuam desigualdades e insatisfações, reivindicações na arena política seriam reflexos da luta para a redefinição das fronteiras, entre o jogo político e as demandas sociais (URBINATI, 2005).

Além disso, ainda em diálogo com Urbinati (2005), buscamos interpretar a representação como um processo político que conecta sociedade e instituições, ao promover a formação de grupos e de identidades. Assim, podemos entender a representação política como um processo circular entre as instituições e a sociedade, dinâmica esta que não acontece, exclusivamente, nos espaços da política formal (URBINATI, 2005).

Assim, mesmo reconhecendo a importância do debate erudito que foca na institucionalização política partidária, estamos voltando o nosso olhar para elementos empíricos que jogam luz na possibilidade de provocar essas instituições e de desafiar as candidaturas personalistas, a partir de um conjunto de experiências que foram construídas por fora da hegemonia partidária. Dessa forma, os casos estudados têm uma origem externa às trajetórias e carreiras políticas tradicionais, de modo que as entendemos em tensão com o processo de profissionalização política.

1.3 Representação política

Discorrer sobre o déficit democrático e suas tensões inerentes significa apontar para os limites da democracia representativa. Pitkin (2004), discorre sobre os

contrassensos existentes entre representação e democracia, nos quais a democracia, em muitos contextos, acaba sendo apenas uma expressão que mascara autogovernos formados por elites políticas, onde a representação estaria suplantando a democracia, ao invés de servi-la. Essa perspectiva nos ajuda a compreender a desconfiança nas instituições democráticas vivenciada por democracias liberais contemporâneas, como apontada por Sacchet (2012). A autora argumenta que essa desconfiança se manifesta através dos baixos índices de participação eleitoral e no desinteresse político generalizado; ou seja, por um distanciamento entre representantes e representados.

O descontentamento e descrédito por parte dos cidadãos, juntamente com o sentimento de desconexão, levam a uma sensação de impotência perante os processos políticos. No Brasil, onde há a obrigatoriedade do voto, Sacchet (2012) destaca como muitas pessoas encaram o processo eleitoral como um jogo de cartas marcadas, que serve apenas para legitimar a perpetuação de certas elites políticas no poder. A partir dessa perspectiva, podemos compreender, por um lado, as demandas por maior inclusão na política formal de grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos dizem respeito a minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2000); e por outro, o desencadeamento de projetos de radicalização ou de retrocesso democrático, motivados por sentimentos de ceticismo político.

Em contrapartida, para Young (2000) os democratas radicais frequentemente desconfiam das instituições de representação política, que de certa forma, impediriam a construção de um público participante capaz de enraizar a ideia de justiça. No entanto, apesar de reconhecer que uma democracia forte deve, sim, ter canais de democracia direta, a autora argumenta que a posição anti-representação recusa realidades complexas do processo democrático e opõe, erroneamente, a representação à participação. Em outras palavras, se é difícil exercer democracia com representação política, sem ela seria impossível.

Assim, na representação política formal, uma forma de impulsionar a democracia seria pela promoção da paridade (PHILLIPS, 2019). Essa argumentação passa pela defesa das políticas de cotas ou da representação especial de grupos estruturalmente desfavorecidos, uma vez que se relaciona estreitamente a democracia

com a ideia de inclusão política – ou a ideia de justiça com a necessidade do reconhecimento das diferenças e da participação de grupos marginalizados em processos de decisão política (SACCHET, 2012). Mucciaroni (2011) também argumenta sobre a necessidade de uma compreensão mais profunda das questões que se encontram na interseção entre sexo e política, por exemplo, na conquista pela ampliação de direitos da população LGBT*.

Porém, até então a representação política não conseguiu abordar o problema das desigualdades sociais, das desigualdades de gênero, do racismo e de outras pautas atreladas a grupos marginalizados (PHILLIPS, 2019). O cenário de exclusão política de determinadas parcelas da sociedade traz à tona reflexões não somente sobre a necessidade de inclusão, mas, também, sobre a qualidade da representação. Um argumento importante, nesse sentido, é o de que parlamentares eleitos a partir do critério representativo nem sempre se comportam da mesma maneira no espaço legislativo. Assim, os/as representantes, argumentam Crisp, Demirkaya, Schwindt-Bayer e Millian (2016), tenderiam a produzir ações legislativas que beneficiariam os grupos identitários quando o contexto eleitoral incentiva tais ações, ou seja, quando são estratégias importantes para se garantir a reeleição.

Da mesma forma, há indícios de que eleitores com perfis diferentes atribuem valores diferentes à representatividade. Gay (2002) afirma que os eleitores brancos nos Estados Unidos tendem a se sentir mais representados por meio de parlamentares brancos ligados a determinados perfis ideológicos. Enquanto os eleitores negros aparentam depositar menos importância na representação descritiva *per se*, ao se sentirem igualmente representados por parlamentares brancos ou negros que compartilhem de suas preferências políticas; ao mesmo tempo que tais eleitores têm uma maior tendência de contatar os parlamentares negros. Já Tate (2001) conclui que os eleitores negros expressam níveis mais altos de satisfação com seus representantes em Washington quando estes são negros, mesmo controlando por outras características dos parlamentares, como o partido político.

Tendo em vista os debates que se direcionam para a pluralidade de significados em torno da representação política – e seus complicadores, se torna necessário retomar alguns debates fundamentais para a compreensão do conceito de representação. Para Mazur e Celis (2012), a contribuição de Hanna Pitkin em *The*

Concept of Representation (1967) ressoa entre os estudiosos tanto da representação política, quanto da qualidade da democrático, na medida em que aponta para parâmetros que revelam a intensidade com a qual as decisões políticas refletem e se aproximam com a sociedade. Além disso, Pitkin (1967) teria lançado uma base para os estudos sobre sub-representação de grupos minoritários, principalmente em torno de raça, etnia e gênero (MAZUR; CELIS, 2012).

Ao evidenciar, portando, as formas elitistas da representação política, Pitkin (1967) promove reflexões acerca das modalidades que promovem a representatividade de grupos diversos. Além disso, apesar de manter uma separação estrita entre representação e participação política, Mazur e Celis (2012) argumentam que Pitkin (1967) aponta para processos críticos no desempenho democrático, lançando um olhar para a relação entre representantes e representados/as.

Assim, Hanna Pitkin (1967) identificou quatro dimensões da representação política: i) a representação formal, que se refere aos procedimentos institucionais para escolha dos representantes; ii) a representação descritiva, que se refere à correspondência identitária entre representantes e determinados grupos da população; iii) a representação substantiva, que se refere à ação dos representantes em prol dos representados; e iv) a representação simbólica, que diz respeito ao sentido representativo dos corpos eleitos.

A conceituação de Pitkin (1967) não deve ser entendida como uma taxonomia, ou seja, não se trata de modalidades que se excluem mutuamente. A distinção organiza as diferentes formas que podem aprofundar ou enfraquecer a qualidade da representação. O debate em torno da representação descritiva e substantiva de mulheres, por exemplo, aparece na literatura como uma forma de tornar a representação política desse segmento da população mais eficaz (MAZUR; CELIS, 2012).

A defesa da representação descritiva de mulheres, então, se baseia na concepção de que as instituições políticas deveriam refletir a composição da sociedade civil. Já a defesa da representação substantiva argumenta que a exclusão de mulheres do poder político significa que suas necessidades, demandas e interesses seriam abandonadas, já que as mulheres possuem perspectivas próprias (TREMBLAY; PELLETIER, 2000). A representação substantiva – conceito que ganhou muito

destaque nos estudos de gênero – pode, ainda, ser entendida em termos da representação que estaria a serviço dos interesses das mulheres ou até mesmo em termos do comportamento legislativo em defesa e em nome dos direitos das mulheres (HTUN, 2014).

Nas últimas décadas, o argumento de que o aumento da representação descritiva de mulheres – mais mulheres no poder legislativo – leva ao aumento da representação substantiva de mulheres – maior atenção política aos seus interesses – ganhou prominência nos debates acadêmicos sobre democracia representativa (LOVENDUSKI, 2005; MANSBRIDGE, 1999; PHILLIPS, 1995; YOUNG, 1990). Pesquisas sobre a relação entre tais conceitos foram aprofundadas nas décadas de 1990 e 2000, quando as políticas de cotas, no contexto de criação da Plataforma de Pequim⁶³, foram amplamente implementadas. Na América Latina, pelo menos onze países adotaram cotas legais ou constitucionais até o ano 2000, aumentando-se significativamente o número de mulheres nos Paramentos da região (DAHLERUP, 2005).

Esse contexto levou ao debate sobre a ideia de uma massa crítica, no sentido da definição sobre a representação descritiva mínima capaz de garantir efeitos na representação substantiva. A definição mais propagada foi a de Dahlerup (1988), que avaliou a massa crítica necessária em 30% de mulheres em parlamentos escandinavos. No entanto, há várias incertezas sobre a precisão e a validade externa dessa concepção, uma vez que a teoria corre o risco de homogeneizar sistemas políticos e não evidencia a dominação patriarcal que permeia as suas estruturas, o que traz desafios para o entendimento dos mecanismos que vinculam a representação descritiva à representação substantiva (SCHWINDT-BAYER, 2014).

Nesse sentido, Tremblay e Pelletier (2000) argumentam que a narrativa sobre a existência de uma correspondência entre um maior número de mulheres eleitas nos espaços legislativos, em termos quantitativos, e impactos positivos para a vida das mulheres, em termos qualitativos, nem sempre se confirma empiricamente. Para as autoras, para a geração de impactos positivos na agenda política dos direitos das

⁶³ As políticas de cotas cresceram na década de 1990 e foram incentivadas pela Plataforma de Ação lançada em 1995 durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, no âmbito das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2019).

mulheres, mais do que gênero, religião e até mesmo partido político, importa a consciência feminista das mulheres eleitas.

Assim, para além de mais mulheres no poder, seria necessário alcançar mais feministas na arena política – que as autoras entendem como sendo as mulheres e os homens que expressam as necessidades, demandas e interesses das mulheres. O que não significa dizer que a representação descritiva por si só também não seja importante, seja em termos da promoção da igualdade e da justiça política, seja da legitimação do sistema político ou da representação simbólica (TREMBLAY; PELLETIER, 2000).

A partir daí, algumas autoras deslocaram o debate para a ideia de atoras e atores críticas, lançando um olhar para a dimensão substantiva da representação, o que significa estudar a atuação política de mulheres e homens na defesa das políticas de direitos das mulheres em cada contexto específico (KROOK; SCHWINDT-BAYER, 2013); ou ainda para a noção de postos críticos, que estariam relacionados com os poderes de agenda e com as regras formais e informais que regem sua distribuição nos espaços legislativos (REZENDE, 2015).

Em relação ao campo de estudo sobre a representação simbólica, observa-se que em geral as mulheres se sentem melhor em relação ao governo quando mais mulheres são incluídas em cargos do poder político (LAWNESS, 2004). No entanto, Lawless (2004) chama atenção para o fato de essa observação não deve ser confundida com um indicador que traduz a qualidade da relação construída entre representantes e eleitores/as, sendo que o partido político ainda é o componente mais impotente nesse sentido, além de outras categorias como eficiência, competência, confiança e engajamento. Ademais, o fator de gênero não parece afetar as decisões políticas de todos os cidadãos da mesma forma, de modo que indivíduos com mais informações políticas são menos propensos a enxergar gênero como sendo sinônimo de determinados comportamentos ou comprometimentos políticos.

Mesmo assim, a autora reconhece que as avaliações positivas de representantes mulheres desempenham um papel importante na legitimação de políticas para as mulheres e na criação de modelos de liderança para mulheres na política e em outros âmbitos da vida. Assim, a representação simbólica pode contribuir para a abertura sociocultural em favor das mulheres cidadãs (LAWNESS, 2004).

O debate que transita no campo entre representação formal e substantiva, apesar de ser um parâmetro interpretativo importante, não nos oferece um caminho, por si só, para a compreensão das estratégias de mandato coletivo como forma de viabilizar a ocupação dos espaços políticos. Porém, Mansbridge (2003), de certa forma, retira o foco do debate entre descritivo e substantivo e vai além da dimensão simbólica ao afirmar que existe mais de uma forma de ser legitimamente representado em uma democracia, de modo que o critério para definir representação deve ser plural.

Assim, a autora identifica as representações promissória, antecipatória, giroscópica e delegada. Tais categorias apontam para diferentes estratégias, dinâmicas e objetivos traçados por mandatos parlamentares: i) a *promissory representation* é aquela na qual os representantes tendem a se orientar pelas promessas realizadas ao seu eleitorado, prestando contas; ii) a *anticipatory representation* é quando os representantes assumem como parâmetro para suas decisões aquilo que o eleitorado provavelmente aprovará no contexto da próxima eleição; iii) a *gyroscopic representation* é quando os representantes assumem como mais relevante, no processo decisório, suas próprias concepções, valores e interesses; e iv) a *surrogate representation* acontece quando os representantes, por sua vez, representam eleitores para além de suas próprias circunscrições (MANSBRIDGE, 2003).

Essa última modalidade, da “representação delegada”, é interessante para o estudo dos mandatos coletivos – e será retomada na seção 1.4 –, já que aponta para a possibilidade de mulheres, em especial as mulheres negras e subalternizadas, enquanto candidatas formais, vocalizarem um conjunto mais amplo de vozes marginalizadas na política, ao representarem uma agenda mais abrangente das lutas sociais. Para avançar nesse argumento, precisamos acessar o conceito de interseccionalidade.

1.4 Representação política e interseccionalidade

As teorias feministas clássicas da interseccionalidade argumentam que as estruturas sociais de gênero, raça, classe, etnia e sexualidade produzem diferenças e hierarquias entre as mulheres (CRENSHAW, 2002; HANCOCK, 2007; WELDON, 2008;

COLLINS, 2000). Como colocado por Davis (2008), apesar das teorias feministas da interseccionalidade não terem alcançado uma definição precisa e um conjunto de parâmetros metodológicos claramente identificados, para viabilizar a sua replicação, elas possuem os “ingredientes exigidos para uma boa teoria feminista”, uma vez que: 1) encorajam a complexidade; 2) estimulam a criatividade; e 3) instigam a exploração de “territórios desconhecidos”. Sendo essa, portanto, uma discussão central para o presente trabalho.

Assim, as teorias da interseccionalidade também se tornaram críticas para o estudo da representação política e para o entendimento dos diferentes efeitos que identidades distintas possuem sobre a representação substantiva de mulheres (SCHWINDT-BAYER, 2014). O conceito de interseccionalidade, como cunhado por Crenshaw (2002):

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (p.177).

Ainda que a autora defina que a interseccionalidade age como um catalizador da subordinação e do desempoderamento, Crenshaw afirma, também, que as mulheres que são racial, cultural ou economicamente marginalizadas têm se organizado ativamente, em pequena ou grande escala, a fim de modificar suas condições de vida (CRENSHAW, 2002, p.181). Assim, as categorias interseccionais que instituem opressão e exclusão carregam, ao mesmo tempo, um valor emancipador, de modo que interseccionalidade se torna sinônimo de potência transformadora.

Bernardino-Costa (2015) conceitua a interseccionalidade emancipadora, afirmando que, nem sempre, raça, classe e gênero estarão associados à opressão e à desigualdade; já que podem ser mobilizadas para o estabelecimento de solidariedade política, em torno de projetos decoloniais e de formas democráticas de agência política. Assim, classe, raça e gênero são entendidos como eixos de poder que

articulam movimentações trabalhistas, feministas e negras, promovendo construções políticas emancipatórias.

Collins (2017) chama a atenção para o uso disseminado do termo “interseccionalidade”, sem que ele seja acompanhado de compromissos sobre a promoção da justiça e da equidade. A autora afirma que o termo pode acabar se referindo a quaisquer conjuntos de “ferramentas teóricas ou metodológicas”, em uma academia neoliberal e permeada por hierarquias de poder. No entanto, a interseccionalidade emancipatória precisa, necessariamente, estar conectada às experiências das pessoas e às estratégias voltada para a promoção da igualdade social (COLLINS, 2017).

No contexto brasileiro, ainda, os estudos feministas da interseccionalidade tiveram como ponto de partida a vida das mulheres negras no país. Gonzalez (1982), Lima (1995), Bento (1995) e Bairros (1995) realizam discussões sobre o lugar das mulheres negras na sociedade, no mercado de trabalho, e sobre a trajetória educacional e a realização socioeconômica dessas mulheres. Assim, as autoras apontam para limites nas teorias feministas que não teriam dado conta de incorporar as imbricações entre as dimensões de desigualdade de raça e gênero em sua literatura.

Nesse sentido, Rodrigues (2013) argumenta que a interseccionalidade, em um país como o Brasil – profundamente marcado por desigualdades raciais, de classe e de gênero – precisa ser consolidada nas discussões e práticas feministas, em busca de um campo aberto a novas possibilidades de pesquisa e intervenção. Assim, vale ressaltar, ainda, que ao mobilizar as teorias feministas interseccionais não estamos preocupados com o uso do termo enquanto “categoria analítica”, mas enquanto construções *dão voz*, ou que permitem a vocalização das demandas dos segmentos historicamente excluídos da população.

Para aprofundarmos o entendimento da representação delegada, visando uma aproximação com a perspectiva interseccional emancipatória, recorreremos ao estudo de Htun (2014) sobre parlamentares negras na América Latina. A autora afirma, a partir de investigações qualitativas, que na maioria dos casos estudados, as parlamentares propuseram iniciativas para reverter a invisibilidade sofrida pela população negra na região. Essas iniciativas estavam motivadas pela preocupação com indivíduos

pertencentes a grupos identitários, ou seja, a partir de uma conscientização sobre o racismo estrutural e a exclusão social.

Nesse sentido, o que mais importaria para a representação de mulheres seria o fato de as parlamentares tomarem decisões para combater a desvantagem e a exclusão de grupos marginalizados, de forma generalizada. A ideia aqui é que, à medida que a representação de mulheres aumenta – incluindo-se as mulheres de grupos minoritários –, uma maior variedade de interesses vai sendo articulada no espaço político (HTUN, 2014).

Essa colocação nos leva a outro ponto fundamental levantado por Mansbridge (1999), que diz respeito aos riscos do “essencialismo”, isto é, o de insistir que representantes de determinados grupos, como por exemplo mulheres, compartilhariam de identidades essenciais para que pudessem representar todas as mulheres. Esse ponto se torna ainda mais importante quando consideramos a complexa relação entre subgrupos de mulheres e seus interesses; e, ao mesmo tempo, o seu potencial emancipatório afetivo e efetivo.

Ainda assim, a representação delegada nos ajuda a compreender algumas facetas dos mandatos coletivos estudados, por se tratarem do sucesso eleitoral de candidaturas coletivas encabeçadas por mulheres – e majoritariamente mulheres negras, que representam um conjunto de alianças progressistas e que expandem a representatividade abrangendo agendas construídas na fronteira entre lutas sociais (em termos territoriais, de gênero, de raça, de sexualidade etc.). Nesse sentido, as práticas feministas latino-americanas têm dado centralidade, nos termos de Matos (2008; 2018), às ações práticas que operem na “interseccionalidade transfronteiriça das diferenças” ou a partir de um “campo crítico emancipatório das diferenças”, aludindo às possibilidades de transformação/reversão da afonia política de grupos subalternizados que, através do campo, conseguem ter voz.

Vale ressaltar que esse entendimento surge na compreensão de experiências de ativismos interseccionais no Brasil. Rodrigues e Freitas (2021), ao recuperar as discussões de Matos e Simões (2018), evidenciam que os ativismos feministas que foram construídos no país a partir dos anos 2000 têm como ponto de inflexão a interseccionalidade, no sentido de reconhecer e aprofundar os entrelaçamentos que tangem as lutas sociais diversas. Nesse sentido, os feminismos interseccionais

estariam expandindo, por meio de fluxos horizontais, as construções interconectadas de repertórios de ação e lócus de intervenção política das lutas social, sexual, racial, geracional, entre outras (MATOS; SIMÕES, 2018; RODRIGUES; FREITAS, 2021).

Tendo em vista a necessidade de abarcar os debates sobre interseccionalidade na representação, e seguindo o entendimento de Mansbridge (2003), Htun (2014) realiza uma contribuição interessante neste sentido, ao afirmar que as mulheres negras no poder podem oferecer uma representação delegada, na medida em que seu comportamento representativo contribui para a deliberação democrática:

[as mulheres negras] introduzem novas questões nas agências políticas nacionais e obrigam outros a adotar uma perspectiva interseccional, servindo como um lembrete da heterogeneidade inerente aos grupos e identidades sociais. Sua presença política prova que a categoria “mulheres” inclui mulheres negras, asiáticas, lésbicas, mulheres pobres e muito mais, e que a categoria “afrodescendentes” inclui mulheres e homens. Apenas por estarem presentes no poder, impedem as pessoas de ignorarem ou negarem essa realidade inescapável de uma sociedade diversa e as obrigam a considerá-las. Isso melhora a representação democrática e a governança (HTUN, 2014, p. 120⁶⁴).

Em uma linha de pensamento semelhante, tendo em vista a sub-representatividade política de grupos específicos, Hughes (2011) realiza uma investigação sobre os efeitos das cotas na representação política de mulheres pertencentes a minorias étnico-raciais; partindo do pressuposto de que as chances dessas mulheres serem eleitas são de 1 em 14 comparado aos homens de grupos majoritários, 1 em 2 comparado aos homens de grupos minoritários e 1 em 3 comparado às mulheres de grupos majoritários.

A autora observa que cotas de gênero e cotas para grupos étnico-raciais tendem a beneficiar, principalmente, mulheres de grupos majoritários e homens de grupos minoritários, respectivamente⁶⁵. Porém, quando as políticas de cotas aparecem

⁶⁴ *They introduce new issues to national political agendas and compel others to adopt an intersectional perspective by serving as a reminder of the inherent heterogeneity of social groups and identities. Their political presence proves that the category “women” includes black women, Asian women, lesbian women, poor women, and more, and that the category “Afrodescendants” includes women as well as men. Merely by being present in power, they prevent people from ignoring or denying this inescapable reality of a diverse society and compel them to take it into account. This improves democratic representation and governance.*

⁶⁵ Mulheres de grupos minoritários se beneficiariam, em certa medida, das políticas nacionais de cotas para gênero e das cotas para grupos minoritários, mas não se beneficiariam das políticas de cotas partidárias para gênero (HUGHES, 2011).

de forma combinada, o cenário se modifica, sendo que nos países onde foram experimentadas cotas étnico-raciais em conjunto com cotas nacionais para gênero houve aumentos significativos na representação de mulheres de grupos minoritários (HUGHES, 2011).

Essa variação pode ser explicada quando levamos em conta as consequências irremediáveis do aumento de grupos sub-representados nos parlamentos: a saída de grupos majoritários; em sua maioria homens, brancos, de meia idade. Nesse sentido: “como uma mulher minoritária pode atender aos requisitos étnicos e de gênero enquanto ocupa apenas uma cadeira, a [sua] eleição ou cooptação [...] significa que mais homens majoritários podem ser incluídos na legislatura enquanto ainda atendem à cota” (HUGHES, 2011, p.13⁶⁶). Assim, quando as cotas operam de forma combinada (afirmando gênero e também raça), a eleição de mulheres pertencentes a grupos minoritários é favorecida.

À vista disso, a autora argumenta que um caminho possível para estimular a diversidade representativa⁶⁷ seria investir nas estratégias voltadas para as pessoas que estão nas intersecções, sugerindo a incorporação das alegações feministas de que as forças do sexismo, do racismo e de outras formas de preconceito estão inextricavelmente ligadas (HUGHES, 2011). Ao subverter a lógica das categorias binárias e excludentes, as mulheres que transitam “nas fronteiras” identitárias trazem o potencial interseccional para o espaço da representação política.

Além disso, Reingold, Widner e Harmon (2019), ao estudar o desempenho dos parlamentares nos Estados Unidos, argumentam que as mulheres pertencentes a minorias étnico-raciais geralmente são as mais propensas a exercer liderança nas políticas de gênero e raça – entendida como sendo a capacidade de pautar projetos de lei voltados para os interesses das mulheres e das minorias étnico-raciais. Assim, as autoras dizem colocar a teste as teorias da representação política e da interseccionalidade e destacam o distinto trabalho dessas parlamentares no sentido

⁶⁶ *Because a minority woman can meet both the ethnic and gender requirements while filling only a single seat, the election or cooptation of minority women means that more majority men can be included in the legislature while still meeting the quota.*

⁶⁷ Apesar da autora afirmar que as políticas de cotas não serão efetivas se regularem apenas uma porcentagem pequena de assentos e se não possuírem medidas coercitivas para garantir o seu cumprimento (HUGHES, 2011).

da promoção da agenda política favorável às minorias. Nesse sentido, as autoras concluem que a interseccionalidade e a abordagem interseccional da liderança política importam, uma vez que:

[...] as mulheres [negras ou latinas] desempenham papéis importantes e de liderança para endereçar as necessidades políticas de diversos eleitores pertencentes a grupos minoritários. Isso sugere que o número crescente de mulheres [pertencentes a minorias étnico-raciais] nos órgãos legislativos tem um significado especial para os grupos eleitorais mais marginalizados (Reingold; Widner; Harmon, 2019, p.2⁶⁸).

Dessa forma, é possível perceber que a interseccionalidade na representação política contribui, ao mesmo tempo, para impulsionar a representação descritiva, substantiva, simbólica e delegada – por meio da eleição de mulheres negras, por exemplo, que ocupam, formalmente e simbolicamente, o espaço institucional; que são mais propensas a exercer liderança nas políticas de gênero e raça em termos substantivos; e a incorporar demandas e agendas transfronteiriças. Os mandatos coletivos estudados, em especial, possuem o potencial de multiplicar os processos democratizantes no espaço político em todas essas dimensões. As experiências partem de candidaturas e campanhas eleitorais compartilhadas de grupos marginalizados; adotam práticas deliberativas – em conjunto com grupos e coletivos – na atuação política; abrem as portas da institucionalidade para a atuação performática e simbólica de corpos diversos; e incorporam a dimensão transfronteiriça de uma agenda política progressista plural.

Reconhecer o potencial da representação interseccional não significa ignorar as barreiras existentes às atividades legislativas das representantes plurais, principalmente para as mulheres negras. Hawkesworth (2003), por exemplo, enfatiza as táticas de silenciamento, estereotipação, invisibilização, exclusão, marginalização e demais violências utilizadas para subalternizar as congressistas negras na dinâmica institucional e nas relações interpessoais no contexto da rotina parlamentar nos Estados Unidos. Tendo essas barreiras estruturais em mente, fazer política na

⁶⁸ [...] *women of color play distinctive, leading roles in addressing the policy needs of multiple and multiply disadvantaged constituencies. This suggests that the increasing numbers of women of color in legislative bodies have particular significance for the most marginalized constituencies.*

coletividade se torna também um movimento que encoraja as mulheres e grupos marginalizados a disputarem as eleições, e que fortalece suas atuações.

Esse enfrentamento institucional, também desafia a lógica personalista e elitista da política brasileira. Considerando as regras eleitorais do país para as eleições legislativas, que acontecem por meio do sistema proporcional com lista aberta, as campanhas são tradicionalmente conduzidas por atuações individuais e personalistas, em que os partidos concentram seus recursos e tempo nos potenciais “puxadores de voto”, tendo em vista a dinâmica do quociente eleitoral e partidário⁶⁹ (SENADO, 2018). No entanto, as iniciativas de representação política compartilhada se baseiam em estratégias coletivas de divulgação de candidaturas e de compromissos para o mandato, em muitos casos alcançando um resultado expressivo, que ultrapassa o quociente eleitoral e maximiza o quociente partidário; sobrepondo a cultura individualista (COSTA NORTE, 2020).

Nesse sentido, consideramos que o estudo das experiências de mandatos coletivos contribuirá para o campo que se dedica a analisar as abordagens contemporâneas sobre representação política; assim como suas potências e desafios. Como *hipótese* que baliza a investigação do nosso trabalho, *entendemos os mandatos coletivos criados a partir de experiências compartilhadas no Brasil como um novo modelo de representação política interseccional, que expande a lógica da representação delegada na coletividade e diversidade*. Essas iniciativas permitem a inclusão de grupos marginalizados na experiência da representação política, democratizam espaços institucionais e práticas decisórias e permitem que um mesmo mandato parlamentar seja composto por um conjunto mais amplo de pessoas, garantindo participação, legitimidade e representatividade interseccional.

Assim, enxergamos as experiências dos mandatos coletivos no Brasil como uma expressão de indivíduos que vivenciam os espaços das fronteiras – mulheres negras,

⁶⁹ Nas eleições municipais, por exemplo, o quociente eleitoral é usado para determinar quantas cadeiras cada partido terá direito na eleição, sendo o resultado dos votos válidos do Município (todos, exceto brancos e nulos) sobre as cadeiras disponíveis na Câmara. O quociente partidário determina o número de cadeiras que o partido ganhou nas eleições, a partir do número de votos válidos recebidos sobre o quociente eleitoral. Assim, quanto mais votos o partido alcança, mais cadeiras ele consegue. Um “puxador de votos” que atrai muitos votos para o partido nas eleições, ajuda a aumentar o quociente partidário e, portanto, o número de cadeiras que o partido possuirá para distribuir entre os/as candidatos/as mais votados/as.

indígenas, ativistas, pessoas LGBT*s, entre outras – e que conseguiram, diante do cenário de crise representativa, provocar o “reencantamento” político pela coletividade, resultando em campanhas eleitorais vitoriosas. Entendemos, ainda, que esses mandatos representam um potencial democratizante e de radicalização ao fazerem enfrentamentos políticos⁷⁰ despatriarcalizadores, antirracistas, antihomolesbotransfóbicos e anticapitalistas. Nesse sentido, as experiências contribuem para a democratização no país ao significarem alternativas mais diversas e inclusivas de representação política que, através de ações concretas e performáticas, *hackeam*⁷¹ práticas institucionais violentas e excludentes.

1.5 Os mandatos coletivos no Brasil

Os estudos sobre mandatos coletivos no Brasil são recentes e englobam um conjunto de experiências que assumem formatos diferentes, seja em termos de candidaturas ou de práticas assumidas ao longo do mandato político. Fazer política na coletividade pode significar desde a adoção de mecanismos de consulta popular até o compromisso em torno de candidaturas compartilhadas. Aqui, recorreremos a alguns trabalhos e propostas legislativas que têm se dedicado à temática no Brasil e procuramos oferecer uma tipologia para categorizar quatro modalidades diferentes que balizam nossa pesquisa sobre mandatos coletivos.

É importante estabelecer que as candidaturas e os mandatos coletivos não estão regulamentados nem pelo código eleitoral e nem pelo processo eleitoral brasileiros, de modo que não estamos tratando de experiências uniformizadas (ou regulamentadas). Assim, os mandatos eleitos operam com base em mecanismos próprios, seja por meio de alternativas mais formais, como a elaboração de estatutos e de compromissos mútuos referendados em cartório; seja por meio de alternativas mais informais, como a experimentação e confiança mútua entre os membros do mandato.

⁷⁰ Como veremos ao longo dos Capítulos 2 e 3.

⁷¹ O entendimento desse conceito, obtido através das entrevistas realizadas, será desdobrado ao longo dos Capítulos 2, 3 e 4.

A regulamentação das candidaturas e mandatos se torna cada vez mais relevante, haja visto a expansão das experiências nos últimos ciclos eleitorais e as tentativas de interferência jurídica em candidaturas nas eleições de 2020. O levantamento da RAPS (2019), mostra que as eleições de 2016 e de 2018 trouxeram 89% das candidaturas e 69% dos mandatos identificadas nos últimos 24 anos – de um total de 32 mandatos eleitos. Em 2020, no entanto, foi registrado o maior número de modalidades coletivas até então, com 313 candidaturas e 22 mandatos eleitos. As candidaturas coletivas representaram, neste ano, 0,06% das candidaturas e 0,34% dos votos, obtendo – em termos percentuais – um desempenho médio de votos superior ao das candidaturas individuais tradicionais (SECCHI; LEAL, 2020).

Ao mesmo tempo, a tentativa de impugnação da candidatura coletiva da Nossa Cara⁷², pelo Ministério Público do Ceará e a proibição do registro do nome da candidatura coletiva liderada por Layla Jéssica Pessoa de Andrade⁷³ pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, revelam as incertezas e inseguranças que cercam as experiências, na falta de uma regulamentação própria. Além disso, a ausência de regras claras sobre a permanência, troca ou saída de coparlamentares tem levado a possíveis tensões nos mandatos coletivos eleitos em anos recentes⁷⁴, tanto internamente quanto externamente – na relação dos mandatos com o seu eleitorado, implicando em algumas inconsistências diante de modalidades mais informais.

Sobre as iniciativas em favor da regulamentação, desde 2017 está em tramitação no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 379/2017) que busca regulamentar as candidaturas e os mandatos coletivos. A PEC é de autoria da Deputada Federal Renata Abreu, do Podemos (PODE), e aguarda parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Apesar de poucos detalhista, a Proposta insere um parágrafo ao artigo 14 da Constituição Federal – que estabelece o exercício da soberania popular pelo sufrágio universal e pelo voto

⁷² Candidatura coletiva à vereança de mulheres negras e periféricas filiada ao PSOL e eleita em Fortaleza nas eleições municipais de 2020 com 9.824 votos (SILVA, 2020).

⁷³ Pré-candidata filiada ao PT, do município de João Alfredo (PE), que teve o seu pedido de registro de candidatura negado por ter requerido o uso na urna eletrônica do nome "Juntas".

⁷⁴ Como no caso da saída da Deputada Federal Áurea Carolina da Gabinetona em 2020 (CAROLINA, 2020), da expulsão da Codeputada Raquel Marques da Mandata Ativista (BANCADA ATIVISTA, 2021) e do afastamento da Deputada Estadual Mônica Seixas em 2021, que levantou dúvidas sobre a suplência no caso de mandatos coletivos (MATTOSO, 2021).

direto e secreto – para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder Legislativo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021e).

Além disso, o Projeto de Lei (PL) 4724/2020 (apensado do PL 4475/2020), de autoria do deputado André Figueiredo, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), dispõe sobre o exercício coletivo do mandato eletivo no Poder Legislativo. O artigo primeiro do PL estabelece que o mandato eletivo poderá ser exercido de forma coletiva, compartilhada, colaborativa, cooperativa ou participativa e receberá a designação de mandato coletivo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021b). O artigo segundo define a estrutura do mandato coletivo e considera:

I - parlamentar: ator político eleito, que ocupa legalmente o cargo eletivo e que compartilha o poder decisório com os coparlamentares; II - coparlamentar: cidadão participante de um mandato coletivo cuja posição deve ser consultada para a definição da decisão do parlamentar, no exercício das suas atribuições legislativas; III – chapa de mandato coletivo: conjunto de pessoas formado pelo candidato a parlamentar e pelos candidatos a coparlamentares, que compõem uma candidatura coletiva; IV – grupo de mandato coletivo: conjunto de pessoas formado pelo parlamentar e pelos coparlamentares; V - estatuto do mandato: acordo formal que delimita os elementos fundamentais do vínculo contratual entre o parlamentar e os coparlamentares (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021b, p. 2)

O PL enfatiza a importância do estatuto, a partir do qual o exercício do mandato coletivo deveria ocorrer em observância estrita, e que deveria contar os critérios de ingresso, o tamanho e os membros do grupo; assim como as regras para substituição de coparlamentares em caso de renúncia. Durante a campanha eleitoral se torna obrigatório que a chapa de mandato coletivo indique e explique o aspecto coletivo da candidatura assumido. Nesse ponto, fica excluído da modalidade coletiva o exercício apenas participativo do mandato, em que não exista um quantitativo delimitado de coparlamentares (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021b).

O PL também estabelece que os critérios para composição das chapas caberiam ao partido político e que o registro de chapa dos mandatos deveria ser composto pela documentação do/a candidato/a a parlamentar e dos/as candidatos a coparlamentar. Apesar disso, e da defesa de que a chapa poderia assumir um nome representativo – uma espécie de “nome social” da candidatura, o PL afirma que as prerrogativas e as obrigações decorrentes do cargo eletivo seriam atribuídas, para todos os fins legais, ao/a parlamentar eleito/a (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021b).

Assim, ao mesmo tempo que oferece maior previsibilidade e segurança judicial aos mandatos coletivos, o PL 4724/2020 delimita as experiências à modalidade de mandato compartilhado, e atribui autonomia sobre a formação de candidaturas coletivas aos partidos políticos.

Mais recentemente, e de forma semelhante, o Projeto de Lei Complementar 111/2021, que institui o Novo Código Eleitoral, proposto pelo Grupo de Trabalho (GT) da Reforma da Legislação Eleitoral da Câmara dos Deputados (2021c) e com relatoria da Deputada Margarete Coelho, do Progressistas (PP), apresenta uma proposta de regulamentação das candidaturas coletivas, que confere autonomia aos partidos para a definição dos requisitos de modulação das mesmas. Apesar de admitir, nas eleições proporcionais, o registro de candidatura coletiva, o Código explicitamente o condiciona à inclusão da modalidade no estatuto partidário, expressamente aprovada em convenção; de modo que essas candidaturas são entendidas como sendo uma estratégia voltada para facilitar o acesso dos partidos políticos aos cargos em disputa – apesar de ser representada, formalmente, por um/a único/a candidato/a oficial, para todos os fins de direito –. Além disso, na hipótese de vacância do mandato do/a representante da candidatura coletiva, o Código determina que a suplência é do respectivo partido político. Por fim, o parágrafo 5º do artigo 196 do Código estabelece que o partido é que deve estabelecer regras internas sobre:

I - a forma de estruturação da candidatura coletiva; II - a utilização de meios digitais; III - a necessidade de filiação partidária de todos os membros; IV - o respeito às normas e programas do partido; V - aplicação das condições de elegibilidade a todos os participantes; coletivas; disciplinares decorrentes de seu descumprimento; VI - os cargos para os quais serão aceitas as candidaturas; VII - a instituição de termo de compromisso e das infrações; VIII - a participação da coletividade na tomada de decisão sobre os rumos e estratégias políticas da candidatura; IX - a participação dos co-candidatos na propaganda eleitoral, com o respeito aos limites e regras previstas neste Código; X - o financiamento da candidatura coletiva, observadas as regras e limites previstos neste Código; XI - a dissolução da candidatura coletiva (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021c, p. 96)

De forma mais abrangente, para Secchi e Cavalheiro (2017), os mandatos coletivos dizem respeito a uma forma de representação legislativa na qual os(as) eleitores(as) mantêm algum tipo de controle sobre os mandatos, por meio de mecanismos de participação direta. Várias democracias já teriam experimentado

práticas de “mandato coletivo”, sendo que há iniciativas que lançaram mão dessa estratégia para fazer campanha eleitoral, para exercer o poder legislativo em diferentes sistemas políticos, ou até mesmo para expandir plataformas digitais de participação política direta, como na Suécia, Austrália, Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Itália e Argentina.

Para que isso seja possível, nos mandatos coletivos o(a) parlamentar eleito(a) voluntariamente sacrifica sua autonomia para empoderar o eleitorado, o que tornaria o mandato mais responsivo, responsável e favorável à prestação de contas. Nessa dinâmica, políticos e indivíduos podem compartilhar direitos, responsabilidades, custos e benefícios, desde a campanha eleitoral até o exercício do mandato (SECCHI; CAVALHEIRO, 2017).

Assim, para os autores, no mandato coletivo espera-se que haja um comprometimento com a prestação de contas e uma maior correspondência entre o que o grupo político envolvido quer e o que o(a) parlamentar faz. Desse modo, a partir de uma espécie de representação delegada os(as) cidadãos(ãs) participam dos processos de decisão que envolvem as atividades legislativas dos(as) representantes. Para que essa dinâmica aconteça, os mandatos coletivos dependem da existência de um acordo entre representantes políticos e cidadãos(ãs) que estabeleça o critério cooperativo no exercício do poder legislativo. Em outras palavras, “[...] significa que o mandato legislativo não pertence ao partido político ou ao representante em exercício, mas, de facto, a um grupo de cidadãos que partilham do mandato” (SECCHI; CAVALHEIRO, 2017, p.4).

Secchi e Leal (2020) definem os mandatos coletivos ou compartilhados como formas de exercício do poder legislativo por um grupo de cidadãos que têm tarefas de elaboração de projetos de leis, fiscalização do poder executivo, representação e posicionamento parlamentar. Esses mandatos seriam liderados por um/uma “porta-voz”, que possui o vínculo formal com o partido político e com a casa legislativa, mas que assume compromissos políticos com os/as “coparlamentares”. Para os autores, a diferença entre mandato coletivo ou compartilhado⁷⁵ diz respeito ao número de pessoas envolvidas: enquanto o mandato coletivo possui um “número reduzido” de

⁷⁵ Apesar de considerar essas diferenças, os autores adotam o termo “mandato coletivo” para se referir ao conjunto dessas experiências.

membros e forte alinhamento ideológico; o mandato compartilhado possui um “maior número de pessoas” e não necessariamente um alinhamento ideológico. Nesse caso, o engajamento do grupo se daria principalmente por meio digital.

Os autores afirmam, ainda, que as candidaturas coletivas se referem às propostas de campanha eleitoral “em vistas de realizar um mandato coletivo”. Nessa proposição, a vinculação jurídica e a filiação partidária estariam a cargo do/a candidato/a. A partir de ações conjuntas na campanha eleitoral e na manutenção das promessas de compartilhamento, a candidatura eleita, então, se transforma em mandato coletivo (SECCHI; LEAL, 2020).

Essa perspectiva contrasta com o PL de 2020, já que engloba múltiplos formatos e parece não subordinar os critérios de classificação das candidaturas coletivas aos partidos políticos. Mesmo assim, as propostas se aproximam na definição dos elementos essenciais para a identificação de mandatos coletivos. Nesse ponto, Secchi e Cavalheiro (2017) citam: i) o(a) parlamentar: ator(a) política que possui o assento legislativo; ii) os(as) coparlamentares: grupo de cidadãos que participam do mandato; e c) o estatuto do mandato coletivo: acordo estabelecido, muitas vezes na forma de uma carta de intenção, que define quem participa do mandato, assim como suas atribuições, obrigações e os procedimentos adotados pelo grupo.

Para além da formalização e dos procedimentos burocráticos, para Vieira, Crozatti e Ribeiro, (2012) é importante ressaltar que os mandatos coletivos surgem no contexto da criação de grupos que possuem forte identidade ideológica e que prezam pelos valores de participação democrática e comprometimento mútuo. Em relação aos mandatos coletivos no Brasil, entende-se que essas experiências envolvem níveis diferentes de participação e inclusão nos processos deliberativos, sendo que existem mecanismos que permitem o envolvimento de grupos pequenos ou de grupos mais amplos.

Na tentativa de interpretar, do ponto de vista analítico, os mandatos coletivos, o quadro comparativo de Vieira, Crozatti e Ribeiro (2012), contrasta o tipo de mandato individual com o coletivo, com base em seis variáveis. No Quadro 2, elaborado pelos autores, podemos perceber que os mandatos coletivos possuem responsabilidades compartilhadas com um Conselho Político, no que diz respeito à proposição da candidatura, ao financiamento de campanha, à assessoria parlamentar, às

deliberações sobre voto e sobre a decisão de candidatura à reeleição. Apesar de realizar uma contribuição didática para a compreensão dos mandatos coletivos, o foco na existência de um Conselho Política para explicar a modalidade como um todo acaba deixando muitas experiências de fora, já que, na ausência de um regulamento próprio, os mandatos assumem formatos diferentes no Brasil.

Quadro 2: Diferenças entre mandato individual e mandato coletivo

Quesito	Mandato Individual	Mandato Coletivo
Proposição da candidatura	Depende somente do indivíduo querer ou não candidatar-se. O indivíduo lança seu próprio nome e encontra um partido político que o aceite.	A indicação é matéria exclusiva do Conselho Político. Nenhum conselheiro tem garantia ou preferência para indicação de seu nome.
Financiamento da campanha	É oriundo do próprio candidato e de quem decide apoiá-lo, o que, neste último caso, acaba por comprometer a autonomia do eleito. Campanha de alto custo.	É oriundo de rateio entre os membros do Conselho Político e/ou fruto de trabalho coletivo de arrecadação: festas, rifas etc. Campanha de baixo custo.
Assessoria Parlamentar	De indicação exclusiva do eleito, o que abre grandes espaços para nepotismo, mesmo que cruzado, e/ou ocupação dos cargos por pessoas não qualificadas e não capacitadas.	De indicação coletiva. Possibilidade ínfima de nepotismo. Indicação de indivíduos mais aptos dentre os conselheiros.
Voto e postura parlamentar	Na prática, depende única e exclusivamente da vontade do eleito, que é a lógica de cidades pequenas.	Depende da vontade do Conselho Político, detentor do Mandato Coletivo.
Reeleição	Depende da vontade do indivíduo ser ou não candidato à reeleição.	Depende do que decidir o Conselho Político. Portanto, a possibilidade de se auto indicar para a próxima eleição é pequena.
Nível de personalização	O mandato é totalmente personalizado na figura do indivíduo. As pessoas no geral votam no indivíduo. É	O mandato é despersonalizado. O eleito é um mero representante temporário. A fala comum

	comum a fala “meu mandato”.	é “nosso mandato”. As pessoas são informadas e estimuladas a votar no Mandato Coletivo, o nome do eleito existe porque a lei o exige.
--	-----------------------------	---

Fonte: adaptado de Vieira, Crozatti e Ribeiro (2012, p.4).

Já Secchi e Cavalheiro (2017) assumem outros critérios e parâmetros em seu modelo analítico desenvolvido no estudo comparado de mandatos coletivos em cinco países. O modelo pode ser visualizado no Quadro 3 e inclui categorias que dizem respeito à origem, ao escopo do grupo, às dinâmicas internas adotados e aos mecanismos de participação. Nesse caso, os autores abrangem um leque ampliado de experiências coletivas, que podem variar desde mandatos compartilhados por duas pessoas até mandatos abertos por meio de mecanismos de participação popular que envolvem centenas de cidadãos. Embora a sistematização de categorias mais amplas seja importante para incorporar diferentes modelos, abarcá-las no grande guarda-chuva de iniciativas coletivas não contribui muito para o entendimento de modalidades específicas, como no caso das experiências compartilhadas que emergem no Brasil a partir de 2016.

Quadro 3: Variações dos mandatos coletivos

Iniciativa	Tamanho do Grupo	Quem Participa do Grupo	Acesso ao Grupo	Permanência no Grupo
<ul style="list-style-type: none"> - O(A) parlamentar - O partido político - Grupo de cidadãos - Os eleitores 	- De dois até milhões de cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> - Limite por associação - Limite por filiação partidária - Limite por idade - Limite por território - Participação é aberta 	<ul style="list-style-type: none"> - Antes do registro da candidatura - Durante a campanha eleitoral - Durante período entre eleição e posse - Durante o mandato 	<ul style="list-style-type: none"> - Expulsão por falta de frequência - Expulsão por falta de empenho - Expulsão por falta de desempenho - Expulsão por falta de ética

Distribuição de Poder	Extensão do Poder	Compartilhamento de Custos e Benefícios	Processo de Tomada de Decisão	Mecanismo de Interação
- De 0% a 100% distribuído	- Decidir sobre algumas das propostas que chegam ao plenário - Decidir sobre todas as propostas que chegam ao plenário - Elaborar propostas legislativas	- Nenhum - Parcial - Total	- Acesso sem limites - Voto individual (agregação de preferências) - Deliberação (formação de consenso)	- Sem processo de expulsão - Sem interação - Interação <i>online</i> - Interação face a face - Interação mista (<i>online</i> e face a face)

Fonte: Adaptado de Secchi e Cavalheiro (2017, p. 10).

Na tentativa de categorizar as inovações brasileiras, ao analisar os 32 mandatos coletivos mapeados pela RAPS (2019) no Brasil, entre as eleições de 1994 e 2018, podemos perceber que eles correspondem a 25 iniciativas “coletivas” de representação política – já que 7 correspondem a mandatos reeleitos, sendo que 6 mandatos pertencem à Gabinetona, Juntas e Mandata Ativista. Trataremos das 25 experiências, na tentativa de estabelecer algumas diferenciações.

A primeira experiência coletiva na representação política registrada no Brasil surgiu em Minas Gerais a partir da eleição do deputado estadual Durval Ângelo (PT) em 1994. Durval foi eleito para seis mandatos consecutivos e adotou o mecanismo de Conselhos Políticos, que se reunia semestralmente em várias regiões do estado. Os membros dos Conselhos eram eleitos em assembleias regionais, e suas reuniões possuíam caráter deliberativa (RAPS, 2019). Assim, como muitas das iniciativas descritas a seguir, consideramos que a iniciativa de Durval representa a eleição de uma candidatura individual, que estabeleceu estratégias de mandato aberto à participação popular, neste caso, por meio de Conselhos Políticos.

Passados dezoito anos, as eleições municipais de 2012 elegeram três experiências no estado de São Paulo: o mandato do vereador Caio Cunha, em Mogi das Cruzes, o mandato do vereador Paulo Camolesi, em Piracicaba – ambos do Partido Verde (PV), e o mandato do vereador Ronei Costa Martins (PT), em Limeira. Caio Cunha abriu espaço para a participação popular no mandato, atingindo uma rede de 300 participantes, organizados em diferentes temáticas. O ingresso em áreas temáticas de seu interesse permitia ao participante acessar os projetos correspondentes em votação na Câmara Municipal e fazer parte da discussão, junto ao vereador, para a decisão do posicionamento de seu voto parlamentar. Já Paulo Camolesi, organizou o mandato em torno de dez grupos de trabalho em áreas específicas de conhecimento técnico, que atuaram por meio de encontros semanais e itinerantes para deliberar sobre a atuação do vereador. Ronei Costa, por sua vez, recorreu à estratégia do Conselho Político, a partir de encontros semanais com cidadãos que deliberavam sobre a atuação parlamentar e que contribuíram com estudos para embasar elaboração de PLs (RAPS, 2019). Assim, as três experiências consistiram em candidaturas individuais que adotaram a modalidade de mandatos abertos participativos.

Em 2014, o deputado estadual Kelps Lima (SD) foi eleito no Rio Grande do Norte e colocou em prática um mandato participativo através do aplicativo “Decida meu voto”. Para incidir sobre o comportamento do deputado na Assembleia seria necessário alcançar um mínimo de 20.140 votos a favor ou contra as propostas legislativas (RAPS, 2019).

As eleições de 2016 trouxeram 13 novas iniciativas coletivas para o cenário brasileiro: cinco iniciativas de Santa Catarina (SC), quatro iniciativas de MG, duas iniciativas de PE e uma iniciativa dos estados de SP, Rio Grande do Sul (RS) e GO. Começando pelos mandatos de SC, Antônio Lemos, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi eleito vereador em São José e estruturou a atuação do seu mandato, a partir do Fórum Cristão de Cidadania – espaço para a discussão, mas sem caráter vinculativo, com diversos segmentos cristãos do município. O Fórum se reunia em torno de cinco vezes por ano e, potencialmente, influenciou o comportamento político do vereador. Bruno Cunha, eleito vereador em Blumenau pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), prometeu durante a sua campanha que iria contar com

especialistas técnicos para orientar a sua posição política em diversas áreas temáticas. Durante o mandato, os especialistas foram intitulados covereadores e participaram de discussões presenciais e online com o vereador. Níkolos Reais foi eleito vereador em Itajaí pelo PDT, mas depois migrou para o PSB e decidiu, após as eleições, desenvolver o aplicativo “NikLink” para consultar a população sobre a criação de pautas e PLs, obtendo um alcance médio de 220 participantes, apesar das consultas não serem disponibilizadas para todas as matérias de votação da Câmara municipal (RAPS, 2019).

Já Ricardo Antonello foi eleito em Joaçaba (SC), pelo Partido Republicano (PR), com a promessa de estimular a participação popular no mandato via *Whatsapp*. A partir da eleição, o vereador criou uma rede de 109 colaboradores, chamados de covereadores, que participaram da deliberação sobre propostas de conteúdo polêmico e que podiam sugerir projetos de lei. O vereador estimulou espaços para a discussão dos temas e, caso não conseguisse atingir consenso, recorria ao *WhatsApp* para realizar processos de votação. Por fim, apesar de Maikon Costa, do PSDB, ter sido eleito em Florianópolis com uma proposta de mandato tradicional, em 2019 o vereador aderiu ao aplicativo “Nosso Mandato”, através do qual passou a compartilhar com o eleitorado as suas decisões parlamentares através de fórum de discussão *online* e de votações sobre as pautas legislativas (RAPS, 2019). Assim, mais uma vez, todas as experiências desenvolvidas em SC representaram candidaturas individuais que incorporaram no mandato estratégias de participação popular.

Em MG, Gabriel Azevedo foi eleito vereador pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), em Belo Horizonte, com a promessa de dividir as suas decisões com seus eleitores por meio da participação via aplicativo. A partir do aplicativo “Meu Vereador”, os cidadãos puderam acompanhar as pautas em votação, marcar reuniões com o vereador e vocalizar problemas do município. Gustavo Bonafé foi eleito em Poços de Caldas, pelo PSDB, e adotou a estratégia da formação de 12 grupos de trabalho, somando 165 agentes, que auxiliam o vereador na tomada de decisão e podem influenciar a sua orientação de voto. De forma semelhante, o vereador de Poços também adotou um aplicativo para compartilhar informações sobre o mandato, promovendo abertura, participação e transparência (RAPS, 2019).

Ainda em Minas, algo novo surgiu, para além de candidaturas individuais comprometidas com a participação. Como já vimos na introdução do trabalho, em 2016, Áurea Carolina e Cida Falabella foram eleitas pelo PSOL, em Belo Horizonte, em coreanção com Bella Gonçalves, inaugurando a experiência da Gabinetona na cidade. A eleição foi permeada por uma estratégia de campanha coletiva que contava com 12 candidaturas vinculadas às “Muitas Pela Cidade Que Queremos”. A partir de um mandato coletivo, compartilhado entre Áurea, Cida e Bella – que chegaram a derrubar as paredes que separavam os seus gabinetes da Câmara Municipal – a Gabinetona também adotou estratégias de mandato aberto, expandindo a participação popular por meio de várias estratégias, criando grupos fortalecedores, mapas de lutas, zonas de confluência, entre outras (MARQUES, 2019). Trataremos de cada uma delas no Capítulo 2. Já em 2018, com a eleição de Áurea para a Câmara dos Deputados e de Andréia de Jesus para a Assembleia Estadual, a Gabinetona expandiu a sua atuação e se tornou o primeiro mandato coletivo e aberto a ocupar as três esferas legislativas ao mesmo tempo, com uma equipe de mais de 80 integrantes (GABINETONA, 2019).

Em Pernambuco, Gilmar Santos foi eleito em Petrolina pelo PT e estabeleceu um mandato aberto que se orienta por meio de assembleias mensais com representantes de movimentos sociais, convidados pelo vereador. Wanderson Florêncio foi eleito em Recife, pelo Partido Social Cristão (PSC), e passou a adotar uma estrutura de gabinete itinerante, na qual o vereador percorre todas as regiões da cidade para discutir com os cidadãos sobre demandas, pautas legislativas em votação e sugestões sobre PLs (RAPS, 2019).

A iniciativa de SP se deu pela eleição de Eduardo Sallum, do PT de Tatuí, que atuou a partir de laboratórios temáticos e regionais que alcançaram 150 participantes na cidade, chamados de coreadores. No RS, Valdir Pardal foi eleito em Torres pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), atual Republicanos, e utilizou um grupo no *Facebook* para compartilhar as suas propostas legislativas com o eleitorado. Através do grupo, foi possível realizar enquetes sobre os PLs e expressar opiniões (RAPS, 2019). Todas seguindo o formato mais usual de candidaturas individuais, comprometidas com mandatos abertos.

Por fim, as eleições ainda trouxeram a primeira experiência de candidatura compartilhada do país. João Yuji, do PTN, atual Podemos, foi eleito vereador em Alto

Paraíso de Goiás com mais cinco covereadores. O coletivo foi formado tendo em vista diferentes áreas profissionais: João Yuji é advogado, Ivan Anjo Diniz é jornalista e turismólogo, Luiz Paulo Veiga Nunes é engenheiro, César Adriano de Sousa Barbosa é químico e Laryssa Galantini – a única mulher do grupo – é bióloga. O mandato conta com um estatuto que estabelece e distribui áreas setoriais entre os covereadores e a atuação parlamentar é deliberada entre o grupo. Eles podem participam das sessões da Câmara e decidem entre si sobre posicionamento de votos e criação de propostas (BORGES, 2016). A prática do mandato, portanto, é mais coletiva, no sentido de ser compartilhado entre os cinco integrantes; e menos aberta, no sentido de incorporar a participação popular.

Nas eleições de 2018, surgem mais duas experiências de candidaturas compartilhadas, ambas do PSOL, dessa vez nos estados de PE e SP: são as candidaturas das Juntas e da futura Mandata Ativista. Em PE, o nome “Juntas” foi eleito nas urnas, apesar da candidatura carregar o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de Jô Cavalcanti (JUNTAS, 2019). As codeputadas Carol Vergolino, Joelma Carla, Kátia Cunha e Robeyoncé Lima foram vinculadas formalmente ao mandato enquanto assessoras de gabinete. Estratégia parecida foi adotada pela candidatura da “Mônica da Bancada”, com o CPF de Mônica Seixas sendo utilizado para viabilizar a eleição do grupo paulista que originalmente contou com oito codeputados ativistas, vinculados ao gabinete: Anne Rammi, Chirley Pankará, Claudia Visoni, Erika Hilton, Fernando Ferrari, Jesus dos Santos, Paula Aparecida e Raquel Marques (BANCADA ATIVISTA, 2019). Em ambos os casos, foram incorporadas estratégias de mandato coletivo, compartilhado entre codeputadas/os; e de mandato aberto à população. Detalharemos essas experiências no Capítulo 2.

Ainda em 2018, surgiram mais duas iniciativas de mandato aberto. O deputado Felipe Rigoni foi eleito no Espírito Santo (ES) pelo PSB, com apoio do Movimento Acredito e do RenovaBR, e passou a utilizar duas estratégias: o aplicativo “Nosso Mandato”, para discutir as pautas parlamentares com os seus eleitores; e um Conselho Político compostos por 100 instituições, que teriam poder para influenciar a decisão de voto do deputado. No RN, Allyson Bezerra foi eleito deputado estadual pelo SD e também adotou o aplicativo “Nosso Mandato” para deliberar sobre as pautas em votação na Assembleia (RAPS, 2019).

A partir da exposição descritiva sobre as iniciativas “coletivas” de representação política desenvolvidas no Brasil, até 2018, elaboramos o Quadro 4, que oferece uma sistematização dessas inovações. Buscamos categorizá-las por duas dimensões principais: modalidades de candidatura e modalidades de mandato. Como podemos perceber, das 25 experiências identificadas apenas 3 representam candidaturas compartilhadas, que assumiram especificamente o compromisso durante a campanha eleitoral de dividir o mandato com um grupo (ou coletivo) previamente definido de coparlamentares: as candidaturas registradas nos nomes de Jô Cavalcanti, Mônica Seixas e João Yuji.

Quadro 4: Iniciativas coletivas na representação política brasileira

Mandato	Modalidade de Candidatura	Modalidade de Mandato
Mandatos eleitos em 1994		
Deputado estadual Durval Ângelo (PT-MG) – 1995-2018	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de Conselhos Políticos regionais.
Mandatos eleitos em 2012		
Vereador Caio Cunha (PV-Mogi das Cruzes, SP) – 2013-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de deliberação em áreas temáticas.
Vereador Paulo Camolesi (PV-Piracicaba, SP) – 2013-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de deliberação em grupos de trabalho.
Vereador Ronei Costa Martins (PT-Limeira, SP) – 2013-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de Conselho Político local.
Mandatos eleitos em 2014		
Deputado estadual Kelps Lima (SD-RN) – 2015-2022	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do aplicativo “Decida meu voto”.
Mandatos eleitos em 2016		
Vereador Gabriel Azevero (PHS-Belo Horizonte, MG) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do aplicativo “Meu Vereador”.
Vereador Gustavo Bonafé (PSDB-Poços de Caldas, MG) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de deliberação em grupos de trabalho e de aplicativo de celular.

Vereadora Áurea Carolina (PSOL-Belo Horizonte, MG) – 2017-2018	Individual, com campanha coletiva	<u>Mandato Aberto e Coletivo</u> , por meio de múltiplas estratégias da Gabinetona* .
Vereadora Cida Falabella (PSOL-Belo Horizonte, MG) – 2017-2020	Individual, com campanha coletiva	<u>Mandato Aberto e Coletivo</u> , por meio de múltiplas estratégias da Gabinetona* .
Vereador Antônio Lemos (MDB-São José, SC) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do Fórum Cristão de Cidadania.
Vereador Bruno Cunha (PSB-Blumenau, SC) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de deliberação em áreas temáticas.
Vereador Nikolas Reais (PDT-Itajaí, SC) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do aplicativo “NikLink”.
Vereador Ricardo Antonello (PR-Joaçaba, SC) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do <i>Whatsapp</i> .
Vereador Maikon Costa (PSDB-Florianópolis, SC) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do aplicativo “Nosso Mandato”.
Vereador Gilmar Santos (PT-Petrolina, PE) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de deliberação em assembleias.
Vereador Wanderson Florêncio (PSC-Recife, PE) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de gabinete itinerante.
Vereador Eduardo Salllum (PT-Tatuí, SP) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de laboratórios temáticos e regionais.
Vereador Valdir Pardal (PRB-Pardal, RS) – 2017-2020	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do <i>Facebook</i> .
Vereador João Yuji (PTN-Alto Paraíso de Goiás, GO) – 2017-2020	Compartilhada, com quatro covereadores.	<u>Mandato Coletivo</u> , a partir da distribuição de áreas setoriais.
Mandatos eleitos em 2018		
Deputada Estadual Jô Cavalcanti (PSOL-PE) – 2019-2022	Compartilhada, com quatro covereadoras.	<u>Mandato Aberto e Coletivo</u> , por meio de múltiplas estratégias das Juntas* .

Deputada Estadual Mônica Seixas (PSOL- SP) – 2019-2022	Compartilhada, com oito codeputadas/os.	<u>Mandato Aberto e Coletivo</u> , por meio de múltiplas estratégias da Mandata Ativista* .
Deputada Estadual Andréia de Jesus (PSOL-MG) – 2019- 2022	Individual, com campanha coletiva	<u>Mandato Aberto e Coletivo</u> , por meio de múltiplas estratégias da Gabinetona* .
Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL- MG) – 2019-2022	Individual, com campanha coletiva	<u>Mandato Aberto e Coletivo</u> , por meio de múltiplas estratégias da Gabinetona* .
Deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) – 2019-2022	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio de Conselho Político e do aplicativo “Nosso Mandato”.
Deputado Allyson Bezerra (SD-RN) – 2019-2022	Individual	<u>Mandato Aberto</u> , por meio do aplicativo “Nosso Mandato”.

* Serão tratadas nos Capítulos seguintes.

Fonte: elaboração própria a partir de dados compilados pela RAPS (2019).

Em relação às modalidades de mandato, das 25 experiências acima, apenas 7 exerceram mandatos coletivos – compartilhados entre coparlamentares: o Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás e os mandatos da Gabinetona, Juntas e Mandata Ativista. Destes, apenas os mandatos da Gabinetona, Juntas e Mandata Ativista incorporaram, na mesma iniciativa, estratégias de mandato coletivo e aberto; ou seja, não entendem como separadas as dimensões de representação e participação. Elas também representam as primeiras experimentações coletivas eleitas filiadas ao PSOL. Entendemos que para serem considerados mandatos coletivos, os mandatos devem ser exercidos com coparlamentares que integram a equipe do gabinete, participam e ocupam os espaços legislativos institucionais presencialmente, compartilhando responsabilidades e deveres políticos.

A partir dessa categorização, formulamos uma tipologia dos modelos de representação política coletiva encontrados no Brasil. No Quadro 5, podemos identificar as quatro principais diferenciações que nos ajudam a situar as experiências brasileiras: candidaturas individuais, candidaturas compartilhadas, mandatos abertos e mandatos coletivos.

Quadro 5: Tipologia dos modelos de representação política coletiva

Modalidade de Candidatura	Modalidade de Mandato
Candidatura Individual	Mandato Aberto
Candidatura Compartilhada	Mandato Coletivo

Fonte: elaboração própria.

Assim, entendemos as candidaturas individuais como sendo o modelo tradicional de candidatura em que o número na urna está ligado a um/a candidato/a. Já as candidaturas compartilhadas, apesar de não serem regulamentadas no país, envolvem o compromisso, na proposição e registro da candidatura e durante a campanha eleitoral, de que o número na urna representa um coletivo ou um grupo pré-definido de indivíduos – candidatas/os a coparlamentares. Nesse modelo, o voto na urna deposita confiança política no grupo. No meio do caminho entre um modelo individual e compartilhado estão as candidaturas individuais que recorrem a estratégias de campanhas coletivas, nas quais um conjunto de candidaturas individuais assume o compromisso de atuar de forma colaborativa, seja durante o período eleitoral ou durante a condução de mandatos eleitos. Como veremos adiante, esse é o caso das candidaturas da Gabinetona, que conseguiu alcançar três esferas legislativas.

Na categoria de mandatos abertos incluímos todas as iniciativas de participação popular, seja participação direta via aplicativos de celular ou mídias sociais, passando pela participação colaborativa em grupos de trabalhos, áreas temáticas e gabinetes itinerantes; ou a participação mais institucionalizada via Conselhos Políticos de mandatos parlamentares; até as práticas de experimentação e radicalização democrática como veremos nos casos selecionados. Essas se dão por meio de vínculos territoriais permanentes, agentes externos corresponsáveis autogestionados, confluências de lutas sociais, entre outras (MARQUES, 2019).

Já os mandatos coletivos resultam na construção de experiências políticas coparticipadas, seja por candidaturas compartilhadas ou por candidaturas individuais que construíram campanhas coletivas. A partir da eleição, as iniciativas estruturadas nesse modelo contam com o protagonismo de coparlamentares na gestão dos mandatos, que apesar de possuírem formatos e alcances diversos, envolve a incorporação dos/as coparlamentares na equipe do gabinete, a participação dessas/es

na rotina parlamentar, a definição de dinâmicas decisórias entre os mesmos e a distribuição de responsabilidades e deveres políticos. Nesse sentido, esses mandatos seriam mais despersonalizados e trazem inventividades que rompem com o rito parlamentar tradicional. Nos casos selecionados, como veremos adiante, uma outra dimensão se torna evidente nos mandatos coletivos: a interseccionalidade representativa pela composição e perfil dos grupos que adentram o espaço político brasileiro.

Retornando às discussões elaboradas anteriormente a respeito dos mandatos coletivos, a nossa proposição se aproxima da definição encontrada no PL 4724/2020 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021b), já que limita o conceito de mandatos coletivos aos mandatos compartilhados entre coparlamentares, apesar de reconhecer que o grau de formalização dessas experiências dependerá de cada caso, no contexto de falta de regulamentação, o que pode resultar em tensões internas e externas na condução do mandato. Até por isso, admitimos que mandatos coletivos podem ser originados de candidaturas individuais tradicionais, desde que compromissos coletivos sejam assumidos na proposição da candidatura e durante a campanha eleitoral.

Ao mesmo tempo, nos aproximamos do entendimento de Vieira, Crozatti e Ribeiro (2012) sobre o surgimento de mandatos coletivos no contexto da criação de grupos que possuem forte identidade ideológica. De fato, a construção de candidaturas, campanhas e mandatos coletivos no Brasil não poderiam ser compreendidos sem o fio condutor da interseccionalidade de lutas sociais diversas e do compromisso com a inclusão e com a radicalização democrática.

Os mandatos políticos selecionados para a nossa análise – que compõem as experiências da Gabinetona, Juntas e Mandata Ativista –, não só constituem as primeiras iniciativas de mandato coletivo, como trazem inventividades para a modalidade de mandato aberto no país. Por fim, de todas as iniciativas coletivas mapeadas na representação política brasileira desde 1994, elas são as primeiras a serem compostas majoritariamente por mulheres e serem construídas a partir da eleição de mulheres; mulheres negras, periféricas e/ou comprometidas com o polo das lutas progressistas. Essas constatações apontam para a criação de uma resposta, via representação política, para a exclusão de mulheres e de grupos marginalizados, que encontram na coletividade viabilidade e sucesso eleitoral.

Os Capítulos 2 e 3 são dedicados à análise dos mandatos coletivos estudados, enquanto respostas pela via representativa. Buscamos alcançar, assim, uma síntese do surgimento e das experiências dos mandatos, tendo em vista as semelhanças e as diferenças encontradas entre: as estratégias de campanhas e candidaturas; os seus elementos impulsionadores; o perfil das/dos participantes; as dinâmicas estabelecidas com o partido político; o tamanho dos grupos; as dinâmicas de tomada de decisão; as estratégias de mandato coletivo; e as estratégias de mandato aberto.

2 O surgimento das experiências de mandato coletivo

A Gabinetona, as Juntas e a Mandata Ativista foram as primeiras experiências de mandatos coletivo conjugadas com estratégias de mandato aberto no país e foram os primeiros mandatos eleitos de mulheres, principalmente de mulheres negras, a partir de candidaturas compartilhadas e campanhas eleitorais coletivas. As mandatas representaram, também, as primeiras iniciativas coletivas de representação política eleitas pelo PSOL e obtiveram grande expressividade nas urnas.

A fim de compreender o surgimento dessas experiências, neste capítulo, analisamos: aspectos relacionados ao sucesso eleitoral das candidaturas; os seus elementos impulsionadores; a articulação política construída em torno das candidaturas; o perfil das/os integrantes dos grupos; e a relação das experiências com o partido político. Por fim, a partir da narrativa desses processos, identificamos as principais estratégias de campanha política utilizadas pelos três grupos.

2.1 O sucesso eleitoral dos mandatos coletivos

Em relação ao alcance eleitoral dos mandatos coletivos eleitos, no Quadro 6 podemos visualizar a relação dos mandatos com o percentual dos votos válidos⁷⁶ alcançados, em comparação com o desempenho médio de votos das candidaturas vitoriosas em cada eleição. Nas eleições municipais de 2016, Áurea Carolina foi a candidata mais votada de Belo Horizonte, alcançando 17.420 votos. Áurea passou dois anos na vereança compartilhada da Gabinetona com Cida Falabella e Bella Gonçalves e, nas eleições de 2018, foi eleita deputada federal por Minas Gerais, com 162.740 votos, tendo sido a quinta candidata mais bem votada do estado e, novamente, superando o desempenho médio de votos⁷⁷. Ainda em 2016, Cida Falabella foi eleita vereadora em Belo Horizonte com 3.454 votos; e apesar de ter ficado abaixo do desempenho médio de votos, se tornou uma das 4 mulheres eleitas para a Câmara Municipal, que conta com 41 cadeiras. Bella Gonçalves, que também saiu candidata

⁷⁶ Já descontados, portanto, os votos brancos e nulos.

⁷⁷ Em 2020, Áurea Carolina volta à disputa eleitoral, dessa vez se candidatando à prefeitura de Belo Horizonte pelo PSOL e alcançando 103.115 votos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020).

pelas “Muitas”, recebeu apenas 32 votos a menos que Cida, se tornou suplente de Áurea pelo PSOL e passou a compor o mandato em coreanção⁷⁸ (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2016; 2018).

Além da eleição de Áurea Carolina em 2018, Andréia de Jesus foi eleita deputada estadual em Minas Gerais com 17.689 votos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018). Andréia também fazia parte das “Muitas” e, após as eleições de 2016, compôs a equipe de gabinete da Gabinetona em Belo Horizonte. Apesar de ter sido eleita com um percentual de votos proporcionalmente mais baixo em relação às outras candidaturas eleitas, Andréia foi uma das 3 mulheres negras a serem eleitas, pela primeira vez, para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais⁷⁹.

Quadro 6: A expressividade eleitoral dos mandatos coletivos

Parlamentar	Cargo	Mandato	Percentual dos votos válidos	Desempenho médio de votos
Áurea Carolina	Vereadora Belo Horizonte (MG)	Gabinetona	1,46%	0,59%
Cida Falabella	Vereadora Belo Horizonte (MG)	Gabinetona	0,29%	
Bella Gonçalves	Vereadora Belo Horizonte (MG)	Gabinetona	0,29%	
Parlamentar	Cargo	Mandato	Percentual dos votos válidos	Desempenho médio de votos
Áurea Carolina	Deputada Federal (MG)	Gabinetona	1,61%	0,97%
Andréia de Jesus	Deputada Estadual (MG)	Gabinetona	0,17%	0,64%
Mônica Seixas	Deputada Estadual (SP)	Mandata Ativista	0,72%	0,54%
Jô Cavalcanti	Deputada Estadual (PE)	Juntas	0,87%	1,13%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (2016; 2018).

⁷⁸ Nas eleições municipais de 2020 essa relação se inverte. Após assumir o cargo, com a ida de Áurea para Brasília, Bella é reeleita em Belo Horizonte com 6.954; enquanto Cida não consegue garantir a reeleição com 6.451 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020). Assim, Cida passa a compor o mandato em coreanção na Gabinetona.

⁷⁹ Juntamente com Leninha (PT) e Ana Paula Siqueira (REDE).

Em Pernambuco, as Juntas conseguiram registrar a candidatura coletiva e levar às urnas o nome do grupo. As Juntas foram eleitas com o CPF e com a foto de Jô Cavalcanti, mas com a satisfação de poder oferecer aos eleitores o nome do coletivo quando o número eleitoral era digitado na urna eletrônica. As “Juntas” foram eleitas com 39.175 votos e, apesar de não ter atingido o desempenho médio de votos do estado (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018), a candidatura alcançou permeabilidade no interior pernambucano, obtendo votos em 180 dos seus 184 municípios, sendo a quinta candidatura mais votada na capital e ocupando a única cadeira conquistada pelo PSOL na ALEPE (ENTREVISTADX 13, 2019⁸⁰; ENTREVISTADX 16, 2019).

Por fim, a “Mônica da Bancada” alcançou 149.844 votos em São Paulo, se tornando a décima candidatura mais bem votada do estado (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018). Mônica Seixas encabeçou o registro da candidatura do grupo originado da Bancada Ativista, que formulou a primeira proposta de candidatura compartilhada com 9 cocandidatas/os e se tornou o primeiro mandato coletivo eleito do estado de São Paulo. A candidatura da Bancada conquistou votos em 95% do território do estado de São Paulo, alcançando 544 municípios (ENTREVISTADX 1, 2019; ENTREVISTADX 4, 2019; ENTREVISTADX 6, 2019).

2.2 Os elementos impulsionadores das experiências

O primeiro elemento impulsionador das candidaturas estudadas diz respeito à constatação da necessidade de “ocupar” e de “oxigenar” a política. Essa percepção, presente nos três grupos, está situada no contexto de exclusão política, de intensificação da polarização política, de desconfiança generalizada nas instituições, de retrocesso democrático; e motivada pela necessidade de garantir a representação e outros meios de incidência dos ativismos ligados às amplas maiorias sociais⁸¹. Essa

⁸⁰ A utilização das entrevistas assume a combinação de dois critérios: figuras públicas e centrais para a articulação política das experiências foram identificadas no corpo do texto; nas passagens citadas, os nomes foram retirados para preservar o anonimato de algumas/alguns participantes.

⁸¹ Usualmente referidas como minorias sociais, assumimos o entendimento, a partir dos grupos estudados, em torno das lutas das mulheres, da população negra, das periferias, das comunidades tradicionais, da população LGBT*, entre outras, como compondo as amplas maiorias sociais diversas (ENTREVISTADX 7, 2019).

oxigenação, que visava “hackear estruturas”⁸² e inserir as lutas dentro dos mandatos parlamentares, repercutiu nas ruas e nas urnas, provocando reencantamento com a política, a partir da promessa de formatos espontâneos e inovadores que chamam a atenção do eleitorado.

Para as integrantes da Gabinetona, as movimentações na cidade de Belo Horizonte, no contexto da Praia da Estação⁸³, do Fora Lacerda⁸⁴, das ocupações⁸⁵, das Assembleias Populares Horizontais⁸⁶, da volta do carnaval de rua, entre outras, representaram a matéria-prima das Muitas em 2016, que permitiram a catalisação de uma virada, a partir do encontro de insatisfações que estavam dispersas pela cidade e da compreensão de que ocupar o poder local era possível (ENTREVISTADX 10, 2019; ENTREVISTADX 11, 2019). Esse processo também teria sido catalisado pelo golpe jurídico-parlamentar-midiático contra Dilma Rousseff (PT), já que as ocupações e demais movimentações de resistência, mobilizadas nesse contexto, funcionaram como um “verdadeiro caldeirão” de encontro das lutas feministas, das lutas da negritude, de homens e mulheres trans, de lutas populares das ruas, que buscavam “democracia real” (ENTREVISTADX 8, 2019). Dessa forma:

[...] naquele momento, a gente pode lembrar 2016, né, o ano do golpe, tinha muitas coisas que confluíam, já havia uma necessidade, de fazer uma ocupação diferente da institucionalidade, ter representações mais nossas, das lutas nesses espaços, mas havia também uma discussão ampla sobre a necessidade da gente lutar pela política, nesse momento de esvaziamento, de golpe, de exceção. E um processo que deveria acontecer fora, mas também dentro das instituições. Então, e o parlamento é um espaço muito central hoje, na política, né, então havia uma necessidade mais doméstica, né, mais municipal, mais das lutas, mas havia uma necessidade mais ampla de reestruturação dos campos políticos no Brasil, “pra” dar conta da conjuntura.

⁸² Como forma de incidir na estrutura dos partidos e das instituições políticas, que excluem representantes das amplas maiorias sociais.

⁸³ A movimentação da Praia da Estação teve início em 2010, com a emergência de questionamentos sobre como os espaços públicos da capital estavam sendo ocupados e usufruídos pela população. A revitalização das ruas, da ocupação da Praça da Estação, do Viaduto Santa Tereza, e de outros espaços no centro da cidade, contribuíram para o retorno do carnaval de rua, para a criação de outras atividades culturais e para a aproximação de grupos e reinvenção de movimentações políticas.

⁸⁴ Começado a ser articulado via *Facebook*, o movimento pedia pelo *impeachment* do então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB).

⁸⁵ Como a ocupação da Câmara Municipal, no contexto das Jornadas de Junho de 2013; a ocupação de escolas da rede pública e da reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, no contexto do corte de verbas do Ministério da Educação; e a ocupação da Funarte, com a extinção do Ministério da Cultura, no início do governo de Michel Temer (MDB), em 2016.

⁸⁶ Experiência originada no contexto das manifestações de junho de 2013, em Belo Horizonte, proporcionando um espaço espontâneo, aberto e horizontal para debater proposta para a cidade.

A gente viu que o campo que “tava” estabelecido até então no governo, ele entrou em crise junto com a crise política e econômica do país, porque tinha virado parte da ordem, e a gente precisava fazer alguma coisa “pra” construir uma opção à esquerda que...à esquerda não, uma opção “pras” maiorias sociais, que são diversas e amplas, que conseguissem apresentar práticas novos, né, então havia muito pouco oxigênio, havia muita desesperança, havia muita descrença na política, havia um ambiente de demonização da política, quando a gente resolve se lançar, e a gente se lança “pra” tentar resgatar a política, e a democracia também, por dentro [...] como reencantar a política, como ocupar de forma diferente, como fazer...e aí é um super desafio, né, porque a campanha das Muitas vira...a campanha coletiva vira uma grande esperança “pra” muitas pessoas. Todo dia a gente é procurada por muita gente cheia de esperança [...] (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Paralelamente, surge, em 2015, a #partidA, um movimento suprapartidário nacional para impulsionar candidaturas de mulheres feministas e antirracistas. Diante do desafio de se eleger mulheres, negras, indígenas e periféricas no país, mulheres feministas discutiram a criação de um partido feminista no Brasil, sendo que as suas reuniões impulsionaram a criação do movimento, que possibilitou a organização de grupos de mulheres, de diversas cidades do país, em torno da #partidA (CULT, 2021). O apoio da #partidA, em Minas Gerais e em Pernambuco, foi essencial para a articulação e eleição das candidaturas das Muitas e das Juntas, respectivamente.

Os encontros da #partidA de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que atravessaram as experiências das Muitas em 2016 e 2018, ofereceram oficinas formativas para o fortalecimento de candidaturas de mulheres, a partir do compromisso em torno de candidaturas feministas e antirracistas. Além disso, com o objetivo de se eleger mais mulheres na política, a #partidA apoiou ativamente as campanhas das candidaturas efetivadas, e que haviam participado dos encontros do movimento, incluindo as candidaturas das Muitas. Em Pernambuco, o apoio a candidaturas de mulheres na região levou a integrantes da #partidA de Recife a pensarem na proposição de uma candidatura e a comporem a candidatura coletiva em 2018.

Ao mesmo tempo, e criando espaços de compartilhamento com outras iniciativas de mandatos populares no Brasil, integrantes das Muitas, da Bancada e da futura Juntas, começaram a participar do Ocupa Política⁸⁷, na tentativa de pensar

⁸⁷ Uma movimentação suprapartidária composta pela confluência de organizações, coletivos da sociedade civil e, em 2021, 17 mandatos ativistas eleitos, que se propõe potencializar candidaturas

estratégias que pudessem ampliar o campo da renovação política (ENTREVISTADX 7, 2019). Diante desse contexto, “oxigenar a política” também significava conquistar uma incidência direta na política de forma independente, e não mais se contentar com alianças a partir do apoio de políticos e partidos tradicionais, que não possuíam compromissos intrínsecos com as lutas:

[...] porque a gente já participava, mais ou menos, de campanhas no nosso campo progressista vamos dizer assim, né. E eu me lembro que a eleição de 2012 foi muito marcante, então a gente tinha expectativa de tirar o Lacerda em 2012, e a gente não construiu uma alternativa própria, então no fim das contas os nomes que apareceram que dialogavam com o nosso campo, não eram autenticamente uma expressão que vinha dessa força criativa, mais aberta, menos partidária, que também é uma leitura que a gente faz nas Muitas, e os candidatos que eram opções pra gente eram a Maria da Consolação no PSOL, e o Patrus Ananias no PT, pessoas que têm muita convergência com o que a gente constrói, somos do mesmo campo, somos parceiros, mas falta um pouco essa liga mais disruptiva, né, esse não enquadramento numa lógica partidária (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Há, nesse sentido, uma percepção de que “as grandes redes articuladas para eleger homens brancos” não incidiam sobre a sub-representação de mulheres ou de pessoas negras, ao mesmo tempo em que as estruturas partidárias, que repetiam a lógica dos privilégios – onde homens brancos tomam decisões hierárquicas e escolhem quem terá acesso aos recursos e apoio nas eleições –, não impulsionavam candidaturas das amplas maiorias sociais, historicamente escanteadas. As movimentações e ocupações pela cidade, nesse contexto, teriam contribuído para a compreensão de que os ativismos possuíam uma grande limitação de incidência nas estruturas, provocando uma dependência de alianças políticas tradicionais e da “canetada de alguém” (ENTREVISTADX 11, 2019). Portanto, assumir o protagonismo da defesa das lutas na institucionalidade e ocupar esse espaço com corpos diversos se tornaram objetivos centrais.

Com a inserção de integrantes das Muitas na institucionalidade, em 2016, amadurece, ainda mais, essa vontade política, quando a Gabinetona percebe os resultados concretos da sua incidência na CMBH. A partir daí, o grupo chama a

comprometidas com a renovação progressista no Brasil. O Ocupa começa a ser articulado durante as eleições municipais de 2016, com a vitória das Muitas (em Belo Horizonte), Marielle Franco (no Rio de Janeiro), Talíria Petrone (em Niterói), Sâmia Bonfim (em São Paulo), Fernanda Melchionna (em Porto Alegre), Marquito (em Florianópolis), Ivan Moraes (em Recife), entre outras (OCUPA POLÍTICA, 2021).

responsabilidade para si de aprofundar e ampliar o mandato coletivo nas eleições de 2018:

[...] aí, vendo também, assim, que ao entrar a gente consegue fazer alguma diferença, ainda que mínima, mas a gente passa a acessar recursos, a gente passa a ter influência, e isso pode ser revertido em ganhos, pra população, é pra isso que a gente ocupou, realmente, é pra defender direitos, políticas públicas, pra democratizar o sistema político. A gente vê o acirramento do golpe, de 2016, e a gente entende que tem uma responsabilidade de ampliação do projeto, que a gente precisava ganhar escala, já era uma perspectiva, mas um pouco abstrata (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

De forma semelhante, em São Paulo, a Bancada Ativista começa e se formar em 2016, em meio ao processo de votação do *impeachment* no Congresso Nacional e atendendo a um “chamado” para ocupar os espaços da política formal:

[...] a leitura que a gente fez foi que independente de “pra” quem, quem você “tava” torcendo naquele momento, quem assistiu aquele domingo, que foi basicamente o Brasil inteiro, não olhou e falou “quem são essas pessoas que nos representam como um todo”. Então eu senti uma convocação a partir daí, e ao mesmo tempo com [...] uma reflexão que a gente já vinha fazendo no campo de ativismo, que é: os ativismos têm muita potência, tipo consegue fazer coisas incríveis, territorial, a nível e local e tal, mas sempre a gente vai sentar com um...se esbarrava na política, se esbarrava na política institucional, onde você vai sentar com o secretário, ou com um representante do legislativo, do executivo e aquela pessoa, normalmente tem os seus interesses muito bem garantidos e estabelecidos, que raramente são conectados com as coisas que a gente tem que construir. Então a reflexão, que não fomos os primeiros nem seremos os últimos a fazer foi “a gente precisa tá lá também, né, a gente precisa ocupar esses espaços, ‘pra’ que os nossos ativismos, nossas construções sociais e populares, que elas consigam repercussão em políticas públicas e ter respaldo na institucionalidade”. (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

As futuras integrantes da Mandata Ativista percebiam, também, que a conjuntura política pós *impeachment*, de intensa polarização e desgaste da esquerda, dificultava o ativismo, tornando-o “inviável”, cenário que demandava a busca por novas estratégias, e que também pudessem “tensionar a democracia” (ENTREVISTADX 1, 2019), no sentido de renovar ou de apresentar novos quadros. Apresentar novos quadros, nesse sentido, significa extrapolar a homogeneização da esquerda política – que teria sido provocada pelo PT, organizar outras lógicas que poderiam permear a política e fornecer uma plataforma para novos nomes, dentro do espectro progressista. Em 2018, a Bancada Ativista traça o objetivo de construir candidaturas próprias e

percebe a importância de tornar o movimento mais popular, diverso e capilarizado, motivando a experiência coletiva (ENTREVISTADX 6, 2019).

Em Pernambuco, as articuladoras das Juntas sentiram um chamado parecido, uma espécie de “urgência” que precisava ser atendida ou respondida no campo político, no contexto do golpe parlamentar, para ocupar a política: “a gente precisa ocupar todos os espaços de poder, né, onde se discute sobre os nossos corpos, se a gente não fizer isso outras pessoas vão fazer, e provavelmente homens brancos e ricos” (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.). Para elas, a proximidade com movimentações feministas – ligadas à Frente Nacional pela Legalização do Aborto⁸⁸, ao 8 de Março⁸⁹, à #partidA⁹⁰, e à campanha “Meu Voto Será Feminista”⁹¹, entre outros – foi essencial para motivar a proposição da candidatura, já que estas vocalizavam a necessidade das mulheres encararem a entrada na política institucional (ENTREVISTADX 12, 2019).

Além disso, o caldeirão que estava fervilhando no país, principalmente a partir dos desdobramentos políticos pós 2013, foi intensificado com o assassinato de Marielle Franco, impulsionando as candidaturas da Gabinetona, das Juntas e da Mandata Ativista em 2018, encabeçadas por mulheres negras e jovens: “[...] aí quando matam Marielle não dava...era urgente, não tinha mais tempo pra esperar, né, então mesmo que fosse uma eleição difícilíssima de deputado estadual, mas tínhamos que estar, não tinha outro lugar [...]” (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Esse episódio evidencia a exclusão e a expulsão das mulheres negras dos espaços políticos, assim como os processos de silenciamento, violência política e necropolítica⁹² no Brasil. De certa forma, portanto, o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro provocou a resistência e ensejou maior motivação política em mulheres negras de várias regiões do país, que decidiram disputar as eleições daquele ano,

⁸⁸ Frente criada em 2008 e que luta pelo direito ao aborto legal para todas as mulheres brasileiras.

⁸⁹ Movimentações ligadas ao Dia Internacional da Mulher.

⁹⁰ Movimento suprapartidário nacional que impulsiona candidaturas de mulheres feministas e antirracistas. O movimento surgiu em 2015, quando mulheres feministas discutiam a criação de um partido feminista no Brasil. A primeira reunião do movimento foi no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 2015. Desde então, grupos de mulheres de diversas cidades do país se organizaram em torno da #partidA (CULT, 2021).

⁹¹ Campanha que surge no âmbito da #partidA e se torna uma plataforma autônoma de impulsionamento de mulheres feministas na política institucional.

⁹² Política de promoção da morte, a partir da estrutura da violência racial do Estado, que utiliza de tecnologias que visam desestabilizar corpos pretos e perpetuar a supremacia branca e hegemônica (ORTIZ; VALENTE; AMARAL, 2020).

também de forma coletiva, de modo que “[...] Marielle Franco garantiu que outras mulheres pudessem cavar esse espaço na política [...]” (ENTREVISTADX 9, 2019, n.p.). Assim, integrantes dos mandatos estudados entenderam que “[...] foi o fator de ter matado Marielle, foi o fator das mulheres se levantarem. Então nessa onda aí que se levantou, várias mulheres ‘pra’ ‘tá’ se colocando, porque morreu Marielle, surgiu várias Marielles, né [...]” (ENTREVISTADX 13, 2019, n.p.); ou que “[...] logo depois do assassinato de Marielle, eu entendi que o meu papel era ocupar a política de alguma forma [...]” (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

A multiplicação de candidaturas e a eleição de mulheres negras, nesse contexto, também são entendidas como uma forma de “hackear o sistema”, uma vez que:

[...] foi uma possibilidade e uma esperança gigante, que a gente teve, né, depois do assassinato de Marielle, e a gente, isso foi um dos motivos que me fez me candidatar, mesmo sabendo o perigo que é, né, que ao mesmo tempo que é perigoso, a gente não pode aceitar que é perigoso e ficar, porque é isso que o sistema quer, o sistema quer que a gente aceite isso, e a gente foi contra o sistema (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

O segundo elemento impulsionador, tendo estabelecida a vontade política e o objetivo de ocupar e oxigenar os espaços de representação, diz respeito à viabilização de estratégias que maximizassem o potencial de votos de candidaturas ligadas às amplas maiorias sociais. Nesse sentido, fortalecer as candidaturas, a partir do somatório e da convergência das bases de diferentes ativistas, em modelos inovadores, garantiram destaque para as campanhas coletivas e sucesso nas urnas.

Para os membros da Bancada Ativista:

[...] o cálculo foi de que era preciso de mais votos, que não dá para ser candidaturas separadas, porque a gente ia acabar elegendo outras pessoas que não fossem do grupo, então a gente resolve fazer uma candidatura única para poder acumular os votos necessários que a gente calculava que seriam 50.000, chegamos a 150.000 (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Havia, portanto, uma razão pragmática, a partir do momento que se entende que:

[...] a gente ia precisar no mínimo de uns 50.000 votos, essa era a nossa conta, e a gente não conhece, não tem nenhum ativista que faz 50.000 votos sozinho. Então o lado pragmático era do tipo: cara, se a gente pegar o ativista da

bandeira da pauta x, que faz 2.000 votos e outro que faz 7.000 e outro 10.000 e colocar isso dentro da mesma, da mesma candidatura, do mesmo número na urna, talvez a gente chegue nesse lugar (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Apesar das dúvidas iniciais sobre se as estratégias de candidatura coletiva garantiriam a transferência de votos necessária para somar forças, isso é, se o compartilhamento da candidatura converteria apoio político em votos, a avaliação da Bancada foi de que não apenas converteu, mas que os multiplicou (ENTREVISTADX 6, 2019).

Assim, entende-se que a diversificação e a sobreposição de territórios e de pautas potencializou o sucesso eleitoral das candidaturas, uma vez que, em conjunto, elas alcançavam múltiplas bases e forma simultânea; bases essas que confiavam em seus respectivos “candidatos/as” ativistas, provocando a criação de verdadeiras “redes orgânicas de apoio político” (ENTREVISTADX 1, 2019). Além disso, a dimensão coletiva das experiências, por si só, conquistou muitos votos: “o fato de ser um mandato coletivo nos deu visibilidade. Nós conseguimos votos não por nenhum de nós, mas pelo formato...muitos votos. Eu digo que metade dos votos foi para o formato e não para as pessoas” (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Essa potência também foi sentida durante a campanha das Juntas, que conseguiu alcance na grande maioria dos municípios do estado de Pernambuco – com exceção de oito. A multiplicação dos votos foi atribuída à militância orgânica das lutas que compuseram os cinco “corpos” da candidatura e à vontade de testemunhar a inovação coletiva:

a nossa militância era natural, porque acreditava numa mudança da política através do sistema, né, e a gente rompia com isso [...]. E massa é que ninguém votava sozinho, as Juntas foi um voto que ninguém voltava só, você votava e chamava alguém pra ousar com você, isso aí é uma tática, [...] “vota comigo” [risos] (ENTREVISTADX 15, 2019).

A campanha coletiva das Muitas, em 2016, também teve como um de seus objetivos maximizar o número de votos, para garantir pelo menos uma vitória nas urnas: “[...] e muito nessa perspectiva: olha, vamos acumular com os nossos corpos votação ‘pra’ que a gente consiga eleger pelo menos a Áurea [...]” (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.); “[...] e me vi mais ajudando a pensar de eleger uma companheira, que a gente acreditava que seria mesmo a Áurea, e as urnas confirmaram, né, essa

relevância da figura da Áurea nesse momento [...]” (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.). Assim, como as Muitas optaram pela estratégia de lançar várias candidaturas, a votação expressiva de Áurea Carolina, impulsionada pela campanha coletiva das Muitas, eleva o quociente partidário do PSOL que conseguiu mais uma cadeira na CMBH. Esta foi ocupada pela companheira de campanha Cida Falabella. Já Bella Gonçalves, que obteve 32 votos a menos do que Cida, e que também participou da campanha coletiva, foi convidada a compor os mandatos conquistados em coreografia, resignificando o papel de suplência:

[...] e a Bella ficou muito próxima de mim [...] que eu acho que é uma das grandes invenções feministas da Gabinetona, trazer a Bella, um acerto, assim, porque não poderia existir entre eu e Bella uma disputa, né, sendo que qualquer um poderia ter sido eleito, é uma questão mais de reta final, ali, ou seja, nós duas fomos eleitas, na verdade, né, porque os votos são irrisórios que nos separa. E aí a gente traz a Bella “pra” construir essa coreografia (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

Por fim, como terceiro elemento impulsionador, podemos citar a viabilização das candidaturas em si, ou seja, das vantagens e motivações de se encarar a corrida eleitoral de forma coletiva, e não solitária. Essa percepção de que “sozinha não vou, mas juntas vamos”, é um elemento que se fez muito presente para as cocandidatas mulheres, que compõem majoritariamente as experiências estudadas. Dificuldades ligadas ao acesso a recursos materiais e humanos para executar as campanhas, à organização de estratégias, à disposição de tempo, e ao enfrentamento do espaço político são pontos em comum e que parecem, em certa medida, ser amenizados quando o desafio se torna compartilhado:

Eu tinha essa questão; e sempre ficava para depois, fazer campanha é muito difícil, saber por onde começar, enfim [...] porque “pra” fazer uma campanha, “pra” tocar um mandato é preciso de muita gente [...] o primeiro desafio é de que uma candidatura ela não é bem dada, né, então existe uma negociação interna de partido para que ela aconteça...e ela acontece em termos muito próprios né, porque na verdade o partido não tem interesse em se renovar verdadeiramente. Então ele procura pessoas que tenham potencial de trazer votos [...], mas que eles avaliam que tenham um potencial insuficiente “pra” se eleger, né. Então eles te querem nesse limbo de somar com o quociente eleitoral, mas não ser eleito, porque a ideia é manter os que já estão lá. Isso eu não fazia ideia de como funcionava. Depois o próprio financiamento, né, que na verdade também é muito desigual e visa manter os quadros [...]. Então, a gente não corre nas mesmas raíais né. Dinheiro tem, mas não é dinheiro para todos. O dinheiro é para quem já chegou primeiro, que já domina o

partido. Então eu não acharia ruim se fosse dinheiro “pra” ninguém ou dinheiro “pra” todo mundo, mas essa coisa era bem estranha. Depois o próprio fazer da campanha [...]. No nosso caso como foi coletivo a gente ficou um pouco blindado e foi [...] menos cansativo embora tenha sido extremamente cansativo [...]. Foi divertido, embora difícil, porque uma campanha é uma coisa que não para nunca, então nos salvou o fato de sermos 9, porque realmente tinha muitos convites que eram paralelos, nos mesmos dias, nos mesmos horários, e a gente podia fazer a campanha com legitimidade em nove lugares [...] por mais que isso tenha afetado a nossa vida, né, a rotina com os nossos filhos...possibilitou aí bastante ser menos agressivo (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

[a] galera que topou, foi basicamente uma galera que [...] mas já tinham sido sondadas por algum partido para ser candidatas [...] a resposta delas “pros” partidos tinha sido que não e a razão pela qual “não” tinha sido “eu não dou conta de bancar uma candidatura sozinha, né, eu não consigo, eu tenho a minha vida, eu não posso parar tudo em função de uma candidatura”. E uma sensação de que os partidos não iam dar suporte real, o partido ia vir aqui e ia falar “vamos lá, vai ser superlegal” e depois ia te rifar na sua candidatura “pra” você fazer os seus 2.000 votos ali e fortalecer “pra” elegerem quem eles queriam eleger de partido. Então eu acho que uma das coisas mais potentes desse formato de candidatura coletiva é a possibilidade de você permitir que algumas pessoas que já querem, mas acham que não dão conta, que elas sintam que elas vão poder, porque elas não vão “tá” sozinhas (ENTREVISTADX 6, 2019).

Em 2015, quando surgiram as Muitas, tudo isso passou a significar uma condição pra eu ocupar a política junto com o coletivo que “tava” se disponibilizando naquele momento, então eu já tinha muita clareza de que eu tinha perfil, estrutura, eu tinha experiência e vontade de fazer essa passagem. E aí eu fui uma das principais articuladoras dessa história das Muitas em Belo Horizonte e ajudei a incentivar outras pessoas também, que tinham desejos e experiências mais difusos, mais que acabaram topando com a gente na campanha coletiva (ENTREVISTADX 10, 2019).

Nessa lógica, a construção coletiva é percebida como a melhor forma de subverter a lógica patriarcal, elitizada, hierárquica e de campanhas muito caras (ENTREVISTADX 9, 2019). Essa percepção, de que a coletividade ajuda a blindar as mulheres candidatas, a fortalecer e a efetivar as suas campanhas políticas, fica evidente no depoimento de integrantes que tiveram a oportunidade de experimentar ambos os formatos, passando tanto por campanhas individuais quanto coletivas:

Isso é muito bom, essa pergunta foi fantástica, porque quando eu fui candidata a vereadora, eu me senti muito órfã, de um partido pequeno, poucos recursos, os santinhos que chegaram em cima da hora, santinhos de outras pessoas [...]. Chega 2018, candidatura coletiva, então é uma proteção maior, a gente consegue dividir as dores e os prazeres, entende. A dificuldade...são 5 pessoas pra cobrar um santinho que não veio, um material que não veio. Uma campanha, que aí eu tiro o chapéu pra nossa comunicação, que foi fantástica, que comunicou de forma a dizer que a gente ia ganhar aquela eleição, e aí a gente poder exigir, poder bater de frente com os caras e dizer “olhar, a gente

quer o mesmo direito”. E aí tudo, dentro, pelo menos na esfera partidária, por duras penas, quando a gente brigou, foi pra cima, a gente conseguiu ter equidade, né, equidade, a verdade é essa, dentro de uma lei que desfavorece muito a mulher, mas a gente teve equidade, sabe, a igualdade, né, passou a ter equidade, precisa ter equidade, pra que as oportunidades sejam dadas da mesma forma [inaudível] (ENTREVISTADX 15, 2019, n.p.).

Essa viabilização de candidaturas ativistas e ligadas às lutas das amplas maiorias sociais também tem relação com a motivação de indivíduos e grupos a comporem uma proposta coletiva, permeável aos movimentos, engajada, e que pretendia desafiar a política tradicional, já que, à princípio, muitos integrantes se sentiam avessos à entrada na institucionalidade:

Eu sempre [inaudível] bastante ressabiada, desconfiada do campo político tradicional, né. E a Bancada oferecia ou oferece [...] essa possibilidade de fazer a política que é a política que eu acredito, que vem da população, vem do ativismo, né. Então a ideia era me aproximar da Bancada, foi um movimento natural mesmo, né. De continuar fazendo o que eu fazia, que era o ativismo de rua [...] mas continuar fazendo ativismo com incidência concreta política, né (ENTREVISTADX 2, 2019, n.p.).

Assim, a escolha por um formato de candidatura coletiva pela Bancada Ativista, em 2018, por exemplo, motivou ativistas do estado a juntarem forças: “[e]u gostei muito da ideia, porque quebrava o paradigma de ser essa [...] que tem na política até hoje, que é o personalismo, né, da política. Então o fato de não ser minha imagem apenas, me fez com que, fez com que eu estivesse nessa nova jornada (ENTREVISTADX 5, 2019, n.p.). Além de motivar potenciais cocandidatas/os, a quebra do individualismo foi vista como sendo um movimento simbolicamente necessário:

[...] a gente trabalhar na perspectiva de que coletividades deveriam ser permitidas disputar eleições, então sair, tentar quebrar um pouco a inércia do personalismo, porque ela...a gente sabe, né, a gente se organiza em coletivos, coletivos se movem juntos. Claro que as pessoas, as pessoas lá dentro, tem funções diferentes, e claro que existem [inaudível] diferentes níveis de liderança, mas a lógica de que o candidato tem que ser uma pessoa, muitas vezes “pra” essa dinâmica ativista, que a gente vive mais de coletividade, ela já é quase que uma ruptura [inaudível] de partida [...]. Só de você perguntar o “quem que vai ser?” isso já gera tensões ali dentro, saca. Então eu acho que a primeira, a primeira foi esse símbolo de falar: “é possível eleger um coletivo, é possível que a coletividade seja maior do que a pessoa e do que o heroísmo dela [...] esse lugar simbólico de vamos quebrar o individualismo (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Assim, desafiar o personalismo da política brasileira foi uma estratégia pensada pelo grupo e entendida como sendo essencial para viabilizar candidaturas provenientes dos ativismos.

2.3 Articulando os mandatos coletivos

A partir dos elementos impulsionadores em comum identificados, se torna importante narrar as construções que possibilitaram a concretização das candidaturas e dos mandatos coletivos. Em Belo Horizonte, as “Muitas Pela Cidade Que Queremos” começaram a se reunir em 2015, a partir de grupos e indivíduos que tinham passagens pelas ocupações urbanas, pela ocupação da Câmara Municipal, pelas Assembleias Populares Horizontais, pela Praia da Estação, pelos eventos culturais no Viaduto Santa Tereza, pelo carnaval de rua, entre outros, e que começaram a convergir em torno de um elo: a atuação política pautando outra cidade e a construção de novas agendas. A primeira reunião da movimentação, que ficou conhecida como “uma tarde de sábado”, em março de 2015 (ENTREVISTADX 11, 2019), foi o pontapé inicial para uma série de encontros intitulados “Explosões Programáticas”, que debatiam possibilidades de construções que “transbordassem os partidos políticos”, e que foram tomando forma na direção de se construir uma campanha coletiva com 12 candidaturas – com o objetivo de “ocupar, com cidadania e ousadia, as eleições municipais” (ENTREVISTADX 8, 2019).

Nessa movimentação, Áurea Carolina aparece como uma das principais mentoras das Muitas, entendendo que a sua geração tinha um compromisso com a renovação política, a partir da entrada de novos corpos e da criação de novas estratégias, e que essa “entrega” fazia parte de uma construção histórica mais ampla:

Eu lembro que nas primeiras conversas que a gente fez, lá pra 2015, ou antes, assim, quando essa história ainda nem “tava” bem desenhada, de ocupar as eleições municipais, eu falava “gente, a nossa geração tem um compromisso de talvez uns 20 anos, de fazer uma entrega, e provocar e ajudar as gerações que vêm na sequência a terem ferramentas e capacidade pra ir tocando isso também”, então não pode ser um projeto nosso, é uma geração que tem uma experiência, mas é uma geração que precisa ser superada também. Então a gente já tem que nascer sabendo desse horizonte. E eu vejo assim, né, como que a gente potencializa novas candidaturas, não pelas pessoas, apenas, mas pelos processos que elas mobilizam. Então assim, se o nosso projeto vira uma reprodução automática, ele perde a razão de ser, e aí ele vira

partido, ele vira sistema político, ele vira é tudo aquilo que a gente criticava no início, a gente precisa ter essa hibridização, assim, que é muito mais difícil, né [risos], bem mais cansativo (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Tendo essa perspectiva histórica em mente, as Muitas entenderam que apostar na estratégia de uma campanha coletiva, em torno de várias candidaturas – e posteriormente a própria estratégia de mandato coletivo, não representava um novo formato a ser replicado *ad infinitum*, mas sim uma experiência diversa, corajosa e potente que pudesse servir de inspiração para outras/os, como de fato ocorreu:

“Ow” nesses lugares pelo quais eu caminhei, esse ano a Colômbia tá em eleição, e a partir dessas experiências das Muitas, dessas trocas de ideias que nós tivemos, algumas organizações propuseram estratégias inspiradas nas nossas, como uma movimentação chamada *Estamos Listas*, da Colômbia, então tá propondo uma candidatura pautada nessa lógica de uma plataforma coletiva. Óbvio que todas essas assimilações elas têm adaptações de acordo com os territórios. Uma outra movimentação, que surge na Colômbia também, chamada *Activistas*, propõe literalmente uma candidatura muito parecida com a nossa, de 2016, onde inclusive num vídeo deles, eles, um pede voto pro outro, foi literalmente uma inspiração, assim, quase que idêntica [...]. Quando eu fui a primeira vez à Colômbia, agosto de 2018, pra uma bienal de infância e juventude latino-americana e caribenha, apresentar um artigo de uma comissão especial que fizemos, e foi coordenada pela Áurea e geramos um relatório [...] e aí, na bienal, quando as pessoas souberam que eu era da Gabinetona, das Muitas, deu-se um burburinho das pessoas atrás de mim, assim [...], mas me surpreendeu, assim, mesmo, que é uma bienal que tem mais de 100 mesas, pessoas dos 22 países da América Latina, e aí o nome da Gabinetona surge, e aí eu começo a ser abordado de forma muito intensa e tal, aí eu falei: então o negócio chegou mesmo, né, isso não é trivial [...] pois é, no contexto de Brasil, a Bancada, né, Ativista, no próprio ano de 2016 a gente começa a dialogar [...] a gente foi pra São Paulo participar dos encontros de organização da Bancada e tal, das candidaturas isso “tava” se desenhando, pra trocar mesmo, né, experiência, diálogo, que a gente também “tava” tentando entender como seria, não tinha uma fórmula, não um formato ainda fechado, né. Então é um pouco isso, assim, essas movimentações, e no Brasil é isso, Bancada, recentemente 2018, as Juntas, pro ano que vem, né, nesses programas de formação de líderes políticos, da qual eu tô lá, hackeando [risos] [...] (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

Nesse sentido, percebe-se que a agenda das Muitas não se limitava à proposição de 12 candidaturas, assim como a atuação da Gabinetona não se limitava a um mandato coletivo. A origem ativista, orgânica, do trabalho em rede, pensado a partir da reivindicação do direito à cidade, conectava a experiência a diversas movimentações e grupos, que fortaleceram esse processo ao longo dos debates que

ocorreram desde 2015, que foi extrapolado para outras regiões do país e mesmo do continente latino-americano (ENTREVISTADX 11, 2019).

De todo modo, o protagonismo que Áurea Carolina assumiu nas Muitas foi essencial para a articulação das 12 candidaturas e para a promoção da campanha coletiva na cidade. A sua liderança e alcance políticos aparecem como uma combinação de elementos de perfil, trajetória e preparo, que impulsionou as candidaturas das Muitas e possibilitou o início da experiência da Gabinetona:

E acho que nesse sentido a Áurea é eleita, porque daquele momento é a mulher que mais congrega níveis de forças, né, mulher, negra, periférica, do [inaudível] popular, com uma trajetória também feminista, feminista interseccional, fora o próprio carisma da Áurea, toda essa, esse trânsito que ela sempre teve. E ela é a pessoa também que estava mais tempo pensando nisso, que estava se preparando há mais tempo, acho que isso também fez bastante diferença, assim, ela estava já...nesse processo isso foi muito importante, porque ela estava preparada mesmo, uma pessoa que está preparada “pra” ser eleita naquele momento. E a gente teve que correr atrás e se preparar também, entendeu, porque eu resolvi em junho de 2016 ser candidata, né, e a Áurea já vinha desse processo, maturando, é uma das mentoras também das próprias Muitas, né, isso é fundamental, eu acho (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

A Bancada Ativista também contou com o protagonismo de um articulador fundamental, mas que não encabeçou nenhuma das candidaturas apoiadas pelo grupo. Caio Tendolini, que foi posteriormente incorporado à Mandata Ativista como assessor parlamentar, teria sido “[...] a pessoa que um dia sonhou que seria muito bom, assim como a gente tem a bancada da bíblia, do boi, da bala, como se tivéssemos uma bancada ativista. Foi ele que articulou, em grande medida, a Bancada, a campanha [inaudível], enfim” (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.). Assim, depois de assistir às declarações de votos de deputados federais no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, Caio fez um chamado aos ativistas de São Paulo:

A Bancada basicamente começou, eu, tipo, eu fiz um post de Facebook, falando eu só vou acreditar em política quando essas pessoas tiverem lá, eu “taguei” mais ou menos 50 ativistas, que vieram, que eu fui conhecendo nos últimos 10 anos, aí, né, nos ativismos em São Paulo [...] “aqui seria a minha bancada dos sonhos”. E aí a galera começou a comentar “ah, que legal [...]”, e aí uma amiga falou “vamo’ toma uma cerveja”, postou lá, [...] e essa cerveja virou a Bancada Ativista, A gente reuniu, a gente começou esse processo...a gente fez essa primeira cerveja tinha umas 40 pessoas nesse “rolê” e a pergunta era essa: “quem tem coragem de ser candidato?” [...] e fala de coragem, porque requer mesmo, assim, a vida sofre bastante impactos

concretos quando você é candidato, a gente criminaliza, né, a sociedade criminaliza muito a política, então, e mesmo no nosso campo de movimento social, de ativismos, de ONGs, você tá no seu coletivo, você fala “vou ser candidato” meio que automaticamente a relação se ressignifica, geralmente “pra” pior. Então a gente fez essa primeira conversa, entendemos que tinham algumas pessoas ali dispostas a serem candidatas [...] isso era março de 2016. Essa primeira reunião da Bancada foi 6 meses antes das eleições (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

A partir dessa primeira reunião, apesar do coletivo ter se originado, à princípio, de “um lugar de classe média branca” e com raízes não tão populares, a Bancada ampliou as suas redes e conseguiu chegar à consolidação de 8 candidaturas com foco em diversidade identitária – tendo em vista parâmetros de paridade de gênero e de raça. Essas candidaturas, então, foram apoiadas pelo coletivo na campanha de 2016, mas tinham as suas próprias campanhas, estratégias e equipes. A Bancada, portanto, apoia, nesse primeiro momento, auxiliando nas estratégias de comunicação, na produção de eventos, na articulação política – conectando as campanhas com movimentos da cidade, e oferecendo formações para a campanha eleitoral. As oito candidaturas conquistam um total de 74.500 votos nas eleições, mas a interação com a Bancada se limitou à experiência de campanha, e não à composição dos mandatos eleitos (ENTREVISTADX 6, 2019).

Após esse primeiro momento, a Bancada realinha os seus objetivos, que podem ser resumidos em “eleger ativistas” e “tensionar a democracia”:

O primeiro objetivo é eleger ativistas [...]. Então a aposta que a gente tá fazendo aqui é: existe uma geração que quer ocupar política, e a gente acredita que mesmo que cometam erros, mesmo que vão ter contradições, mesmo que fosse ter problemas, vale a pena a gente colocar esses ativistas lá dentro, até mais na ideia como campo, do que como partido, esse é o primeiro objetivo. O segundo objetivo da Bancada é tensionar o sistema político, tensionar na direção de mais democracia e aí a inovação, que a gente chama de inovação o que a gente faz, ela tem esse sentido democrático. Então em 2016, junto com as Muitas, e com o MBL, de formas diferentes e não conectadas e não alinhadas, esses 3 movimentos eles emitiram uma ideia “pro” Brasil, que foi: você pode se organizar para disputar eleições sem ser um partido político [...]. Então essa ideia ela foi apresentada, não necessariamente nem explicitamente, assim, quando você olhava a Bancada você fala “ah, não é um movimento social, porque não tem uma pauta específica, mas não é um partido político, mas ‘tá’ lançando candidaturas”. E quando você olhava em BH “pras” Muitas você pensava a mesma coisa, quando você olhava o MBL você pensava a mesma coisa. E essa ideia, em 2017, ela foi remixada por diversos grupos “pra” fundar o Acredito, o Agora, o Nós, e diversos outros, alguns que deram certo, outros que deram errado, alguns de direita, outros de esquerda, alguns que ficaram muito maiores do

que a Bancada Ativista, outros que, enfim, isso foi remixado, essa ideia ela viralizou [...]. Então a gente, o que a gente tem de vantagem competitiva é “tá” um passo à frente. Essa inovação que a galera vai começar a copiar pro ano que vem, a gente já fez, então a gente precisa pensar na próxima (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Nesse sentido, e de forma alinhada aos objetivos de longo prazo das Muitas, os integrantes da Bancada entenderam que para além da proposição de candidaturas e do jogo político tradicional, o objetivo era sistematicamente “oxigenar” e “radicalizar a democracia”, a partir de inclusão, inovação e da abertura democrática. Esse entendimento também foi percebido por Faria (2018), em seu trabalho de campo, que nomeia esse processo como sendo a “política da experimentação”.

Podemos perceber, portanto, que a crítica à estrutura partidária, à profissionalização da política e às candidaturas personalistas está na origem dessas iniciativas, provenientes dos ativismos e da sociedade civil, que têm como objetivo desafiar a lógica dominante e possibilitar a ocupação dos espaços. Assim, as construções coletivas que se deram nas fronteiras das lutas, elaboraram candidaturas fora do jogo político hegemônico – candidaturas estas, que pelo seu potencial eleitoral foram, após já terem sido gestadas, incorporadas no PSOL.

Assim, para as eleições de 2018, a Bancada decidiu mudar de estratégia e lançar uma candidatura própria, chegando à ideia de uma candidatura coletiva, que foi referendada em uma plenária – com aproximadamente 50 participantes, onde foi feito um mapeamento de 70 ativistas do estado de São Paulo de diferentes causas, territórios e partidos políticos. A escolha pela candidatura coletiva foi no sentido de radicalizar essa possibilidade, apresentando um formato mais verdadeiro e que prezasse pelo compartilhamento do mandato:

[...] então a gente fez esse mapeamento de 70 ativistas, e a gente foi bater na porta dessa galera. Qual que era a lógica de fazer uma candidatura coletiva nesses moldes? A primeira coisa que candidatura coletiva não é uma coisa nova, tipo, a Erundina falava de candidatura coletiva em 92. Agora, o que a gente entendeu, que dava “pra” fazer, que a gente queria tentar era radicalizar o que que a gente entendia como uma candidatura coletiva. Então por um lado, sempre que você escuta falar de candidaturas coletivas você fala uma candidatura coletiva tem uma pessoa parada no panfleto. E assim, isso tem sido usado muito na esquerda, de fazer candidatura coletiva, e a maior parte das candidaturas são de fato coletivas, ninguém consegue fazer um “rolê” desses sozinho, sempre tem um coletivo por trás, mas a nossa reflexão era a gente criar, radicalizar na estética isso. Então, não ter uma única candidatura

lá, [...] uma única pessoa, mas sim um coletivo que fique no *front*, que fica reconhecido. E na ética, que aquela pessoa, que eventualmente vai ter seu CPF lá e que vai ser oficialmente a deputada, o porta-voz desse coletivo, que ela não seja mais poderosa internamente que os outros, o que obviamente gera-se uma assimetria, mas que a gente crie mecanismos de controle disso (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Assim, o recrutamento de ativistas, para compor a candidatura, teria partido de um cálculo eleitoral que garantisse uma unidade em torno das pautas relacionadas às desigualdades, mas ao mesmo tempo diversidade territorial e de agendas, de maneira a potencializar o alcance de votos no estado (ENTREVISTADX 1, 2019).

Os 9 ativistas que toparam encarar a experiência, então, deliberaram sobre a escolha do nome para encabeçar a candidatura. A maior parte dos integrantes ainda não se conhecia, sendo que a decisão foi feita por meio de uma ferramenta inovadora de escolha sociocrática (ver abaixo), que envolveu concessões e compromissos. Os principais elementos que justificaram a escolha de Mônica Seixas foram a sua experiência na política institucional – pela militância no PSOL e por já ter integrado anteriormente um mandato, enquanto assessora parlamentar; e por ser uma mulher negra e jovem, que como já demarcamos, se tornou um elemento impulsionador, de forma mais intensa, após o assassinato de Marielle. Já os compromissos assumidos por Mônica, para consensuar a candidatura, envolveram a sua dedicação à campanha e ao mandato de forma integral, e a firmação de uma posição independente frente ao partido, que pertenceria aos codeputados da Bancada, e não ao PSOL; em outras palavras, apesar da candidatura da “Mônica da Bancada” estar oficialmente atrelada a um único CPF, naquele momento é firmado o compromisso de que a candidatura – e o potencial mandato – pertenceriam ao grupo de nove ativistas:

E aí o segundo processo, que foi de decisão de nome na urna, [inaudível] que acabou saindo “pra” Mônica, foi um processo...A gente na Bancada tem uns parceiros de uma galera que faz a mediação de conflito e facilitação de diálogo, chama Tistu [...]. E a escolha sociocrática é uma ferramenta dentro da sociocrática, que a gente descobriu depois que nunca tinha sido usado “pra” um processo político como a gente fez, então foi uma coisa meio inédita, mas basicamente funciona assim: a gente sentou ali [...] os cocandidatos e a galera mais do núcleo da Bancada, que era naquela época umas 15 pessoas. E a gente...funciona por rodadas. Então rodada um, cada pessoa pode indicar uma pessoa para ser e “cê” tem basicamente duas regras: “cê” tem 2 minutos “pra” falar e a regra dois é “cê” tem que falar, “cê” tem que indicar a pessoa por ela. Então, eu não posso falar assim: “ah, a Bárbara, porque o Caio não é legal” [...]. E aí rola a primeira rodada, todo mundo indica, daí depois que você

escuta todo mundo você pode mudar a sua indicação, falar “‘putz’ escutei o argumento do [...], realmente vou mudar a minha indicação”. Daí “cê” rola uma segunda rodada. E na terceira rodada a gente conseguiu resolver e o final dessas rodadas é basicamente as pessoas “tavam” mais resilientes a mudar a sua indicação “pra” aquele lugar, explicando porque que elas “tavam” resilientes e pedindo um compromisso “pra” aquela pessoa. Então a principal resiliência que a gente teve em relação ao nome da Mônica, foi porque a Mônica é do MES⁹³, ela é de uma corrente... “teve” duas resiliências: uma...a Mônica é de Itu e a Mônica já foi candidata a prefeita de Itu. Então, a primeira resistência, o primeiro acordo que a gente fez foi: “Mônica, você tem que prometer ‘pra’ gente que você não vai ser candidata a prefeita de Itu em 2020, você tem que cumprir esse mandato, saca? Promete isso ‘pra’ gente”. Ela fez esse acordo. A segunda foi: “Mônica você faz parte de uma corrente, dentro do PSOL, que é super organizada, a mesma corrente da Sâmia, então a gente quer uma garantia sua de que esse mandato não é do MES, esse mandato é da Bancada Ativista, o que que isso quer dizer, que você não vai ficar contratando gente do MES, que a política não vai ser pautada pelo MES [...] não é uma negação do MES, você pode trazer todas as reflexões que você quiser do MES só que as decisões sobre os rumos desse mandato vai ser por aqui”. E ela topou essas duas coisas, e a gente saiu de lá com essa decisão. Os argumentos positivos eram: a Mônica...tinha acabado de rolar o assassinato da Marielle, então a Mônica como uma mulher negra acho que foi um elemento muito forte, a Mônica já tinha experiência de mandato, ela trabalhava no mandato da Sâmia, então, ela já, era uma das únicas pessoas ali que já tinha alguma vivência de casa legislativa, e ela ia “tá” 100% liberada “pra” fazer campanha, o MES como organização remunerava ela “pra” ela estar 100% do tempo livre. Esses foram os 3 fatores principais de selecionar a Mônica e as 2 ressalvas que foram os acordos [...] (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

A construção das Juntas foi, de certa forma, inspirada na movimentação da Bancada, de 2018. A principal articuladora e codeputada das Juntas, Carol Vergolino, que já estava pensando em como concretizar uma candidatura de mulheres feministas na #partidA, resolveu convidar companheiras do PSOL de Pernambuco para compor uma candidatura coletiva, depois de entender que este formato seria viável, durante um encontro do Ocupa Política:

Então, eu me filiei ao PSOL, por achar que era o partido mais livre e mais possível de incidir, modificar e estar, né? E aí, na formação do Ocupa Política [...] e surgiu a ideia da Bancada Ativista, e quando a gente viu que isso seria possível, nesse formato, achamos que seria a solução: sozinha não vou, mas juntas vamos, né? E aí eu convidei as outras integrantes e a gente forma as Juntas, em maio, 1º de maio de 2018 [...] E #partidA, porque aí as Juntas é feminista. A gente sabia que tinha que ser só com mulher, entendeu? Quando a gente descobre, a partir do Ocupa Política, que é juridicamente possível, entende, ali a gente descobriu que era possível, juridicamente. Então quando gente descobre que é possível juridicamente, a gente transforma ele numa

⁹³ Movimento Esquerda Socialista.

forma feminista de fazer, que a gente sempre acreditou, a partir da #partidA [...] já estava desde o início dado (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

A companheira de partido, Kátia Cunha, foi a primeira a ser convidada a compor a candidatura, e participou do recrutamento das demais cocandidatas, que toparam encarar o experimento, na intenção de maximizar o potencial de votos e eleger mulheres feministas:

Então, Carol quando viu essa possibilidade de unir um exército pra encarar o desafio, ela trouxe esse desafio pra cá. E aí a gente começou a juntar as companheiras, eu fui a seguinte, depois a gente foi conversar com Jô, depois a gente foi conversar com Robbie, depois a gente foi conversar com Joelma. Aí, automaticamente, todas aceitaram o desafio de encarar a candidatura coletiva (ENTREVISTADX 15, 2019, n.p.).

Olha, surgiu através de convite, né, do pessoal da #partidA, mais especificamente da codeputada Carol Vergolino, né, que faz parte da #partidA [...] e aí surgiu esse convite, né, dessa possibilidade de a gente inovar dessa maneira [inaudível]. A grande pergunta era essa “e se juntássemos cinco pessoas pra concorrer no [inaudível] parlamentar, quais serão essas possibilidades, de fato, o quanto de exponencial a gente iria aumentar essas possibilidades de um resultado positivo nas urnas?”. E aí, foi uma coisa meio também [inaudível] experimental mesmo, né, porque a gente nunca tinha tido essa experiência aqui em Pernambuco (ENTREVISTADX 16, 2019, n.p.).

A decisão, entre as 5 integrantes, sobre a pessoa que encabeçaria a candidatura, foi consensuada e baseada em critérios de prioridades identitárias e de proximidade com lutas populares, de modo que Jô Cavalcanti – mulher negra, trabalhadora ambulante, ativista do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) – foi a escolha do grupo:

A gente faz uma conversa, né, a gente foi por prioridades, assim, históricas né. Carol, por ela ser uma mulher branca, ela se retirou, entendeu, do nome, aí Joelma era muito jovem, né, ela tinha 19 anos, aí ficou eu, Kátia e Robeyoncé, mas aí a gente consensuou que seria importante ter uma pessoa do campo popular, de luta de, não só luta de identidade, mas luta também popular, assim, de outros contextos, entendeu. E eu sei que eu também não sou, não tenho a pauta LGBT, não tenho a pauta...mas assim, eu levo comigo uma pauta que é a questão da moradia, que é a questão de social, e a questão do trabalho, de como o trabalho atinge hoje a população, e sempre atingiu, né, porque [...] se você tem casa e não tem trabalho, e se você tem trabalho e não tem casa, é complicado você ter uma base, né, uma base pra se sustentar (ENTREVISTADX 13, 2019, n.p.).

[...] nós somos 5 mulheres, três negras e duas brancas: como foi a escolha do nome de Jô, pra ser a foto da urna e o CPF, né? As duas brancas se retiraram do processo de disputa, que não houve disputa, foi muito natural que fosse o

nome de Jô, porque a base dela era mais popular, e todas nós achamos mais importante que o nome dela tivesse, né [...]. E é isso, os homens precisam dar um passo atrás pra mulher entrar, e as mulheres brancas precisam dar um passo atrás pras mulheres negras entrarem. Nós mulheres brancas temos um papel fundamental de aprender com as mulheres negras e de fortalecê-las, a partir do nosso lugar de privilégio (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Apesar dessa escolha, mais uma vez há o entendimento de que Jô Cavalcanti estaria emprestando o seu CPF para viabilizar e potencializar a candidatura coletiva, que pertenceria ao grupo, e, possivelmente, daria lugar a um mandato compartilhado entre as cinco cocandidatas. Nesse sentido, a candidatura, vinculada ao CPF de Jô, foi registrada com o nome “Juntas”.

2.4 O perfil das/os integrantes dos mandatos coletivos

A escolha das/os integrantes das candidaturas e mandatos coletivos estudados passou por prioridades relacionadas a questões de gênero, de raça e ao compromisso com lutas das amplas maiorias sociais. No geral, as mulheres correspondem a 89% dos integrantes, de um total de 18 coparlamentares. São elas que ocupam, oficialmente, as cadeiras parlamentares, sendo que das 6 titulares de mandato, 4 são mulheres negras. As mulheres negras, como podemos observar no Quadro 7, também representam 56% das mulheres coparlamentares, que também contam uma mulher indígena – Chirley Pankará. Além disso, em relação a questões de identidade de gênero e orientação sexual, os mandatos contam com duas mulheres transexuais – Erika Hilton e Robeyoncé Lima – e três mulheres lésbicas – Bella Gonçalves, Kátia Cunha e Joelma Carla.

Quadro 7: Raça/Cor das/os integrantes dos mandatos coletivos

Integrante	Função	Cor/Raça
Gabinete (MG)		
Áurea Carolina	Deputada Federal	Parda
Andreia de Jesus	Deputada Estadual	Negra
Cida Falabella	Vereadora (BH)	Branca
Bella Gonçalves	Vereadora (BH)	Branca
Bancada Ativista (SP)		
Mônica Seixas	Deputada Estadual	Preta
Erika Hilton	Codeputada	Preta

Paula Aparecida	Codeputada	Parda
Raquel Marques	Codeputada	Parda
Chirley Pankará	Codeputada	Indígena
Claudia Visoni	Codeputada	Branca
Anne Rammi	Codeputada	Branca
Jesus dos Santos	Codeputado	Preta
Fernando Ferrari	Codeputado	Parda
Juntas (PE)		
Jô Cavalcanti	Deputada Estadual	Negra
Robeyoncé Lima	Codeputada	Negra
Kátia Cunha	Codeputada	Negra
Carol Vergolino	Codeputada	Branca
Joelma Carla	Codeputada	- ⁹⁴

Fonte: elaboração própria a partir das respostas concedidos nas entrevistas realizadas, da autodeclaração de Vereadoras e Deputadas disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2021), e por heteroclassificação para as(os) demais codeputadas(os).

A entrada, portanto, desses corpos diversos na institucionalidade, evidenciou a dimensão descritiva da representação interseccional, que compõe a experiência dos mandatos coletivos estudados. No entanto, ela é importante também pela sua dimensão simbólica, já que carrega um sentimento de reparação histórica tanto em relação aos corpos que “ocupam a política”, quanto às pautas que são representadas por estes, aumentando a percepção de representação por parte dos representados/as. Para as Juntas, que contam com a atuação política de pelo menos três mulheres negras e uma mulher trans no mandato, a presença do grupo na Assembleia Legislativa representa uma enorme conquista:

E a gente se coloca como uma mandata feminista, antirracista, né? LGBTfóbica, e é uma reparação histórica, porque tem 3 mulheres negras, né? A gente tem a Assembleia Legislativa de Pernambuco, que existe há 184 anos, mais de 1.000 deputados passaram pela casa e apenas 47 mulheres ocuparam essas cadeiras, e quando a gente vê a questão da mulher negra, apenas 3 mulheres de 47 mulheres, 3 mulheres eram mulheres negras, que “tavam” ocupando. Então, hoje, nas Juntas tem 3 mulheres negras, Kátia Cunha, Robeyoncé Lima e Jô Cavalcanti, é um orgulho, sabe, é uma reparação histórica no estado, mas no país também, tem como ter outras candidaturas coletivas, como a Bancada Ativista, como as Muitas, que têm mulheres negras no poder (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

[...] o fato da gente estar na Assembleia Legislativa é uma conquista muito marcante, né, porque a gente tá num espaço institucional que foi

⁹⁴ A marcação “-” foi utilizada quando as/os participantes não quiseram, não souberam responder, ou quando foi necessário retirar alguma informação para proteger o anonimato da/o respondente. Joelma Carla, afirmou durante a entrevista realizada, que ainda está em busca da sua identidade de raça.

historicamente renegado pra gente, né? O prédio da Assembleia Legislativa, por exemplo, tem mais de 180 anos, sabe, meus ancestrais, minhas ancestrais escravizados, escravizadas, construíram aquele prédio, e quando aquele prédio estava pronto foram convidados a se retirar e não voltaram mais, sabe. E a gente volta, nós parlamentares negras voltamos pra Assembleia Legislativa não mais pra construir paredes, mas pra tomar decisões, pra ficar nos espaços enquanto parlamentares, né? E aí, o fato da gente, mulher também, estar ali, né, ocupando essa representação política, sabe, ocupando esse espaço, também é muito simbólico, principalmente no contexto que a gente tem um machismo muito forte na política, né [...]? Então eu acho que assim, é uma conquista muito forte, sabe, o fato da gente tá ali, [...] porque já é um ato político, sabe, isso quer dizer muita coisa, quer dizer muita coisa (ENTREVISTADX 16, 2019, n.p.).

A construção de campanhas e candidaturas coletivas diversas conseguiram, ainda, criar campos de confluências entre diversas lutas, processo que fica evidente na experiência da Gabinetona, que aos poucos foi se expandindo e aglutinando forças:

[...] eu acho que principalmente na outra virada [em 2016], em que eles também fizeram esse movimento “olha, não, vamos fazer explosões programáticas nos territórios de resistência” e aí eles foram conseguindo trazer grupos que expressam de maneira mais potente essas lutas da cidade. Então, Avelin trazendo essa questão dos indígenas em Belo Horizonte, Áurea, Dú Pente, trazendo a questão das juventudes, Crystal trazendo a questão das mulheres negras trans, a gente entrando com essa questão da luta popular pelo direito à cidade, e aí foi se conformando mais a cara do que as lutas em Belo Horizonte recentes tinham sido. Então, eu acho que eles conseguiram, fazer ali, criar um campo de confluência amplo, onde se expressava essa diversidade das lutas recentes na cidade, e as candidaturas foram poucos um certo espelho disso. Em 2018, foi um processo parecido, embora aí aglutinou outras lutas, né, “pra” mim é muito incrível a gente ter a Sandra na nossa movimentação, uma figura que tá construindo ali a luta quilombola há muitos anos, né, da Federação Quilombola. Então, eu acho que essa capacidade de confluir ela continuou se expandido, e essa é que é a força das Muitas, não é o método, o desenho é a capacidade de confluir (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Em relação às pautas que cada coparlamentar representa, apesar de haver sobreposições de temas e da atuação parlamentar, na prática, demandar o envolvimento de coparlamentares em múltiplas temáticas, podemos identificar as pautas que motivaram a entrada dessas/es ativistas na corrida política. Como veremos adiante, é possível aproximar as agendas de luta das/os coparlamentares com a atuação parlamentar dos mandatos. Na Gabinetona, Áurea Carolina tem uma trajetória ligada aos movimentos da cultura *hip hop*, na periferia de Belo Horizonte, aos direitos da juventude, às políticas públicas para mulheres e em vários coletivos de incidência

nacional; a partir da articulação das Muitas, se orienta por um fazer político radicalmente democrático. Cida Falabella tem a sua atuação ligada à cultura, em especial ao teatro popular em Belo Horizonte. Bella Gonçalves é ativista das ocupações urbanas, das lutas pela moradia, atuando a partir das Brigadas Populares⁹⁵. Andréia de Jesus também vem das Brigadas, além do seu compromisso intrínseco com as lutas antirracistas (CAMPOS, 2019).

Na Mandata Ativista, Mônica Seixas é militante do PSOL, vinculada à tendência do Movimento Esquerda Socialista (MES). Chirley Pankará é ativista indígena e da pauta da educação. Paula Aparecida, também professora, é ativista da causa animal e defensora do ecossocialismo. Claudia Visoni é ativista da agroecologia, da água e do meio-ambiente. Anne Rammi e Raquel Marques são ativistas dos movimentos ligados ao parto humanizado e à maternidade. Fernando Ferrari e Jesus dos Santos são ativistas das lutas dos territórios, das periferias de São Paulo e da cultura. E Erika Hilton é ativista pelos direitos da população negra e LGBT* no Brasil (CAMPOS, 2019).

Já nas Juntas, Jô Cavalcanti é ativista do MTST, dos movimentos de moradia, dos trabalhadores ambulantes e de rua. Carol Vergolino se considera ativista feminista e da pauta da cultura. Joelma Carla é ativista dos movimentos estudantis e dos direitos LGBT*. Kátia Cunha é ativista pelos direitos dos professores e profissionais da educação. E Robeyoncé é a primeira mulher trans advogada de Pernambuco, ativista pelos direitos da população negra e LGBT* (CAMPOS, 2019).

Ainda sobre a composição dos perfis dos mandatos coletivos estudados, o Quadro 8 (abaixo) sintetiza as categorias de raça/cor, idade, gênero/sexo, orientação sexual e grau de escolaridade do/as entrevistados/as, que inclui coparlamentares e alguns membros das equipes de gabinete. Assim, apesar da diversidade de marcadores de raça e gênero, na composição dos mandatos coletivos, observamos que pelo menos 81% dos participantes possuem alto grau de escolaridade, sendo que 50% possuem ensino superior completo e 31% possuem pós-graduação. Assim, das/os integrantes entrevistadas/os apenas Jô Cavalcanti e Joelma Carla não possuíam ensino superior, evidenciando uma composição mais popular da candidatura das Juntas. Além disso, a média de idade dos/as participantes das

⁹⁵ Organização de caráter nacional e popular que tem o objetivo de contribuir com a edificação de uma pátria soberana e socialista.

entrevistas foi de 38 anos, evidenciando o recorte etário que aglutina pessoas jovens nas experiências dos mandatos.

Quadro 8: Perfil das/os entrevistadas/os

Entrevistada/o	Raça/Cor	Idade	Gênero/Sexo	Orientação Sexual	Grau de Escolaridade
1	-	-	-	-	-
2	Branca	39	Mulher	-	Ensino Superior Completo
3	Branca	53	Feminino	Heterossexual	Ensino Superior Completo
4	Indígena	45	Mulher	-	Pós-Graduação
5	Parda	42	Homem	Heterossexual	Ensino Superior Completo
6	Branca	35	Homem	Heterossexual	Ensino Superior Completo
7	Branca	30	Mulher	Lésbica	Pós-Graduação
8	Branca	59	Feminino	Heterossexual	Pós-Graduação
9	Negra	-	Feminino	-	Ensino Superior Completo
10	Parda	36	Mulher	Heterossexual	Pós-Graduação
11	Preta	31	Homem	Gay	Pós-Graduação
12	Branca	41	Feminino	-	Ensino Superior Completo
13	Negra	37	Feminino	Heterossexual	Ensino Médio Completo
14	-	21	Feminino	Lésbica	Ensino Superior Incompleto
15	Negra	44	Mulher	Lésbica	Ensino Superior Completo

16	Negra	30	Mulher Trans	Heterossexual	Ensino Superior Completo
----	-------	----	--------------	---------------	--------------------------

Fonte: elaboração própria a partir das respostas concedidos nas entrevistas realizadas. A marcação “-” foi utilizada quando as/os participantes não quiseram, não souberam responder, ou quando foi necessário retirar alguma informação para proteger o anonimato da/o respondente.

2.5 Da escolha partidária e da relação com o PSOL

As candidaturas das Muitas, da Bancada Ativista e das Juntas foram registradas pelo PSOL. Apesar da relação com o partido não ser isenta de tensões, a escolha está relacionada, em certa medida, com a proposta de organização partidária que permite alguma incidência política decisória autônoma ou independente.

Para entender essa organização, é necessário resgatar a discussão sobre sistema e estrutura partidária no Brasil pós-redemocratização. A partir do reordenamento do sistema político brasileiro, entende-se que os partidos ganharam centralidade no processo eleitoral (FACIO; GOMES, 2019). Porém, a Emenda Constitucional de 1978, que ditou as regras para o surgimento de novas organizações partidárias (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986), não teria garantido uma reforma política que alcançasse um quadro partidário estável, sendo que o sistema brasileiro atual possuiria um alto nível de dispersão e fragmentação das forças partidárias – o que dificultaria a aproximação entre eleitores/as e eleitos/as (MELO, 2007).

Além disso, apesar de serem considerados os principais meios de representação democrática, os partidos políticos brasileiros possuiriam uma estrutura partidária frágil (FACIO; GOMES, 2019). De acordo com Mainwaring (2001), comparado a outros países, a fragilidade dos partidos brasileiros se daria pela falta de organização interna e de uma base estrutural sólida, elementos essenciais para que estes pudessem funcionar como legítimas organizações representativas (MENEGUELLO, 1998).

Ademais, as estruturas dos partidos políticos não são permanentes, já que os partidos se reorganizam ao longo dos anos, modificando as suas dinâmicas e o seu quadro interno, assim como as suas dimensões representativas (FACIO; GOMES, 2019). Essas mudanças podem, ainda, significar estratégias para buscar mais eleitores/as, ou transformações mais substanciais na orientação partidária.

No caso do PSOL, o partido foi fundado em 2004 por um grupo de dissidência do PT, após discordâncias no contexto da reforma da Previdência Social de 2003 e se apresenta como sendo o “guarda-chuva para a esquerda socialista do Brasil”. A estrutura do partido conta com um Diretório Nacional (DN), com a Comissão Executiva Nacional (CEN) e com os periódicos Congresso Nacional e Conferência Eleitoral. O Congresso Nacional do PSOL, que ocorre após a realização dos Congressos municipais e estaduais, é onde se elegem delegados pra que se estabeleça uma correlação de forças do partido, tanto localmente quanto nacionalmente. Assim, enquanto o DN e a CEN controlam os mecanismos de comunicação interna, externa e os recursos do fundo partidário, a massa partidária possui influência nos Congressos, Conferências e pode, por meio da eleição de delegados, interferir nas direções políticas adotadas ou nas linhas dominantes⁹⁶ seguidas pelo partido (SILVA, 2013).

Outro fato importante diz respeito à participação de mulheres no partido. O Congresso Nacional do partido de 2011 aprovou uma mudança estatutária que passou a prever a exigência de que 50% dos dirigentes devem ser mulheres, sendo 30% exigidos já para a composição da direção escolhida naquele ano. Além disso, a presença de mulheres é bastante significativa no PSOL, chegando a pouco mais de um terço do total de parlamentares eleitos em 2010 (SILVA, 2013). Dessa forma, ao incorporarem a paridade de gênero no interior da estrutura partidária, as mulheres teriam maior capacidade de incidência decisória, estratégica e na distribuição dos recursos partidários no PSOL.

Além de representar um guarda-chuva para a esquerda progressista no país, o PSOL passou a progressivamente ganhar espaço no cenário eleitoral e em 2012 dobrou o número de vereadores eleitos em relação a 2008, passando de 25 para 49 mandatos eleitos; além de ter conquistado suas duas primeiras prefeituras: na capital do Amapá, com Clécio Luiz, e no município fluminense de Itaocara com Gelsimar Gonzaga (SILVA, 2013). Em 2016, o partido elegeu 53 vereadores e manteve a sua representatividade em todas as regiões do país, além de eleger mais duas prefeituras

⁹⁶ As linhas do partido podem ser resumidas em pelo menos dois grandes blocos: “a. Bloco de direita: formado por aqueles setores que [...] defendem um arco de alianças mais amplo e uma linha política de maior pragmatismo eleitoral [;] b. Bloco de esquerda: formado por aqueles setores que [...] defendem um arco de alianças mais restrito e uma linha política que confira centralidade para as lutas sociais e não para as eleições” (SILVA, 2013, p. 70-71).

no Rio Grande do Norte (PSOL, 2016). Em 2020, mesmo com o fim das coligações para a eleição nas Câmaras Municipais, e além de conquistar prefeituras em São Paulo, Rio Grande do Norte, Ceará (CE), Para (PA) e Mato Grosso do Sul (MS), o PSOL elegeu 90 vereadores/as espalhados pelas cinco regiões do Brasil, sendo 40% de mulheres, 50% de negros e negras, 4 mandatos encabeçados por mulheres trans e 9 mandatos coletivos (PSOL, 2020a). Ainda, do conjunto de vereadores/as eleitos/as em 2020, 33 foram nas capitais, nas quais o partido aumentou a sua representação em 50% (PSOL, 2020b).

Em relação às dinâmicas internas do partido, entende-se que desde a sua fundação, em 2004, o PSOL é formado por tendências, que se organizam e se aglutinam em diferentes blocos; além dos grupos que se antagonizam dentro do partido. Desse modo se torna possível identificar tendências isoladas e algumas tendências que se somam em certos grupos para disputar o poder no partido, nos Congressos e demais instâncias decisórias:

Já tem alguns anos [...], acho que pelo menos quase uns 10 anos, vamos dizer assim, que existe um bloco majoritário mais ou menos definido, assim, que é o grupo que era a antiga Ação Popular Socialista, e que hoje, depois de algumas fusões, juntou com o grupo do Chico Alencar, que era o Rosa Zumbi, juntou com outros grupos, ficou até melhor, [...] que é a Primavera Socialista, hoje os mandatos que estão mais próximos dessa tendência no Congresso é mais o do Ivan Valente, e em certa medida o da Erundina [...], mas esse setor, ele é muito grande dentro do partido, ele é bem forte [...] e este grupo que tem a presidência do partido hoje, com o Juliano Medeiros. O presidente anterior, que era o Luiz Araújo, também é da mesma tendência, ou seja, já tem uma continuidade há um bom tempo dessa tendência no comando das decisões do partido, e foi esse grupo que deu a linha às ações do PSOL pelo menos nos últimos 8 anos, pro bem ou pro mal, entendeu [...]? E junto com esse setor, tem vários outros setores, que nem sempre concordam, mas assim, hoje eles estão alinhados, em geral nessa linha política que o PSOL vem apresentando pelo menos, vamos dizer, desde 2015, 2016. Tem vários, vou tentar citar algumas aqui só. Resistência, que é um grupo que veio do PSTU, que aí deu uma moderada, que eles foram contra a postura do PSTU, que não era contra o *impeachment* da Dilma, claramente, né, hoje a Iza Lourenço tá nesse grupo [...]. Tem a Insurgência, que é este que o Renato Roseno, tem muita gente do PSOL do Rio de Janeiro que tá nessa tendência, ela tá mais à esquerda, vamos dizer, que a Primavera, mas também tende a concordar com a Majoritária nessas discussões nacionais. O Subverta, que é onde tá a Talíria Petrone, e aí também tem a Sabrina Fernandes, tem um pessoal aí de militância, ecosocialista, que tá nesse grupo também [...]. Aí tem várias outras tendências, assim, menores, e outras, algumas até relevantes, que tão desse grupo, este é o grupo que é chamado Majoritárias, ou alguns chamam de “PSOL de todas as lutas”, outros chamam de Aliança, este é o grupo majoritário [...]. Aí do outro lado do partido, [...] que era o que eles chamavam de o bloco de esquerda, que agora não está tão alinhado assim,

mas eles se unem no sentido de ser críticos à linha majoritária do partido, eles acham que o PSOL é pelego, eles acham que o PSOL é recuado, que eles são reformistas e tal, então esse pessoal, em geral, tem uma perspectiva marxista trotskista [...]. Na verdade, assim, a maioria dos setores do partido se diz marxista, algumas reivindicam aquele programa democrático popular, que até parte do PT defendeu por um bom tempo, né? Então assim, alguns aceitam mais modulações, mas mesmo assim, o partido como um todo, tem orientação socialista, só que esse pessoal tem uma tendência mais trotskista, tem outros setores lá dentro que são mais marxistas leninistas, tem um pessoal que é mais aberto, não tem essa coisa mais rígida. Mas aí dentro do bloco de esquerda, o principal é o MES, que é o Movimento da Esquerda Socialista, eles têm vários quadros relevantes no partido, hoje eles têm 4 deputados federais, que são o David Miranda, a Fernanda Melchionna, a Sâmia Bomfim, que pra mim é o melhor quadro deles, hoje, e a Vivi Reis, que entrou no lugar do Edmilson [...] aí tem a Luciana Genro, que é do MES, enfim. Eles têm, por exemplo, uma posição que era mais elogiosa à Lava Jato, eles têm uma posição de Política Internacional às vezes um pouco ingênua, e eles são mais sectários, eles são mais críticos a alianças com o PT, com outros partidos de centro esquerda, enfim, eles são mais ou menos antipetistas, vamos dizer assim, em comparação com o resto do partido [...]. O MES é uma corrente grande, só que eles tão na minoria já tem muito tempo. Tem a CST, que era do Babá, aquele deputado, depois vereador, eles são muito sectários, muito mesmo, brigam com tudo, fala que o partido tá recuado, fala que ele tá pelego, enfim, eles estão muito pequenos, porque eles não dão nada, não elege ninguém. E tem uns menores, Comuna, que é da Maria da Consolação [...], aí tem outras no meio lá, tem LSR [...] literalmente dezenas de correntes, entendeu, só que o principal que é importante saber é essa organização geral (MIRANDA, 2021, n.p.).

Para além das tendências que se aglutinam ou se opõem à Majoritária do partido, vários mandatos vinculados aos PSOL têm uma relação dinâmica, às vezes conflituosa, ou até mesmo peculiar, com o partido. Esses mandatos se afirmam como independentes dentro do partido, apesar de acabarem se posicionando, em geral, junto com outros blocos. É nessa situação que se inserem as iniciativas de mandatos coletivos estudadas (MIRANDA, 2021, n.p.).

Em Belo Horizonte, as articuladoras das Muitas chegaram à conclusão de que o PSOL seria o partido que mais abrigaria o “projeto” das 12 candidaturas da movimentação. Assim, após um amplo debate, entendeu-se que PSOL seria o melhor partido para viabilizar a experimentação, por possuir uma maior abertura – em termos da proposição de candidaturas diversas e da atuação de mandatos independentes; e pela afinidade compartilhada de algumas lutas sociais. Essa escolha, no entanto, não foi livre se estranhamentos, já que as Muitas não eram uma movimentação institucionalizada e partidária (ENTREVISTADX 8, 2019; ENTREVISTADX 10, 2019; ENTREVISTADX 11, 2019):

E o partido tem as durezas, então a gente estranhou um pouco, teve um estranhamento também de parte, que o partido tem muitas correntes internas, né, então a gente foi visto no primeiro momento como uma corrente, coisa que a gente não era, porque nós fizemos uma filiação grande, né, acho que foram 60 pessoas na época, e isso causou um certo estranhamento, mas a campanha e tudo e o resultado mostraram que tava correto, assim, tanto a gente ter escolhido o PSOL, como o PSOL também ter nos acolhido, né, foi um acolhimento de parte a parte [...] (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

[...] nós temos afinidade política, temos em comum, uma atuação em várias lutas, mas é um partido que no jogo interno tem muita competição, muita disputa, muitas vezes os métodos não são transparentes, não são democráticos, ele é organizado por correntes e tendências, e esses grupos competem ferozmente entre si, muitas vezes de maneira desleal, de maneira fraudulenta, isso acontece dentro do partido, claro que não é a regra geral, mas mesmo situações que acabam escapando, que são exceções, nos decepcionam, né? (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Esse descontentamento com a estrutura partidária permaneceu após as eleições, na medida em que as Muitas extrapolaram o vínculo partidário institucional, e até mesmo os mandatos eleitos, balizando diversas movimentações populares na cidade (ENTREVISTADX 11, 2019).

Para os mandatos eleitos, a relação com o PSOL também parece ambígua, já que, ao conquistar os mandatos e passar a compor o partido, a Gabinetona se deparou com uma série de constrangimentos estruturais que limitaram a sua atuação criativa e inovadora:

[...] eu acho que ficar refém do controle partidário é muito ruim pra nós, que é o que a gente experimenta dentro do PSOL [...]. Eu costumo dizer que os partidos são um pedágio muito caro pra gente. [...]. Então, vira uma coisa assim: antes de tudo, preservação do partido, ele tem que sobreviver, ele precisa ter recursos. É legítimo, mas isso acaba asfixiando um processo criativo, mais aberto, de mais cooperação e de mais solidariedade, que é uma coisa que nós defendemos, assim, idealmente, e na prática é muito difícil da gente implementar, né. Então eu não sei, eu acho que a gente vai precisar de uns anos ainda pra ter essa solução possível. Eu mesma não me vejo tanto tempo assim dentro de uma estrutura partidária, porque eu acho que é um negócio muito tóxico, muito desgastante, a gente perde muita energia, sendo que poderia investir, assim, nos problemas de mandato, que já são também bem complexos, a gente poderia investir nesse trabalho de ponta, de mobilização, enfim (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Dessa forma, por imposição da dinâmica política partidária, apesar da Gabinetona, sustentada pelas Muitas, partirem de uma perspectiva menos simpática

aos partidos políticos, e mais fluida, horizontal e aberta sobre organização política, as/os integrantes da movimentação, após a sua filiação no partido, foram forçadas/os a assumir posicionamentos políticos de acordo com os blocos, tendências e jogos de forças já existentes. Em geral, a Gabinetona, mesmo tendo adotado uma postura independente, acabou se alinhando, com maior frequência, à Majoritária do partido:

Então, por exemplo, no Congresso anterior [em 2020], eles, em alguns temas, eles ficaram no meio do caminho, acho que, se não me engano, eles se juntaram com o mandato do Freixo, com mais um outro mandato independente, ficaram meio que no meio termo entre o bloco de esquerda, que era o MES [...], que é supostamente o pessoal mais sectário, mais à esquerda do partido; e o setor majoritário. Só que acabou colando, na maioria das coisas, com a Majoritária também, porque também do outro lado eles não estavam muito certos não (MIRANDA, 2021, n.p.).

O descontentamento com a estrutura partidária e um certo descolamento das suas dinâmicas internas, levam o grupo à reflexão sobre alternativas ligadas à proposição de candidaturas independentes e a outras modalidades que consigam democratizar, transbordar os partidos políticos e viabilizar a eleição de indivíduos e grupos das amplas maiorias sociais.

Então como que a gente poderia ter uma preservação dos partidos, claro que forçando pra uma democratização interna, eu acho que o sistema político tem que encaminhar pra isso, e ao mesmo tempo, uma possibilidade pra que grupos emergentes possam construir suas plataformas coletivas e apresentar suas candidaturas, sem depender dessa tutela partidária e desse controle (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Nesse sentido, “transbordar os partidos”, por meio de múltiplas estratégias adotadas no exercício dos mandatos, se tornou um dos objetivos das Muitas:

E eu acho que um pouco do nosso trânsito é isso também, transbordar partidos, a gente sempre falava e continua sendo um apelo das Muitas, apesar de objetivamente agora a gente ter um desafio de como sair da fronteira do PSOL, porque a gente não quis desde o início ficar confinada no PSOL, isso foi uma contingência, né, de viabilidade eleitoral (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

De forma semelhante, a escolha do PSOL representou para a Bancada Ativista uma forma de viabilizar a entrada institucional da candidatura da “Mônica da Bancada”

(ENTREVISTADX 1, 2019). A movimentação, que se coloca como pluripartidária, entendia essa posição com sendo estratégica, nos processos de negociação política:

[...] e “pra” gente ser pluripartidária é bem estratégico, na verdade, porque se não os partidos, a tendência dos partidos é sabotar ou engolir os movimentos [...] e sem criminalizar partidos, porque o ponto não é tipo partidos são ruins, porque, muitas vezes, é fácil falar...na crítica ao partido você passar a impressão “ah, odiamos partidos” e não é o caso, né? Partidos são as instituições, talvez as mais importantes de uma democracia, mas elas são bem problemáticas também. Então como que a gente lida e a nossa estratégia, parte central da nossa estratégia é diversificar, que daí se a gente fica num lugar de é...se tudo que é um cada faz “tá” conectado ao PSOL ou à Rede, ou a qualquer outro partido, o poder de barganha que esse partido tem ele é muito maior. Ele já é maior, a gente já é ponta fraca nessa negociação, mas se é o único partido ele pode falar “mano, ou é isso ou não tem” e quando a gente “tá” dialogando com mais de um partido, a gente pode, enfim, implicitamente, aí não precisa ser um argumento, mas implicitamente ficar num lugar tipo esse, se eu quiser tensionar nesse ponto fica “cara, a gente tem relação ali e ali” [...] (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

À princípio, o grupo recrutado pela Bancada⁹⁷ contava com cinco ativistas filiados ao PSOL – sendo que Mônica Seixas era militante orgânica do partido, pertencente à tendência do MES, três não eram filiados e uma era filiada à Rede. A primeira deliberação do grupo, portanto, foi em relação a qual partido seria escolhido para registrar a candidatura. O primeiro critério elencado dizia respeito ao grau de independência que seria possível alcançar dentro do partido, além do apoio que seria fornecido durante a campanha, de modo que a deliberação se deu entre Rede e PSOL; a Rede por estatutariamente permitir modalidades independentes, e o PSOL candidaturas democráticas, pelas quais o partido acolhe candidaturas que não pertencem ao quadro partidário pré-existente (ENTREVISTADX 6, 2019).

A gente imaginava que os partidos possíveis eram Rede e PSOL, porque os dois têm candidaturas democráticas [...], porque era um critério, né? O critério era que o partido aceitasse uma candidatura razoavelmente independente. E aí os únicos que aceitavam eram a Rede e o PSOL. Bom aí isso já...algumas pessoas que eram filiadas ao PT, PV e tal desistiram. Especialmente PT, porque [...] Lula tinha acabado de ser preso [...] “agora é momento de me dedicar ao meu partido” e tal [...]. Depois disso, a gente tem que chegar num lugar se vai ser Rede ou se vai ser PSOL. Aí a gente fez uma deliberação [...], ficou PSOL. E outras pessoas que eram ligadas à Rede, que não conseguiam conviver com esse fato foram embora, né? Mas foi isso. Foi uma negociação antes da candidatura, sentar com cada partido, e é uma coisa

⁹⁷ Inicialmente, o grupo, construindo como potenciais codeputados, era mais amplo. A expectativa era a de que surgissem até duas candidaturas coletivas (ENTREVISTADX 1, 2019).

que todo candidato deveria fazer. Entender qual é o espaço que tem, se ele garante que a candidatura vai sair, o que eles oferecem de “grana”, o que eles oferecem de suporte. Nossa conversa foi feita com os dois partidos (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

O segundo critério teve relação com o quanto o partido respaldava as pautas defendidas pelos ativistas do grupo, uma preocupação de natureza política-simbólica, inclusive, tendo em vista a recepção do eleitorado:

Então, por exemplo, a [...] que vem na pauta do meio ambiente super sente um respaldo na Rede, a [...], que trabalha e trabalhou [...] com direitos sexuais e reprodutivos fala “cara, é muito difícil ‘pra’ mim ‘tá’ perto da Marina Silva, porque como a Marina tem uma posição muito frágil em relação ao aborto, minha base provavelmente...eu vou gastar meu tempo respondendo e explicando porque que eu estaria lá” [...] (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Ao final da deliberação, no entanto, o critério determinante teve a ver com a viabilidade eleitoral, pois o grupo acreditava que seria mais possível alcançar um resultado vitorioso a partir do PSOL, tendo em vista as dinâmicas do quociente eleitoral e partidário:

[...] no primeiro critério, que era independência, a Rede saía na frente; no critério político, o PSOL saía na frente; e daí, quando a gente caiu no critério pragmático o PSOL ganhou; porque, na prática, a gente não sabia se a Rede, a Rede “tava” muito fragilizada, não sabia se a Rede ia conseguir ter os 220.000 votos, somar. Então, a nossa reflexão é que se a gente fosse pela Rede a gente ia precisar fazer 100.000 votos, se a gente fosse pelo PSOL a gente ia precisar fazer 50.000. Nossa leitura estava errada, a Marina Helô foi eleita com 40.000 votos, acabou sendo até menor, né, tipo a pessoa menos votada eleita no PSOL teve 51.000 votos, que foi a Isa, a pessoa menos votada eleita na Rede teve 40.000. Então, a gente, nossa leitura foi rápida, mas a gente achava que a gente ia ter que bancar uma candidatura que ia fazer o quociente eleitoral. Então a gente optou pelo PSOL (ENTREVISTADX 6, 2019).

Porém, em meio à construção de uma candidatura coletiva – que havia se originado de uma movimentação na qual a maioria dos seus integrantes não eram filiados a partidos políticos –, a entrada no PSOL representou um choque, tanto na esfera partidária quanto na composição da própria candidatura. No contexto do registro da candidatura, Claudia Visoni, a única cocandidata filiada à Rede a permanecer no grupo, quase desistiu da ideia, já que as/os demais cocandidatas/os se filiaram ao PSOL. Nesse momento, Anne Rammi voltou atrás e se desfilou do PSOL, garantindo minimamente a construção de uma candidatura pluripartidária:

Sim, eu me filiei logo no começo da campanha. Isso foi uma manobra política do partido, de meio que [inaudível], porque o que que acontece, o PSOL não aceitou a Bancada Ativista assim “ai, venham!”. A gente tem essa ideia meio romantizada do que é um partido e tal [...]. Só que lá dentro, o PSOL é um partido de partidos, né. Então houve bastante disputa, houve bastante, enfim, esse jogo político tradicional, horas “pra” promover a Bancada Ativista, e horas “pra” derrubar a Bancada Ativista, né [inaudível]. Então houve uma movimentação lá no começo da campanha de estimular nós ativistas a fazer uma filiação. E na época, de fato, eu conhecia bem pouco do PSOL eu me filiei ao PSOL – minha filiação não deve ter durado uma semana, ou duas, sei lá. Eu me desfiliei rapidamente, porque a gente ainda estava em formação da chapa e aí começou a entrar muita gente do PSOL na chapa...aí eu falei: “‘porra’ ‘meu’, uma das nossas premissas era o pluripartidarismo”, e ali naquele momento só tinha a [...] filiada à Rede [...]. E aí a [...] falou: “então eu vou sair. Vocês fazem uma chapa só PSOL e eu saio”. Só que aí não é pluripartidário. E aí eu, já também bem desgostosa das ações do próprio partido, que também me usava bastante, me atacava bastante, espalhava *fake news* sobre mim, era uma coisa bem suja, assim, né? Eu saí do PSOL, me desfiliei e também sinalizando “pra” [...] que, sim, era “pra” ser um projeto pluripartidário, né? Um ano depois disso, nesse ano, depois que eu entrei na ALESP, comecei a entender da política partidária e como aquilo funcionava, eu me filiei de novo, só que dessa vez à Rede (ENTREVISTADX 2, 2019, n.p.).

Ao final do processo, a candidatura, apesar de ter sido registrada pelo PSOL, contou com seis cocandidatas/os do PSOL, uma da Rede, um do PDT e uma sem vínculo partidário – que depois das eleições também se filiou à Rede.

A partir desse vínculo pluripartidário, a Bancada também realizou reflexões interessantes sobre como “oxigenar” e, possivelmente, aumentar a permeabilidade dos partidos para candidaturas com perfis ativistas e populares. Como estratégias futuras de ingresso na institucionalidade, integrantes da Bancada defenderam a realização de prévias cidadãs e abertas, a fim de impulsionar nomes nas corridas partidárias e eleitorais. Essas pré-candidaturas, pela sua legitimação popular, no formato das prévias, carregaria um forte potencial de votos, o que poderia despertar interesse político. A busca, então, por novos caminhos para viabilizar candidaturas renovadoras estaria ligada a uma percepção de que os partidos políticos no Brasil são monopólios, e que se torna necessário encontrar meios de romper com as suas engrenagens internas. As prévias, assim como as candidaturas coletivas, precisariam ser “pedagogizadas” com os partidos e poderiam contribuir para a oxigenação da esfera partidária:

[...] é porque a nossa leitura de que os partidos políticos do jeito que eles “tão” funcionando hoje... “cê” tem 3 tipos de partido político na nossa leitura hoje, “cê” tem uns que são balcões de negócios. Então, se você chegou lá e você tem o que apresentar, você consegue, e ter o que apresentar no contexto eleitoral é: ou dinheiro, ou fama, ou muito voto que vem de algum outro lugar, alguma história do passado, se você tem alguma dessas 3 coisas “cê” vai lá e negocia. E aí tem, deve ter uns 20 partidos no Brasil que são isso. Você tem os partidos que são os partidos já grandes, estruturados, que tem muita gente, de esquerda e de direita, que são partidos, enfim, dominados por seus donos ou por seus grupos hegemônicos. E “cê” tem partidos que têm algum nível de disputa interna. A gente, até hoje, entende que a gente trabalhou com os partidos que têm algum nível de disputa interna que é o PSOL e a Rede. O PSOL, por mais que eu tenha trauma do PSOL, eu acho que é o partido mais democrático do Brasil, porque de fato “cê” não tem uma hegemonia consolidada, “cê” tem disputa sistemática, isso torna o PSOL insuportável, mas pelo menos democrático. E a Rede, por sua fragilidade, permite isso também, por dois fatores, né? Por sua fragilidade interna, tem pouca gente [inaudível] e porque a figura central da Rede, que é a Marina Silva, não é uma figura de cacique. E mesmo assim, mesmo [inaudível] que em teoria são os 2 partidos onde mais é possível você garantir que você vai conseguir se candidatar e se eleger e ter alguma estrutura é muito difícil. Então a reflexão que a gente parte é: tem um monte de gente foda que “tá” falando, “tá” sentindo convocado “pra”, de fato, genuinamente, entrar na política “pra” representar alguma coisa que elas acreditam mesmo, né? Para além, ou seja, pessoas que não vão “tá” lá simplesmente representando quem financiou a candidatura delas, ou grupos, ou interesses muito específicos políticos. Essas pessoas, se a gente, se elas, e é o que acontece tradicionalmente, no momento que elas têm o impulso de fazer isso, se elas chegam no partido, o partido fala “não, beleza, você pode entrar aqui ó, a fila é ali ó”, elas vão desistir. A urgência e até o curto prazo que a gente vive hoje em dia de tentar avançar nas coisas, fazem com que uma fila gigantesca não seja viável [...]. Então a nossa, a nossa afirmação, e a nossa tentativa do ano que vem de apontar “pra” prévias, ela “tá” mirando nesse lugar, a gente bater na porta de 2, 3 partidos que a gente acha que a gente consegue 3 vereadores ano que vem, bater na porta desses 2, 3 partidos diferentes e falar assim: “então, gente é a Bancada Ativista, nosso histórico é esse [...], a gente queria uma candidatura aqui, beleza? Beleza, quem que é a pessoa? Não sabemos ainda, a gente vai fazer prévias”. E aí a gente quer pedagogizar com os partidos que um nome que eles nunca ouviram falar, saca, e que não é um nome nosso, que esse nome vai ser ultracompetitivo ali dentro. E que isso é bom, que uma vez que as pessoas vão lá isso é bom para o partido também. Acho que essa é a reflexão, ele não é bom para os donos do partido, mas para o partido é bom, que aproxima mais pessoas, porque reoxigena, porque ele ganha mais credibilidade “pra” fora (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

As Juntas, diferentemente das experiências da Gabinetona e da Mandata Ativista, construíram a sua proposta de candidatura já estando filiadas ao PSOL. Carol, Kátia, Joelma e Jô já eram companheiras de partido, apesar de não serem militantes do quadro majoritário do partido. Carol Vergolino e Robeyoncé Lima já eram filiadas ao partido, mas se posicionavam de forma independente; enquanto Kátia Cunha, Joelma Carla e Jô Cavalcanti pertenciam à Alternativa Popular, tendência do PSOL de

Pernambuco localizada no bloco de esquerda. A tendência possui um perfil popular e coletivo, e é composta por vários ativistas, de diversas regiões do estado: “isso que trouxe o movimento pra dentro do PSOL também, né, que uma base mais popular se juntou, e fez a disputa dentro do partido, e [inaudível] deu outra cara aqui em Recife” (ENTREVISTADX 13, 2019, n.p.).

A escolha pela filiação ao PSOL foi feita, pelas integrantes ativistas do grupo, em momentos diferentes, sempre como um meio de fortalecer as lutas, seja nas movimentações em defesa dos trabalhadores de rua, dos professores ou das juventudes, entre outras. Para Carol Vergolino, que havia sentido o chamado para a proposição de uma candidatura feminista, a escolha do PSOL se justificou por ser o partido onde seria “[...] mais possível de incidir, modificar e estar” (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Um ponto de aproximação, de algumas das cocandidatas, no partido, se deu durante as eleições 2016, em meio à campanha do vereador Ivan Moraes, que realizou uma campanha permeada por ativistas de lutas das amplas maiorias sociais de Recife. Carol e Robeyoncé participaram ativamente da campanha, sendo que Robeyoncé foi incorporada ao mandato de Ivan após as eleições, compondo a sua assessoria jurídica (ENTREVISTADX 13, 2019).

Dessa forma, as Juntas se formaram já tendo um repertório partidário, experiência em campanha política e de gabinete. Esse trânsito institucional facilitou, inclusive, a proposição da candidatura coletiva e garantiu um nível razoável de apoio partidário durante a campanha de 2018:

Então, a gente dialogou no partido nos 45 do segundo tempo, a gente costuma dizer, porque a gente decidiu, já tinha candidatura no PSOL, que já era a prioridade do PSOL, que na época que a gente foi conversar no PSOL, Edilson Silva, que era o deputado do PSOL. Então, ele já tinha uma prioridade, dele mandar, de ser majoritariamente uma verba maior, né? O segundo mais indicado no partido era Áureo, do SIMPOL, né? E a gente chegou explicando a ideia pro povo, assim, no finalzinho, né, em março, tá ligado, então já tava tudo definida, aí de repente chega a gente [...], mas aí a Alternativa Popular entendia que tinha três figuras do partido que já eram orgânica no partido já, na questão de ter o foco no segmento do partido, e era duas independentes, mas era duas independentes que eram aliadas, então a gente não poderia abrir mão disso também (ENTREVISTADX 13, 2019, n.p.).

Outro elemento que permitiu a negociação e a conquista de apoio no partido, foi o compromisso do PSOL de Pernambuco de promover a paridade de gênero na lista de candidatos/as:

[...] até porque já tinha uma candidatura feminista dentro do partido, majoritariamente, que foi coletiva, né, que foi a de governadora, a de senadora, que foi duas senadoras, a Eugenia e Albanisia, então o partido não poderia recusar uma candidatura, mais uma candidatura de mulheres, né, até porque a gente tem essa discussão, né, de mais protagonismo da mulher nesses espaços, né, então se o partido diz que tem que dá prioridade, de paridade dentro do partido, então ele se eximir disso aí, ia pegar feio, né. [...] (ENTREVISTADX 13, 2019, n.p.).

Assim, o histórico das cocandidatas com o partido, assim como o compromisso do mesmo de impulsionar o protagonismo das mulheres na política, contribuíram para a viabilização e o sucesso da candidatura coletiva das Juntas.

2.6 Estratégias de campanha e financiamento

Tendo em vista a articulação das candidaturas estudadas, nos resta analisar as estratégias de campanha utilizadas pelos três grupos. As 12 candidaturas das Muitas, que disputaram as eleições municipais de 2016, conseguiram sustentar as suas campanhas, principalmente, a partir de um trabalho voluntário amplo e da convicção do coletivo de que aquele era o momento de convidar a cidade de Belo Horizonte a experimentar uma nova forma de fazer política:

Então, a gente teve um chamamento que foi muito bonito pra a cidade, a gente falava do encantamento com a política e isso era real, as pessoas se aproximaram, porque viram a verdade da proposta, e a gente falava “ó, não sabemos direito, nem no que vai dar isso, mas a gente sabe que precisa ir”. Eu tinha muita convicção que a gente conseguiria, mesmo, assim, exatamente por conta desse trânsito, porque a gente conseguiu se conectar com remanescentes decepcionados dos projetos petistas, pessoas de classe média que nunca tinha participado, que de repente viram em nós essa ideia da renovação política (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Portanto, o acúmulo de experiências, tanto das movimentações que ocorriam na cidade, quanto dos encontros das Muitas, contribuíram para a repercussão das candidaturas do coletivo, a partir de uma grande rede de voluntários. Além disso, como

as/os integrantes das Muitas não haviam, ainda, disputado eleições, havia uma dimensão de aprendizado, de “pedagogização”, que foi sempre compartilhada com o eleitorado (ENTREVISTADX 11, 2019). A combinação desses fatores, que provocaram interesse e “reencantamento” político – na fala das/os entrevistadas/os –, contribuíram para o alcance da campanha coletiva:

Olha, 2016 foi tipo uma centelha na cidade, né? Todos aqueles encontros, já tinha uma ativação de energia, de conhecimento, de práticas, que fizeram aquele fenômeno, né, de eu ser a vereadora mais votada, da gente conseguir eleger a Cida junto, de ter uma votação surpreendente, em condições muito improváveis, né, com pouco recurso, sem experiência de campanha, a gente se virando e tal [...] muito trabalho voluntário (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Recorrer principalmente ao trabalho voluntário significou, também, que as campanhas das Muitas de 2016 obtiveram muito pouco recurso partidário – que arcou apenas com uma parte do material das candidaturas (ENTREVISTADX 8, 2019), de modo que foram organizados dois processos: um individual e um coletivo. O individual contava com as redes mais próximas das/os candidatas/os, e de seus amigos e familiares; enquanto o processo coletivo foi intensamente trabalhado pela equipe de voluntários ligada à movimentação. Um dos principais objetivos da campanha coletiva foi lançar mão de estratégias para captar recursos, como através da utilização de plataformas online de *crowdfunding* para arrecadar doações pela internet e da realização de leilões de obras de arte, doadas para a campanha das Muitas (ENTREVISTADX 10, 2019; ENTREVISTADX 11, 2019).

Os recursos arrecadados compuseram um fundo comum, que era distribuído de forma paritária e isonômica na campanha coletiva, de modo que todas/os tinham acesso à mesma quantidade de materiais. A campanha, apesar de inovadora e criativa, pelo seu caráter coletivo e voluntário, foi barata: “[...] em recursos as Muitas arrecadaram, em 2016, em torno de 130, 140.000, dividindo isso por 12 candidatas, dá em média 8.000 reais [...] ninguém faz campanha com 8.000 reais, então, a coletiva se mostrou como um grande potencializador [...]” (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

Nesse formato, a estrutura mínima, em uma base em comum para a realização das campanhas, foi garantida pelo coletivo:

[...] todas as campanhas foi garantido pelo coletivo, e aí as pessoas conseguiram um pouquinho mais, um pouquinho menos “pra” fazer um material um pouquinho individualizado, melhor, etc., mas também nada demais, foi uma campanha com muito pouco recurso, muito trabalho voluntário, a de 2016 (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Assim, as Muitas organizaram o *Ateliê Colaborativo de Campanha*, que era um espaço de encontro, onde a equipe construía a comunicação e as estratégias; onde as/os candidatas/os faziam reuniões; e que funcionava como o ponto central de distribuição de material de campanha (ENTREVISTADX 10, 2019). O material compartilhado, que incluía panfletos, cartilhas, bandeiras, adesivos e vídeos, foi trabalhado a partir do lema “Votou em uma, votou em todas”, que rompia com a lógica individualista da eleição e personalista da política. Os vídeos da campanha mostravam as/os candidatas/os pedindo voto uns para os outros. A “sanfoninha”, panfleto em formato de sanfona, trazia o rosto de um/a candidato/a completando o rosto de outros/as, sinalizando o objetivo do coletivo naquele momento, que era mostrar que outra política é possível, na coletividade:

[...] e dá notícias de que o projeto é “pra” além dos corpos daquelas pessoas, embora também seja a partir daqueles corpos. Então é meio que dialético, vamos dizer assim, qualquer um que for eleito é um projeto, mas também tem um protagonismo de vários daqueles corpos, né? (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

Para as eleições de 2018, integrantes da Gabinetona repetiram a estratégia de campanha coletiva, dessa vez com 7 candidaturas para a ALMG e 5 candidaturas para a Câmara dos Deputados: “era ‘Apoiou uma, apoiou todas’ a gente deslocou mais ‘pra’ coisa da arrecadação, porque não dava ‘pra’ ser ‘votou em uma, votou em todas’, porque tinha dois níveis, né, diferentes, mas a cor, a alegria, o material, né, comum, tem muitas proximidades” (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.). Concretamente, apesar do formato ter se mostrado, mais uma vez, vitorioso e conquistado duas cadeiras legislativas, algumas tensões, decorrentes da dinâmica da disputa eleitoral – muito individualista e competitiva –, acabam sendo mais sentidas, gerando desgastes:

[...] algumas candidaturas saem de dentro da equipe da Gabinetona, com o mesmo princípio de “votou em uma, votou em todas”, mas a campanha já dá uma certa degenerada, assim, na construção, sabe? Os conflitos já são muito mais pesados, a competição interna, no nosso próprio campo, né, de pessoas

ligadas à Gabinetona, pessoas próximas, começa a aparecer, porque são jogos de poder também, né? Finalmente, a gente tem um resultado muito maravilhoso, a Andréia eleita deputada estadual, eu sou eleita deputada federal [...] (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Apesar das campanhas continuarem relativamente baratas, outra diferença marcante em relação a 2016, para além da mudança de escopo de eleições municipais para as eleições estaduais e federais, é o acesso que as candidaturas conseguiram ter, em 2018, ao Fundo Partidário⁹⁸ e ao Fundo Eleitoral⁹⁹. Mais uma vez, o acesso a recursos foi compartilhado, oferecendo uma estrutura mínima que viabilizasse as 12 candidaturas:

[...] de novo uma campanha com poucos recursos, com a diferença que entra, dessa vez, o financiamento do Fundo Eleitoral, que dá um reforço, e a gente consegue compartilhar entre as 12 candidaturas, pra dar um suporte mínimo pra cada campanha individual, mas ainda assim a minha campanha é muito barato, comparando com outros deputados que foram eleitos diante da minha votação: eu sou a quinta mais votada do estado, a minha campanha ficou em torno de 100.000 reais, assim, isso é um feito extraordinário, a campanha da Andreia também muito barata (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

As articuladoras das Juntas, de forma semelhante às das Muitas, tiveram a percepção de que o contexto político clamava por candidaturas diversas e inovadoras, como as das candidaturas compartilhadas. Além disso, a experiência de integrantes, em especial a da Carol Vergolino, com campanhas políticas anteriores trouxe uma confiança na condução da corrida eleitoral e no seu sucesso:

Então, todo mundo dizia no começo, né, vocês... “vai ser ótimo, que vai lançar o nome de vocês pra vereadora”, “vai ser ótimo que vocês vão ter 3.000 votos”, sabe? E eu, de verdade, eu sempre acreditei. Jô, que é uma das nossas, ela dizia, ela é ambulante, camelô perdeu a mãe, perdeu a casa, perdeu muita coisa na vida, e ela dizia pra mim, assim “Carol, eu nunca ganhei nada”, eu olhava pra ela e disse “tá preparada pra ganhar, né amiga?”. Aí ela “mas eu nunca ganhei”. “Mas agora vai ganhar!”. Me emociono, toda vez, porque parecia realmente muito distante, mas eu acreditava, porque eu acreditava nessa reinvenção, sabe, nesse reencantamento das pessoas. E aí a gente conseguiu mobilizar, eu sempre fiz campanha política, porque eu

⁹⁸ Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos: criado pela Lei nº. 9.096 de 19 de setembro de 1995, que representou a única fonte de recursos públicos que os partidos dispunham para financiar campanhas políticas durante 22 anos (BRASIL, 1995).

⁹⁹ Fundo Especial de Financiamento de Campanha: criado pela Lei nº. 13.487 de 06 de outubro de 2017, e destinado ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos, sendo que o valor mínimo das dotações orçamentárias da União em ano eleitoral é fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2017).

sempre trabalhei com audiovisual, em campanha política. Então, eu peguei toda a minha estratégia, de ter trabalhado, de Duda Mendonça a, sabe, e como a gente utilizar isso, do jeito que eu sempre achei que deveria. Mas fora isso, assim, a gente tinha um...a gente, a gente era muito diversa, e aí a gente conseguiu trazer muita mobilização [...]. Aí a gente usou, a gente já tinha feito a campanha do vereador Ivan Moraes, em 2016, que também não tinha dinheiro nenhum, aí ali mesmo, não tinha dinheiro nenhum, né, que “tava” agora candidato a deputado federal, a gente fez dobradinha, a gente, enfim, era uma campanha política como outra, só que com essa possibilidade de recrutamento pelo momento histórico também, né (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Em relação ao financiamento de campanha, as Juntas receberam recursos do PSOL, que entendeu que a candidatura coletiva estava na terceira faixa de prioridade do partido: “tinha o deputado, que já era deputado estadual e estava pra reeleição, ele ganhou 100.000, o outro deputado, que era o que eles achavam que ia ganhar, ganhou 40 [mil], e nós 5, né, uma candidatura, nós ganhamos 24 [mil] (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.)”. No entanto, considerando pouca a verba de 24.695 reais para viabilizar uma candidatura estadual, as Juntas mobilizaram suas redes para captar recursos. A organização Vendaval auxiliou o grupo na divulgação de uma “vaquinha” *online*, a partir da qual foi possível arrecadar mais 20.000 reais para a campanha. A divulgação pelas redes sociais, inclusive, foi uma das principais estratégias utilizadas pelo grupo:

[...] e é a forma que a gente avança, né, eles mostraram tudo, a gente passou, dentro de 2 semanas, o gráfico da gente subiu de uma forma que a gente achou inacreditável, pelo trabalho que eles fazem nas redes sociais, assim. E a gente começou a ter alcance em todos os lugares, tanto que a gente tem 184 cidades, apenas 8 cidades a gente não teve, que a gente não conseguiu chegar, mas a gente teve voto em 177 cidades, isso foi fantástico pra gente, inclusive Fernando de Noronha, teve gente que votou na gente, assim (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

O trabalho voluntário também foi essencial para divulgar a candidatura coletiva nas ruas. O material de campanha utilizado contou com adesivos que diziam “Não volte em branco, voto em preta”, ou, no contexto do Ele Não¹⁰⁰, “É ele não, e elas sim”; e com vídeos que compartilhavam a trajetória de vida das mulheres cocandidatas. Além disso, o grupo realizou plenárias populares em diversas regiões do estado, que serviram como forma de divulgar a candidatura e de promover uma formação pedagógica sobre a agenda política do mandato:

¹⁰⁰ Manifestações populares lideradas por mulheres que ocorreram no país durante as eleições de 2018, cujo objetivo era protestar contra a candidatura à presidência de Jair Bolsonaro.

[...] fora as plenárias que a gente fazia, a descida pros territórios, do interior, que a gente foi falar pro agreste, pro sertão [...]. A gente teve essa sacada, na campanha, descer pros territórios e fazer as plenárias, entendesse. Ai a gente fechou um eixo de prioridades, que era [inaudível], agroecologia, coisas que, a gente começou com cinco eixos e terminou com dezesseis. Então foi isso. A gente fez uma plataforma de governo, entendesse, a gente tava disputando pra deputada estadual e fez uma plataforma de governo [...] (ENTREVISTADX 13, 2019, n.p.).

Essas andanças pelas ruas e regiões do estado permitiram com que as/os eleitoras/es encontrassem e conversassem diretamente com as cocandidatas, proporcionando contatos informais, descontraídos e que despertavam curiosidade com a candidatura e, em muitos caso, esperança na renovação política:

porque as pessoas estão acostumadas a ver uma pessoa diferente, no santinho, diferente daquela que estava entregando o papel, né? E quando a gente chegava, e as pessoas viam que era a mesma pessoa que estava no papel, era a mesma pessoa que estava falando com ela, isso tem um certo diferencial, entendeu, traz uma aproximação, sabe, evita esse distanciamento de quem se entende como figura política, entendeu. Eu acho que teve um papel fundamental esse contato direto, né, com o eleitorado, na hora de pedir voto, na hora de fazer campanha, essa conversa sobre a possibilidade, né, porque o estranhamento inicial era perguntar se pode, né, “o gente, cinco pessoas na mesma foto, na mesma urna, e pode”? Aí essas dúvidas também abriam espaço pra gente se aproximar do eleitorado, e de certa forma readquirir uma confiança, né, é reanimar as pessoas pra essa questão política, porque muitas vezes tá [inaudível] nenhuma com a política, né, e quando chega com novas ideias, novas perspectivas, de certa forma resgata um pouco da esperança de se fazer uma política de outro jeito, de outra maneira, entendeu (ENTREVISTADX 16, 2019, n.p.).

Na Bancada Ativista, cada um/a dos/as 9 cocandidatos/as acabou enfatizando estratégias diferentes durante a campanha. Alguns se empenharam nas andanças pela cidade de São Paulo e pelo estado, panfletando e entregando “santinhos” e conversando com os eleitores; alguns participaram de eventos e palestras; enquanto outros investiram na divulgação da candidatura nas redes sociais (ENTREVISTADX 2, 2019; ENTREVISTADX 4, 2019). Desse modo, o sucesso eleitoral do grupo parece ser um reflexo dessa multiplicação de esforços:

Metade do grupo é militante, metade do grupo é ativista. O grupo militante faz campanha como sempre foi feito política, com santinho, né? E eu acho que teve isso não foi o forte, acho que realmente foi uma eleição digital...o quanto espalhou e o quanto depois olhando mais ou menos o mapa de panfletagens, não bate com os nossos lugares de maior votação. [Ao mesmo tempo] eu acho

que foi realmente uma campanha muito no boca-a-boca (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Após ter conseguido apenas 5.400 reais com o PSOL para a realização da campanha, a Bancada lançou mão de estratégias para captação de recursos, por meio de *crowdfunding*, que contou com a doação de cerca de 750 pessoas e chegou a 80.000 reais, representando o *crowdfunding* para a eleição de deputado estadual com o maior número de doadores e com o maior valor do país (ENTREVISTADX 6, 2019). A diversidade do grupo e o alcance da Bancada em diferentes estratos sociais contribuíram para o sucesso da arrecadação:

Foi lindo. Foi lindo, porque a gente teve...eu acho que o maior financiamento de legislativo do Brasil. A gente conseguiu 80.000 reais. A gente conseguiu 5.000 reais do partido e 80.000 reais de crowdfunding. E durante um bom tempo a gente conseguiu mais...eu não sei como é que fechou, mas a gente ficou na frente de candidatos à presidência da República, assim, foi bem potente nosso crowdfunding, até, porque, assim, nós somos ativistas e a gente tem esse cacoete, né, de pedir e tudo. Metade da Bancada é periférica, metade é um público universitário, mais central, mais hype, né. E também isso ajudou, porque você acaba tendo contato com pessoas que têm dinheiro, que nós tivemos várias doações de 1.000 reais, por exemplo. Embora a maioria deve estar entre 20 e 50 reais (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Ainda, a campanha representou, para alguns integrantes do grupo, uma oportunidade de conversar com a população e divulgar as ações trabalhadas pelos ativismos no estado, contribuindo para o fortalecimento de redes e lutas nos territórios:

A campanha foi muito interessante, porque deu possibilidade de eu conversar com pessoas que não sabiam que eu fazia, pessoas inclusive do meu território [inaudível] amigos que achavam, que acompanhava por *Facebook*, mas não sabia ao certo o que eu fazia. Então me deu a possibilidade de, de propagar, né, aquilo que eu fazia e tal e que eu fiz (ENTREVISTADX 5, 2019, n.p.).

O sucesso da campanha, assim como o sucesso eleitoral e o fortalecimento das lutas pelo estado de São Paulo, testemunharam a favor da candidatura coletiva como uma estratégia eleitoral inovadora e eficiente.

2.7 Uma síntese do surgimento das experiências

O sucesso eleitoral de integrantes das Muitas, da Bancada Ativista e das Juntas indicam que as estratégias de campanha coletiva – a partir de múltiplas candidaturas individuais, ou de candidaturas compartilhadas, representaram inovações e provocaram “reencantamento” político no eleitorado, se configurando em estratégias eficientes para a atração de votos. A eleição de seis mulheres, sendo quatro mulheres negras – Áurea Carolina, a candidata mais votada de Belo Horizonte em 2016; Andréia de Jesus, uma das três mulheres negras a serem eleitas pela primeira vez na ALMG; Jô Cavalcanti, a quinta mais votada na capital pernambucana; e Mônica Seixas, a décima mais bem votada de SP em 2018, – na verdade se desdobra na eleição de mandatos coletivos que contaram com 89% de mulheres, 56% de mulheres negras, além de mulheres indígenas, mulheres LGBT*, e representantes das mais diversas lutas das amplas maiorias sociais.

As candidaturas eleitas, portanto, incidem na representatividade política de maneira interseccional, atuando como “campos de confluências”, a partir da entrada de corpos diversos na política formal. Assim, a dimensão simbólica, ligada a um sentimento de reparação história, é acompanhada de um potencial substantivo, baseado na ampla atuação ativista e nas redes que os mandatos coletivos carregam para dentro da instituição, possibilitando uma outra atuação política e a construção de novas agendas.

Como pudemos observar, as candidaturas estudadas compartilharam de alguns elementos impulsionadores. O cenário de insatisfação generalizada com a democracia brasileira provocou, desde 2013, encontros e mobilizações no país que possibilitaram a catalisação de processos criativos de construção política. O “caldeirão” de ativismos diversos passa, a partir daí, a buscar novas formas de incidência nas estruturas. Apresentar novos quadros, “transbordar os partidos”, oxigenar os espaços institucionais, “hackear o sistema” e “ocupar a política” são objetivos em comum, identificados como motivadores das campanhas coletivas e candidaturas compartilhadas de 2016 e 2018.

Esses objetivos, a partir da visão das/os principais articuladoras/es dessas experiências, fazem parte de um compromisso de longo prazo com a renovação

política, a partir de estratégias que precisam ser constantemente atualizadas, a fim de promover a entrada de novos corpos na política – elegendo ativistas, mulheres feministas, pessoas negras, de territórios diversos, etc. – e o tensionando da democracia. Provocar, constantemente, a inclusão e a abertura do espaço político, portanto, seria uma forma de sistematicamente oxigenar e radicalizar a democracia brasileira.

Além disso, fazer política na coletividade foi adotado como uma estratégia que pudesse maximizar, e até multiplicar, o potencial de votos conquistados por candidaturas das amplas maiorias sociais – mantendo uma unidade em torno das pautas relacionadas às desigualdades e ao mesmo tempo mirando em diversidade territorial e de agendas, viabilizando a entrada dessas pessoas na política. Assim, a dimensão compartilhada, diversa, transparente e espontânea das candidaturas conquistou a confiança do eleitorado e atraiu muitos votos.

A possibilidade de compartilhar a candidatura, a campanha e, eventualmente, o mandato, também acabou sendo uma motivação importante para mulheres e ativistas, uma vez que minimizava a aversão de ter que “fazer sozinha” e de “entrar para a política”. Assim, o formato coletivo aglutinou forças, uniu um “exército” para encarar o desafio, minimizando desgastes pessoais e desafiando o personalismo da política tradicional.

Ainda como elementos que catalisaram os processos estudados, identificamos que o assassinato de Marielle Franco também aparece como um fator importante, uma vez que impulsionou a candidatura de mulheres negras e jovens. Esse fator também acabou tendo um peso relevante na decisão de quem encabeçaria as candidaturas coletivas da Bancada e das Juntas. Além disso, as movimentações do Ocupa Política, da #partidA, de diversos movimentos feministas, e a própria entrada no PSOL contribuíram, com maior ou menor intensidade, para a construção das candidaturas dos três grupos.

Sobre a relação com o partido, apesar de algumas integrantes da Bancada e das Juntas serem participantes orgânicas do PSOL, a maior parte das/os coparlamentares não possuíam um histórico partidário, sendo que algumas optaram por não se filiar ao mesmo. Assim, os três grupos assumiram uma postura de independência dentro do partido. A escolha pelo PSOL remeteu à opção por um

partido “mais democrático” – onde existisse algum nível de disputa interna, que “abrigaria” os projetos coletivos, ou onde seria mais possível “incidir, modificar e estar”. Para a Bancada, a escolha do PSOL, em detrimento da Rede, teve como base um cálculo eleitoral, tendo em vista as dinâmicas do quociente eleitoral e partidário. E no caso das Juntas, a concretização da candidatura foi embalada pelo compromisso do PSOL de Pernambuco de promover a paridade de gênero na lista de candidatos/as.

Apesar de alguns pontos favoráveis ao vínculo com o PSOL, integrantes das Muitas e da Bancada expressaram muito desconforto em fazer parte de uma estrutura partidária, levando os grupos a refletirem sobre alternativas ligadas à proposição de candidaturas independentes ou à realização de prévias nos partidos políticos. De uma forma ou de outra, havia a percepção em comum sobre a necessidade de encontrar meios de se romper com as engrenagens internas dos partidos e de viabilizar candidaturas renovadoras. “Pedagogizar” com os partidos novas construções e formatos de candidaturas, assim como de campanhas, foi um caminho importante para se perseguir alguns desses objetivos.

Como estratégias de campanha política, em 2016, as Muitas lançaram uma campanha coletiva inovadora em Belo Horizonte, em torno de 12 candidaturas que pediam votos umas para as outras, e que contou principalmente com trabalho voluntário e com a arrecadação de recursos para financiar um ateliê coletivo de campanha. Na campanha de 2018, assim como a Bancada e as Juntas, as candidatas da Gabinetona já contaram com algum apoio financeiro do PSOL, no entanto, as candidaturas lançaram mão de plataformas online de *crowdfunding* para arrecadar doações pela internet e viabilizar a produção de material físico e digital, que enfatizavam a dimensão compartilhada das iniciativas. Além disso, o aspecto coletivo, mais uma vez, multiplica os esforços na campanha, permitindo que cocandidatas/os circulem simultaneamente em diferentes territórios e eventos, estabelecendo um contato direto e transparente com a população. As Juntas, inclusive, realizaram plenárias populares em diversos territórios de Pernambuco, construindo a agenda política do grupo em conjunto com as movimentações do estado.

Assim, o sucesso eleitoral dessas iniciativas aparece como um reflexo de campanhas democráticas, diversas, coletivas, criativas, e que provocaram, nas palavras das/os entrevistadas/os, interesse e “reencantamento” político na população.

Os mandatos eleitos a partir de campanhas e candidaturas coletivas, portanto, iniciaram os seus trabalhos com grandes expectativas, tanto interna quanto externamente. No entanto, como aponta Caio Tendolini, articulador da Bancada, isso não significa dizer que o mandato coletivo se traduziria, da mesma forma, em uma boa estratégia para o exercício do poder legislativo:

Então foi um resultado muito impressionante e que eu acho, “pra” mim, mostra que a estratégia de uma candidatura coletiva é muito eficiente, e que isso não necessariamente quer dizer que o mandato coletivo é ótimo, acho que essas duas coisas [...] a candidatura coletiva como estratégia eleitoral é uma coisa diferente de um mandato coletivo como estratégia de exercício de poder (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Portanto, após estudar o surgimento, o perfil, a viabilização e o sucesso das candidaturas coletivas, nosso próximo passo é analisar a atuação dos mandatos coletivos da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas.

3 Dinâmicas, inventividades e atuação dos mandatos coletivos

Os mandatos coletivos da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas possuem pontos de convergência e de divergência em relação às suas dinâmicas internas e externas. Assim, de modo a analisar o alcance e a atuação dos grupos, abordamos neste capítulo: a construção dos mandatos no pós-eleição; a organização interna dos mandatos; a atuação parlamentar em termos da elaboração de projetos de lei e da participação em comissões parlamentares; as narrativas de integrantes sobre a entrada na institucionalidade; as iniciativas de mandato aberto e de participação popular; as dimensões interseccionais presentes nessa atuação inovadora e a construção de “confluências máximas”.

3.1 A construção dos mandatos no pós-eleição

As/os integrantes das Muitas estavam se preparando para um possível mandato desde 2015, principalmente a partir das “Explosões” Programáticas, que foram encontros realizados em diferentes territórios de Belo Horizonte, e com diversos grupos, a fim de se construir uma nova agenda política das Muitas Pela Cidade Que Queremos. Os acúmulos desses encontros produziram uma *Carta de Princípios das Muitas*, que continha objetivos pautados, direcionados para uma possível legislatura, representando alguns acordos, pré-determinados e firmados em Cartório. Tratava-se de compromissos assumidos pelas candidaturas da campanha coletiva e que, por sua vez, orientavam a construção dos mandatos eleitos em 2016:

[...] nesses princípios pautavam-se então, por exemplo, a distribuição dos cargos, né, não loteamento de cargos, pensar as estruturas internas distribuídas, considerando as paridades de gênero – isso como compromisso – equidade racial, então a equipe ser composta majoritariamente por mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQs, esses foram marcadores determinantes, assim, postos, assim, e até hoje eles existem. Não haver altos salários, absurdos, pautar a questão da redução de privilégios, como por exemplo, a doação de parte dos salários [...] o não uso de todos os carros que a Câmara disponibiliza (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

Além disso, após as eleições, ainda em 2016, as Muitas realizaram duas imersões, uma com as/os candidatas/os e com as pessoas que participaram do *Ateliê*

Colaborativo de Campanha, e outra com a cidade. Na primeira imersão o grupo começou a desenhar o formato e a composição do mandato; enquanto a segunda foi um espaço de escuta e de estruturação das pautas que seriam trabalhadas junto com a cidade. A partir dessas primeiras conversas, a Gabinetona começou a ser definida internamente, apesar da sua estrutura ter passado por muitas adaptações ao longo dos anos (ENTREVISTADX 11, 2019).

A imersão realizada com o grupo que havia participado da experiência da campanha foi o momento de reforçar os acordos pré-determinados e de começar a concretizá-los. Assim, foi decidido que o gabinete traria o máximo de pessoas que conseguisse para dentro da instituição, respeitando o compromisso assumido em relação aos marcadores de diversidade; e foram estabelecidas medidas para reduzir privilégios, como os critérios de doação de parte dos salários e a realização de uma chamada pública para compor parte da equipe. Nesse encontro, também foi realizado o convite para que as/os candidatas/os das Muitas, que tivessem interesse, fizessem parte dos mandatos:

A gente, umas primeiras imersões, com equipe que participou da campanha, os eleitos e os candidatos, suas equipes, e logo, a gente...tanto o convite “pra” Bella [...] ser assessora política em coreografia [...] e aí as pessoas foram convidadas: “olha gente, todo mundo que quiser”, e aí foi se pensando em quais...enfim aí foi um processo bem longo, de pensar a forma, como seria, a equipe, e a gente acabou optando por um gabinete *full*, né, cheio, né, a gente contratou o máximo de pessoas que a gente podia, com salários mais baixos que o normal, né, mas adequados, e também com o nível de variação mais em relação a horas de trabalho e formatos, porque tinha uma variação. Tinha gente que tinha mais flexibilidade, porque o trabalho dele não exigia, por exemplo, estar aqui, tinha gente que tinha...o jurídico, por exemplo, é 8 horas fixas. Então a gente criou...tudo demanda, né, porque “pra” ser justo, “cê” tem que tentar ir por caminhos mais complexos mesmo, né, que aí considera um tanto de coisa. E aí é isso, aí então as pessoas entraram. Então o nosso gabinete, acho que a gente pode contratar até 20 pessoas, e a gente realmente tinha cada gabinete 20, e tudo em comum, né, juntado, aí tirou as divisórias, faz a Gabinetona [...] e isso também era compromisso de campanha, abrir mão de privilégio, doar parte do salário, abrir mão de, pelo menos, parte dos carros, e fazer uma chamada pública, então, se não me engano foram 10 pessoas que vieram por chamada pública, que era um compromisso com a cidade, mais de 4.000 inscrições, uma loucura (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

Além da chamada pública, e de convites realizados a movimentos sociais, a pessoas que estavam construindo lutas na cidade, e a alguns grupos do PSOL, foi acertado que

cada vereadora eleita – Cida Falabella e Áurea Carolina – poderia convidar entre 5 e 6 pessoas do seu campo de construção política para compor a equipe. Bella Gonçalves, em covereança, pôde convidar 2 pessoas. A conformação da equipe foi feita, ainda, em torno do compromisso de manter isonomia e justiça na distribuição dos salários (ENTREVISTADX 7, 2019).

Em relação aos marcadores de diversidade, que atravessaram toda a composição da Gabinetona, o grupo firmou compromissos em relação a princípios de representatividade identitária – de corpos diversos, e em relação aos saberes tradicionais e das lutas, uma vez que se entende que pessoas que possuem essas vivências, mas não necessariamente uma trajetória na educação formal, teriam muito a contribuir para a experiência dos mandatos, já que carregariam o potencial de transformação para dentro das instituições:

[...] o que tinha sido acordado é que as equipes seriam compostas majoritariamente por mulheres, negros, LGBTQs e pessoas de ocupações, isso também era um marcador [...] os princípios de representatividade associados, também, a uma qualidade técnica, e técnico de forma ampla, né, porque não pensamos só no contexto de educação formal a partir das instituições, porque se “cê” pensa que a liderança de uma ocupação urbana consegue coordenar o movimento que tem não sei quantas mil pessoas, estabelecer diálogo com diferentes agentes da sociedade, isso é uma pessoa que tem qualidade técnica pra balizar e poder colaborar com o processo de incidência nas estruturas políticas. Então não é pensar “não, precisamos de um sociólogo, ou um engenheiro ambiental” para além, ampliar essa visão, considerando os saberes não formais, né, que são esses saberes que, ainda mais falando no Brasil, né, um país onde educação é algo caro e nem todo mundo tem acesso ainda, né, educação formal (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

O somatório desses acordos e princípios, colocados em prática pelos mandatos da Gabinetona, pode ser entendido no contexto da experimentação de uma forma diferente de ocupar as eleições e a política. Esse “laboratório” foi palco de muito aprendizado e, também, de muitos conflitos, que tensionaram as construções interseccionais no ambiente político formal, desafiaram o debate sobre representatividade na composição das equipes e acabaram provocando mudanças para 2018:

Então 2016 foi uma explosão mesmo, e como a gente tinha muito mais inventividade, muito mais disposição pra algo que a gente desconhecia, “vamos fazer”, a gente já chega com um monte de ideia mirabolante, “vamos fazer chamada pública pro mandato”, “votou em uma, votou em todas”, “incorpora todo mundo que se candidatou na equipe”, “vamos destinar parte

dos salários das vereadoras pra iniciativas sociais e culturais”. A gente foi criando ferramentas pra materializar o que era esse nosso sentimento de “ocupar as eleições com ousadia e cidadania”. E aí Gabinetona vira, depois, o laboratório dessas práticas, algumas deram super certo, outras foram um desastre total [...]; a chamada pública foi um trauma, porque eu acho que, no princípio, é uma ideia incrível, assim, da gente abrir pra a cidade e tal, mas como a gente tem um registro de concurso público, meritocrático, é muito difícil quebrar isso, e internamente tentativas de favorecimento aconteceram, “‘ah’ tem que ‘tá’ tal pessoa, porque ela é de tal grupo e porque ela é mulher negra...uai, mas a gente tem essa demanda de trabalho aqui, que é esse perfil específico, essa pessoa não atende esse perfil...‘ah’ mas ela é mulher negra e, pronto, tem que tá”. Então, nós tivemos conflitos dessa ordem, assim, de um absolutismo, em função da identidade, do pertencimento, de quem se colocava pra chamada pública, às vezes a gente fazia também ajustes, porque a ideia de uma técnica, de um perfil, obviamente também, entra numa reprodução que pode ser meritocrática, que pode ser de reforço de uma formação acadêmica, e a gente não queria repetir essas coisas, então resolver critérios de representatividade, que são fundamentais pra nós né, com critérios de demanda do trabalho, a gente não tem como escapar de uma necessidade de organização jurídica, de comunicação, de gestão e essas coisas, assim, exigem alguma experiência. Então, foi um trauma conciliar tudo isso, boa parte dos grandes conflitos da Gabinetona passam por ali, esse momento da chamada pública já desencadeia o que depois vai se revelar também em outros espaços da nossa atuação, e no mandato de 2018 a gente abre mão da chamada pública. “Não, pelo amor de Deus, ninguém dá conta mais de passar por isso de novo, não tem como, assim, foi superlegal, valeu, vieram pessoas incríveis, mas também foi um negócio muito desgastante e tal”. Então, eu acho que a institucionalidade, quando a gente vai aprendendo o seu funcionamento, ela vai nos enquadrando também. Então, aquela ousadia, meio ingênua, de fazer chamada pública, depois foi confrontada com a realidade dentro da Câmara Municipal, “não dá pra gente ficar inventando tudo gente, este mandato tem que fazer determinadas entregas, a gente precisa de pessoas com determinados perfis, e a gente não vai resolver isso só com a questão da representatividade”, que é um dilema eterno na Gabinetona. Assim, às vezes parece que a representatividade é uma lei, e que nada mais importa, basta ser LGBT, negra, indígena, e que assim a gente vai resolver a democracia brasileira, e não vai, não vai mesmo [...] (ENTREVISTADX 10, 2019).

A partir dessas reflexões, e após as eleições de 2018, quando a Gabinetona expande a sua atuação nas três esferas do legislativo e dobra o tamanho da sua equipe, os quatro mandatos eleitos realizam uma revisão das suas pactuações iniciais, processo que resulta em uma maior autonomia de escolha e de atuação para cada parlamentar, ainda que dentro de uma estrutura de mandato integrado, ou seja, simultaneamente nas três esferas:

E aí a gente escala a Gabinetona, nas 3 esferas do legislativo, passa a ter uma equipe de quase 100 pessoas, né, somando as pessoas vinculadas a cada um dos 4 mandatos [em 2016 era em torno de 40 pessoas na equipe...]. Então, Cida e Bela na Câmara, a Andréia na Assembleia, e eu na Câmara dos Deputados, 4 parlamentares em um mandato integrado, e as tensões

começam a se multiplicar, né? E nós estamos justo no momento agora de revisão dessas pactuações, o que que realmente a gente tá disposta a compartilhar, o que que é melhor que seja exclusivo de cada mandato, porque esse processo de tensionamento interno, também consome muita energia, assim [...] (ENTREVISTADX 10, 2019).

Para as/os integrantes da Mandata Ativista, em São Paulo, o período pós-eleição foi um momento repleto de tensões e tentativas de organização interna. As/os 9 cocandidatas/os não haviam pactuado, anteriormente, como seria a organização do mandato compartilhado, de modo que algumas divergências ficaram evidentes após a vitória eleitoral. Durante os meses que antecederam o início das atividades parlamentares, o grupo realizou uma série de imersões para definir questões centrais, como composição da equipe, distribuição de cargos, salários, atribuições etc., processo este que foi relatado como sendo exaustivo e permeado por discordâncias (ENTREVISTADX 1, 2019; ENTREVISTADX 6, 2019). A partir dessa experiência surge a reflexão sobre a necessidade de, na medida do possível, realizar alguns acordos previamente quando se trata de candidaturas coletivas, de modo a alinhar expectativas:

E esse foi um período super duro [...] porque a gente teve que começar a colocar o pé no chão sobre “temos um mandato agora, como é que a gente vai fazer esse mandato, como é que a gente faz os acordos”, coisas que a gente não tinha feito antes da campanha. Concretamente nesse período, tanto que teve ruídos, porque parte, tinha gente falando, tipo “não, é óbvio que vai ser assim” e tipo tinha gente falando “não, não é óbvio”. Então, a gente foi tendo que alinhar todas essas questões e foi um período difícil, bem tenso, acho que “pra” todo mundo, de formas diferentes. [...] esse processo de todo fim de semana fazer uma imersão da Bancada: agora vamos decidir salário, agora vamos decidir cargo, agora vamos decidir fluxo de trabalho [...]. Foi um processo bem intenso, que ele já começou a revelar tensões e, enfim, conflitos que a campanha não mostrou, porque a campanha... 1, porque a campanha é muito rápido, e “cê” precisa fazer coisas, “cê” não tem tempo para ficar pirando; e 2, porque “cê” tinha um objetivo muito comum: “todos nós queremos ganhar as eleições”. Quando “cê” tira isso daqui da mesa, “cê” tem que falar “agora qual que é o nosso próximo objetivo comum”, aí “cê” tem muita discussão a ser feita. Um dos aprendizados, eu acho que eu tenho de candidatura coletiva, é que dentro do possível alguns acordos precisam ser feitos, que não é uma coisa que eu acho que dá “pra” antecipar muito, não é uma coisa que eu acho que é... “cê” não pode se dar ao luxo de ficar gastando um tempão discutindo o mandato “cê” tem que ganhar a eleição, mas alguns acordos é importante de serem feitos, inclusive de forma pública, porque eu acho que um dos grandes desafios de qualquer processo coletivo é o de cumprir a fiscalização e cumprimento de acordos [...]. Então, quais acordos é possível fazer antes, quais acordos é possível publicizar, e a desejar a publicizar, acho que essa é uma das reflexões que eu tenho sobre candidaturas coletivas (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

De todo modo, inicialmente, a Mandata decide pelo desenho de uma Coordenação Política composta por 13 pessoas – 9 codeputadas/os e 4 pessoas que participaram ativamente do processo de construção da candidatura da Bancada e/ou da campanha política. Essa coordenação teria a função de priorizar as ações do mandato, estabelecendo as bases a serem desenvolvidas em círculos de trabalho, divididos entre: comunicação, mobilização, pesquisa, legislativo, articulação institucional e administrativo-financeiro (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.). Os demais cargos de assessoria foram preenchidos através de uma chamada pública: “[u]ma das ações que a gente fez foi abrir um processo seletivo, foi histórico, assim, o primeiro processo seletivo na Assembleia, que a gente contratou 7 pessoas, foram mais de 2.000 pessoas inscritas [...]” (ENTREVISTADX 5, 2019, n.p.). Mais uma vez, essas decisões iniciais foram permeadas por discordâncias, muitas vezes polarizadas entre coparlamentares ativistas e militantes:

E quando ganhou a eleição aí começou essa disputa. Primeiro que as pessoas militantes queriam que os seus colegas que fizeram campanha junto com eles fossem “pro” gabinete. E eu sempre fui muito dura de “meu, faz sentido nenhum, nenhum” [...]. E aí teve choro, ranger de dentes, mágoa, bico...aí o pessoal ficou com pena [inaudível] e eles viraram os nossos cochefes de gabinete. Aí o resto da equipe, em grande parte, a gente conseguiu resolver por processo seletivo. A gente definiu quais eram as funções, a gente abriu o processo seletivo. A [...] conseguiu levar mais pessoas dela “pra” dentro, ela impôs, né, e é isso (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Além disso, essa organização inicial definia pouco o papel de cada codeputada/do no mandato. No momento em que o grupo ativista entra no ambiente parlamentar, o choque institucional, acompanhado de um sentimento de incerteza sobre o papel, a função e o poder que cada um/a deveria ou poderia exercer, leva a um clima de tensão e de disputa:

Chegamos no mandato, a minha sensação é que a gente começou com muita insegurança, muita, todo mundo “tava” muito inseguro de qual que era o seu papel, fora a Mônica, que eu acho que tinha uma insegurança de...“puta’, de repente você tem que ‘tá’ num plenário, ‘cê’ tem que ‘tá’ num lugar que ele é, né, tipo, ‘cê’ não tem essa experiência e tal”, mas a Mônica tinha um lugar muito garantido. O resto dos codeputados [...], na minha impressão, “tava” no lugar do tipo assim: “eu sou um assessor? Eu sou um mero assessor? Eu sou um assessor vip? Eu sou só, eu sou um codeputado? O que que isso quer dizer ser um codeputado?” Perguntas que a gente nunca...o cocandidato era meio fácil, o codeputado não era tão fácil [...] com uma terceira coisa de “qual

que é o meu poder aqui dentro? Onde que eu dou ‘pitaco’? Onde que eu tenho a palavra final? Eu tenho a palavra final em algum lugar?”. Então eu acho que é uma somatória dessas 3 coisas. É isso, eu acho que é um quase, saindo da análise política “pra” uma análise mais psicológica mesmo, eu acho que está na insegurança no lugar do tipo “eu pertencço ou não pertencço a este lugar? Qual que é o meu papel nesta, nesta comunidade?”. Entendeu? Isso gerou muita tensão, muita, então muito das nossas primeiras...nossos primeiros 3 meses foram insuportáveis, assim, eu acho que a galera, a galera resistiu...todo mundo resistiu [...]. Mas, basicamente, chegar nesse lugar é muito difícil, chegar nesse lugar...a gente, “mano”, “tá” acostumado a fazer roda de conversa, lá não tem nem lugar onde você consegue sentar em roda “pra” começar, sabe a ideia, nesse lugar, assim, a gente não consegue nem tirar as divisórias do gabinete [...] e eu acho que aí tem uma terceira camada de complexidade, do nosso caso, que é o “rolê” de ser um mandato coletivo mesmo. Então, o fato que a gente criou uma governança, que “cê” tinha 13 pessoas, que tomavam decisão sobre tudo do mandato e do movimento, tornou inviável o “rolê”, tornava...tipo, tudo era disputa [...] (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Para além da falta de uma divisão interna mais objetiva a respeito de poderes e atribuições, o choque institucional trouxe à tona o contraste entre a ação ativista e a burocracia legislativa; evidenciando, também, tensões entre as estratégias de participação e representação. Assim, uma vez eleitas/os, a maioria das/os coparlamentares, que estavam acostumadas/os a um *modus operandi* ativista, precisou balizar a sua forma de atuação no ambiente político formal da casa legislativa:

O segundo ponto eu acho que é o lugar do ativismo versus a burocracia. E aí ele tem o lugar, que ele é óbvio, que é a dificuldade, né, do tipo a velocidade das coisas e afins [...]. Eu “tava” conversando com uma amiga minha outro dia, ela é chefe de gabinete do secretário de cultura de São Paulo [...], o [...], que é um dos codeputados, a pauta dele é cultura. Ela falou: “cara, [...] ‘tá’ vindo como movimento social falar comigo e, assim, a minha forma – e vindo na super na porrada [inaudível] – e a forma que eu tenho de lidar com isso é falar ‘vossa excelência parlamentar aqui [inaudível]’”, porque é um lugar que a galera “tá” acostumava, né, o lugar do ativismo [...] (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Já em Pernambuco, as Juntas realizaram um processo de transição entre a eleição e a mandata, para justamente pensar e planejar a composição da equipe. As cinco codeputadas decidiram que cada uma deveria escolher uma pessoa de sua confiança, de modo a formar um grupo de 10 pessoas, que ocuparia os espaços estratégicos de coordenação. Assim, foram escolhidas cinco mulheres que compuseram, junto com as codeputadas, o “espaço de confiança” do mandato (ENTREVISTADX 12, 2019). A partir daí, a incorporação das diferentes movimentações na equipe se deu de maneira orgânica e por indicação das próprias codeputadas:

É a gente, a gente tinha muitos movimentos, a gente tinha movimento LGTB, a gente tinha “meu”, gente tinha o movimento dos trabalhadores do comércio informal, o MTST, o partido, o, sabe, era muita coisa pra gente dar conta, mas aí a gente começou a construir com indicações, que já eram mais naturais. Primeiro a gente montou como seria a equipe, e depois de cada codeputada foi indicando nomes, né [...], são 34 [pessoas] (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Ao longo desse processo de construção, as codeputadas levaram em conta marcadores de diferenças, sendo a grande maioria da equipe composta por mulheres e metade das posições de liderança ocupadas por pessoas negras:

E a gente pensou, quando a gente foi montar a nossa equipe, gente pensou na questão de raça, de gênero. Então, a gente pensou nos LGBTs, pessoas negras, juventude. Eu não lembro exatamente tudo, mas se não me engano a gente tem 83% de mulheres, a gente é maioria na mandata, 41% é de juventude, desses 83% de mulheres, 50%, das pessoas negras da mandata, têm os maiores salários, a gente procura fazer essa reparação também, né [...] (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Além da equipe direta de cinco coordenadoras, e da equipe de gabinete, que conta com 34 pessoas, as Juntas decidiram pela criação de um Conselho Político consultivo e decisório, que conta com a participação de mais de 40 organizações do estado, que discutem as decisões políticas com a equipe formal (ENTREVISTADX 14, 2019).

Na mandata, entre as cinco codeputadas há isonomia salarial, uma vez que as integrantes que recebem um maior contracheque abrem mão, politicamente, de parte dos seus salários:

Então, nessa escadinha de contracheques, tem uma desigualdade regimental, digamos assim, institucional, sabe. E aí pra gente reajustar esse desequilíbrio no salário, das cinco, né, nos contracheques das cinco, a gente abre mão de parte do salário da gente pra que fique equilibrado. Como Jô é que recebe mais no contracheque, porque ela é a deputada formal, ela abre mão de uma parcela maior do salário dela pra poder equilibrar com os das demais. Eu também abro mão de uma parte considerável do meu salário pra poder me equilibrar com as outras três, e em termos de contracheque são assessorias especiais, em termos de contracheque, como chefia de gabinete, eu e Jô são os dois maiores, digamos assim, da equipe, os dois maiores contracheques da equipe [...]. A gente abre mão politicamente do nosso salário pra tentar fazer essa equação, digamos assim, mais distributiva entre nós, né. E aí o planejamento é depois a gente fazer um edital, né, [...] pra financiar pequenos projetos, né, com esse dinheiro que está sendo juntados pela doação voluntária de parte dos nossos valores em termos de contracheque (ENTREVISTADX 16, 2019, n.p.).

Assim, de modo parecido com iniciativas da Gabinetona, as Juntas criaram, então, um fundo para distribuir recursos à comunidade.

3.2 A organização interna dos mandatos coletivos

Paralelamente às definições sobre a composição da equipe, a Gabinetona começou a se estruturar em torno de estratégias de integração dos mandatos eleitos, de modo que as pessoas contratadas em cada gabinete e casa legislativa não fossem exclusivas das mesmas. Para isso, a principal tecnologia organizacional gerada pela Gabinetona foi o *Mapa de Lutas* – ou o mapeamento das lutas populares em que os mandatos possuem referência, em diferentes eixos de trabalho. Nesse mapa, a atuação da equipe – extensa e diversa – ganhava sentido, a partir da especialização do trabalho ativista, que de maneira autônoma produziu respostas às múltiplas demandas encaminhadas cotidianamente aos gabinetes (ENTREVISTADX 7, 2019; (ENTREVISTADX 10, 2019).

Essa organização, que promoveu um diálogo constante com a população, facilitou, ainda, a identificação das pautas prioritárias e o seu direcionamento em instrumentos da política formal. O *Mapa de Lutas*, portanto, integrou as ações dos mandatos de maneira transversal e permitiu uma constante ligação com as atuações de ponta, dos diversos ativismos que atravessavam a Gabinetona; ao mesmo tempo em que canalizou essas ações para a construção de decisões resolutivas, no nível institucional:

[...] foi um negócio que a gente quebrou cabeça, principalmente pra responder a situação dos ativistas, que não tinham um perfil técnico de resolução das demandas propriamente institucionais, assim, mais burocráticas, né, de jurídico, de gestão e tal. Esse Mapa de Lutas, inicialmente era um núcleo de mobilização social, e a gente já concebia que ele era pra atuar na ponta, pra potencializar o que essas pessoas já traziam de vivência, de saberes, mas isso precisa comunicar com o sentido do mandato parlamentar. Então essas lutas precisam virar demanda de audiência pública, ou de projeto de lei, ou de incidência sobre projetos que estão tramitando, ou de alguma cobrança sobre o executivo. Então essas lutas, pra justificar a existência desse mandato, nessa mediação, precisam nos informar, nos subsidiar, com coisas que nos dão condição de fazer realmente essa infiltração, da radicalidade autônoma, dessas construções com a institucionalidade [...]. Então, a gente constrói essa ferramenta do Mapa de Lutas pra ver como é que vão se dar essas

colaborações, e é um negócio que hoje tá mais avançada Gabinetona [...], mas foi a solução que a gente encontrou pra acolher e aproveitar ao máximo essa chegada de ativistas, que nunca tinham participado de uma experiência institucional, ou que tinham participado muito precariamente, assim. Então eu acho que tem uma educação profissional também do mandato pra isso, e essas ativistas vão aprendendo que elas podem direcionar o que elas “tão” vivendo lá na ponta, pra uma coisa mais resolutiva em termos de políticas públicas, de defesa de direitos. Então a gente tá num marco de cidadania, de estado democrático de direito, esse mandato não demole essas estruturas. Essa organização, do Mapa de Lutas, foi a solução, também, pra a gente referenciar o trabalho de pessoas que, em grande parte foram muito autônomas, assim, autônomas no sentido de trabalharem sozinha, ou sem coordenação, com uma referência muito dispersa entre grupos [...]. E o Mapa de Lutas ele também é a maneira de responder a demandas muito específicas, que chegam cotidianamente assim, sei lá, alguma questão sobre saúde materna, sobre mobilidade, sobre segurança pública. Então a gente gera uma especialização do trabalho [...] que é transversal, então, essa é uma das maneiras de integração (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

O Mapa de Lutas permitiu, ainda, a canalização de eixos, que estruturavam as confluências de projetos em torno de três temáticas: direitos humanos, direito à cidade e cultura. Ao mesmo tempo, os mapas potencializaram a atuação dos mandatos, multiplicando o seu alcance, fortalecendo diversas construções e lutas e perpassando três esferas legislativas:

[...] hoje a gente integra 4 parlamentares em um único mandato, em uma única equipe. Então, por exemplo...alguém...sei lá Micha, ela é uma assessora que tá mais próxima, né, de mim, mas ela é uma assessora que vai prestar um trabalho político “pra” construção do mandato federal, do mandato estadual e do mandato municipal. Então essa é outra expressão da coletividade do mandato. Muito interessante e diferente, inclusive, das outras experiências de mandato coletivo [...]. Aqui a gente não tem tanto essa coisa das codeputados, mas a gente tem a questão de que todo mundo que constrói a movimentação vai ter espaço “pra” expressar sua luta. Na prática não faz tanta diferença, né, e a gente tem essa coisa da integração dos mandatos de forma muito solidária, que acontece com muito...sei lá, muito afeto (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Assim, o principal papel de todas/os as/os integrantes da Gabinetona é “ser mapa de lutas”, ou seja, organicamente construir as lutas da cidade e do estado, a partir de uma ponte com a institucionalidade política, função esta que pode ser entendida como sendo, inclusive, a fonte do poder político do grupo, que estaria aglutinando forças para tanto, estando ou não eleita/o: “[i]sso eu continuo fazendo independente de ser vereadora, de não ser, de ser covereadora, de não ser, isso a gente faz sempre, esse é o nosso papel” (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Apesar do *Mapa de Lutas* ter bastante autonomia de ação, a Gabinetona também criou as suas estruturas de coordenação e de decisão interna. O processo decisório foi entendido como sendo espiralar e conta com instâncias de coordenação política, com um fórum de coordenações, com reuniões gerais, reuniões dos eixos de trabalho e de definições dos projetos prioritários. Assim, as decisões políticas foram/são tomadas nessas diferentes esferas, mas com uma centralidade maior na coordenação política, que é o espaço de articulação, composto pelas parlamentares e suas assessorias diretas. Portanto, a Gabinetona não assumiu um formato assemblear de deliberação, mas operou na base da formação de consenso e buscou pactuar, com toda a equipe, as decisões em instâncias gerais, de modo que as orientações das decisões políticas tomadas foram discutidas de forma coletiva em diversos espaços (ENTREVISTADX 7, 2019).

A grupo de articulação, que soma em torno de 12 pessoas, é a instância de deliberação sobre sensibilidade política, sobre posicionamentos e sobre estratégias que vinculam os mandatos. Assim, ele estaria diretamente responsável pela dimensão da representação formal, cuidando da interação das parlamentares com parceiros do campo, da interação nas casas legislativas, com os partidos políticos e supervisionando as decisões estratégicas e de priorização de projetos – que necessariamente passavam pelas parlamentares (ENTREVISTADX 10, 2019).

Outra estratégia de integração dos mandatos, utilizada pela Gabinetona, foi a *ressignificação de espaços institucionais*. Em 2017, com a posse dos primeiros mandatos do grupo, Áurea e Cida derrubaram as divisórias de seus gabinetes, reunindo a equipe e suas ações em um mesmo espaço compartilhado, dando origem ao nome do mandato coletivo. A partir de 2019, com a expansão dos mandatos e da equipe, o grupo transbordou os prédios oficiais e criou a Casa da Gabinetona em Belo Horizonte, espaço físico que abrigava parte da equipe – de quase 90 pessoas – e que se tornou uma referência para a realização de trocas, encontros e atividades, de forma acolhedora e mais propícia para as “confluências políticas afetivas”, às quais o grupo se dedicava, livre dos constrangimentos do espaço institucional no legislativo:

[...] muitas vezes aqui os espaços a gente considera também, como eles são pensados “pra” uma outra lógica, hierarquizada, são espaços às vezes que não ajudam na convivência, sabe, os plenários “cê” entra “cê” vê, aquelas mesas, aquele U, a plateia fica separado. Então, nesse lugar que pudesse ser

um lugar, [...] uma terreira, um lugar assim de acolhimento, e lá também nós temos as frentes avançadas, assim, a comunicação basicamente fica lá, o grupo de teatro se abriga e ensaia lá. Então, tem uma parte que são demandas reais, que a gente cobre com a casa, e outros que são desejos de ampliação mesmo, com a cidade, né? Então, lá tem acontecido os encontros [...]. E é isso, é uma ideia, que é uma ideia das Muitas de confluir, né, e confluir entre nós, e confluir a cidade também (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

A Casa foi mantida com recursos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara dos Deputados, garantidos por autorização das Mesas Diretoras. O fato de a instituição legitimar essa experiência parece ser uma evidência da incidência transformadora da Gabinetona no espaço político tradicional do legislativo brasileiro: “porque no registro convencional não seria possível ter 2 mandatos, abrigados, aliás 4, no mesmo espaço, então as equipes se encontram aqui, a gente faz ações conjuntas aqui, essa é integração muito concreta” (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Ao mesmo tempo, a expansão da Gabinetona trouxe vários desafios para a atuação integrada dos mandatos. As distâncias físicas, entre casas legislativas que possuem ritmos e processo de análise distintos, que trabalham com dimensões de tempo diferentes, impossibilitaram a realização de reuniões semanais para as tomadas de decisão e de encontros para compartilhar da rotina parlamentar (ENTREVISTADX 7, 2019; ENTREVISTADX 10, 2019). Nesse momento, portanto, algumas mudanças ocorreram na organização da Gabinetona, a fim de viabilizar a confluência de lutas nas três esferas, a começar pela reestruturação dos eixos temáticos, que passaram a ser: Cultura e educação, Direitos humanos, e Territórios e bem viver; sendo que o eixo direito à cidade passou a ser um programa dentro do eixo territórios e bem viver (ENTREVISTADX 7, 2019).

Assim, a Casa da Gabinetona também funcionaria como uma referência para a organização dos trabalhos de cada eixo, de modo que a atuação conjunta dos mandatos não se restringiu ao cotidiano parlamentar e aos gabinetes. Nesse sentido, as demandas que chegavam para o grupo, em qualquer uma das instâncias, seriam acolhidas nessa “central”, para que fossem produzidas respostas articuladas e simultâneas nos três níveis:

Então, por exemplo, “pra” atuar com as relações de direitos humanos, a gente tem lá funcionando uma sala “a frente de direitos humanos”, a gente recebe uma denúncia aqui, a gente vai mandar “pra” ser acolhida lá [na Casa] e ter

uma atuação nas 3 esferas. A gente vai fazer um trabalho sobre bem viver, territórios a gente vai puxar o encontro “pra” lá (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

No entanto, apesar dos esforços de fortalecimento das construções conjuntas entre as três esferas, a partir da expansão da Gabinetona, houve a tendência de se reduzir as interfaces e de se atribuir maior autonomia aos quatro mandatos eleitos, que acabaram optando pela diferenciação dos espaços e da preservação de um mínimo de compartilhamento. Com isso, o mandato coletivo criado a partir das Muitas continuou atuando por meio do *Mapa de Lutas* e dos eixos temáticos em ações estratégicas, dando maior autonomia para que cada um dos mandatos construísse outras ações, de forma independente:

A gente toma algumas decisões políticas conjuntamente, a gente tentou, nesse momento, construir projetos de lei de maneira colaborativa, integrada, mas já temos uma tendência de separação disso [...] e eu acho que tem a ver também com um desejo de autonomização entre os mandatos, assim. Eu acho que tinha uma necessidade ali de construir de maneira própria, e a gente já tá entendendo que essa é uma tendência, assim, na Gabinetona, de diferenciação cada vez maior do que que é de cada lugar, e da gente preservar alguns mínimos de compartilhamento. Continua sendo um mandato coletivo, porque nós nos reportamos umas às outras, mas a gente, sem dúvida nenhuma, tem reduzido a interface, assim. Na Gabinetona municipal era tudo, absolutamente tudo, compartilhado. Nesse momento a gente já tem coisas que não são tão compartilhadas, e eu vejo isso como um movimento natural, até porque é o tensionamento sobre compartilhar ou não também consome muita energia, né, então se a gente resolve “‘ah’, beleza, isso é compartilhado, isso não é” a gente já sabe qual que é a nossa regra interna, né. Então, eu acho que é um mandato coletivo também, porque a gente coopera muito na ponta, né, assim, [...] e a gente dialoga bastante, né, pra dar coesão, e até uma intencionalidade, o que que a gente tá buscando com isso, a Andréia mais focada em tal frente, a Bella em tal, e eu em outra, mas com trabalhos complementares, assim (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Esse segundo momento da experiência da Gabinetona, trouxe implicações na sustentação do grupo, que sempre contou com um grande protagonismo e com o papel de liderança de Áurea Carolina, que, a partir de 2019, ocupou a Câmara dos Deputados e passou a não estar tão presente nos espaços compartilhados em Belo Horizonte:

[...] então, eu “tava” muito imbricada em todos os processos mais críticos da Gabinetona, conseguindo acompanhar tudo de perto, essa mudança de esfera me retira desse acompanhamento tão próximo, por um lado é bom, né,

pro grupo conseguir tocar sem a minha presença várias coisas, por outro lado isso também traz algumas fragilidades, e eu sei que eu sou uma das referências pra integração do mandato, com a minha saída a gente perde uma base, assim, né, claro que tem outras pessoas que fazem isso, mas eu tenho um papel de liderança muito forte no grupo, né? (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Se, por um lado, a ida para Brasília afastou Áurea das ações de ponta da Gabinetona, por outro a deputada entende que esse distanciamento se fazia necessário – inclusive por questões pessoais – e que o grupo teria condições de seguir trabalhando, com maior independência:

[...] aqui em Belo Horizonte quase que eu não tinha mais ar pra respirar, assim, envolvida em tantas frentes, foi um momento também de instalação da Gabinetona, tudo mais exigente e tal. Hoje já tem uma Gabinetona rodando, né, o investimento de energia passa a ser outro, né, a gente tem que lidar com outras questões, outras repercussões do mandato, assim (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Esse distanciamento acaba se intensificando e em 2020, após protagonizar a candidatura do PSOL à prefeitura de Belo Horizonte. Assim, Áurea Carolina terminou a sua participação na Gabinetona e segue seu mandato na Câmara dos Deputados, desta vez, integralmente de forma autônoma (CAROLINA, 2020).

Outro desafio, que permeia as tentativas de organização do grupo, diz respeito à autonomia das atuações ativistas, que atravessam e sustentam as ações dos mandatos, mas que não se limitam ao espaço institucional. Mesmo porque a movimentação das Muitas, que deu suporte à possibilidade de existência da Gabinetona, nunca deixou de desenvolver as suas atividades na cidade, para além dos espaços institucionais. Assim, há um equilíbrio tênue entre as ações integradas dos mandatos e a atuação ativista independente das/os integrantes da Gabinetona. Ao mesmo tempo em que não há uma estrutura hierárquica rígida no grupo, se torna necessário a criação de certos alinhamentos que guiarão a representação institucional – como orientações sobre o uso de redes sociais e da realização de posicionamentos públicos (ENTREVISTADX 10, 2019; ENTREVISTADX 11, 2019).

Ainda assim, em muitos momentos essas dimensões se tornaram confusas e conflitantes:

Esse foi o maior desafio, um dos maiores desafios [...], porque todo mundo, sei lá, o grande corpo da Gabinetona vem da luta ativista, de diferentes causas, diferentes territórios, diferentes formas. E a institucionalidade, impõe um padrão de atuação, né, a flexibilidade não é uma característica das instituições, supostamente democráticas. Então, tem essa vida enquanto um agente público, institucional, que apresenta um mandato, paralelo manter a atuação ativista, autônoma, na rua, com os coletivos, com os grupos, obviamente isso gerou algumas tensões, em alguns contextos, alguns momentos, mais que tensões, na verdade, até hoje assim, é um limiar muito difícil de perceber [...] a forma como a gente constrói as coisas aqui é diferente, não é de uma estrutura extremamente, totalmente hierárquica, né? Mas isso se confunde, e se confunde mais ainda, porque não tem como a gente controlar a interpretação de terceiros. Então, alguns ruídos já aconteceram, né, por tá em determinados espaços e as pessoas não me perguntarem, por exemplo, ali naquele momento eu estava como ativista ou enquanto um representante da instituição, né, dos mandatos (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

Uma das formas com que o grupo lida com essas contradições é entendendo que a ocupação desses espaços políticos pode ser utilizada de maneira estratégica pelos membros da equipe coletiva. Assim, em alguns momentos será mais interessante assumir um posicionamento ativista autônomo – para realizar pressões e visibilizar agendas – e em outros será mais interessante assumir o lugar formal da assessoria parlamentar – a fim de provocar incidências nos espaços institucionais. Essa dinâmica estratégica demanda flexibilidade e fluidez, podendo ser entendida como uma “dança” ou uma “ginga”, nos processos de ocupação política:

Então é um pouco essa complexidade [...] entender que esses dois espaços, ao qual eu me localizo, hora eles se complementam, horas eles são muito bem demarcados, pra garantir a autonomia, e hora eles são muito bem demarcados, por exemplo pensando na Gabinetona, pra que garanta, a partir do crachá, que a Gabinetona me possibilita, acessar alguns espaços institucionais pra poder fazer as incidências necessárias. Então, é mais ou menos esse arranjo, assim, que é fluido, né, flexível, e que vai se movimentando de acordo com as demandas, necessidades, é a ginga, o rolê da ginga, é uma boa analogia (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

Essa entrada estratégica, portanto, e que é entendida como uma forma de “hackear” os espaços institucionais, é feita com “sagacidade”, a partir de experiências que vêm dos movimentos populares, almejando ao máximo transversalizar as ações e compreendendo que o trabalho é feito dentro, mas também fora das instituições. Essa percepção baliza a atuação dos mandatos, que no geral estão menos preocupados com o número de projetos de lei aprovados pelo grupo e mais com a qualidade dos

debates realizados, com a agenda promovida e com as lutas fortalecidas (ENTREVISTADX 8, 2019).

Nesse sentido, há uma preocupação da Gabinetona em promover debates construtivos de ideias, e não partir para ataques pessoais a colegas ou a outras figuras políticas – sempre evitando personalizar os ataques que acontecem e respondendo com muita sobriedade (ENTREVISTADX 8, 2019). Mais uma vez, essa postura demandou a construção de um alinhamento, uma sintonia mínima, entre as/os integrantes do mandato já que “[...] não dá para pessoas da Gabinetona saírem fazendo ataques de qualquer jeito, de maneira irresponsável, contrariando uma linha política do mandato” (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

A Mandata Ativista, em São Paulo, inaugura a sua entrada na ALESP com uma equipe de 21 integrantes, sendo 9 codeputadas/os, 4 cochefes de gabinete e mais 8 pessoas contratadas (ENTREVISTADX 1, 2019). No entanto, como já foi evidenciado, a estrutura assumida inicialmente, que almejava o compartilhamento de todos os processos e não especificava as funções de cada codeputada/o acabou gerando insegurança, muitos conflitos e frustrações. Diante desse impasse e da paralisia do mandato, no segundo semestre de 2019, o grupo realizou uma reestruturação, a fim de dividir poderes e funções e atribuir maior autonomia para a atuação das/os codeputadas/os, de modo a viabilizar as ações, independentes e coletivas:

[...] uma das primeiras coisas que a gente teve foi...foi uma reflexão que, assim se a gente quer que este coletivo, que este mandato atue de forma coletiva, a gente precisa que o coletivo decida coisas. Então, quem vai ser contratado, vai ser o coletivo que vai decidir, como os recursos vão ser usados, vai ser o coletivo que vai decidir, e, por incrível que pareça, paradoxalmente, a situação melhorou muito quando a gente fez uma mudança que foi: não, divide essa porra por 9. Então, assim, cada codeputado pode contratar uma pessoa, cada codeputado tem tanta verba de gabinete, cada codeputado tem tanto de emenda parlamentar, que quando a gente fez isso, o “rolê” da insegurança que eu “tava” falando deu uma acalmada. Tipo, agora eu sei, eu tenho o meu pedaço aqui, eu tenho o meu pedaço, saca. Então quando eu tenho o meu pedaço, então por isso que é meio contraditório, porque quando a gente rachou o negócio em 9 codeputados, eles começaram a colaborar mais, porque eles já tinham a segurança que o deles “tava” garantido, então como o meu “tá”, o seu “tá” garantido, vamos fazer coisas junto, enquanto [inaudível] não “tava” garantido a gente disputava “pra” c*. Então foi, né, e a transição que a gente fez foi essa, foi tipo, gente isso não está funcionando, é muita gente tomando decisão sobre tudo, “tá” muito tóxico, tá difícil “pra” c*, e aí o que a gente fez foi isso [...] (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Um passo importante, que contribuiu para essa reformulação, foi a separação entre movimento e mandato, dando maior centralidade para as/os coparlamentares na coordenação do gabinete e realocando os demais integrantes da Bancada Ativista em outras funções. A partir daí, as/os codeputadas/os eleitas/os assumiram maior protagonismo nos processos decisórios do mandato, enquanto as/os demais integrantes da Bancada assumiram a liderança dos processos tocados pela movimentação, que se dedicou a pensar estratégias eleitorais de renovação dos quadros políticos:

[...] a gente fez um pacto que é: a Bancada Ativista tem um mandato e um movimento, vamos separar essas duas coisas narrativamente e [inaudível] de governança [...] a gente segue trocando, construindo, mas na perspectiva de comunicação e narrativa [inaudível] precisamos. Então o mandato fica coordenado pelos codeputados, então no lugar que tinha esses 13 esses, esses 4, eu, [...], que estávamos no mandato nesse lugar, fomos “pra” um lugar de trabalhadores do mandato. Eu fui trabalhar na comunicação, o [...] foi virar chefe de gabinete, o [...] também na comunicação, a [...] virou assessoria pessoal da Mônica. Então a gente deixou de estar no lugar de tomada de decisão política. E a contrapartida disso foi o movimento, quem toca, são os não codeputados, porque, porque a coisa mais comum dentro de política é você fechar um grupo que vai ficar se auto reelegendo e que não se abre, e a gente tinha, nós que criamos o movimento, estávamos antes dessa candidatura, desse mandato, nossa preocupação sempre foi um dos grandes trunfos eu acho da Bancada Ativista é revelar novos talentos, mesmo, novos quadros da política pegar uma galera que é super foda, dá plataforma “pra” galera se eleger. Isso já foi feito com essas pessoas. Então aí o nosso receio é que essa galera pegasse, colocasse a marca da Bancada Ativista embaixo do braço “pra” se reeleger, “agora vou sair candidato, não sou mais codeputado, eu vou ser candidato a vereador, o meu amigo vai ser candidato e a marca vai apoiar”. Então a gente deu essa separada “pra” garantir autonomia sobre essa estratégia eleitoral do ano que vem. E essa mudança foi muito boa na real, tipo, isso acalmou muito os nervos internamente, organizou as coisas, deu mais segurança “pros” codeputados, acho que “tá” cada um dos codeputados cada vez mais confortável com seu lugar, com seu papel [...] só que a decisão de quem que a Bancada vai apoiar não é deles. Então foi uma forma que a gente conseguiu de meio que organizar as coisas (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Nesse novo formato, cada codeputada/o pôde contratar um assessor para lhe auxiliar – a equipe totalizando 32 integrantes – e ganhou autonomia para dar seguimento aos seus trabalhos. No entanto, no que diz respeito aos espaços compartilhados do mandato, foi criado um mecanismo de controle, por meio de um grupo de assessores que cumpriam a função do “time central”, cuja responsabilidade

era manter o equilíbrio entre a atuação das/os coparlamentares, de modo a balancear o protagonismo dos ativistas e das suas pautas:

E aí o nosso trabalho também é os mecanismos de controle “pra” que essa autonomia não seja avassaladora, ou não cruze os caminhos das outras e não gere tensões, é a gente buscar equilíbrios. Então, a gente vai fazendo um acompanhamento do tipo...este time aqui central...então você contratou um assistente pessoal seu, mano, se você quiser fazer, 10 vídeos por dia, 10 lives por dia, 1.000 eventos, você tem toda a autonomia do mundo “pra” fazer isso na sua página de Facebook, com o seu assessor, manda bala. Agora se você quiser que o time central atue, tem que ter equilíbrio. Então, o time central, assim, o número de posts, o número de eventos, o número de...sei lá, projetos de lei que você vai escrever, as diferentes áreas que atuam internamente, elas “tão” tentando equilibrar de falar “olha, cara, massa que ‘tá’ com essa demanda, mas na verdade já ‘tô’ com outro aqui, porque a sua já foi semana passada, então a sua de novo só daqui a semana que vem”. Então, a gente foi tentando, e de novo, não é uma ciência exata, né, porque não somos robôs e porque a demanda, o contexto político às vezes, vai puxar “pra” um lugar que mesmo que a gente tenha acabado de priorizar a gente vai ter que priorizar de novo (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Assim, o time central atuava nesse equilíbrio em duas direções: moderando a produção de codeputadas/os que eram muito ativas/os e estimulando a produção das/os que eram menos ativas/os. Esse acompanhamento, portanto, envolvia facilitar os diferentes processos e promover uma dinâmica coletiva balanceada (ENTREVISTADX 6, 2019).

A tomada decisória também configurou um espaço compartilhado, envolvendo posicionamentos políticos, as pautas a serem priorizadas e as questões de gestão do mandato. Assim, as/os codeputadas/os se reuniam toda segunda-feira para deliberar sobre decisões políticas e para “alinhar os pontos” (ENTREVISTADX 1, 2019; ENTREVISTADX 4, 2019). As reuniões semanais também eram entendidas como o momento de aglutinar forças em torno de demandas identificadas em cada base, a partir das articulações de cada codeputada/o, priorizando agendas e traçando estratégias em conjunto:

[...] que todas as peças, aqui, elas estão relacionadas e cada uma estão dialogando, e cada uma vai na sua base articulando e junto a gente traz “pro” macro, né. Então, as micro, microespaços, né, [inaudível] tá aqui uma bolinha, uma bola, aqui, povos indígenas, uma bola, aqui, negros, uma bola, aqui, transexual, uma bola, aqui, professoras e defesa dos animais. E cada uma vai chegar nas suas bases e motivar e fazer o trabalho de trazer “pra” esse macro, “pra” gente dialogar e formar apoio junto entre todo grupo do coletivo, como a gente faz toda segunda-feira (ENTREVISTADX 4, 2019, n.p.).

No entanto, esses encontros não eram livres de tensões e discordâncias, muitas vezes sendo difícil se alcançar consenso. Para alguns integrantes do mandato, portanto, o trabalho na Mandata Ativista acaba se tornando mais individualizado, a partir das diferentes agendas que cada coparlamentar desenvolve de forma independente e simultânea; o que acaba evidenciando limites da dimensão coletiva da representação:

O que acontece é que as visões internas do mandato elas são muito discrepantes. Então, a gente tem pessoas com as mais variadas vivências e perspectivas e formas de ver o mundo. Então, de maneira geral, os debates são difíceis, há poucos pontos de consenso, na verdade, e aí nós não conseguimos deliberar totalmente as questões. Acaba que as portas têm seus donos, cabe a eles acompanhar como é que “tá” a tramitação legislativa nas Comissões, os protocolos que são feitos para saber o que isso impacta na vida deles... aí interferir, propor uma ação e influenciar os outros para que essa ação seja colocada diante (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

À princípio essa configuração acabava provocando um clima de disputa de recursos para viabilizar cada uma das pautas, principalmente para ações que demandavam funcionários e recursos externos. Nesses momentos, a dimensão compartilhada era percebida como sendo um gargalo para a atuação efetiva das/os coparlamentares ativistas, já que: “se um mandato tem 20 assessores para um deputado, a gente tem um mandato que de 20, 8 são codeputados [...] que tem 12 trabalhadores “pra” 9 mandatos. Então os recursos humanos e financeiros eles são gargalos e objeto constante de disputa” (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Assim, a equipe de gabinete, que nos mandatos individuais e tradicionais seria mais do que suficiente para dar andamento aos trabalhos do/a parlamentar eleito/a, acaba se tornando um recurso escasso no âmbito do mandato compartilhado:

Então, realmente, 32 assessores “pra” um deputado só, muitas vezes pode ser muita gente, um gasto de dinheiro e, enfim, né [...] verba de gabinete é uma fortuna “pra” eles ficarem imprimindo panfleto. Por outro lado, quando você tem 9 pessoas, que teoricamente são representantes de suas agendas e tenta articular esses 9 temas, ou mais, né, porque muitas das pessoas articulam mais de um tema, dentro do gabinete, isso vira recurso escasso. O que colocou o gabinete em um setor de muita disputa, assim, né? [...]. Isso é absurdo, assim, o que tem de disputa por recurso, por gente, por dinheiro, por não sei o que [...] (ENTREVISTADX 2, 2019, n.p.).

Essa escassez aprofundou divergências nos processos de tomada de decisão, que se tornaram desgastantes, e cujos resultados foram, com frequência, desrespeitados, levando a um ciclo repetitivo de contínuas repactuações – dinâmica que provocou certa paralisia na atuação do mandato:

As decisões eram sim tomadas em coletiva, exaustivamente conversadas até o consenso, mas não muitas vezes respeitadas, né [...]. Então, assim, os militantes partidários têm sim dificuldade de respeitar os combinados. Então houve, muitas vezes, que recursos, ou contratações ou, enfim, disponibilização de verbas foram tomadas decisões unilaterais, mas aí o grupo tende a se reunir, conversar sobre isso, pensar como que isso pode ser [...]. Mas acaba que, a minha sensação geral, é que se perdia muito tempo com essas conversas estratégicas sobre o próprio mandato, fica um mandato em si mesmo. E aí, você olha o resultado no fim do mês, o que que você reverteu de benefício “pra” população... “ah, eu fiz uma cartilha”, sei lá, sabe, muito pequeno. Um resultado muito pequeno, muito lento, mas na minha visão, né, uma das razões, deve ser multifatoriais, obviamente, ainda mais na política brasileira, né, que vamos combinar que não é simples, mas muito dessa lógica de reunião, reunião, reunião, mil reuniões e pouca disponibilidade “pra” respeitar combinados básicos, né, que é [...] sei lá... (ENTREVISTADX 2, 2019).

Por outro lado, também há o entendimento, por parte de codeputadas/os de que a construção coletiva, no mandato compartilhado, que aglutina experiências muito diversas, junto a bases populares diferentes, possui um ritmo mais lento e tende a ser menos produtivo:

[...] é o lado de que tem que estar ciente de que de certa maneira tem menos eficiência; as coisas são mais lentas, porque envolve mais gente. E tem que ter preparo para lidar com essa frustração, sabe [...]. Então, até por serem pessoas de escolas e hábitos, experiências distintas, por exemplo, o valor de um combinado às vezes tem interpretações diferentes, né? Então...aí eu não sei dizer o quanto são por questões pessoais, o quanto são por questões de estruturação mesmo, né? A gente lida com uma pessoa indígena aí ela diz “aqui onde eu trabalho, assim, nada é por escrito”. Aí outra pessoa fala “não, mas aqui o que a gente faz é tudo trazendo as nossas bases que decidem e a gente só cumpre”. Aí vem outro que fala “não, mas assim não funciona, a gente tem que [inaudível] se o menor grupo possível decide’, se não, não vai funcionar”, “não, mas a gente tem que pelo menos ouvir...”. Então...e todo mundo muito certo da sua certeza, é uma luta (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Essa percepção, traz em evidência, mais uma vez, a necessidade de firmar alguns combinados anteriormente, no caso de candidaturas compartilhadas, já que assumir o lugar de coparlamentar envolveria o compromisso em ceder espaço e protagonismo e a respeitar os combinados coletivos (ENTREVISTADX 1, 2019).

Assim, os desafios enfrentados pela Mandata Ativista, na definição de uma estrutura de trabalho mais harmônica, deixaram ensinamentos para o grupo sobre a necessidade de se construir alinhamentos de expectativa, demarcar as responsabilidades de cada integrante e definir os objetivos tangíveis do mandato:

Porque “pra” algumas pessoas fazer política é discutir como é que a gente muda o mundo inteiro. A gente tem um mandato! A gente tem um nome de mandato! Como é que a gente vai discutir [inaudível] o mundo inteiro, vamos tentar salvar [...] tá ali! [inaudível] toda segunda-feira é isso (risos) (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Eu penso comigo que mandato coletivo ele é uma tendência, né, mas eu também alerto as pessoas “pra” que...eles têm que estarem bem...em ponderação, porque a rapadura é doce, mas não é mole não. Então “pra” que as pessoas possam estar afinadas nisso, não é assim você chegar do nada e dizer “vamos montar um coletivo” [...]. Então: responsabilidades iguais. Então, nós todos temos responsabilidades de deputados. Então nós temos que movimentar as nossas bases, nós temos que traçar estratégias, nós temos que ter metas. Todo mundo junto e dialogar com todo mundo [inaudível] “vamos nos ajudar, vamos ver se a gente pode dar uma raça” (ENTREVISTADX 4, 2019, n.p.).

Outros integrantes, ainda, entendiam que as tentativas de contemplar as perspectivas de 9 codeputadas/os, apesar dos desafios, representavam justamente a potência do mandato compartilhado; enquanto o verdadeiro obstáculo à efetivação de trabalhos coletivos seria – na fala das/os entrevistadas/os – a lógica político partidária, com a qual o grupo de ativistas se deparou e que: “parece que ‘tá’ no DNA, né, sei lá, não sai. A gente sai dos partidos, mas os partidos não saem da gente” (ENTREVISTADX 2, 2019, n.p.).

Diante dessas colocações, por constrangimentos estruturais e por limitações de organização interna, a dimensão compartilhada do poder político, para integrantes da Mandata Ativista, foi significativamente menos distribuída:

O deputado tem um poder legal, tem um poder simbólico, tem o poder institucional e tem o poder político, né...tem um poder financeiro...na medida em que ele é a autoridade que contrata, demite, decide “pra” onde vão as verbas e tal. Então do ponto de vista legal esse poder só pode ser da Mônica, né. O poder político ele também é bastante institucional, vamos dizer assim, poder dentro da casa. Eu não sei o quanto que por um contexto da casa, ou um contexto nosso, ou o perfil da própria Mônica, né...é um poder pouco compartilhado. Então eu não consigo medir o quanto que isso...as razões pelas quais isso acontece, mas, assim, a gente acaba não tendo espaço aos espaços de diálogos entre deputados e isso nos enfraquece, assim, os outros

8, porque até pra gente poder articular um projeto de nosso interesse com outro deputado [...] eles costumam chegar e ir direto “pro” plenário, no plenário a gente não entra. Em outros espaços onde eles estão também não [inaudível] os telefones, então é tudo mais difícil. Aí tem um poder político, que cada um traz seu, que razoavelmente permanece, assim. E um simbólico, midiático, que ele também não é bem compartilhado, né, então também não consigo ter clareza das razões pelas quais a gente errou, erra, mas ele também não. Então como eu te disse: isso poderia ser ainda mais potente, mas isso nos leva a um lugar onde, na verdade, são ativistas dentro do mandato e não codeputados (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Assim, há a percepção de que as/os codeputadas/os seriam, na prática, assessores com capacidade de exercer uma maior incidência política; ou mesmo ativistas que têm um acesso mais direto ao espaço político:

Então, nosso mandato [...] está se configurando, assim, menos uma função de codeputada e mais uma função de ativista com poderes extraordinários, né? [...] E aí a gente não está conseguindo efetivar, por crises internas, externas, a figura do codeputado. Então, até “pra” eu sofrer menos eu já assumo que sou uma ativista mesmo, mas que eu tenho ali do meu lado uma caneta que eu consigo usar sem muita negociação, né? Então, dentro da minha pauta, se eu preciso de alguma coisa acaba não tendo muita crise de que a Mônica encaminhe, né, que a gente faça via mandato. Então, isso me coloca numa condição de ativista muito privilegiada (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Nesse sentido, a função do “ativista com poderes extraordinários” seria “tentar decifrar aquele sistema, abrir o código ‘pra’ pessoas como eu, ativistas comuns, ‘pra’ que essas pessoas pudessem ter mais facilidade de resolver os seus problemas [...]” (ENTREVISTADX 2, 2019, n.p.), atuando como uma ponte entre o ativismo e a esfera pública. Essa entrada permitiria ao ativismo “encontrar as frestas do sistema e botar uma alavanca ali ‘pra’ ver se as coisas mudam” (ENTREVISTADX 3, 2019, n.p.).

Por fim, o acúmulo de frustrações no exercício parlamentar compartilhado, e a falta de um alinhamento mais orgânico de integrantes do grupo, provocaram crises na composição da Mandata Ativista. Anne Rammi¹⁰¹ decidiu deixar a experiência ainda em 2019, e, no início de 2021 uma ruptura mais grave acontece: Raquel Marques foi expulsa do mandato, após desdobramentos de postagens realizadas nas redes sociais

¹⁰¹ A codeputada decide deixar o mandato, principalmente por questões familiares, e se muda para a Inglaterra.

no Dia da Visibilidade Trans¹⁰². Esses episódios evidenciaram a desconexão que permeou, em muitos momentos, a organização da Mandata. Essa percepção ficou clara na fala de Erika Hilton, ex-integrante do mandato coletivo e vereadora de São Paulo, em entrevista concedida ao Roda Viva, no dia da expulsão de Raquel Marques do mandato:

Eu acho que precisa ser reformulado “pra” que a gente não esbarre nas mesmas questões que foram esbarradas por mim. Em algum momento eu me vi um pouco quanto é... impossibilitada de atuação, não por todas as pessoas que compunham aquele mandato, né? A minha relação com a Chirley Pankará, por exemplo, mulher indígena, que parte do mesmo lugar que eu, Paula Aparecida, professora de escola pública, Jesus, que vem da periferia, a própria Mônica que era a cabeça, né, a nossa cabeça de chapa, faz parte da mesma corrente política que a minha dentro do PSOL. Mas a atuação de outras figuras que partem de vivências, de lugares e de visões de mundo muito diferente da minha [...]. E na construção dos mandatos coletivos as pessoas que vão construir esses mandatos precisam ter a responsabilidade de saber quem elas estão escolhendo. Eu acho que os mandatos podem ser potentes quando estão todos conectados, quando partem dos mesmos princípios, quando têm as visões parecidas de mundo e estão propondo a mesma coisa. Agora quando pessoas querem voar numa asa de cometa só “pra” se tornar uma figura pública, só “pra” ocupar um espaço na instituição, não pelas pessoas, mas por si mesma, isto é muito grave [...]. Então é preciso uma reformulação, é preciso um compromisso ético, é preciso se saber quem está chamando “pra” compor esses mandatos, quais são os princípios ideológicos dessas pessoas, não dá “pra” colocar no mesmo lado da trincheira, da revolução social, do fim das opressões, do combate à desigualdade, pessoas que estão coniventes com uma agenda liberal, pessoas que reproduzem discursos transfóbicas, racistas, que expõe e humilha profissionais dentro do ambiente de trabalho, e eu vi isso acontecer. Então eu acho que isto...são sinais, né, “pro” primeiro mandato, que são gravíssimos, e que precisam reformular “pra” que não aconteça nos futuros mandatos, mesmo antes da regulamentação pelo TSE, e após ela, “pra” que esses mandatos possam ser o que se propõem a ser: potências (ERIKA HILTON, 2021, n.p.).

Além disso, a saída ou a expulsão de integrantes dos mandatos coletivos de maneira arbitrária, revelam as incertezas e inseguranças que cercam essas experiências, já que essas não possuem regulamentação própria. Assim, a ausência de regras claras sobre a permanência, troca ou saída de coparlamentares tem levado

¹⁰² No dia 29 de janeiro de 2021, a codeputada publicou nas redes sociais duas postagens – logo em seguida apagadas – sobre a reabertura das escolas em São Paulo, em meio à pandemia. Os comentários postados foram interpretados pelos demais integrantes como uma tentativa de rivalizar duas pautas prioritárias para o grupo: a da infância e a da população LGBT*. Esse desalinhamento de valores e de comunicação levaram Mônica, e as/os demais coparlamentares, a expulsarem Raquel do mandato de forma unilateral, sem que ela pudesse contestar a decisão.

a possíveis tensões nos mandatos coletivos eleitos em anos recentes, tanto internamente quanto externamente – na relação dos mandatos com o seu eleitorado, implicando em algumas inconsistências diante de modalidades informais, ou seja, que não são validadas no ato de registro da candidatura.

No caso das Juntas, a organização no período pós eleição, que à princípio se deu de maneira orgânica e espontânea, ao longo de 2019 foi assumindo uma estrutura harmônica e mais funcional. A principal instância decisória da mandata se consolidou em torno do núcleo institucional “5 + 5”, composto pelas codeputadas e cinco coordenadoras, que se reuniam semanalmente para cuidar da agenda, da relação com a casa legislativa e para decidir sobre ações e estratégias do plano de trabalho. Além deste, a mandata criou mais quatro núcleos, de mobilização, de pesquisa, jurídico e de comunicação:

[...] o núcleo de mobilização, que é o que acompanha a gente, é o que mobiliza, o que, sabe; a gente tem um núcleo de institucional e pesquisa, que é o que nos mune de informação, que faz pedido de informação, que escreve discurso, que apura informação; a gente tem o núcleo de legislativo e jurídico, que vê o que que tá acontecendo na casa legislativa, que é o que escreve os PLs, né, o que escreve os ofícios pra legislativos; e a gente tem a comunicação [...] (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Além dos núcleos, o plano de trabalho da mandata foi pensado em duas dimensões: eixos e sujeitas, incorporando a transversalidade e a interseccionalidade que as temáticas possuem. Assim, cada um dos eixos, seja trabalho, saúde, educação, segurança etc. pode ser trabalhado a partir de diferentes sujeitas, incluindo mulheres, pessoas negras, pessoas LGBT*, juventude, população tradicionais, e pessoas com deficiência, por exemplo – totalizando 12 eixos e 8 sujeitas (ENTREVISTADX 12, 2019; ENTREVISTADX 13, 2019). De cada eixo são desdobradas ações, trabalhadas pelas codeputadas em múltiplas frentes, de maneira a confluir as questões de diferentes sujeitas: “por exemplo, desencarceramento, aí o desencarceramento é dividido entre mulheres, LGBT e geral, então eu sou desencarceramento feminino, Robeyoncé é desencarceramento LGBT” (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Apesar das codeputadas terem tido o impulso de tocarem múltiplas ações de forma compartilhada a todo momento, estrategicamente a mandata começou a demarcar algumas agendas prioritárias e a distribuir os trabalhos. Assim, Carol

Vergolino representa, mais diretamente, a agenda dos direitos das mulheres e da cultura; Kátia Cunha a pauta da educação e dos povos pesqueiros; Joelma Carla a agenda dos povos tradicionais e da juventude; Robeyoncé Lima os direitos LGBT e da população carcerária; e Jô Cavalcanti os direitos dos trabalhadores informais (ENTREVISTADX 14, 2019).

Essa divisão, no entanto, não significou que as ações fossem desenvolvidas de maneira independente, já que o grupo realizava um alinhamento semanal para organizar e compartilhar cada uma das pautas. Assim, as codeputadas se dividiam, multiplicando seu alcance, mas não fragmentando a sua atuação – mantendo a unidade do mandato:

[...] a gente vai se revezando, se tem uma pauta que não é minha, mas eu estou ali naquele momento, eu vou lá e tento resolver, sabe. A gente tem que entender que nós somos deputadas do estado todo, e das mais diversas pautas, sabe, a gente tem que se complementar [...], mas numa questão emergencial, a gente vai lá e atua, porque nós temos reuniões semanais, porque a gente sabe o que tá acontecendo com cada uma. Então numa emergência de eu posso ir lá e dizer [...]. Alinhamento semanal, embora, durante a semana, cada uma vá tentar organizar as suas pautas, mas a gente tem um alinhamento de saber que naquele momento, a pauta de Carol tá acontecendo, na pauta de Robbe tá acontecendo [...] (ENTREVISTADX 15, 2019, n.p.).

Outra estratégia organizacional utilizada pelas Juntas foi a descentralização das ações do mandato, que não eram todas desenvolvidas em Recife. Assim, integrantes da equipe do gabinete foram alocadas para outras regiões do estado, para que fosse possível o acompanhamento de demandas da população, para além da capital:

A gente colocou uma pessoa, como mobilizadora, lá no sertão, a gente tem uma mobilização lá em Surubim, e tem uma pessoa de pesquisa também no interior. A gente descentralizou, porque pra gente, pra além de ocupar a política, a gente precisa descentralizar a política e descentralizar o poder da capital, pra que a gente possa atender toda essa população que tá lá, que é invisibilizada pelo estado [...] (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Em relação à tomada de decisão, as cinco codeputadas decidem por consenso, sempre prezando pelo diálogo e pelo respeito mútuo (ENTREVISTADX 12, 2019; ENTREVISTADX 13, 2019). E também contam com as contribuições do Conselho Político, que se reúne de dois em dois meses (ENTREVISTADX 12, 2019). Assim,

sempre que necessário, o núcleo “5 + 5” consulta a instância coletiva mais ampla para auxiliar as codeputadas no processo decisório:

[...] decidir coletivamente, estar no espaço juntas, é difícil, mas é prazeroso, e a gente procura resolver tudo com diálogo, sabe [...]. Quando a gente não consegue decidir, a gente leva pra maioria, a gente não construiu junto, a gente não disse que era coletivo, então bora decidir junto [...] (ENTREVISTADX 15, 2019, n.p.).

A dinâmica de interação entre as codeputadas também preza pelo cuidado umas com as outras, pelo afeto e pelo fortalecimento conjunto. Criou-se, assim, uma cultura interna acolhedora nas Juntas, que entendia que para o mandato funcionar todas as integrantes precisavam estar se sentindo bem e confortáveis:

[...] a gente trabalha muito em conjunto, a gente faz muitas reuniões, a gente tem momentos juntas, de terapia, das 5, e também a gente tem almoços, 2 vezes por semana a gente almoça junto, geralmente na segunda e na quinta-feira, quando a gente não consegue almoçar, a gente pelo menos garante um dia por semana, porque pra gente é importante, se ver fora do ambiente, até pra entender como que a gente tá, pessoalmente, né, porque a gente vêm de lugares diferentes, territórios diferente, a gente tem família, né, e às vezes a gente fica mal pra alguma coisa que a outra percebe, e acho que isso é o forte, também, isso é o que mantém a gente de pé, as Juntas. Quando uma tá mal a gente sente, a gente enxerga, a gente consegue enxergar que a outra tá mal, e a gente senta pra conversar, se uma tá mal a outra fica também, porque se não o processo não anda, né, então a gente procura ter o máximo de auto cuidado mesmo, entre a gente. E a gente tem se fortalecido bastante [...] (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Além da terapia em grupo, as Juntas realizaram uma série de oficinas formativas, incluindo temáticas sobre feminismo, antirracismo, anti-proibicionismo – entre outras –, com a finalidade de preparar as integrantes para que elas pudessem ter cuidado com os corpos diversos que estavam compondo a equipe do mandato; promovendo, assim, um ambiente de respeito e de cumplicidade (ENTREVISTADX 14, 2019). Nesse contexto, inseguranças e conflitos também surgiam, mas o clima de confiança compartilhado entre as mulheres do grupo permitiu que esses sentimentos fossem acolhidos e que a experiência se fortalecesse:

Porque a gente briga, claro que a gente briga! A gente não se conhecia, a gente não era amiga, a gente não se convivia, aí a gente tem que se conviver, a gente tem que se admirar... agora tem uma coisa, assim, que todas nós nos admiramos, isso é... mas tem hora que uma tá insegura, “pra que esse aquele

negócio coletivas, isso não existe” e aí você tem que “vem, amiga, existe” (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Apesar das tensões e dos desafios enfrentados pelo grupo, portanto, as codeputadas das Juntas encontraram formas de manter suas interfaces abertas e sua coesão interna.

3.3 Elaboração de projetos de lei

Tendo apresentado a construção dos mandatos e a sua organização interna, partimos para a análise da atuação parlamentar dos mesmos, a começar pela elaboração de PLs. De acordo com Young (2006), a inclusão de grupos minoritários na política importa, entre outros elementos, pela inclusão de temas e pela formação de novas agendas. Porém, os mandatos coletivos estudados entendem que a sua atuação não deveria ser medida em termos quantitativos, pela protocolização de projetos de lei, já que a lógica institucional impõe limites e não visibiliza as construções coletivas. Para integrantes da Mandata Ativista:

A questão é: 1) já sabemos que é um projeto [aprovado por mandato na ALESP] por ano, então quanto vale ser uma fábrica de projetos de lei; 2) não basta botar um projeto de lei no mundo [...] é um por ano, a maioria ali dos 9 nunca vai ser contemplado [...]. Então, a gente vai conseguir contemplar 1/9 né? Ainda assim você vai ter que articular o seu projeto com os deputados da casa. Então, assim, é lógico que a gente pode entrar numa lógica superficial, produtivista, inconsequente, de dizer “pro” eleitor que nós somos superprodutivos protocolando projetos, mas quando alguém entra um pouco mais nessa lógica o próprio grupo fala: “por que você está fazendo isso?”. Não é um valor do nosso grupo [...] (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

De forma semelhante, as Juntas afirmam que, para elas, legislar é sobre construir coletivamente para além da instituição, e não sobre a criação de projetos de lei:

Agora, a gente deu entrada em 5 PLs só e com muita tranquilidade, sabe, eu era a mais agoniada, “vamos dar entrada em PL, vamos”, a rainha dos PLs, e não adianta, não é assim, sabe, legislar não é só projeto de lei, muito antes pelo contrário, principalmente num mandato como nosso, que é um mandato de movimento, muito mais pra fora, do que pra dentro (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Tendo essas reflexões em mente, realizamos uma análise dos PLs elaborados pelos mandatos coletivos, a fim de entender a atividade legislativa exercida pelos grupos; porém, sabendo que essa atuação tradicional não resume as experiências.

Para analisar a atuação parlamentar tradicional dos mandatos estudados, realizamos o levantamento de todos os PLs protocolados entre 2017 e 2020¹⁰³, a partir de dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados (CDD) (2021d), pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) (2021a), pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) (2021a), pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) (2021b) e pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) (2021b). Encontramos 190 propostas protocoladas que contavam com a autoria ou coautoria dos mandatos coletivos, das quais 28 foram aprovadas nas respectivas casas legislativas. Nas propostas protocoladas estão incluídos os PLs aprovados em plenário, em tramitação, retirados de pauta ou rejeitados. Vale ressaltar que os PLs aprovados não necessariamente correspondem a projetos que se tornaram leis, já que, se tratando de diferentes esferas legislativas, as propostas precisam ser aprovadas no Senado e/ou sancionadas pelo Presidente, Governador ou Prefeito.

A partir do Quadro 9, podemos observar que das 190 proposições 101 foram protocoladas com a participação da Gabinetona, 56 da Mandata Ativista e 33 das Juntas. Além disso, enquanto a Gabinetona e as Juntas tiveram, cada uma, 12 propostas aprovadas, a Mandata teve 4 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d; CMBH, 2021a; ALMG, 2021a; ALESP, 2021b; ALEPE, 2021b).

Quadro 9: Relação dos PLs protocolados pelos mandatos (2017-2020)

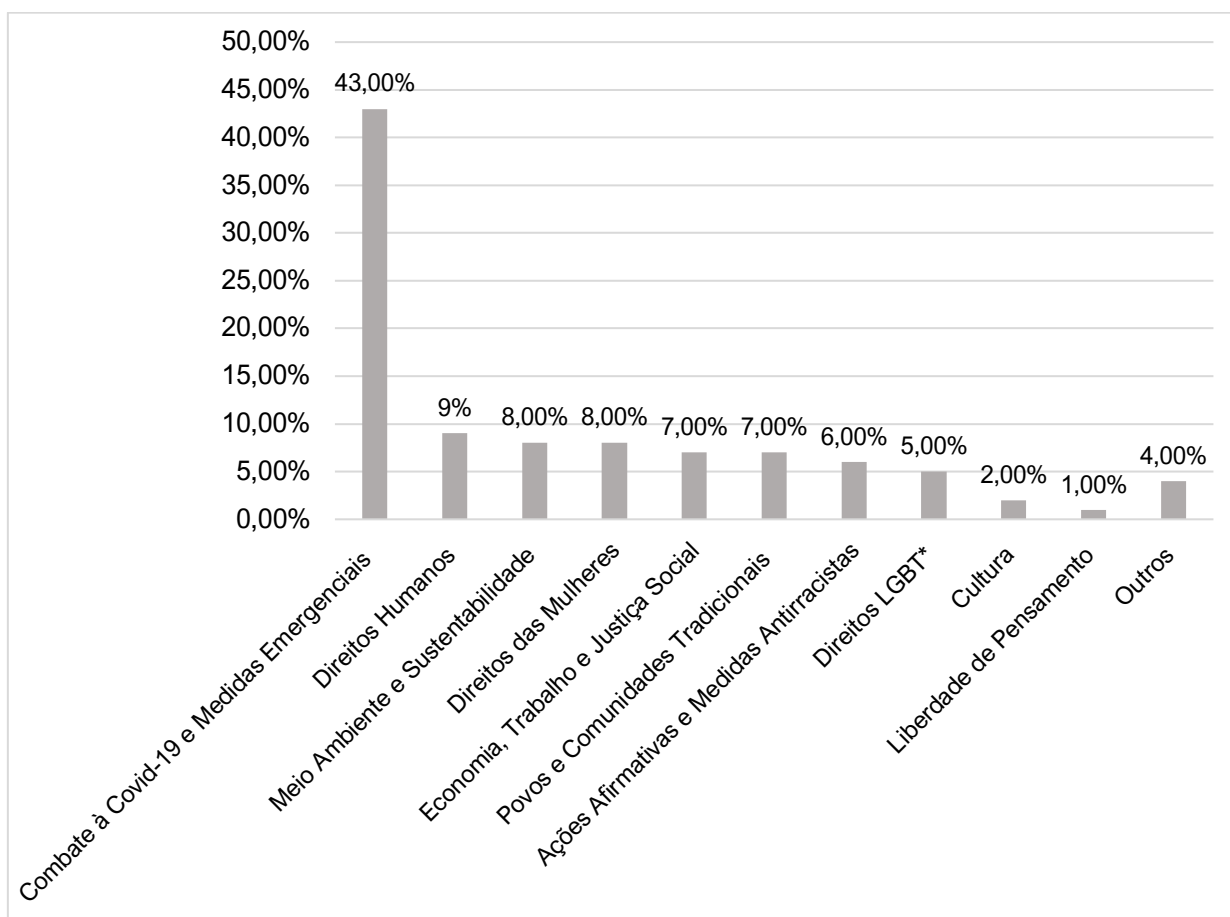
Mandato	Número de PLs protocolados	Número de PLs aprovados
Gabinetona - CDD	54	5
Gabinetona - ALMG	26	6
Gabinetona - CMBH	21	1
Mandata Ativista - ALESP	56	4
Juntas - ALEPE	33	12

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2021d), ALMG (2021a), CMBH (2021a), ALESP (2021b) e ALEPE (2021b).

¹⁰³ O levantamento da Gabinetona diz respeito ao período entre 2017 e 2020; enquanto o da Mandata Ativista e das Juntas entre 2019 e 2020 (incluindo cinco PLs que foram protocolados até março de 2021).

Em relação ao conteúdo dos PLs protocolados, no Gráfico 2 podemos visualizar as principais temáticas chaves desses projetos, tendo em vista a somatória de todos os mandatos. Assim, a partir da nossa análise qualitativa dos projetos, indicamos 10 temáticas principais que atravessaram as 190 proposições: Combate à Covid19 e Medidas Emergenciais; Direitos Humanos; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Direitos das Mulheres; Economia, Trabalho e Justiça Social; Povos e Comunidades Tradicionais; Ações Afirmativas e Medidas Antirracistas; Direitos LGBT*; Cultura; e Liberdade de Pensamento. A categoria Outros incluiu temáticas que não se repetiram, como a proposta de criação de um Diário Oficial na cidade de Belo Horizonte.

Gráfico 2: Áreas temáticas dos PLs propostos (2017-2020)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2021d), ALMG (2021a), CMBH (2021a), ALESP (2021b) e ALEPE (2021b).

Destacamos que muitos dos PLs analisados são intrinsecamente interseccionais ou transversais, de modo que a tentativa que caracterizá-los é

desafiadora. Apesar de muitos dos projetos protocolados em decorrência do avanço da COVID-19 no país, tratarem de medidas para atender a necessidades específicas – como de mulheres em situação de vulnerabilidade e de comunidades tradicionais, por exemplo, eles foram categorizados como sendo pertencentes ao conjunto de propostas de medidas emergenciais, haja vista a excepcionalidade do contexto da pandemia, a partir de 2020.

Além disso, apesar da dinâmica variar entre os mandatos estudados e a casa legislativa em questão, muitos dos projetos protocolados são de autoria compartilhada com outras/os parlamentares – ou, em outros casos, foram apensados ou anexados a projetos similares. Ademais, a dinâmica partidária e a agenda política do PSOL envolvem processos que contam com a participação e incidência dos mandatos e coparlamentares, mas que não necessariamente estão registrados em todos os PLs ou medidas parlamentares apresentadas.

Esse é o caso, por exemplo, de 14 medidas apoiadas pelo PSOL aprovadas na ALESP, em junho de 2020, para o combate ao Coronavírus no estado. Dessas, o codeputado da Mandata Ativista, Jesus dos Santos, reomentou o artigo 26, que garantiu o “Bom Prato” gratuito para a população em situação de rua em São Paulo; a codeputada Raquel Marques apoiou o artigo 12, para a implementação da telemedicina para evitar que a população tenha que se deslocar sem necessidade para obter tratamento médico; e o mandato como um todo apoiou as medidas de prevenção à violência doméstica, com a criação de canais de denúncia virtual e da garantia de auxílio emergencial para mulheres vítimas de violência doméstica (MÔNICA SEIXAS, 2020). De modo parecido, apesar de não constar oficialmente na base de dados da Câmara dos Deputados como autora dos projetos, a deputada Áurea Carolina – e a equipe da Gabinetona – participou ativamente da elaboração dos PLs da bancada do PSOL 1075/2020, 1283/2020 e 2477/2020. O primeiro diz respeito à lei da emergência cultural, para apoiar o setor das artes e da cultura no contexto da pandemia; o segundo oferece um plano emergencial para o enfrentamento da COVID-19 em territórios indígenas; e o terceiro propõe a retirada dos serviços domésticos na lista de serviços essenciais durante as medidas de distanciamento social, a fim de proteger trabalhadoras e suas famílias (GABINETONA, 2021a).

De toda forma, a categorização dos projetos enfatiza as contribuições oficialmente realizadas pelos mandatos para as 10 áreas temáticas identificadas. O montante de proposições referentes ao combate à COVID-19 e a medidas emergenciais, que representam 47% dos PLs levantados, revelam não apenas a gravidade da situação no país, mas o engajamento dos mandatos coletivos em garantir que a população conseguisse sobreviver a essa crise de saúde pública. As propostas dessa temática, que tiveram participação dos mandatos coletivos, realizam contribuições importantes para o debate político, como o PL 5630/2020, que demanda diretrizes para as medidas de imunização contra a COVID-19 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); o PL 3791/2020 que busca estabelecer critérios de gênero e renda nas políticas de testagem para a COVID-19 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); o PL 2968/2020, que pretende prorrogar o pagamento do auxílio emergencial por 12 meses para beneficiários que sejam provedores de família monoparentais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); o PL 1742/2020, que dispõe sobre a concessão temporária de auxílio financeiro emergencial às famílias e pessoas sem renda ou em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia (ALMG, 2021a); o PL 270/2020, que demanda medidas emergenciais para proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública (ALESP, 2021b); e o PL 1010/2020, que dispõe sobre medida emergencial de prevenção à COVID-19 por meio da suspensão por tempo indeterminado do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais (ALEPE, 2021b).

Dos outros 53%, 9% dos PLs protocolados abarcam temáticas relacionadas aos direitos humanos. Nessa temática, encontramos projetos que homenageiam a vereadora Marielle Franco, como o PL 1488/2019, que diz respeito à inscrição do nome de Marielle Franco no “Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); o PL 6366/2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de março¹⁰⁴ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); e o PL 141/2021, que institui o "Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LBTQIA+ e Periféricas" (ALESP, 2021). Essa temática também inclui proposições

¹⁰⁴ Dia em que Marielle Franco foi assassinada a tiros, junto com o motorista Anderson Pedro Mathias Gomes, no Rio de Janeiro.

como o PL 1360/2020, que estabelece a Política Estadual de Reparação às Vítimas de Violência do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de contribuir para a reparação das violações de direitos humanos de pessoas afetadas direta e indiretamente pela violência institucional (ALMG, 2021a).

Já os PLs relativos aos direitos das mulheres somam 8% das proposições protocoladas, ligadas à atividade parlamentar dos mandatos estudados. As proposições incluem, por exemplo, o PL 350/2019, que estabelece habitação popular a mulheres vítimas de violência doméstica (ALEPE, 2021b); o PL 4297/2020, que dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); o PL 1544/2020, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação, incluindo mulheres vítimas de violência e chefes de família entre os beneficiários (ALMG, 2021a); o PL 2309/2020, que cria o Programa de Enfrentamento ao Assédio e Violência Política Contra a Mulher (ALMG, 2021a); o PL 904/2019, que estabelece o dia 25 de novembro como Dia Municipal de Combate ao Femicídio em Belo Horizonte (CMBH, 2021a); e o PL 1640/2020 que cria o Dia Estadual da Mulher na Política (ALEPE, 2021b).

Os PLs relacionados a meio ambiente e sustentabilidade também representam 8% dos projetos levantados e em sua maioria correspondem aos desdobramentos legislativos após o rompimento da barragem de Brumadinho em Minas Gerais, em janeiro de 2019, que deixou mais de 300 vítimas, entre pessoas mortas e desaparecidas. Nesse cenário, a Gabinetona participou da elaboração do Marco Regulatório da Mineração na Comissão Externa Desastre de Brumadinho na Câmara dos Deputados (2021d), que resultou em um conjunto de propostas legislativas sobre o tema. Além disso, encontramos propostas como o PL 383/2019 e o PL 1227/2019, que estabelecem proibições e políticas de redução ao uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas (ALESP, 2021).

A temática de economia, trabalho e justiça social soma 7% das proposições e traz projetos como o PL 760/2019, que instala comissões permanentes para incidir sobre a política pública voltada para vendedoras e vendedores ambulantes; e o PL 783/2019, que regulamenta o trabalho de caixeiras e caixeiros em BH e reconhece a importância da atividade para a geração de renda e fomento da economia popular –

ambos da Gabinetona (CMBH, 2021a). E o PL das Juntas 757/2019, que estabelece normas gerais para o funcionamento do trabalho informal de rua, em Pernambuco (ALEPE, 2021b).

Os PLs que tratam de povos e comunidades tradicionais representam mais 7% e incluem, principalmente, projetos com participação da Gabinetona, como PL 4741/2019, que estabelece diretrizes para políticas públicas de inclusão social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os modos de vida dessas populações e suas formas sustentáveis de produção (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); o PL 593/2018, que prevê medidas para assegurar o direito territorial dos povos e comunidades tradicionais no município de Belo Horizonte (CMBH, 2021a); e o PL 465/2017, que garante a proteção ao uso de indumentária, objetos e pinturas corporais, e aos modos de se portar típicos e tradicionais de um povo ou uma comunidade, nos espaços públicos e nos veículos do serviço público de transporte (CMBH, 2021a). E projetos da Mandata Ativista, com o PL 503/2019, que institui a Política Pública Estadual de Educação Básica dos Povos Indígenas; e o PL 935/2019, que institui o "Dia da Mulher Indígena" (ALESP, 2021).

Os PLs de ações afirmativas e medidas antirracistas somam 6% das proposições e incluem projetos como o PL 5296/2020, que dispõe sobre a proibição de homenagens a proprietários de escravos, traficantes de escravos, pensadores que defenderam e legitimaram a escravidão em monumentos públicos, estátuas, totens, praças e bustos ou qualquer outro tipo de monumento; o PL 3489/2020, que dispõe sobre reserva de vagas para candidatos negros, indígenas, quilombolas e com deficiência nos programas de pós-graduação das instituições federais de ensino superior; e o PL 5885/2019, que propõe medidas para o enfrentamento ao racismo institucional na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, por meio de orientações para a identificação e a eliminação de práticas de discriminação racial na administração pública (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d). Além disso, encontramos proposições como o PL 1316/2019, que Institui o "Dia da Consciência Negra" como feriado civil no estado de São Paulo (ALESP, 2021b); o PL 845/2019, que institui no âmbito da ALEPE o Programa de Prevenção, Capacitação e Enfrentamento Permanente ao Racismo Institucional; e o PL 1242/2020 que obriga estabelecimentos de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco a identificar raça ou cor do usuário em

fichas ou formulários nos sistemas de informações e a divulgarem estes dados de forma desagregada em seus boletins epidemiológicos (ALEPE, 2021b).

A temática dos direitos LGBT* representam 5% das proposições e dizem respeito a PLs como o 1660/2020, que estabelece o Dia Estadual da Visibilidade Bissexual em Pernambuco (ALEPE, 2021b); assim como o PL 837/2019, que institui o Dia Municipal da Visibilidade Lésbica em Belo Horizonte (CMBH, 2021a). E PLs como o 577/2019, garante o uso do nome social de pessoas trans e travestis pelas instituições da administração pública e instituições privadas de educação, saúde, lazer e cultura; e o 1680/2020, que obriga os estabelecimentos de saúde no âmbito a disponibilizar campo específico para a indicação da identidade de gênero e orientação sexual do usuário nas fichas ou formulários utilizados em sistemas de informações (ALEPE, 2021b).

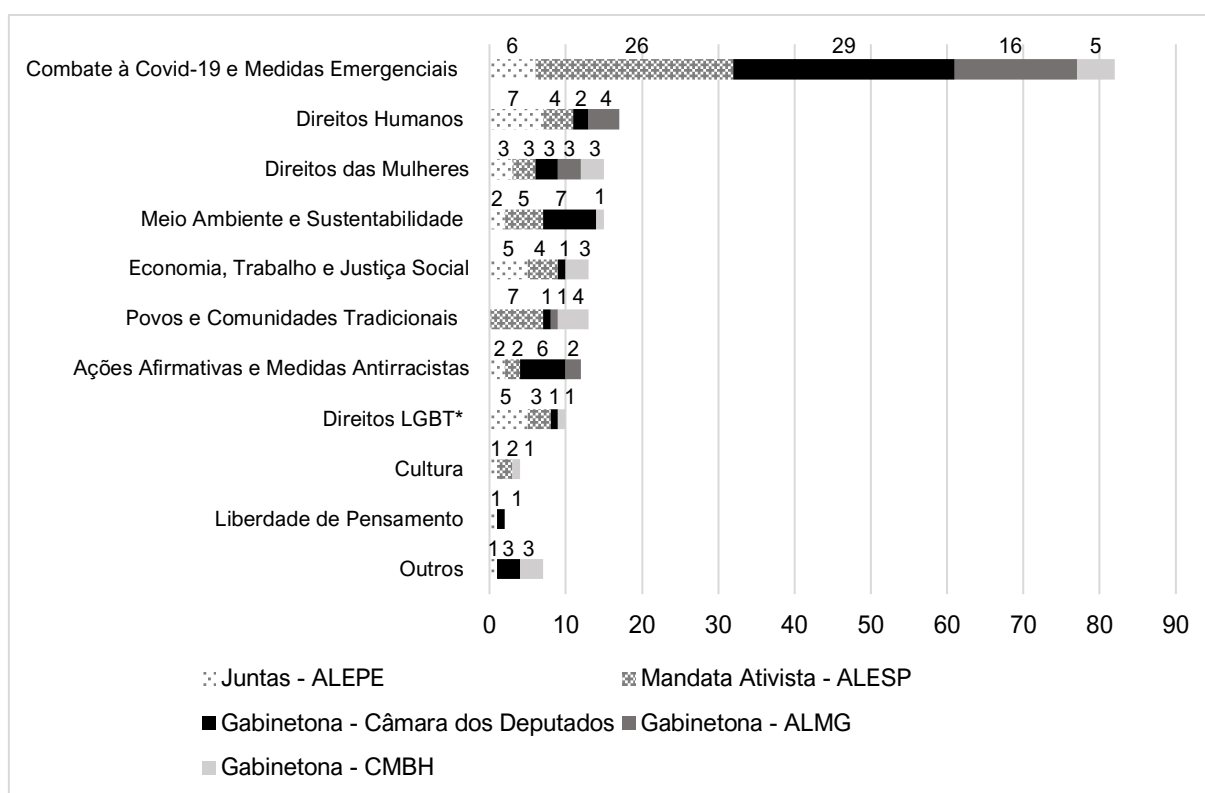
Os PLs de cultura e de liberdade de pensamento somam, juntos, 3% das proposições e dizem respeito a projetos como o PL 816/2019, que institui a Política Municipal Cultura Viva em Belo Horizonte, reconhecendo e garantindo a autonomia de grupos, coletivos, redes e agentes culturais que desenvolvem ações em territórios e campos temáticos (CMBH, 2021a). E projetos que visam assegurar a livre expressão, como o PL 502/2019, que institui o programa “Escola Sem Mordada”, para garantir, nas escolas de todo o país, a liberdade de pensamento e opinião, o respeito à pluralidade étnica, religiosa, ideológica e política (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d); e o PL 239/2019, que assegura aos(às) professores(as), funcionários(as), estudantes e à comunidade escolar em geral, a livre manifestação de pensamentos e opiniões, nas instituições públicas e privadas de ensino em Pernambuco (ALEPE, 2021b).

No Gráfico 3, além do quantitativo de proposições para cada área temática, podemos observar a distribuição dessas entre os mandatos estudados. Assim, é possível visualizar os pontos de convergência, em relação às temáticas. Nesse sentido, para além da categoria sobre combate à COVID-19, destacamos que a temática sobre direitos das mulheres foi encontrada em todos os mandatos. Além disso, as temáticas sobre direitos humanos, direitos LGBT*, meio ambiente e sustentabilidade, economia, trabalho e justiça social, povos e comunidades tradicionais e ações afirmativas e medidas antirracistas foram encontradas em quatro dos cinco mandatos monitorados,

significando agendas em comum compartilhados pelas propostas legislativas elaboradas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d; CMBH 2021a; ALMG, 2021a; ALESP, 2021b; ALEPE, 2021b).

Em relação especificamente aos PLs aprovados, no Gráfico 4 podemos visualizar a relação destes com as temáticas identificadas. No total de 28 projetos aprovados, 7 correspondem à temática do combate à COVID-19 e medidas emergenciais; 4 à temática dos direitos das mulheres; 4 à temática de meio ambiente e sustentabilidade; 3 à temática dos direitos humanos; 3 à temática dos direitos LGBT*; 2 à temática de povos e comunidades tradicionais; 2 à temática de ações afirmativas e medidas antirracistas; 2 à temática de cultura; e 1 à temática de economia, trabalho e justiça social (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d; CMBH, 2021a; ALMG, 2021a; ALESP, 2021b; ALEPE, 2021b).

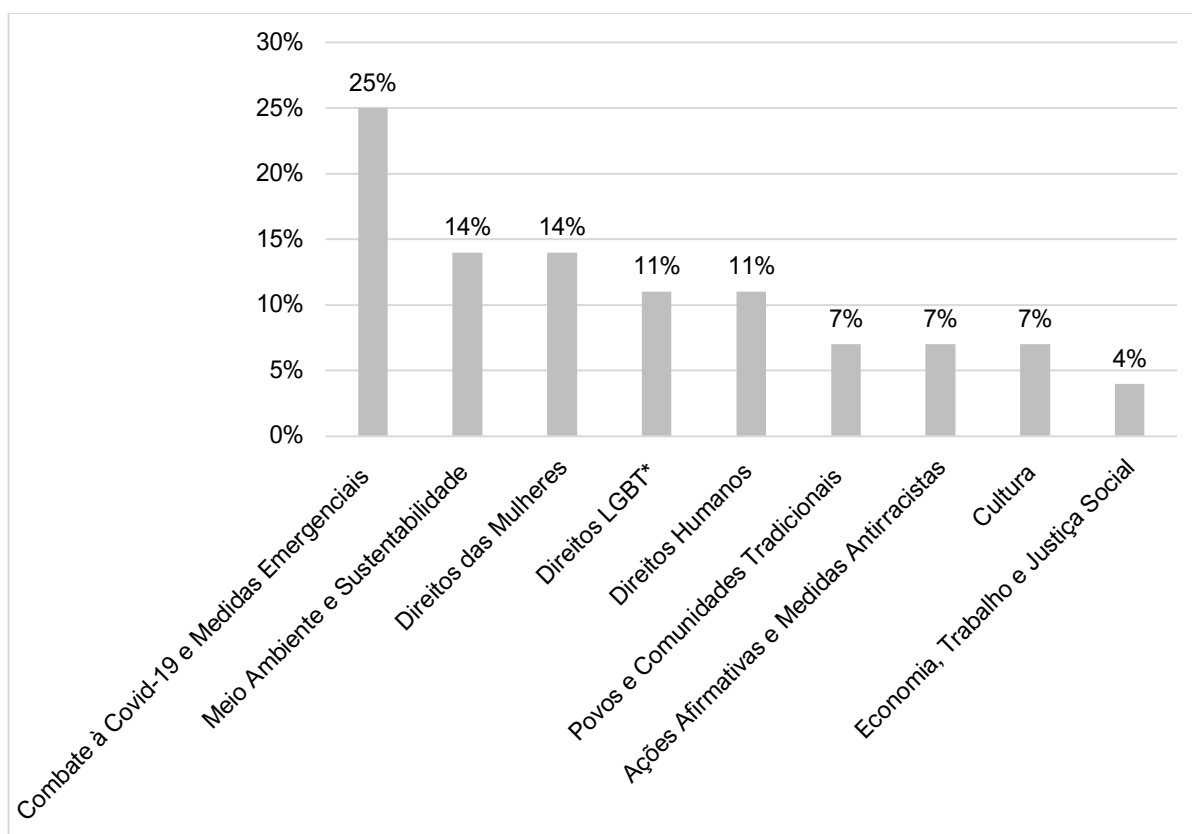
Gráfico 3: Áreas temáticas dos PLs propostos distribuídas pelos mandatos em números absolutos (2017-2020)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2021d), ALMG (2021a), CMBH (2021a), ALESP (2021b) e ALEPE (2021b).

Dos PLs aprovados que dizem respeito às medidas emergenciais, 6 contaram com a participação da Gabinetona a nível da ALMG. Desses, 3 (PL 1624/2020, PL 1625/2020 e PL 1627/2020) foram apensados ao PL 1777/2020, que se transformou na lei 23631/2020 e regulamenta ações na área da saúde, medidas administrativas, ações de suporte à atividade econômica e proteção aos consumidores e a grupos sociais mais vulneráveis, incluindo a população carcerária do estado. O PL 1820/2020 se transformou na lei 23645/2020 e prevê medidas para a proteção social e o enfrentamento à violência contra mulher no contexto da pandemia. Já o PL 1972/2020 se transformou na lei 23663/2020 e dispõe sobre medidas de garantia da equidade na atenção integral à saúde da população negra em casos de epidemias ou pandemias (ALMG, 2021a). Há também o PL 1111/2020, que contou com a participação das Juntas e originou a resolução 1660/2020, que determina que hospitais de rede privada divulguem à Secretaria de Saúde de Pernambuco o número de leitos ocupados em período de emergência sanitária ou calamidade pública (ALEPE, 2021b).

Gráfico 4: Áreas temáticas dos PLs aprovados (2017-2020)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2021d), ALMG (2021a), CMBH (2021a), ALESP (2021b) e ALEPE (2021b).

Os 4 PLs aprovados relacionados a meio ambiente e sustentabilidade contaram com a participação da Gabinetona na Câmara dos Deputados e pertencem ao conjunto de desdobramentos legislativos após o rompimento da Barragem de Brumadinho (MG), e que aguardam apreciação no Senado Federal. O PL 2.787/2019 tipifica o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem. O PL 2.788/2019 define os direitos das Populações Atingidas por Barragens e estabelece as responsabilidades do empreendedor, trazendo possibilidades de reparação como indenização, compensação e reposição, e levando em conta a centralidade do sofrimento das vítimas. O PL 2.790/2019 exige que a emissão da Licença Ambiental de Operação seja condicionada à elaboração de um plano de contingência. E o PL 2.791/2019 proíbe a instalação de barragens a montante, como a que rompeu em Brumadinho, tornando penalidades mais rigorosas em caso de rompimento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021d).

Já sobre os 4 PLs aprovados voltados para os direitos das mulheres, a Gabinetona participou de dois projetos: na Câmara dos Deputados (2021d), e aguardando apreciação pelo Senado Federal, foi aprovado o PL 5096/2020, que dispõe sobre a proteção a vítimas de estupro em julgamento e obriga o/a juiz/a a excluir do processo a manifestação que ofenda a dignidade da vítima e a punir excessos da defesa do réu; enquanto em Belo Horizonte foi aprovado o PL 533/2018, que se transformou na lei 11166/2019, implementando o projeto Morada Segura e estabelecendo que mulheres em situação de violência atendidas por equipamentos públicos da cidade tenham seu direito à moradia assegurado em programas habitacionais do município (CMBH, 2021a). Em São Paulo, a Mandata Ativista participou da elaboração do PL 355/2019, que previa a garantia de leito e cuidados para mães que perderam seus bebês durante a gestação, mães de natimortos e/ou mães com óbito fetal; porém o PL aprovado foi vetado pelo então governador João Dória (PSDB) em 2021 (ALESP, 2021b). Por fim, o PL 852/2019, de autoria das Juntas, criou a resolução 1.659/2020, concedendo o título de cidadã pernambucana para Carmen Silva, ativista pela luta dos direitos das mulheres no estado (ALEPE, 2021b).

As Juntas também elaboraram 3 PLs, que foram aprovados, voltados para os direitos LGBT* em Pernambuco. O PL 535/2019 originou a lei 16.851/2020 que estabelece que famílias do mesmo gênero tenham seu direito garantido a programas

de habitação popular. Já os PLs 1663/2020 e 1662/2020 estabelecem, respectivamente, os Dias Estaduais da Visibilidade Trans e Lésbica em Pernambuco (ALEPE, 2021b).

Ainda no âmbito da ALEPE (2021b), 2 projetos de autoria das Juntas, voltados para os direitos humanos, se tornaram leis. O PL 102/2019 originou a lei 16.629 de 2019, que proíbe homenagens a torturadores, a agentes da Ditadura Militar, ao Golpe Militar de 1964 e ao período da ditadura. O PL 73/2019, por sua vez, originou a lei 16.585/2019, que estabelece o Dia Estadual das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, no dia 14 de março, em homenagem à vereadora Marielle Franco. Além disso, o PL 1051/2019, que contou com a participação da Mandata Ativista, foi aprovado no estado de São Paulo, consistindo na instituição de diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela; no entanto, o projeto foi vetado pelo então governador João Dória (PSDB) em 2019 (ALESP, 2021b).

Em relação à temática sobre povos e comunidades tradicionais, dois projetos foram aprovados na ALESP (2021b) de autoria da Mandata Ativista. O PL 731/2020 cria o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Indígenas, instituindo métricas para a proteção cultural, reconhecimento e valorização das diversidades socioambientais, manutenção e proteção de territórios e de espaços religiosos e a garantia da participação dos povos indígenas nas decisões de assuntos relacionados aos seus direitos. Já o PL 864/2019 se transformou na lei 17.311/2019, que institui no Calendário Oficial do Estado de São Paulo o mês "Agosto Indígena".

Sobre a temática de ações afirmativas e medidas antirracistas, 2 projetos foram aprovados. O PL 1242/2020, de autoria das Juntas, alterou a lei estadual 17024/2020 de Pernambuco para identificar raça/cor de usuários em fichas ou formulários nos sistemas de informações da rede pública de saúde; e estabelecendo que a divulgação de dados em boletins epidemiológicos, notas técnicas, painéis de monitoramento e outros documentos oficiais seja feita de forma desagregada. Também de autoria das Juntas, o PL 853/2019 criou a resolução 1.660/2020, concede o título de cidadã pernambucana para Inaldete Pinheiro de Andrade, professora dedicada à produção de bibliografias sobre a cultura africana e afro-brasileira (ALEPE, 2021b).

Por fim, as Juntas também foram responsáveis pela elaboração de mais 3 projetos aprovados na ALEPE (2021b), 2 voltados para a temática de cultura e 1 voltado para economia, trabalho e justiça social. Em relação à cultura, o PL 771/2019 alterou a lei 16.241/17 para incluir o Dia Estadual da Luta das Pescadoras e Pescadores Artesanais, em homenagem e reconhecimento pela luta dessa classe trabalhadora e da sua importância para a geração de renda, cultura e formação de vínculos tradicionais no estado; já o PL 728/2019 originou a lei 16.835/2020 e criou o Dia Estadual do Cavalo Marinho, em homenagem à brincadeira cultural pernambucana. Finalmente, o PL 385/2019 se transformou na lei 16.790/2019 ou a “Lei dos Cachês”, que exige que a Administração Pública forneça relatórios de pagamentos feitos a artistas e atrações culturais após shows e eventos em Pernambuco.

Assim, concluímos que as três experiências possuem pontos de convergência, a partir de uma alternativa de representação interseccional, que promove principalmente, em cruzamento com o perfil das/os coparlamentares, os direitos das mulheres, os direitos humanos, os direitos da população LGBT*, dos povos e comunidades tradicionais; e a agenda política sobre ações afirmativas e medidas antirracistas, sobre meio ambiente e sustentabilidade, e sobre trabalho e justiça social. A luta pela garantia dos direitos das amplas maiorias sociais, de maneira interseccional, também ganhou destaque na atuação parlamentar dos mandatos no contexto da COVID-19.

Além da interseccionalidade presente em muitas das temáticas identificadas, como já mencionado anteriormente, é importante frisar que o engajamento político dos mandatos corresponde às pautas defendidas em suas campanhas coletivas e refletem a diversidade e a pluralidade de agendas e lutas. Assim, podemos perceber como pautas defendidas por vereadoras e codeputadas/os influenciaram o engajamento e a atuação política dos mandatos nos espaços institucionalizados.

Nesse sentido, podemos observar que a presença de 89% de coparlamentares mulheres resultou em 14% de PLs aprovados, orientados para os direitos das mulheres. Da mesma forma, a presença de uma codeputada indígena propiciou a aprovação de dois PLs voltados para os povos indígenas na ALESP; assim como a presença de três codeputadas LGBT* impulsionaram três projetos aprovados na

ALEPE, voltados para os direitos LGBT* e dois projetos orientados para os direitos humanos. Podemos citar, ainda, a influência dos ativismos ligados às pautas da cultura, do meio-ambiente e dos trabalhadores informais, resultando na aprovação de 7 PLs.

Podemos citar, por fim, o impacto das coparlamentares negras na proposição de 12 PLs relacionados a medidas antirracistas e 5 PLs que homenageiam Marielle Franco, evidenciando a violência política praticada contra as mulheres, especialmente as negras, no Brasil. Assim, observamos uma influência direta do perfil das/os coparlamentares, e da trajetória ativista dessas/es integrantes, nas temáticas incorporadas na atuação parlamentar tradicional dos mandatos coletivos. Desse modo, entendemos que a coletivização do mandato contribuiu para a proposição e a aprovação de projetos de lei com uma agenda renovada, a partir de perfis e visões de mundo diversas, contando com a participação de coparlamentares que, se não pelo formato coletivo, talvez nunca conseguiriam acessar a esfera política formal.

3.4 Participação em comissões parlamentares

O segundo levantamento realizado a fim de caracterizar a atuação parlamentar tradicional dos mandatos estudados diz respeito à participação em Comissões Parlamentares, a partir de dados extraídos dos portais da Câmara dos Deputados (2021a), da ALMG (2021b), da CMBH (2021b), da ALESP (2021a) e da ALEPE (2021a). O Quadro 10 evidencia a participação dos mandatos entre 2017 e 2020¹⁰⁵, totalizando 27 comissões, das quais a Gabinetona atuou em 19, a Mandata Ativista em 5 e as Juntas em 3. Além disso, apenas a Mandata não ocupou posições de Presidência ou Vice-presidência em comissões, sendo que a Gabinetona ocupou 8 posições de liderança e as Juntas uma.

Quadro 10: Participação em Comissões Parlamentares por mandato (2017-2020)

Mandato	Comissões Parlamentares	Atuação
Áurea Carolina (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor	Presidente (2017-2018)

¹⁰⁵ O levantamento da Gabinetona diz respeito ao período entre 2017 e 2020; enquanto o da Mandata Ativista e das Juntas entre 2019 e 2020.

Áurea Carolina (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Mulheres	Membro efetivo (2017-2018)
Bella Gonçalves (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor	Presidente (2019-2020)
Bella Gonçalves (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Mulheres	Vice-Presidente (2019-2020)
Bella Gonçalves (Gabinetona-CMBH)	Comissão Especial de Estudo sobre o Abastecimento Hídrico	Presidente (2020-2020)
Bella Gonçalves (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo	Membro efetivo (2019-2020)
Bella Gonçalves (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Participação Popular	Membro efetivo (2019-2020)
Bella Gonçalves (Gabinetona-CMBH)	Comissão Parlamentar de Inquérito das Barragens	Membro efetivo (2019-2020)
Bella Gonçalves (Gabinetona-CMBH)	Comissão Parlamentar de Inquérito da mineração na Serra Do Curral	Membro efetivo (2019-2020)
Cida Falabella (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Mulheres	Presidente (2017-2020)
Cida Falabella (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo	Presidente (2017-2020)
Cida Falabella (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Participação Popular	Membro efetivo (2017-2020)
Cida Falabella (Gabinetona-CMBH)	Comissão de Saúde e Saneamento	Suplente (2017-2020)
Andréia de Jesus (Gabinetona-ALMG)	Comissão de Direitos Humanos	Presidente (2019-)
Andréia de Jesus (Gabinetona-ALMG)	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	Vice-Presidente (2019-)
Andréia de Jesus (Gabinetona-ALMG)	Comissão de Participação Popular	Suplente (2019-)
Andréia de Jesus (Gabinetona-ALMG)	Comissão de Administração Pública	Suplente (2019-2020)
Áurea Carolina (Gabinetona-CDD)	Comissão de Cultura	Vice-Presidente (2019-)
Áurea Carolina (Gabinetona-CDD)	Comissão dos Direitos Da Mulher	Membro efetivo (2019-)
Áurea Carolina (Gabinetona-CDD)	Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher	Membro efetivo (2019-)
Áurea Carolina (Gabinetona-CDD)	Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher	Membro efetivo (2019-)
Áurea Carolina (Gabinetona-CDD)	Comissão Parlamentar de Inquérito do Rompimento de Barragem de Brumadinho	Vice-Presidente (2019-2020)
Áurea Carolina (Gabinetona-CDD)	Comissão Externa do Desastre de Brumadinho	Membro efetivo (2019-2020)
Áurea Carolina (Gabinetona-CDD)	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Suplente (2019-2020)
Mônica Seixas (Mandata Ativista-ALESP)	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Membro efetivo (2019-)
Mônica Seixas (Mandata Ativista-ALESP)	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e Questões Sociais	Suplente (2019-)

Mônica Seixas (Mandata Ativista-ALESP)	Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres	Suplente (2019-)
Mônica Seixas (Mandata Ativista-ALESP)	Comissão Parlamentar de Inquérito das <i>Fake News</i> nas Eleições 2018	Membro efetivo (2020-2020)
Mônica Seixas (Mandata Ativista-ALESP)	Comissão Parlamentar de Inquérito de Venda de Animais	Membro efetivo (2019-2019)
Jô Cavalcanti (Juntas-ALEPE)	Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular	Presidente (2019-)
Jô Cavalcanti (Juntas-ALEPE)	Comissão de Educação e Cultura	Suplente (2019-)
Jô Cavalcanti (Juntas-ALEPE)	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	Suplente (2019-)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2021a), ALMG (2021b), CMBH (2021b), ALESP (2021a) e ALEPE (2021a).

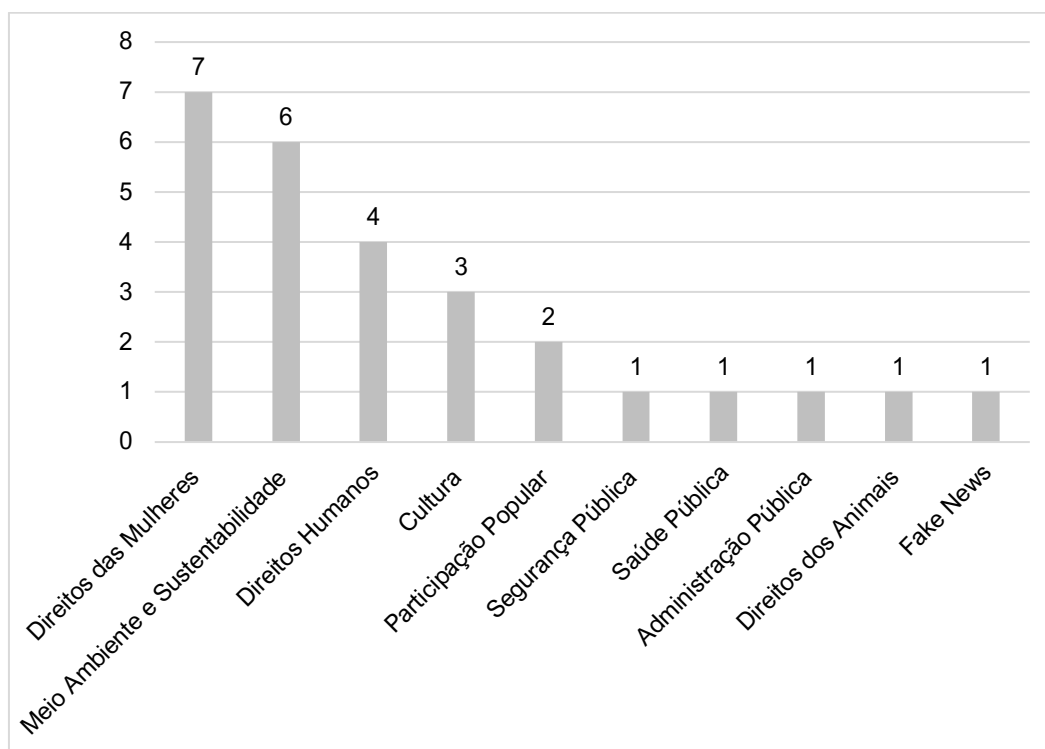
A partir desse compilado, conseguimos identificar as temáticas pertencentes às Comissões Parlamentares ocupadas pelos respectivos mandatos. Mais uma vez, a categorização da atuação parlamentar não foi uma tarefa simples, já que muitas temáticas se sobrepõem nas Comissões existentes, como na Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular presidida pelas Juntas (ALEPE; 2021a), evidenciando temas transversais. De toda forma, o Gráfico 5 sintetiza 10 temáticas relacionadas às Comissões que contaram com a atuação dos mandatos estudados: Direitos das Mulheres; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Direitos Humanos; Cultura; Participação Popular; Segurança Pública; Saúde Pública; Administração Pública; Direitos dos Animais; e *Fake News*. Enquanto os 5 primeiros temas foram encontrados em mais de uma ocorrência, ao demais pertencem a apenas uma comissão, respectivamente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021a; ALMG, 2021b; CMBH, 2021b; ALESP, 2021a; ALEPE, 2021a).

A temática mais recorrente encontrada nas Comissões Parlamentares identificadas se refere aos direitos das mulheres. A Gabinetona obteve protagonismo nessa agenda a partir da presidência de Cida Falabella, da vice-presidência de Bella Gonçalves na Comissão de Mulheres da CMBH (2021b), entre 2017 e 2020; e da vice-presidência de Andréia de Jesus na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG (2021b), a partir de 2019.

A criação da Comissão de Mulheres da CMBH (2021b) contou com a participação ativa da Gabinetona e se tornou um espaço importante para mobilizar as/os parlamentares na elaboração de projetos de lei para a proteção e melhoria da

qualidade de vida das mulheres na cidade. A Comissão é responsável por apreciar demandas relacionadas à promoção e defesa dos direitos das mulheres, à ampliação da representação feminina e do equilíbrio de gênero na política institucional, ao enfrentamento da discriminação, às políticas públicas sociais e econômicas que favoreçam a autonomia das mulheres, ao enfrentamento à exploração sexual e ao feminicídio. Entre outros desdobramentos, a participação das vereadoras Cida Falabella e Bella Gonçalves na Comissão deu origem ao PL 904/2019, sobre a criação do Dia Municipal de Combate ao Feminicídio; e produziu cartilhas informativas sobre redes de acolhimento, proteção e de serviços destinados às mulheres em situação de violência (GABINETONA, 2021b).

Gráfico 5: Temáticas das Comissões Parlamentares (2017-2020)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2021a), ALMG (2021b), CMBH (2021b), ALESP (2021a) e ALEPE (2021a).

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (ALMG, 2021b) é responsável por atender a reivindicações das mulheres, enfrentar desigualdades de gênero, desenvolver políticas públicas e ações de enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio, e por analisar proposições e assuntos relacionados aos direitos da mulher.

Na comissão, a deputada Andréia de Jesus participou da criação de uma política preventiva à violência doméstica em Minas Gerais, que autoriza agentes comunitários de saúde a notificar casos de agressões físicas, sexuais, psicológicas, morais e patrimoniais. Esse projeto ganhou uma relevância ainda maior devido ao isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 (GABINETONA, 2021b).

Ainda sobre os direitos das mulheres, a deputada Áurea Carolina participou como membro efetivo da Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021a). A primeira realizou um acompanhamento dos casos de violência doméstica, obstétrica e de feminicídio no país, além de avaliar as estruturas e políticas públicas que recebem mulheres em situação de risco ou vítimas de violência. Já a segunda foi criada para diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços de segurança pública e assistência jurídica às mulheres em situação de violência e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (GABINETONA, 2021b). Por fim, Mônica Seixas e Jô Cavalcanti ocuparam vagas de suplência na Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres ALESP (2021a) e na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALEPE (2021a), respectivamente.

A segunda temática mais recorrente diz respeito ao meio ambiente e sustentabilidade. A maior parte das Comissões relacionadas a essa temática contaram com a participação e liderança da Gabinetona e fazem parte dos mecanismos de apuração após o rompimento da barragem de Brumadinho em 2019. Em Brasília, a deputada Áurea Carolina foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Rompimento da Barragem de Brumadinho, participando da apuração de responsabilidades e da avaliação sobre formas de reduzir riscos de novos acidentes; e membro efetivo da Comissão Externa do Desastre de Brumadinho, que deu origem a nove PLs que compõem o Novo Marco regulatório para a mineração no país. A atuação da Gabinetona garantiu que os projetos passassem por uma consulta pública, incorporando sugestões da sociedade civil (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021a; GABINETONA, 2021b).

De forma semelhante, a vereadora Bella Gonçalves participou como membro efetivo da CPI das Barragens e da CPI da Mineração na Serra do Curral, apurando a

realização da atividade minerária em Belo Horizonte. Esse trabalho deu origem à Comissão Especial de Estudo sobre o Abastecimento Hídrico, presidida pela vereadora, que enviou o seu relatório final à Procuradoria Geral do Ministério Público e à Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente (CMBH, 2021b; GABINETONA, 2021b;). Em SP, a deputada Mônica Seixas também atuou como membro efetivo na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para o debate de propostas em torno da preservação, recuperação, poluição, aquecimento global, exploração sustentada, entre outras (ALESP, 2021a).

Em relação à temática de direitos humanos, a Gabinetona contou com a presidência das então vereadoras Áurea Carolina e Bella Gonçalves na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da CMBH (2021b) e da presidência da deputada Andréia de Jesus na Comissão de Direitos Humanos da ALMG (2021b). A Comissão da CMBH, que trata dos direitos humanos e das garantias fundamentais da cidadania, foi mobilizada pelas vereadoras para amparar populações em situação de vulnerabilidade em momentos críticos, como durante a recuperação de áreas atingidas pelas chuvas, apoiando famílias em ocupações urbanas sob risco de despejo, apurando denúncias sobre a atuação violenta da polícia em aglomerados e favelas da capital e durante a pandemia da COVID-19. Na Comissão da ALMG, a deputada estadual Andréia de Jesus protegeu grupos em vulnerabilidade social ou com baixa representatividade no legislativo, acatando relatos de denúncias e pedindo providências contra abusos de direitos no estado (GABINETONA, 2021b).

Além disso, as Juntas presidiram a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, representando um espaço de luta do mandato; e fruto do diálogo com os/as deputados/as da casa legislativa e da construção e apoio dos movimentos sociais pelos direitos humanos no estado (JUNTAS, 2021). Já a Mandata, em SP, ocupou uma cadeira de suplência na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e Questões Sociais (ALESP, 2021a).

No que se refere à temática de cultura, a vereadora Cida Falabella presidiu a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo na CMBH (2021b) e a deputada Áurea Carolina foi vice-presidente da Comissão de Cultura na Câmara dos Deputados (2021a). Na CMBH, Cida promoveu debates de interesse das áreas de cultura e educação, como da recriação da Secretaria Municipal

de Cultura, do Plano Municipal de Educação, sobre a equiparação salarial das professoras da educação infantil e sobre o Carnaval de rua da cidade. Nesse espaço também se deram enfrentamentos a tentativas de censura à educação e às artes, como os projetos do movimento Escola Sem Partido. Já em Brasília, Áurea Carolina fez parte dos contrapontos às sucessivas tentativas de desmonte das políticas públicas do setor, enfrentando a censura institucional e defendendo a cultura. A partir da Comissão, foi proposto o PL 1075/2020, que dispõe sobre ações emergenciais para o setor cultural durante a pandemia da COVID-19, que deu origem à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (GABINETONA, 2021b). Ainda, as Juntas ocuparam uma cadeira de suplência na Comissão de Educação e Cultura da ALEPE (2021a).

Nas comissões centradas na temática de participação popular, a vereadora Bella Gonçalves foi membro efetivo da Comissão de Participação Popular na CMBH (2021b); e a deputada Andréia de Jesus foi suplente da Comissão de Participação Popular na ALMG (2021b). Além disso, a Gabinetona ainda ocupou mais 3 posições de suplência em comissões: a vereadora Cida Falabella foi suplente na Comissão de Saúde e Saneamento (CMBH, 2021b); a deputada Andréia de Jesus na Comissão de Administração Pública (ALMG, 2021b); e a deputada Áurea Carolina na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021a).

Por fim, Mônica Seixas atuou como membro efetivo em outras duas comissões na ALESP (2021a): na Comissão Parlamentar de Inquérito das *Fake News* nas Eleições 2018; e na Comissão Parlamentar de Inquérito de Venda de Animais. A participação ativa da Mandata na CPI das *Fake News* foi importante para a aprovação do relatório final que reconhecia o impacto da propagação de notícias falsas nas eleições. Após rejeitar o parecer do relator, que indicava serem inconclusivos os trabalhos realizados, a Comissão decidiu aprovar o parecer alternativo elaborado pela Mandata, em conjunto com o deputado Paulo Fiorilo (PT), que destacava o enraizamento de notícias falsas como forma de atacar pessoas e instituições na política. Já na CPI de Venda de Animais, apesar de saudar esforços conjuntos na Comissão, a Mandata votou contra o relatório final aprovado, e apresentou uma proposta divergente por entender ser necessário uma reflexão ética e uma mudança cultural sobre criação e aquisição de animais.

Assim, podemos observar uma predominância das temáticas relacionadas aos direitos humanos e aos direitos das mulheres; assim como das temáticas sobre meio ambiente, participação popular, cidadania e cultura. Além de pautas que incidem diretamente sobre populações mais vulneráveis, como no caso das comissões que acompanharam o caso do rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais.

Em relação às dinâmicas de participação em Comissões parlamentares, os mandatos coletivos estudados trouxeram, ao menos, duas inovações interessantes. A primeira é exemplificada pela atuação da Gabinetona, em três esferas legislativas, nas CPIs sobre o rompimento da barragem de Brumadinho, já que a integração dos mandatos permitiu o exercício de uma atividade parlamentar transversal, coesa e incisiva, potencializando os resultados das Comissões e mobilizando a atenção do público:

[...] porque aí você mobiliza a sociedade, você conseguiu abrir CPI nos 3 níveis, né, então parece que a Bella vai agora a Brasília “pra” poder inclusive participar, temos CPI que tem no estado, Áurea participa lá, Bella participa aqui, Andréia acompanha no estado [...] (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

A segunda diz respeito à coparticipação em Comissões, como no compartilhamento da presidência da Comissão de Direitos Humanos em Pernambuco, onde as cinco codeputadas das Juntas atuaram e ocuparam em conjunto; assim como a participação delas em outras comissões temáticas da ALEPE. Nesse caso, a potencialização da atividade parlamentar, no mandato coletivo, permitiu que as codeputadas participassem, simultaneamente, de Comissões e de outras atividades:

A gente participa as cinco, a gente diz, somos presidentas da Comissão de Direitos Humanos do estado, né, dentro da ALEPE, que é uma das Comissões mais importantes, que antes era de um companheiro do PSOL, daí a gente queria ocupar, que os movimentos sociais pediram, a gente teve mais de 160 assinaturas de movimentos sociais pedindo que a gente presidisse, inclusive de todo o país, não só do estado, e gente também de algumas universidades de fora do país [...]. E nas outras comissões também, a gente participa, Kátia, que é professora, ela participa da de educação, junto com Carol, que traz a pauta da cultura [...]. Então a gente consegue ocupar esses espaços. E o bom é que enquanto uma tá na comissão, uma comissão, a outra tá em outro, tá no gabinete, a gente consegue se dividir e dá certo (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

No entanto, a atuação das coparlamentares em Comissões também esbarrou em constrangimentos estruturais formais. Em setembro de 2019, a codeputada Robeyoncé Lima foi coagida por deputados da ALEPE a se retirar de uma reunião da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, evidenciando a insegurança provocada pela falta de prerrogativas legais dos mandatos coletivos (FARIAS, 2019). No caso das Juntas, as codeputadas recorreram à revisão do regimento interno da casa legislativa para garantir a participação das cinco codeputadas nos processos internos da ALEPE, apesar de só Jô Cavalcanti ter autorização para estar no plenário (BRITTO; SANTOS, 2019).

3.5 Sobre a entrada na institucionalidade

Tendo em vista os alcances e os limites da atuação parlamentar tradicional dos mandatos coletivos se torna importante avaliar como se deu a recepção das experiências nas instituições, a partir das percepções das/os coparlamentares. A primeira entrada da Gabinetona, na esfera municipal, conseguiu, em certa medida, empurrar o limite da institucionalidade formal e contribuir para a ampliação da imaginação política dos colegas da CMBH e do Poder Executivo, que reconheceram a covereância de Bella Gonçalves:

Então, na prática éramos duas, oficialmente duas vereadores, mas na prática 3 parlamentares, assim, reconhecidas inclusive pelo poder executivo, quando falavam “vem as 3 vereadoras aqui na Câmara”, a Bella passou a ser chamada “pra” compor debates, mesas, sempre dentro dessa perspectiva já, então, mostra também que a imaginação política, ela tem que ir empurrando essas fronteiras que tão colocadas “pra” gente, né, ainda mesmo que dentro da institucionalidade, da institucionalidade falida, limitada, né, uma democracia também muito questionável, a gente tá vendo aí agora, mas é possível empurrar mais, botar mais o pé na porta (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

Simbolicamente, a entrada da Gabinetona também impactou o espaço institucional, promovendo a circulação de pessoas diversas na casa legislativa, a começar pelo cortejo, que acompanhou de forma festiva e colorida, a tomada de posse das vereadoras eleitas. Assim como a derrubada das paredes dos gabinetes, que possibilitou a criação de um ambiente coletivo e acolhedor, capaz de acomodar um número maior de pessoas (GABINETONA, 2021c).

Mesmo assim, e inclusive após a chegada do grupo a outras casas legislativas, a Gabinetona se deparou com uma realidade árida, viciada e limitante na política brasileira. Para atuar nessas esferas, de modo a contribuir com a construção das lutas e provocar alguma incidência, as integrantes do grupo adotam uma posição independente. Essa inserção zelava pela excelência e por uma forma de fazer política de maneira consequente, sem se deixar levar por discussões polarizadas:

Primeiro como ser um mandato que tem que dialogar com uma institucionalidade, sem que esse diálogo com a institucionalidade leve a um arrefecimento das lutas, esse é um dos principais desafios [...]. Como se afirmar numa posição independente, com um espaço tão viciado, pelas polarizações [...]. É uma atuação muito consequente e essa é a nossa independência [...] mas ela sempre um desafio, porque os vícios tão colocados, né, assim. Então, muitas vezes os outros “ah, ‘cês’ tão colando aí com as mulheres de direita”, os homens ficam com ciúmes, ou então “ah, se ‘ocê’ tá aqui batendo no Prefeito, amanhã eu vou te punir, ‘cê’ não vai conseguir um diálogo de uma coisa séria que você tá propondo, de forma independente”. Então é sempre um limite. Estruturas não foram feitas “pra” nossa forma de fazer política [...]. E a seriedade do nosso trabalho é um pouco que nos resguarda e o que [...] uma coisa muito importante é fazer as coisas com extrema seriedade, então assim, todo mundo reconhece a qualidade do nosso trabalho parlamentar, das nossas posições políticas, dos nossos relatórios, dos nossos enfrentamentos, sempre permeados por essa construção coletiva (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Além disso, o ambiente político pós 2016, que remetia ao golpe parlamentar, e de intensa polarização e exclusão política, provocou estranhamentos e impôs constrangimentos às pautas progressistas representadas e defendidas por integrantes do grupo. Esse cenário, tornou difícil uma atuação parlamentar que não fosse reativa, já que as vidas de diversas populações foram colocadas em jogo:

Na verdade, a cultura e as LGBTs, “pra” mim, são os alvos principais do pensamento conservador hoje, as mulheres também, mas nas mulheres ainda tem um campo de construção possível, por exemplo, ao combate à violência contra a mulher é um campo que aglutina diferentes tendências, sabe, agora a questão LGBT não, a questão indígena não, a questão quilombola não [...] (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Uma forma encontrada por integrantes da Gabinetona, para lidar com esses sentimentos angustiantes, foi enfatizar a dimensão performática da arena política, interpretando-a como sendo um palco, onde diversas performances eram reproduzidas. Nesse ambiente, a incorporação de uma “persona” facilitava a

convivência nos espaços e ajuda a manter o foco nas discussões relevantes para o mandato:

Aqui também é um grande espaço, né, a arena política ela é um grande espaço, performático, né, “cê” vai virando meio uma persona, né, que é como na performance você não usa a ideia de personagem, né, persona é você mesmo num outro estado, na ampliação da sua personalidade, mas é você mesmo, né, mas aqui “cê” tem várias personas, né, então cada um performatiza uma linha, assim, né, o justiceiro, o incompreendido, o não sei o quê. Aí assim, eu venho como essa mulher, assim, artista, professora [...] (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

Na experiência da Mandata Ativista, a posição híbrida assumida pelas/os codeputadas/os, que não são nem assessores comuns, nem parlamentares eleitos, provocou estranhamento e temor por parte de colegas da ALESP, levando a questionamentos sobre a legitimidade do grupo. Um momento simbólico desse incômodo institucional se deu durante a diplomação dos políticos eleitos em São Paulo, em 2018, quando o codeputado Jesus dos Santos foi impedido de subir no palco para participar da foto com o documento recebido por Mônica da Bancada (STOCHERO, 2018). Nesse sentido, houve, já naquele momento, a percepção de que a nova iniciativa representaria uma ameaça à política tradicional exercida na casa:

Então, a gente fica nessa posição híbrida e nós “tamos” construindo esse lugar, que não existe, né, que é o lugar do codeputado. Então depende da pessoa, da situação e tudo mais. Essa posição é mais legitimada ou não. Por outro lado, eu vejo que a gente é uma ameaça, “pra” todo tipo de político, porque a gente representa, né, a possibilidade de as coisas funcionarem diferente. Então, “pra” eles, outros políticos tradicionais, não é uma ideia muito interessante, porque significa a possibilidade de ter que dividir o poder [...]. (ENTREVISTADX 3, 2019, n.p.).

Apesar dos coparlamentares não conseguirem acessar áreas reservadas aos parlamentares eleitos, as/os integrantes da Mandata buscaram formas de contornar essa limitação e de se fazer presente nos espaços institucionais:

[...] a Mônica pode entrar no plenário, nós não podemos, mas a gente traça estratégias. A gente entra no plenário por meio de vídeo, a gente grava o vídeo e manda o recado, né [...]. Então, a Mônica entre, leva o pendrive, coloca no telão [inaudível] dentro do plenário, não de corpo físico, mas eu estou por meio de vídeo. Então essa foi uma das estratégias que a gente traça “pra” poder legitimar e dar o nosso recado como codeputado, né. Claro que estamos contratados legalmente, no papel, como assessores, né? Nós somos

assessores, né, mas isso é o que a gente vem querendo quebrar. Então tirar esse nome assessores “pra” por codeputados. Então, é um coletivo, codeputados. Inclusive a própria Mônica usa a palavra codeputado, né [...] todos os outros somos codeputados. A legislação nos impede, de certa forma, [inaudível] a quebrar as regras, [...] inovar é ter todo esse trabalho (ENTREVISTADX 4, 2019, n.p.).

Diante de limitações impostas pelo rito parlamentar formal, o mandato encarou como um de seus objetivos a “pedagogização” sobre iniciativas de renovação política, junto à ALESP, a sociedade e a mídia. Assim, aos poucos a presença e a atuação das/os codeputadas/os no cotidiano parlamentar contribuiu para uma maior assimilação do mandato coletivo:

Eu acho que tem um nível de conquistas que é o simbólico, da gente pedagogizar “pra” ALESP e “pra” sociedade, “pra” mídia, de que isso é um mandato coletivo, e “pra” nós mesmos, que eu acho que tem esse lugar do tipo, a gente tem avançado nisso. Daí, enfim, tem alguns exemplos de como isso foi feito. A gente não chegou a...a forma de consolidar isso dentro da ALESP seria você ter a figura do codeputado dentro do regimento interno, isso é muito difícil da gente fazer, mas a gente consegue que vários deputados, e a casa reconheça os codeputados. “Pra” mídia ainda é difícil fazer, mas a gente consegue, a gente ainda não conseguiu emplacar que uma matéria falasse “codeputado”, “pra” sociedade super, então assim, quando o [...] volta “pro” território dele, a galera chama ele de deputado. Então, acho que essa é uma conquista (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

As Juntas, apesar das limitações impostas pela institucionalidade para a efetivação do mandato coletivo, de forma integral, também se engajaram em torno de estratégias constantes de “pedagogização”, a fim de “lembrar” a instituição a todo momento sobre a existência das codeputadas e sobre a legitimidade do “projeto político” eleito:

O fato de só Jô entrar no plenário, só ela falar na tribuna, não dá pra gente se iludir que é igual, não é igual. É ela que assina o papel, a burocratização, o sistema, né, a institucionalidade do jeito que ela é, ela é a maior inimiga do mandato coletivo. Ao mesmo tempo que ela pode ser o maior potencial do mandato coletivo [...]. E a gente todo o tempo precisa se aferir, que na hora que o deputado olha e faz “não, a deputada tá aqui?” “tá, a codeputada tá”, e ela se chama codeputada, e eles chamam Juntas, mas às vezes chama Jô, e Jô responde “Juntas”, então a gente tem que sempre tá lembrando a institucionalidade que não só ela [...] (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

A gente, na verdade, ainda tá digerindo essa entrada, porque é uma ficha que cai todos os dias, mas eu posso garantir que não é um espaço tranquilo, é um espaço que ele oprime, é um espaço que ele se agrega, é um espaço que ele quer desconstruir você, sua história política, e desconstruir, principalmente,

quem te botou ali, sabe, porque quando eles desmerecem a gente pra alguma coisa, a gente precisa centrar e dizer “ não, não tô aqui porque fulano ou fulaninha que tá aqui exercendo um mandato me legitima não, eu estou aqui porque quase 40.000 pessoas no estado de Pernambuco me legitimaram pra tá aqui”, porque as pessoas não votaram em mim, em Robeyoncé, em Carol, em Joelma, em Jô, votaram no projeto político que é as Juntas. Então isso aí é uma coisa que a gente tem que respirar fundo, sabe, e dizer, isso aqui tem que dar certo, isso aqui vai dar certo, essas pessoas que estão tentando dizer que a gente não vai funcionar elas foram feitas pra isso, mas a gente vai romper com isso também. Então, isso foi uma coisa que assim, a gente vem de movimento, a gente vem do meio do povo, quando a gente chega naquele ambiente inóspito, naquele ambiente, pessoas que querem puxar o tapete da gente o tempo todo, a gente tem que respirar fundo, a gente tem que saber da onde a gente veio, a gente tem que saber porque que a gente tá ali, sabe, [inaudível] até pra conseguir ter força pra ir em frente, sabe (ENTREVISTADX 15, 2019, n.p.).

Essa pedagogização, que mais uma vez envolve agentes da política formal, a sociedade e a própria equipe do mandato, passou também pela presença e atuação das codeputadas em espaços institucionais – como em assembleias públicas e comissões parlamentares – e pelo alinhamento interno das integrantes, que procuravam estabelecer uma dinâmica mais harmônica entre si:

A gente sempre vai pras Comissões...a de direitos humanos a gente preside, né, então a gente tem a presidenta, na pessoa de Jô Cavalcanti, a codeputada Jô, sempre dá a voz a hora que a gente quiser a vez pra falar. As outras, a gente procura sempre que Jô vai, pra respeitar o estatuto da casa, como é, o regimento da casa. Então sempre que Jô vai, a gente vai. E aí quando a gente quer falar naquela comissão Jô diz “eu passo a palavra pra codeputada”, dependendo de quem esteja na comissão, a gente é tida como técnicas pra poder a comissão, aquela reunião não implodir, pros fundamentalistas (ENTREVISTADX 15, 2019, n.p.).

O custo do mandato coletivo é esse tempo e essa dificuldade pra dentro da casa, deles entenderem a gente, enquanto coletivo, apesar de que a gente consegue ir nas Comissões, as outras deputada, e falar, a gente consegue ir nas audiências públicas, fala, né, isso é importante. E pra fora da casa, aí nós somos qualquer uma codeputada. E o benefício, eu acho que é esse, é fazer as pessoas refletirem, dos deputados ao cidadão, esse lugar. O custo, às vezes, é a competição, é o cansaço, é a desconfiança, que aí é uma construção, de um processo de confiança, e esse meu mantra é “todo mundo pode ser grande, sem ser maior do que ninguém” e num mandato coletivo todo mundo precisa ser grande, sabe, todo mundo precisa ser grande para que o mandato seja grande (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

A incidência das Juntas, inclusive, que desde o registro da candidatura demonstrou uma forte coesão interna, provocou uma maior aceitabilidade por parte da casa legislativa, inclusive esteticamente. Ao incluir, formalmente, o nome do coletivo

no prédio e ao autorizar alterações físicas no espaço do gabinete para acomodar as codeputadas, a ALEPE se demonstrou mais receptiva à atuação do mandato coletivo. Ainda, apesar de algumas reações de colegas parlamentares, que se sentiram ameaçados com a legitimação da experiência na casa, outros reconheceram a titularidade das “codeputadas”:

E quando a gente entrou na casa tinha o nome deputada lá embaixo, na ALEPE, logo na entrada, tem o nome “deputada JUNTAS”, a gente ficou feliz, porque ali já era legitimar as 5, quando a gente foi no gabinete tinha “deputada JUNTAS”, mas a gente queria também, na sala, ter o nome deputadas, então a gente pegou uma caneta permanente, colocou um “s”, aí ficou “deputadas” [...], a gente pediu pra eles mudar uma mesa, tinha uma mesa no nosso gabinete, que era pra apenas um deputado, e uma cadeira, e a gente é 5, né, então a gente não aceitou isso, a gente pediu uma mesa, e alguns deputados ficaram incomodados, com uma mesa, é algo simples, mas pra eles era legitimar a gente, né, então tem muitos deputados que não compreende, né [...]. O codeputada a gente tá tentando colocar na casa, tem algumas deputadas que chamam a gente de codeputadas, no plenário, quando vai falar, e é fantástico, né, porque [...] então ela já teve uma compreensão que o codeputada traz o sentido do coletivo, que o deputado é tão individual (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

O ápice dessa maior abertura se deu quando o mandato conquistou, junto à Mesa Diretora, o direito de registrar a biometria das codeputadas, para que elas pudessem frequentar espaços reservados a parlamentares, sem precisarem estar acompanhadas de Jô Cavalcanti para tanto. Esse registro possibilitou uma maior incidência das integrantes nos espaços formais e indicou a capacidade da instituição de se adaptar, para viabilizar a atuação parlamentar compartilhada:

[...] a gente precisava mandar um ofício, solicitando mesmo pro presidente que a gente pudesse ter biometria, porque tem alguns espaços que é privativo pra os deputados, e a gente não tinha biometria, só Jô tinha. E aí gente mandou o ofício, recentemente acho que vai fazer um mês a gente conseguiu, depois de 7 meses praticamente, a gente conseguiu a nossa biometria, isso pra gente com uma grande vitória, porque a gente sempre tinha que andar com Jô se a gente quisesse passar naquele lugar que era privativo, sabe, e a gente tinha que fazer isso mesmo, pra dizer que a gente tava ali, né, porque se a gente deixasse, a gente não teria isso hoje. Então de repente chega uma pessoa lá no gabinete e diz “olhar eu sou da primeira secretaria e eu vim fazer a biometria de vocês”, e foi um susto, né, porque a gente não esperava, a gente pediu por ofício, mas demorou tanto que a gente nem esperava. E a gente tá com a biometria, estão fazendo crachá de deputadas pra gente (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Olha, aos poucos a gente tá tendo uma aceitabilidade, digamos assim, em termos regimentais maior. [...] as cinco, por exemplo, não podem entrar no

plenário, sabe, só uma, que é a Jô Cavalcanti [...], mas a gente teve um certo alcance quando a gente teve, por exemplo, cadastrada a nossa digital, enquanto codeputadas, porque até então nos ambientes privativos na Assembleia Legislativa, de parlamentares, somente a Jô Cavalcanti tinha digital cadastrada pra entrar. Então as outras quatro codeputadas não poderiam entrar nesses espaços, até Jô Cavalcanti colocar a digital, e agora a gente teve autorização, né, o presidente, a primeira secretária, a mesa diretora, autorizou a gente a cadastrar a nossa digital. Então a gente pode entrar na sala de estar, reservada para os parlamentares, a gente pode entrar no elevador privativo dos parlamentares, independente de Jô Cavalcanti tá com a gente ou não, sabe. A gente acredita que isso é um reconhecimento muito forte, né, em termos de interagir na arquitetura mesmo, né, como se a Assembleia Legislativa estivesse se adaptando [...]. Aos pouquinhos a gente tá conseguindo incidir de alguma forma dentro desses limites, né, a gente tá incidindo muito também na questão da mudança do regimento, né, que aqui na Assembleia Legislativa tá se debatendo essa modificação do regimento e a gente vê as maiores possibilidades de como a gente pode se inserir [inaudível] (ENTREVISTADX 16, 2019, n.p.).

A conquista da biometria, portanto, representou a criação de um precedente para a aceitação, em termos regimentais, dos mandatos coletivos na esfera legislativa. Ainda, simbolicamente, essa abertura foi muito significativa para as codeputadas, que se sentiram legitimadas perante a casa e os colegas parlamentares:

Então, há um precedente aí, há um jeito de entrar, tem uma brecha, tem uma lacuna, a gente tá entrando, a gente tá entrando, não sei em que velocidade, não consigo mensurar a velocidade, mas a gente tá entrando. E esses avanços eles têm que ser comemorados [...]. E [...] um fundamentalista, os que perseguem mais a gente na casa, chegando pra usar o elevador privativo e digo “não deputado, licença” e coloco aqui minha digital e ele entra comigo, entende. É foda, porque assim, isso também tem que contar, isso é fruto de lágrimas, eu passei o primeiro mês, segundo mês sonhando todo dia que eu tava naquela casa fria, de você ser deslegitimada muitas vezes, sabe (ENTREVISTADX 15, 2019, n.p.).

A presença das codeputadas, e da equipe diversa das Juntas, também impactou, simbolicamente, os espaços da ALEPE, por trazer formas de estar e de atuar na institucionalidade que rompiam com os padrões – até mesmo estéticos – da política formal:

[...] mas assim, a gente percebe que quando a gente entrava no elevador, que nem todo mundo reconhecia, inicialmente, sabia que era cinco, mas via que a gente tava diferente, aí comentava “poxa, que massa, deve ser massa o gabinete das Juntas, né”, tu visse que as mulheres usam o cabelo que elas querem, usam as roupas que elas querem, se vem se sapato, se vem de chinelo, de salto, é uma escolha delas, que essa autonomia não tem [...] das mulheres que trabalham em outros gabinetes, de outros deputados, né, e um desejo que elas têm de ser elas, porque é muito padronizado, sabe, muitos

gabinetes tem muito padronização da mulher, né, que a mulher tem que andar com cabelo escovado, muito bem alinhado, né, que a mulher tem que andar sempre maquiada, com batom, com brinco, com brinco curto pra não chamar atenção, com salto, com blazer. A gente não, acho que desde o primeiro mês nossa equipe, toda a nossa equipe é liberada, a nossa equipe vai de vestido, desde que seja o limite, porque a casa tem um protocolo, né, que só pode saia ou vestido até o joelho, mas a nossa equipe vai livre, vai de vestido, vai de saia, vai de regata, e vai colorida. Eu já escutei desde o início, bem no início que a gente ocupou, de um próprio policial da casa, né, quando não reconhecia às vezes, ele passou a reconhecer, porque ele dizia “eu conheço a equipe de vocês, porque a equipe de vocês é toda colorida”, né, todo mundo usa roupa colorida, é vestido, é saia, vai de calça, é diversa, e a gente percebe que tem um desejo de outras mulheres da casa, funcionárias também, que querem, que querem ter essa autonomia, sabe (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Ao realizar essa abertura do espaço institucional, as Juntas entendem que as resistências encontradas ao mandato remetem ao medo da inovação que a coletividade representa, em termos do potencial e da aglutinação de forças expressados na atuação da mandata:

[...] porque os deputados, homens, alguns deles, não todos, tem uns que dialogam com a gente, mas alguns deputados se incomodam com uma nossa presença ali, mas se incomoda com a nossa força política, porque ele sabe que quando a gente mulher se organiza e participa, a nossa voz é gigante, né, e a gente consegue juntar outras mulheres no mesmo sentido. E aí eu acho que é medo deles, eles têm esse medo, porque a fala de Jô é muito potente, quando Jô vai pro plenário a fala que ela faz é uma fala que nós 5 aprovou, o voto que ela faz lá, ela fala que nós 5 aprovou a votação. Então todas as decisões que acontece na casa, são as 5 que decidi, e eles têm essa noção, né, tanto que tem votação na casa que ele já conta sem o nosso voto, que ele sabe que a gente vai ser contra, que a gente, a gente vai pela base da gente, se a base da gente entende que é ir contra os nossos princípios, claro que a gente não vai votar junto com eles, né, e a gente faz muito esse dialogo (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Ao mesmo tempo, apesar de ter conquistado uma maior aceitabilidade ao mandato coletivo, as codeputadas das Juntas entendem que essa abertura só foi possível por conta da conjuntura mais propícia da ALEPE, o que não se aplica ao caso do mandato da Bancada Ativista, que teria encontrado um ambiente bem mais hostil na ALESP:

Então a partir daí você pode ver a [inaudível] maleabilidade, digamos assim, da Assembleia Legislativa daqui, em comparação com a Assembleia Legislativa de São Paulo onde está tendo outra experiência coletiva, né [...] o pessoal da Bancada Ativista tá tendo muito mais dificuldades do que a gente aqui, pelo próprio cenário político, né [...] inclusive, no dia da diplomação, o próprio [...], né, foi barrado pelo Alexandre Frota de entrar no palco, né, então,

assim, a gente não teve nenhum impedimento quanto a isso [...]. A gente tá num ambiente muito mais favorável a essas novas ideias, essas novas perspectivas e visões de mundo, que vão de embate com os neoconservadorismos (ENTREVISTADX 16, 2019, n.p.).

Nesse sentido, as dinâmicas próprias e a composição de cada casa legislativa trouxeram implicações diferentes para cada uma das experiências de mandato coletivo, oferecendo maior ou menos abertura e legitimidade às/os coparlamentares.

3.6 Iniciativas de mandato aberto

As iniciativas de mandato aberto, em especial desenvolvidas pelos mandatos coletivos estudados, compreendem as ações e experimentações de participação popular direta impulsionadas pelas respectivas equipes. Essas iniciativas assumem diferentes formatos, podendo adquirir a conformação de oficinas formativas voltadas para a educação popular, espaços deliberativos para vincular decisões políticas do mandato, encontros de “pedagogização” política e de prestação de contas – promovendo transparência, espaços para a produção de novas tecnologias e metodologias, formatos plurais de audiências públicas, entre outros (MARQUES, 2019). Nesse sentido, enquanto o mandato coletivo “representa[ria] a tentativa de tradução das lutas [...] para a institucionalidade, o mandato aberto garant[iria] a porosidade da construção, mantendo o vínculo permanente com os territórios e as lutas” (MARQUES, 2019, p. 125).

Desta forma, pudemos evidenciar que a Gabinetona compreende as ações de participação popular como constituindo estratégias que envolvem colaboração voluntária e radicalização democrática; e que contam com a atuação de membros da equipe formal e de agentes corresponsáveis externos. Assim, essas atividades e encontros aconteciam de forma autogestionada e descentralizada. Para o grupo, o princípio do mandato aberto é promover: a mobilização social, a educação popular, a cultura viva, a alteridade com as lutas, a performatização da política, a articulação de arenas, a indução de conectividades, confluências, e a escuta afetiva, efetiva e responsável (MARQUES, 2019).

Uma das principais iniciativas da Gabinetona, a nível municipal, foi a gestação dos *Grupos Fortalecedores*, ou *GFortes*, que são espaços de interlocução e diálogo

permanentes mantidos com a sociedade, acionados para se debater múltiplas temáticas. Esses grupos foram formados por ativistas, pesquisadores, representantes de associações, instituições, coletivos e fóruns, que contribuíam para com a orientação política dos mandatos. Outra iniciativa importante foi o *Laboratório Popular de Lei*, ou os *LabPops*, nos quais a população participa diretamente da atuação parlamentar, integrando debates, audiências públicas, participando da elaboração de projetos de lei e incidindo sobre o posicionamento político do grupo (ENTREVISTADX 7, 2019).

A dinâmica de mandato aberto assumida pelo coletivo se tornou um dos pilares da atuação da Gabinetona e um resguardo à sua posição de independência, já que as decisões políticas do mandato dependem dos processos espiralados, que passam pelo compromisso com a participação popular direta:

Por exemplo, os nossos projetos de lei [...] a gente tem, até hoje, 6, 7 projetos de lei, todos eles construídos em laboratórios populares de lei, com os movimentos da cidade, e depois a gente vai cuidar de cada um deles com afinco, fazendo debates profundos com as secretarias, com tudo. Então, essa seriedade é um pouco que nos resguarda a ter essa posição de independência (ENTREVISTADX 7, 2019, n.p.).

Outras iniciativas do grupo incluem as *Zonas de Confluências* e as *Zonas Megafônicas*, que constituem eventos abertos na cidade para promover campos de confluência máxima das lutas urbanas na cidade e no país; e para “megafonizar” as lutas, através de parcerias com movimentos sociais e ativistas da cidade, em espaços de diálogo entremeados por performances artísticas. Já os *Balanços do Mandato* se constituíram em encontros abertos de prestação de contas e de comunicação direta com a população (ENTREVISTADX 7, 2019).

Além disso, a Gabinetona criou um grupo de teatro, chamado *Diferentonas*, que realizava performances em espaços da casa legislativa e também em territórios da cidade, a fim de provocar debates e a pedagogização política. Assim, a atuação das *Diferentonas* é entendida como uma forma de “hackear o espaço institucional” e de fortalecer o trabalho popular e as lutas sociais (ENTREVISTADX 7, 2019). Por fim, podemos citar o “*CÊ FRAGA?*”, um fundo criado com a doação de parte dos salários das parlamentares, que realizava chamadas públicas para o mapeamento e o apoio a iniciativas sociais e culturais da cidade:

[...] eu acho que é uma das coisas legais também do mandato, que tem a função, o prêmio, ele é quase simbólico, 5.000 reais, mas o mapeamento, e como isso ajuda dar visibilidade “pra” várias ações que ficam invisíveis na cidade, na área de cultura, de meio ambiente, de agroecologia, educação [...] (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

Com a expansão da Gabinetona, em 2018, algumas iniciativas de mandato aberto foram reajustadas, atribuindo-se uma maior autonomia a cada um dos mandatos e redimensionando-se a extensão de algumas ações. Assim, os *LabPops*, por exemplo, se tornaram instâncias vinculadas aos mandatos individuais, e não à Gabinetona como um todo. Já o “*CÊ FRAGA?*” passou a receber um percentual menor dos salários de cada parlamentar eleita:

[...] a gente começa com compromisso de cartório, que colocava de, eu não me lembro exatamente se era de 30 a 70 por cento dos salários das vereadoras iam ser doados, a gente...desses 30 a 70, 20% obrigatoriamente já vão pro partido, então a gente já previa isso lá, todo mês a gente, porque é uma exigência estatutária. Então, todo mês a gente deposita 20% de salário pro PSOL. Então, a gente começa com uma cifra maior, se eu não me engano de 20%, além do que era do partido, para o fundo do CÊ FRAGA?, no começo nem tinha esse nome, né, mas depois virou CÊ FRAGA?. Só que a Cida e eu, como vereadoras, fomos entendendo que, assim, a gente tinha despesas muito altas, a gente não tinha como ficar bancando tanta coisa do bolso, principalmente eu, que fazia muitas viagens, comecei a fazer viagens internacionais, de repente eu “tava” ficando no cheque especial pra pagar coisas de trabalho, assim, “a gente vai ter que rever essa porcentagem”, aí a gente vai para 15%, algo assim, agora a gente tá em 10%, que é o limite mínimo do nosso compromisso, e eu acho que tá funcionando bem, assim, mas tem a ver também com aquela inventividade louca “‘ah’ não, vamos dar salário mínimo pras parlamentares”, né, e não condiz com a nossa função, nós temos despesas muito altas, e a gente foi entendendo isso, conversamos sobre isso abertamente também (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Apesar dessa mudança, o “*CÊ FRAGA?*” continuou funcionando como uma iniciativa aberta e integrada dos três níveis da Gabinetona. Além disso, a partir do acesso a emendas parlamentares, a Gabinetona promoveu chamadas públicas através do “*Emenda com a Gente*”, construindo processos abertos, com a participação de uma comissão externa, para destinar recursos à população (ENTREVISTADX 10, 2019).

A Mandata Ativista, em São Paulo, também lançou mão de uma iniciativa de mandato aberto, a fim de promover a “pedagogização” e a participação popular. O *Laboratório Legislativo*, de forma parecida com os *LabPops*, foi criado como um espaço para garantir a participação de ativistas e de movimentos sociais na elaboração

de projetos de lei, estimulando a incidência política desses grupos em temas que lhes são caros; assim como o aprendizado sobre como o processo legislativo funciona na prática. O *Laboratório* propiciou a elaboração de projetos de lei, emendas parlamentares e outros projetos alternativos ligados a temáticas como maternidade, direitos LGBT* e os direitos dos povos indígenas (BRITTO; SANTOS, 2019).

Além disso, as/os codeputadas/os da Mandata realizaram eventos abertos, audiências públicas em formatos alternativos e oficinas de formação, promovendo a transparência, a prestação de contas, a “pedagogização” e a “devolução” da política em diversos territórios:

A gente fez algumas ações nesse sentido, a gente fez, nos nossos 100 dias a gente fez um encontro no centro da cidade, numa praça pública, e a gente fez uma prestação de contas ali na praça. Eu também fiz uma prestação de contas no meu território, que eu chamei, que foi uma experiência bem, bem interessante também, tinha vários movimentos, entidades, né, “pra” falar um pouco que eu “tava” fazendo, né, como “tava” funcionando o mandato, tentando também animar essas lideranças “pra” disputar 2020, né, em mandatos também coletivos e tal [...]. Agora a gente vai fazer uma formação, né, essa semana mesmo, começa amanhã, dia 17, a gente vai fazer uma formação sobre emendas parlamentares, né, que eu acho que mais de 800 pessoas se inscreveram “pra” participar. É um tabu ainda, né, o que que é uma emenda, como que destrava uma emenda, como acessar, como que funciona, como que acessa. Então a gente “tá” também nesse processo com as emendas (ENTREVISTADX 5, 2019, n.p.).

No entanto, apesar de algumas iniciativas compartilhadas, integrantes do mandato coletivo percebiam que as disputadas internas por recursos e por priorização de pautas engessavam a realização de ações integradas; sendo que muitas atividades foram organizadas de forma autônoma pelas/os codeputadas/os:

Então, na verdade, as atividades que a gente quer fazer é muito assim: eu organizo sozinho o que eu quero fazer, ou busco voluntários pessoais para me ajudar nesse processo. Isso é uma grande crise, assim, porque a gente fez algumas atividades abertas, mas muito menos do que a gente gostaria, porque aí tem que contemplar todos, aí é um de cada vez [...] (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Ainda, há a percepção, a partir da atuação em rede das/os 9 ativistas da Mandata, de que a tecnologia do mandato coletivo, com o protagonismo das/os deputadas/os, configura por si mesma uma ferramenta de participação popular. Assim, a partir da articulação, com maior ou menor intensidade, das/os deputadas/os com as

suas bases, diferentes organizações e movimentações ativistas são convidadas a participar dos processos políticos conduzidos pela equipe:

[...] o mandato coletivo já é um mecanismo de participação, porque a [...] ela é efetivamente uma pessoa, isso não acontece necessariamente com todos os codeputados, tem codeputados que simplesmente ter uma ideia e vai lá e faz e acha que por ser quem é já está representando, e no campo representativo isso faz sentido, no campo participativo não. Tem alguns codeputados que são ultra participativos, que é tipo assim “cara, eu não vou dar um passo enquanto eu não falar com as minhas redes” e, de novo, isso não é necessariamente “você falou com todos os hortelões de São Paulo ‘pra’ tomar essa decisão”, mas “cê” consultou especialistas, “cê” consultou ativista, “cê” deu um passo, “cê” é, de fato, uma extensão e uma interlocução participativa, você é o mecanismo de participação, entendeu, você, codeputada, é o mecanismo de participação daquelas redes todas dispersas [...] que você conhece por razões e de jeitos diferentes [...] com o mandato. Então essa “pra” mim, é uma percepção recente, e que eu acho que é muito poderosa (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

As Juntas, em Pernambuco, por sua vez, adotaram como uma de suas principais estratégias de mandato aberto a realização de *plenárias*, de temáticas diversas, em várias regiões do estado. As *plenárias* funcionavam como espaços abertos, que estimulavam a participação de grupos e coletivos da sociedade civil e possibilitavam a construção de ações para serem incorporadas pela mandata. A partir desses encontros, a equipe das Juntas realizava o encaminhamento das agendas elaboradas, tendo em vista os 12 eixos temáticos e as 8 sujeitas:

[...] gente fez uma plenária pra 200 pessoas no auditório Sérgio Guerra, lá na Assembleia Legislativa, pra apresentar o que era a mandata e tal, a gente fez plenária no sertão, a gente fez plenária no agreste, a gente fez plenária feminista, juventude, LGBT, cultura, quilombola, trabalhadores informais, evangélicos progressistas, moradia, teve 10 plenárias, tem mais, é porque eu acho que eu esqueci, ouvindo as pessoas. Aí a gente, por exemplo, o movimento feminista, aí a gente botou os nossos eixos de saúde, de violência e trabalho, e aí elas começaram a dar opinião, e aí quando chegou no fim, agora do semestre pro novo planejamento a gente pegou todas as ações, de todas as plenárias, e a gente saiu vendo, o que era do poder legislativo e como [inaudível] nos eixos. Então tá tudo lá como atividade, a fazer ou já feita (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

A realização das *plenárias*, espalhadas pelo território pernambucano, permitia às Juntas multiplicar as suas frentes de atuação, já que as codeputadas conseguiam estar, simultaneamente, nos espaços institucionais formais e nos espaços de diálogo aberto com a população:

A gente anda o estado todo, do ao sertão ao agreste pernambucano, a gente tem uma van que a gente alugou, né, pela ALEPE, pelo nosso gabinete, a gente entra na van, sempre duas co, quando a gente vai pro interior, porque a gente passa 5 dias, então Jô tem que tá no plenário, mais oficialmente, mais duas de nós tem que estar no gabinete, né, pra gente atender quem chega, porque a gente acha que isso é essencial, não deixar ser por nossos assessores, a gente confia muito nos assessores, mas as pessoas muitas vezes, quando chega no gabinete, quer ver a gente, quer um abraço nosso, diz que a gente é uma esperança política pra eles, então a gente acha essencial, pelo menos ficar uma lá e outra no plenário, e uma pra atender alguma demanda fora do gabinete, que a gente sempre deixa. Então duas vai ser pro interior, duas ou três, a gente faz plenárias [...] (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Além das *plenárias*, as Juntas recorreram à criação do *Conselho Político*, que atuava em todas os eixos e se reunia a cada dois meses. A iniciativa do Conselho foi a forma encontrada pelo grupo para construir ações políticas com as movimentações próximas das codeputadas, possibilitando a participação de mais de 40 organizações do estado (ENTREVISTADX 14, 2019). Essa participação colocava os grupos para legislar, permeando a tomada de decisão da mandata e acompanhando de perto a formulação e votação de projetos de lei; assim como a proposta de emendas parlamentares:

Então, e fora isso, o Conselho Político, que aí chega e decidiu junto com a gente a independência, decidiu junto com a gente essas ações dos 100 dias. E ainda tem uma outra coisa, quando chega um PL lá, por exemplo, chegou o PL da nova política de drogas em comunidade terapêutica, a gente chamou a frente antimanicomial e disse “vem cá, vamos analisar o PL com a gente”, item por item, cadê o pulo do gato aqui, onde é que eles estão...e aí a gente tá colocando as pessoas para legislar, isso é incrível, eu acho isso incrível, as pessoas pra legislar! A gente foi dar entrada no PL, mandei pro Conselho Estadual de Política Cultural, pra galera da música “ó, manda aí”; chegou um PL lá de agroecologia, de agricultura, na verdade, é um plano de agricultura, a gente mandou pras mulheres da agroecologia, casa da mulher do nordeste, “faz emenda, faz a emenda, não dá tempo da gente ter uma reunião, não sei o que, mas olha isso aqui”, sabe. A gente não decide nada, mesmo porque a gente não tem competência técnica, às vezes, sabe, e aí a gente tá aproximando os movimentos do legislativo, mesmo. Eu acho isso incrível, eu nunca fui chamada pra ler um projeto de lei, sabe (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Outra estratégia utilizada pelas Juntas foi a realização de *audiências públicas diversas*, a partir da participação de sujeitas e da ocupação da casa legislativa por corpos que são historicamente excluídos da esfera política. Além da inclusão, da escuta e da promoção da participação, as Juntas monitoravam os encaminhamentos das audiências para, na medida do possível, efetivar ações e propostas legislativas:

A gente fez uma audiência pública aqui que foi histórico, foi lindo pro estado, assim, pro país, porque foram mais de 300 indígenas que ocuparam, sabe, a gente teve todo um diálogo com a polícia da casa pra dizer “olha, eles vão vir com as vestes deles, com a pintura corporal e eles vão entrar dessa forma”, porque eles precisam ser respeitado, né, por essa manifestação cultural, e aí eles vieram, foi lindo, assim, e a gente tá tentando, agora, dar encaminhamento ao que saiu da audiência, porque a gente se preocupa muito com isso, acho que o fato da gente fazer audiência, a gente tem feito muitas, é a preocupação em fazer com que os encaminhamentos da audiência possam acontecer, possam ser efetivado, se não, não vai valer de nada, né, vierem de longe, teve povos indígenas que passaram a madrugada pra chegar aqui. Então a gente tem que fortalecer esses povos (ENTREVISTADX 14, 2019, n.p.).

Por fim, de modo semelhante à iniciativa do “*CÊ FRAGA?*”, da Gabinetona, as Juntas assumiram o compromisso de doar parte dos salários, garantindo isonomia salarial entre as codeputadas e compondo um fundo compartilhado. Esse fundo permitia a distribuição de recursos para ações da sociedade civil (ENTREVISTADX 12, 2019).

3.7 Interseccionalidades e *confluências máximas*

A interseccionalidade das lutas das amplas maiorias sociais é um pilar intrínseco na experiência das Muitas e da Gabinetona. A composição diversa do mandato coletivo, popular, feminista e antirracista reflete a priorização das frentes que orientam o grupo:

[...] popular, coletivo, feminista e antirracista, acho que são quatro pilares, assim, que a gente luta “pra” manter e aprofundar, evoluir, na prática, né, não ficar só no discurso. Então isso também se reflete na, no equilíbrio racial da composição, na maioria de mulheres, em ter corpos diversos, nas orientações também, né, na questão de gênero mesmo também, assim, né, de ter, nós temos hoje 4 pessoas trans, 4 mulheres trans, uma PCD [pessoa com deficiência] que é a Leandrinha, aí já é no mandato ampliado já, pensando na eleição 2018 (ENTREVISTADX 8, 2019, n.p.).

Esse pilar, portanto, fundamenta a atuação do mandato da Gabinetona, através da qual a interseccionalidade se traduz na *confluência máxima das lutas*, possibilitando construções potentes e inovadoras na política brasileira. As ferramentas geradas por essa confluência são potentes na medida em que possuem uma legitimidade

corporificada na participação de grupos historicamente excluídos dos processos institucionais; e maximizam o alcance político deles:

Isso é um pilar pra nossa atuação, de sustentação real. Eu não consigo ver a Gabinetona sem esse fundamento, sabe, um fundamento mesmo, pedra fundamental de possibilitar esses tensionamentos, esse reimaginar esses espaços institucionais, não como determinantes, e como espaços finais, mas como espaços possíveis, possíveis da gente estar, e passar, de forma democrática, sabe. A confluência entre as lutas possibilita resultados processuais, à princípio, muito potentes, assim, sabe, que a partir do momento que a gente consegue colocar, no mesmo espaço, a luta da moradia, corporificado, que é diferente de personificado, corporificada, e pessoas que de fato vivem numa ocupação urbana, com mulheres, que de fato coordenaram processos de organização de grupos de mulheres, que atuam em territórios, salvando vidas de mulheres alvo de, vítima de violência doméstica, com jovens que vivem a violência, viveram na periferia e construíram processos de superação disso, com pessoas que se debruçam na construção de teorias antirracistas e a aplicabilidade delas nos contextos cotidianos, essas confluências criam, não sei se ferramentas, mas possibilidades não mapeadas pelo sistema, possibilidades que dá o caráter de inovação, que, né, inovação não tá só na forma geral, né, nesse mecanismo, de articulação, que é isso, quando cê se junta o antirracismo, com o feminismo, o que que a gente tem? A gente tem uma outra possibilidade de leitura, de construção, de acolhimento, as coisas mudam [...]. E digo isso pra pensar como contra narrativa, como antídoto, como vacina, não sei, a possibilidade real é a confluência dessas lutas, porque cada um no seu quadrado, não vai dar, assim como também, eu acredito, que só na rua não vai dar, como a gente entendeu que 2013 só na rua não deu, né? Um dos grandes aprendizados, pelo menos. [...] Porque a atuação na institucionalidade, no parlamento, exige um vigor, exige uma capacidade de articulação de experiências, que é isso, pra nos caber, a gente vai ter que flexionar muito, porque somos complexos. E a institucionalidade tem a tendência a nos chapar, ou enquadrar o padrão estabelecido pelo colonialismo, que que a gente vai fazer? A gente vai precisar inovar de fato, né, nas formas, conteúdos e nas articulações mesmo [...] (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

A capacidade das Muitas de promover espaços de diálogo e de construção política entre grupos diversos acabou gerando *ações situadas nas fronteiras* – das lutas, das movimentações, da institucionalidade etc. característica esta que ressoa na figura que assume um papel de liderança no grupo – Áurea Carolina. A deputada se reconhece nesse lugar da construção de pontes entre grupos diversos, o que constitui a base das experiências de *confluência máxima*:

Com toda certeza, e essa é uma das características das Muitas também, né, a gente insiste muito na ideia de confluência máxima, de cooperação entre as lutas. Então na minha vida pessoal mesmo, na minha origem, né, eu venho de uma família pobre, mas não miserável, uma família que acessou em alguns

momentos oportunidades típicas de classe média, eu sou uma mulher parda, negra da pele clara, eu sou uma mulher que consegui, desde muito cedo, ter referências de afirmação da luta da minha mãe, em espaços muito masculinizados. Então, eu me vejo nesse trânsito [...]. Então eu me vejo, sim, na fronteira, né, também de ter participado de lutas populares, de estar na universidade, de passar pelo terceiro setor, passar pela gestão pública, tudo isso me deu uma certa visão panorâmica, assim, do que tem de melhor pra gente aproveitar em cada um desses lugares, e do que tem de limitação nesses lugares, também (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

A partir dessa visão panorâmica, Áurea Carolina também enxerga limites em construções da Gabinetona que teriam se tornado muito identitaristas. Assim, as tendências mais restritivas, do ponto de vista identitário, confinariam o alcance político do mandato – e, conseqüentemente, das organizações e movimentações que participam dos processos construídos pelo grupo:

E eu acho que a política requer isso também, ainda mais agora, que a gente tá vivendo um certo entrincheiramento de alguns grupos, com motivações que são legítimas, assim, eu vejo um certo retorno ao identitarismo, a um refluxo de grupos que preferem ficar auto referenciados, entre seus pares, e eu acho que isso, embora seja legítimo, fragiliza uma construção mais ampla pra a democracia, e a gente precisaria combinar essas experiências auto organizadas, com outras de circulação mesmo, de mediação entre as experiências. Então eu tenho isso muito consciente, muito deliberado no meu trabalho, eu acho que sem isso é impossível a gente ter um espaço de escala, pra ocupar espaços de poder, né? A gente fica, assim, muito confinado em pequenos grupos com baixa repercussão [...]. Então eu vejo isso nas Muitas, como uma orientação, muito difícil, na Gabinetona é algo que não é resolvido, nem pacificado, assim, a gente tem impulsos de grupos que entendem que a Gabinetona deveria ser mais restritiva, mais identitarista...Então, são questões em aberto ainda (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Nesse sentido, a *confluência máxima* não operaria na redução, mas sim na ampliação das interfaces, atuando na transformação dos tensionamentos em “afeto” político. Isso significa dizer que a *política do afeto*, por meio de práticas de acolhimento, diálogo e assertividade, conseguiriam “afetar” indivíduos e estruturas, provocando mudanças:

Que a Gabinetona é esse lugar, de desconforto sempre, assim, porque aqui, a Gabinetona é uma equipe mista, de homens, mulheres, pessoas negras, LGBTs, homens brancos, também, pessoas de classe média, pessoas de ocupação, esses tensionamentos são reais entre nós. Entretanto há, em grande medida, a possibilidade de dialogar sobre, né, essas coisas cotidianas que acontecem, mas dessas diferenças, e transformar isso em ação, real, pensando na coletividade, sabe, não transformar isso com a ponta de lança da destruição da possibilidade de mudança, que aí a confluência máxima

passa por aí, assim, entre os movimentos e as pessoas. E isso, que eu digo, em momento algum pode ser confundido com fazer concessão, não é isso, é o fato, de verdade de se, que aí entra a questão da política do afeto, que a gente reivindica [...] a política do afeto diz de afetar, né, permitir-se ser afetado, afetar o outro, tem a ver com essas possibilidades de botar as cartas na mesa, olhar no olho, né, dizer o que tem que ser dito, que seja desconfortável, mas o que que a gente constrói a partir disso, pra que, né, de alguma forma a gente possa mudar as estruturas (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

Um exemplo concreto desse “afeto” político seria o processo de criação da Comissão de Mulheres na Câmara Municipal, no qual a Gabinetona teve um papel de liderança e conseguiu provocar incidências concretas, em um cenário político complexo e adverso. Assim, a equipe da mandata conseguiu articular a instituição da Comissão, evitando polarização e construindo convergências em torno da agenda da defesa da vida das mulheres:

Então isso foi um feito da Gabinetona, um dos que eu, dos vários que eu reconheço como [...] bem relevantes essa questão da Comissão, porque foi um trabalho de mais de 1 ano e de articulação interna numa Câmara municipal que tem metade dos seus parlamentares religiosos, ligados a uma agenda neoliberal, conservadora, que não acha, que não acredita que a luta das mulheres é algo relevante, pensando o ponto de vista de sociedade, que é algo trivial, é pequeno, e não é, é algo estrutural, que são as mulheres na sociedade. Então, é isso, mas isso é possível por conta de tudo que eu disse antes, esses processos de confluência, porque quem construiu a Comissão, por exemplo, não foram só as mulheres, assim, digo, não tô falando de mérito, eu tô falando do processo de concepção, de articulação e da confluência dos outros pensamentos e saberes, né, pra entender como conseguir pautar aquilo, assim, e sempre no coletivo, né, mesmo as mulheres, por exemplo, da Câmara Municipal, vereadores que são de um campo ideológico distinto, né, *hace* um esforço da Gabinetona em dialogar, em tá aberto, com essas mulheres, entendendo que o que interessa, o primeiro plano, é a vida das mulheres. Então isso é uma atitude republicana, democrática, e que de fato precisa, no meu entendimento, ser fomentada, né, fugir dessa lógica da cilada, da polarização, né [...] (ENTREVISTADX 11, 2019, n.p.).

Na Mandata Ativista, por sua vez, os compromissos assumidos pelo grupo também incluíam a priorização de pautas interseccionais, sendo três compromissos principais: a *transparência radical*, a *pedagogização política* e a *redução das desigualdades*. As pautas ligadas a questões de desigualdades possuem um caráter interseccional, tanto em relação ao conteúdo das discussões, quanto às/aos deputadas/os que as protagonizavam. No entanto, a possibilidade de se construir *confluências máximas* entre as lutas diversas esbarravam em dinâmicas, muitas vezes, pouco construtivas:

Isso aparece do mandato, de maneiras mais construtivas e menos construtivas, mas [...] nós temos 1/3 do mandato que é negro, tem uma mulher indígena [...] e outras pessoas são brancas. [inaudível] e o que que eu posso dizer sobre isso...esses assuntos são muito presentes, porque a questão de raça, ela é prioridade “pra” pelo menos 4 ali, e a questão de gênero é prioridade “pra” outras 4. Então qualquer assunto ele é muito atravessado por uma questão de raça e uma questão de gênero. Quando a gente fala raça, até por a gente ter uma pessoa indígena dentro do mandato, a gente percebe também o quanto que esse “raça” usualmente significa negra, né? Então a gente tem a [...], que lembra isso, corrige projetos, faz uns escândalos de vez em quando, porque as pessoas indígenas não são adequadamente lembradas e contempladas, mas isso porque também nós não temos os ciganos, nós também não temos imigrantes, né (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

E a questão da redução das desigualdades é muito interessante, né, porque [...] há uma dificuldade de...todo mundo é a favor da redução das desigualdades, mas olhando “pra” sua pauta. Quando a gente tem que atravessar essa redução da desigualdade por todas as pautas, aí as pessoas ficam um pouco em choque de ver que elas, de repente, até que “tão” [...], mas têm privilégios, né (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Para alguns integrantes da Mandata, o verdadeiro obstáculo para a construção de confluências potentes seria a própria dinâmica da política tradicional partidária, que engessa os posicionamentos políticos. Já no mandato da Bancada, apesar de limitações existentes nas interfaces do grupo, a equipe desenvolveu ações conjuntas entre as/os codeputadas/os, dando origem a trabalhos coletivos, permeados pela interseccionalidade de lutas, territórios e identidades:

A confluência é uma das coisas que mais me instigava na Bancada, porque é aquilo que diz “eu não preciso concordar com você o tempo todo, mas vamos olhar “pra” onde a gente concorda e trabalhar junto nisso?”. Então, e a gente vê isso muito, isso flui muito bem, quando a gente “tá” fora do campo político tradicional, especialmente da esquerda [...]. Se a gente consegue sair fora desse lugar, e opera dentro da confluência, muita potência acontece. Você vê isso, por exemplo, no trabalho da [...] com o [...] um homem da periferia, uma mulher da classe média, ela permacultura, ele é sociólogo, e aí os dois juntos fazem, conseguem atuar, [...] no Campo Limpo pensando nas mães, aí bate na minha pauta [...]. Então, é muita potência, de verdade. O problema é a política tradicional sempre te puxando “pra” a cartilha da política tradicional “ah, mas se você não dizer ‘fora Dória’, daí não vale [...]”. Aí não adianta, né, aí não é confluência. Aí é uma cartilha, é uma reza, uma seita que você tem que seguir, que não deixa você fazer política de verdade (ENTREVISTADX 2, 2019, n.p.).

Ao mesmo tempo, desconexões entre as/os codeputadas/os evidenciavam as tensões existentes nas camadas de interseccionalidade, principalmente, por se tratar de um grupo muito diverso entre si:

A gente optou por um mandato muito diverso, diverso de classe, de raça, de gênero, de identidade, de orientação, de história política, filiação partidária, porque tem [...] 7 pessoas no PSOL e duas da rede, né? E tudo tem que ser super negociado, sabe, muito negociado...visões de mundo distintas. Aí a gente ver a pluralidade que existe mesmo num grupo que aparentemente está no mesmo propósito, na questão das desigualdades, né, mas os códigos são muito diferentes [...]. Então, essas questões têm sido uma escola “pra” gente perceber mundos que passam, que a gente convive nesses espaços e acha que a gente tá no mesmo barco. E tipo assim a gente “tá” indo no mesmo lugar, mas a gente não está no mesmo barco, né. Então tem sido uma escola bem interessante (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Na percepção de alguns integrantes do mandato, as disputas sobre “lugar de fala”¹⁰⁶ acabavam aflorando conflitos identitários, desviando o foco de construções conjuntas e eficientes:

E aí eu acho que a gente tem um desafio hoje que é não conseguir dialogar concretamente ou encontrar formas de se comunicar melhor, de tomar a decisão melhor, e que aí na ausência desses mecanismos, num ambiente como o nosso, onde de fato todo mundo reconhece o machismo, o racismo, a LGBTfobia, estrutural do “rolê”, esses argumentos são muito utilizados “pra” ganhar discussões [...]. E eu acho que isso muitas vezes deixa a política de lado, saca, então às vezes a gente tem problemas que a gente poderia super “tá” avançando e pensando melhor, e inclusive sendo mais eficientes em combater essas formas identitárias estruturais, e a gente se perde, porque a gente fica batendo cabeça internamente, apontando o dedo na cara um do outro, disputando quem que tem mais lugar de fala (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Os compromissos assumidos pelas Juntas também são intrinsecamente interseccionais, representando a defesa dos direitos de populações marginalizadas e discriminadas, principalmente a partir da perspectiva dos feminismos interseccionais antirracistas e antiLGTBfobicos:

Então, o mandato dele é feminista, ele é antirracista, ele é antiLGTBfóbico, ele tá preocupado com o bem viver das pessoal, da quebrada da cultura, até o teto que vive, ele tá preocupado em realizar participação política, muito, tá preocupado em formar novos agentes políticos, e construir com esses agentes políticos, que já existem, né, empoderar as pessoas, então, as mulheres, principalmente, ele tá preocupado com as juventudes, com as pessoas com deficiência, e com transparência, e essa coisa assim de divisão

¹⁰⁶ Originado a partir da discussão sobre *feminist standpoint*, diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial, o conceito de “lugar de fala”, do ponto de vista feminista negro, significa marcar o locus social que se constitui em torno de categorias de gênero, raça e identidade, uma vez que as realidades permanecem subentendidas no interior da normatização hegemônica, que dificulta a possibilidade de transcendência de grupos e indivíduos marginalizados (PEREIRA, 2018).

dos privilégios, sabe, seja do privilégio financeiro como do privilégio de conhecimento também [...] (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

A partir das sujeitas diversas da mandata e dos compromissos interseccionais firmados, as Juntas construíram confluências nos processos desenvolvidos na atuação parlamentar. A preocupação em fazer da mandata uma ponte entre as lutas e a institucionalidade impulsionou a incorporação de uma cultura interna coletiva, que priorizasse as demandas e a participação de representantes das amplas maiorias sociais:

Essa luta aparece no mandato de forma, não sei, fundante, assim, ela aparece nas pautas, ela parece nas sujeitas principais, ela aparece na nossa ação cotidiana, nas nossas palavras, nas nossas ações, no grupo que constrói com a gente, nos grupos que constroem com a gente. Vou dar um exemplo, agora a gente tá na pauta tem uma pauta lá no mês de maio, a gente trabalhou muito, da mortalidade materna e sempre foi um pauta muito branca, né, apesar de que as mulheres negras são as que mais sofrem, e aí agora a gente vai dar continuidade a essa pauta, e aí eu disse “não, a gente precisa ter mais mulher negra discutindo isso, vamos chamar a rede de mulheres negras, vamos chamar as jovens negras feministas”, pra elas estarem aqui, discutindo o PL [...] (ENTREVISTADX 12, 2019, n.p.).

Dessa forma, nas Juntas, as interseções, principalmente de gênero e raça, aparecem como sendo fundantes para a composição e para a atuação do grupo.

3.8 Uma síntese das experiências de mandato coletivo

O Quadro 11, abaixo, apresenta uma síntese dos elementos organizacionais e das estratégias de atuação dos mandatos coletivos aqui estudadas. Assim, consideramos quatro categorias como sendo essenciais para a compreensão das semelhanças e diferenças entre as três experiências: o tamanho do grupo; os formatos das tomadas de decisão; as estratégias de mandato coletivo; e as estratégias de mandato aberto.

Quadro 11: Organização interna e estratégias dos mandatos coletivos

	Gabinetona	Mandata Ativista	Juntas
Tamanho da equipe	40 integrantes; 100 após expansão do grupo.	21 integrantes; 32 após reformulação interna.	34 integrantes.

Tomada de decisão	Tomada de decisão espiralar.	Tomada de decisão com consentimento; sociocracia; gestão horizontal.	Tomada de decisão consensuada.
Estratégias de mandato coletivo	<ul style="list-style-type: none"> - Mapa de Lutas; - Três eixos temáticos transversais; - Grupo de articulação com 12 integrantes; - Fórum de coordenações; - Reuniões gerais, dos eixos de trabalho e dos projetos prioritários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Time central com 4 integrantes; - Áreas temáticas priorizadas por cada codeputada/o; - Reuniões semanais entre as/os codeputadas/os. 	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo institucional “5 + 5”; - 12 eixos temáticos e 8 sujeitas; - Alinhamento semanal entre as codeputadas.
Estratégias de mandato aberto	<ul style="list-style-type: none"> - GFortes; - LabPops; - Zonas de Confluências; - Zonas Megafônicas; - Balanços do Mandato; - Diferentonas; - “CÊ FRAGA?”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Laboratório Legislativo; - Audiências públicas diversas; - Oficinas formativas; - Protagonismo das/os deputadas/os. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Político; - Realização de plenárias temáticas; - Audiências públicas diversas; - Edital Estamos Juntas.

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados nas entrevistas.

Como foi possível perceber até aqui, o tamanho do grupo importa, na medida em que quanto maior o grupo, menos coesa e harmônica se tornam as dinâmicas do mandato. Nesse sentido, a equipe da Gabinetona, que iniciou o seu experimento com dois mandatos eleitos e 40 integrantes na equipe, ao expandir a integração para quatro mandatos eleitos e 100 integrantes, começou a demonstrar sinais de esgotamento e da necessidade de se garantir maior autonomia para cada uma das parlamentares – mantendo-se um mínimo de compartilhamento. Assim, ao mesmo tempo em que a criação da Casa da Gabinetona e das ações transversais, que acessaram as três casas legislativas de forma simultânea, representaram muita potência política, a escala e a complexidade das decisões coletivas acabaram provocando desgastes, bem como a necessidade de redução das interfaces. A saída de Áurea Carolina do grupo pode ser explicada, em parte, por processos envolvidos nesse esfacelamento.

De forma semelhante, a Mandata Ativista, que encarou o desavio de acomodar a atuação de 9 ativistas, de partidos, pautas e trajetórias diversas, inicialmente encontrou dificuldades na condução de processos coletivos efetivos. Em meio a um mandato único, compartilhado por um grupo grande de pessoas, os conflitos em torno da divisão de poder e de recursos se tornou recorrente. Nesse momento, o mandato

coletivo da Bancada encontrou uma forma viável de operacionalizar a atuação do grupo: dividir o mandato por nove – em termos do acesso a recursos, equipe e do encaminhamento de pautas. Mesmo com essa reorganização, o mandato vivenciou muitos conflitos, passando por mudanças de partido entre integrantes do grupo e a saída, e até mesmo expulsão, de codeputadas/os. Esses desentendimentos podem ser explicados, em certa medida, pela não realização de uma pactuação entre as/os codeputadas/os antes da eleição, para alinhar as respectivas visões de mundo, as expectativas políticas e para pré-definir o papel dos coparlamentares no possível mandato.

Já as Juntas, que constitui uma experiência de escala menor, em torno de 5 codeputadas, demonstraram ter alcançado uma maior coesão e união interna. Apesar dos desafios, das inseguranças e de discordâncias internas, as Juntas formaram, e isso desde o início, um grupo sucinto de confiança que acompanhou todo o trabalho da equipe, garantindo espaços em comum equilibrados, em termos de divisão de poder e da atuação das codeputadas. Como impulsionador dessa dinâmica mais harmônica, podemos citar o fato da maioria das integrantes serem mulheres negras, que compartilham de muitos elementos identitários e o reconhecimento explícito das demais que, sendo mulheres brancas, sabem de sua condição de privilégio social; além da maior proximidade das integrantes com o PSOL.

Em relação à tomada de decisão, a Gabinetona adotou um formato espiralar, que não conta com uma instância centralizada, mas que passa por momentos de deliberação que se sobrepõem e que permitem um amadurecimento das decisões formadas em coletivo, seja sobre orientações mais gerais de posicionamento político ou das pautas tocadas pelo *Mapa de Lutas*. Na Mandata Ativista, as primeiras deliberações foram feitas através da *ferramenta da sociocracia*, utilizada para a produção de soluções coletivas que foram produzidas a partir do consentimento do grupo – haja vista a realização de compromissos que atendam às necessidades das/os integrantes. No entanto, diante do movimento de se criar espaços mais autônomos para a atuação de cada codeputada/o, o processo decisório se tornou mais horizontal, preservando-se um mínimo de compartilhamento das decisões coletivas tomadas pelas/os codeputadas/os. Já as Juntas, prezaram pela tomada de decisão consensuada entre as codeputadas/os e a sua equipe de coordenação mais direta.

Tendo esses elementos estruturais em mente, diferentes estratégias de mandato coletivo foram afinal arquitetadas, a fim de se viabilizar o funcionamento dos mandatos, o trabalho das equipes e a atuação das/os coparlamentares. Na Gabinetona, a função principal de cada integrante do mandato é ser *Mapa de Lutas*, ou seja, atuar como “ponte” entre a instituição e as movimentações da cidade e do estado. Esse trabalho, que possui autonomia e alcança de maneira transversal os quatro mandatos, possui interlocução com três eixos temáticos principais: cultura e educação; direitos humanos; e territórios e bem viver.

A Gabinetona também criou um grupo de articulação, que conta com as parlamentares e suas assessorias mais próximas, para decidir, de forma integrada, sobre as orientações políticas dos mandatos. Além disso, assumindo a tomada de decisão espiralar, essas decisões – assim como a deliberação sobre a priorização das pautas trabalhadas – são discutidas em fóruns de coordenações, em reuniões gerais, e em reuniões específicas dos eixos de trabalho e dos projetos desenvolvidos pela equipe.

A Mandata Ativista, após a sua reestruturação, assumiu uma divisão informal de funções atrelada às pautas que cada um/a dos/as coparlamentares ativistas representam. Nesse formato de gestão horizontal, as/os codeputadas/os possuem autonomia para elaborar projetos, atividades e ações ligadas às suas pautas; e ao mesmo tempo preservam um espaço de encontro semanal para deliberar sobre temáticas transversais – que necessariamente atravessam mais de uma pauta – e sobre a distribuição dos recursos materiais e humanos compartilhados. O alinhamento e a manutenção de um equilíbrio entre a atuação das/os codeputadas/os foram realizados, por sua vez, por um time central, composto por quatro coordenadores, que moderam e promovem a produção dos integrantes do mandato.

Já nas Juntas, a construção da agenda, as orientações políticas e as definições dos trabalhos das codeputadas se deu, principalmente, através dos encontros semanais do núcleo institucional “5 + 5”, formado pelas codeputadas e suas assessoras de confiança (que, formalmente, ocupavam cargos estratégicos de coordenação). Além disso, a mandata organizou 12 eixos temáticos e 8 sujeitas políticas para orientar a atuação da equipe. Os eixos e as sujeitas são, de certa forma,

distribuídos entre as codeputadas, que atuam em subgrupos, a depender das intersecções presentes nas pautas trabalhadas.

Em relação às estratégias de mandato aberto adotadas pelos grupos, a principal tecnologia, pensada pela Gabinetona, para promover a participação popular nos mandatos diz respeito aos *GFortes*. Os *Grupos Fortalecedores* caminham lado a lado dos *Mapas de Lutas*, uma vez que o diálogo permanente com a sociedade permite a identificação de pautas e a construção conjunta de soluções e ações possíveis. Igualmente importante, os *LabPops* permitem a elaboração coletiva de PLs e demais proposição legislativas. Além disso, iniciativas das *Zonas de Confluências*, das *Zonas Megafônicas*, dos *Balanços do Mandato* e das *Diferentonas* promovem a participação, a transparência, a “pedagogização” e a aproximação de pessoas diversas na cidade. Por fim, o “*CÊ FRAGA?*” foi criado como um fundo para apoiar e promover projetos sociais e culturais em Belo Horizonte e em Minas Gerais.

Muito inspiradas nas tecnologias da Gabinetona, a Mandata Ativista e as Juntas adotaram algumas das estratégias mineiras para a promoção a participação popular. A Mandata realizou o *Laboratório Legislativo*, a fim de estimular a participação de ativistas e de movimentos sociais na elaboração de PLs; já as Juntas elaboram o *Edital Estamos Juntas*, para incentivar e fortalecer iniciativas sócio-eco-político-culturais em Pernambuco.

Além disso, em São Paulo, a Mandata recorreu à realização de eventos abertos, de oficinas formativas e de audiências públicas diversas para promover a transparência, a prestação de contas, a “pedagogização” e a defesa das lutas dos diversos territórios. Além disso, de acordo com a percepção de alguns integrantes, a própria atuação das/os codeputadas/os poderia ser entendida como uma tecnologia de mandato aberto, já que o protagonismo assumido pelas lutas ativistas no mandato se configuraria numa ferramenta de participação popular.

Enquanto isso, de forma semelhante, as Juntas convocaram *audiências públicas diversas* para aproximar populações marginalizadas e de territórios periféricos do espaço político formal. Ademais, as codeputadas realizaram *plenárias* temáticas em diversos territórios do estado pernambucano, estimulando a participação popular e descentralizando a atuação do mandato. Por fim, as Juntas são o único mandato estudado a lançar mão da ferramenta de *Conselho Político*, que permitiu a participação

de organizações e coletivos junto aos eixos prioritários da mandata. As ferramentas utilizadas pelas Juntas revelam, assim, uma dimensão interseccional particular da sua experiência, que diz respeito à interiorização nos territórios do estado pernambucano.

A partir da compreensão das estruturas organizacionais adotadas e da convergência de estratégias de atuação dos mandatos estudados, é possível observar as dimensões de interseccionalidade que se fizeram presente nas três experiências. E isso desde os princípios de representatividade identitária, que balizaram a composição das equipes – descritas ao longo do capítulo –, passando pela priorização das frentes que orientam os mandatos, até a criação de tecnologias que viabilizassem a incidência política de grupos diversos.

Nesse sentido, os mandatos realizaram imersões com organizações e coletivos para pensar a composição das equipes – além de convites diretos e chamadas públicas, sempre almejando a diversificação das experiências e a inclusão de pautas das amplas maiorias sociais diversas. A partir daí, as ferramentas gestadas visavam a construção de *confluências máximas* entre as lutas, na direção da redução das desigualdades. Esse objetivo demandou a construção, com maior ou menor intensidade, de espaços situados nas fronteiras, promovendo diálogo e afetando processos políticos.

De certa forma, a atuação parlamentar tradicional dos mandatos coletivos também reflete as frentes interseccionais que orientam as experiências, já que a maior parte dos PLs protocolados¹⁰⁷ dizem respeito às temáticas diretamente relacionadas aos direitos humanos e aos direitos das mulheres. Essa dimensão também é observada nos PLs aprovados, que tiveram como temáticas mais frequentes¹⁰⁸: direitos das mulheres; meio ambiente e sustentabilidade; direitos humanos; direitos LGBT*; povos e comunidades tradicionais; ações afirmativas e medidas antirracistas; cultura; e economia, trabalho e justiça social. Assim, observamos uma influência direta das pautas defendidas pelas/os coparlamentares na elaboração dos projetos de lei no âmbito da institucionalidade parlamentar.

Do mesmo modo, em relação à participação em Comissões Parlamentares, observamos a predominância das temáticas relacionadas aos direitos humanos e aos

¹⁰⁷ Com exceção da temática do combate à COVID-19 e medidas emergências.

¹⁰⁸ Com exceção da temática do combate à COVID-19 e medidas emergências.

direitos das mulheres; além das temáticas sobre participação popular, cidadania e cultura; e das pautas que incidem diretamente sobre populações mais vulneráveis, como no caso do rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais. Além disso, a atuação dos mandatos coletivos nas Comissões se deu, muitas vezes, de maneira transversal e coparticipada – potencializando-se a observância de marcadores interseccionais, em torno da redução das desigualdades.

Ainda assim, conflitos identitários, ou o choque de vivências e percepções, muitas vezes, dificultaram construções coletivas eficientes; bem como foi possível identificar uma certa dificuldade de se atuar no lugar da fronteira entre o ativismo e a institucionalidade, construindo a partir da coletividade.

Nesse sentido, os mandatos coletivos encontraram diferentes níveis de abertura e receptividade nas respectivas casas legislativas. Apesar da presença de coparlamentares e das equipes dos respectivos mandatos impactarem simbolicamente os espaços institucionais, as/os integrantes da Gabinetona, Mandata Ativista e Juntas encontraram diferentes níveis de resistência ao formato compartilhado e coletivo. Questionamentos sobre a legitimidade dos grupos levaram ao encontro de estratégias que permitissem alguma incidência das/os coparlamentares nos espaços políticos formais e a ferramentas de “pedagogização” sobre as experiências.

Ainda assim, conquistas importantes foram alcançadas no sentido da legitimação dos mandatos coletivos, como o reconhecimento da coreanção de Bella Gonçalves, em Belo Horizonte; e a conquista da biometria das codeputadas das Juntas, que passaram a frequentar os principais espaços reservados apenas a parlamentares na ALEPE. Entendemos, inclusive, que tais vitórias simbólicas e institucionais abrem importantes e inovadoras brechas no sistema, contribuindo assim para a construção de precedentes que venham a tornar possível a formalização das proposições de candidaturas coletivos na esfera política brasileira.

4 Afinal, o que os mandatos coletivos podem provocar no campo político?

“[...] inovação não é inventamos uma coisa que ninguém nunca pensou, inovação é comprovamos que um jeito diferente de fazer é viável e é potente”.

(ENTREVISTADX 6, 2019).

Retomando a nossa delimitação metodológica, estabelecemos o objetivo de adotar um *design* emergente de pesquisa, a partir da realização de estudos de caso similares conduzidos, principalmente, por meio do método de entrevistas semiestruturadas. Tal desenho de pesquisa exploratório, interpretativo e em profundidade, foi executado a partir de dimensões qualitativas que foram construídas na interação entre pesquisadora e entrevistadas/os. Assim, após a observação de padrões e categorias que emergiram ao longo da nossa investigação, e da nossa contemplação, ao longo da pesquisa e da escrita da tese, podemos evidenciar, a seguir, algumas reflexões.

Assim, podemos entender os mandatos coletivos estudados como “tecnologias sócio-políticas inovadoras” que provocaram mudanças no campo político brasileiro ao diversificar os quadros de parlamentares eleitas/os, desafiar o personalismo e o individualismo das candidaturas, potencializar a legitimidade eleitoral, “hackear” a institucionalidade política e, por fim, promover dimensões não menos significativas de “reencantamento” político num país onde sagra o “ódio à política”. Além disso, a atuação dos mandatos coletivos possui uma potência de ação multiplicada, constrói confluências entre lutas sociais e promove a “pedagogização” política.

A proposição de candidaturas coletivas e a formulação de mandatos coletivos podem ser entendidos como “tecnologias sócio-políticas”, portanto, na medida em que renovam as práticas políticas de maneira profunda e cotidiana, contribuindo para a transformação de espaços institucionais e uma maior incidência das lutas sociais nesses espaços (ENTREVISTADX 6, 2019; ENTREVISTADX 7, 2019). Essa forma diferente de se ocupar a arena política carrega consigo inovações de formato, de agenciamentos, e de sujeitas/os e práticas, sempre colando a representatividade de

corpos diversos a uma nova maneira de se fazer política no Brasil (ENTREVISTADX 7, 2019).

Nesse sentido, a invenção dessas tecnologias é percebida como uma estratégia necessária (senão urgente) para viabilizar, finalmente, a entrada desses corpos diversos na política. Trata-se de um *flash* de ruptura que abre o campo político-parlamentar brasileiro para aqueles/as que sempre estiveram excluídos, por princípio, dele. Sabemos que essas/es sujeitas/os precisam de estruturas complexas que facilitem a sua existência, seu trânsito e, por certo, sua atuação nos espaços institucionais dos parlamentos. Ou seja, essas inventividades existem, enfim, para fazer caber esses corpos, que são historicamente deixados de fora da arena política formal (ENTREVISTADX 11, 2019).

Além disso, essas invenções foram aquelas soluções encontradas para levar os movimentos sociais e o ativismo para dentro dos espaços institucionalizados da política, uma vez que a atuação dessas movimentações é intrinsecamente coletiva, não sendo compatível com a política tradicional partidária e personalista. Assim, as estratégias coletivas ressignificam sobremaneira a disputa eleitoral e os mandatos políticos, para que esses grupos possam enfim existir politicamente (ENTREVISTADX 12, 2019).

A partir de estratégias de campanha e de candidaturas coletivas vitoriosas se tornou possível diversificar os quadros de parlamentares eleitas/os, trazendo para a política brasileira sujeitas/os que vieram de lugares marginalizados do país (ENTREVISTADX 6, 2019). Assim, a inclusão política de grupos pertencentes às amplas maiorias sociais, pode ser vista, por si só, como uma conquista das iniciativas coletivas e um projeto de ocupação e transformação política (ENTREVISTADX 7, 2019).

A ampliação do quadro político, na concepção de gabinetes compartilhados e coletivos, significa a diversificação, também, da composição de gabinetes e equipes (ENTREVISTADX 8, 2019). Assim, os mandatos coletivos ocupam partidos e espaços institucionais, desafiando a lógica patriarcal “[...] de homens brancos, engravatados, ricos, herdeiros da cadeira legislativa” (ENTREVISTADX 9, 2019, n.p.).

Nessa ocupação, apesar de entender que a institucionalidade não é, por certo, o único caminho para o fortalecimento das lutas sociais no país, há a compreensão sobre a importância de se ter mulheres, pessoas negras, LGTB*s, povos tradicionais e

populações marginalizadas participando ativamente dos processos legislativos que recaem sobre esses corpos (ENTREVISTADX 9, 2019). A atuação dos mandatos na política formal envolveu, assim, não só o acompanhamento de agendas pré-determinadas, mas a inclusão de pautas progressistas desses segmentos e dessas lutas históricas nesse espaço parlamentar (ENTREVISTADX 13, 2019).

Ocupar a política “com ousadia e cidadania”, na coletividade, provocou uma ruptura significativa na cultura personalista, sendo que os mandatos coletivos são mais transparentes e horizontais, possuindo menor assimetria em relação à distribuição de poder no gabinete, quando comparados aos mandatos individuais (ENTREVISTADX 3, 2019). Assim, o espaço compartilhado e diversificado promoveu uma maior escuta das/os integrantes das equipes, promovendo-se ao mesmo tempo as trocas e contribuições importantes, a partir de diferentes vivências e “lugares de fala”:

[...] as vivências diversas transformam. Eu jamais se fosse deputado sozinho iria entender toda a questão trans, que eu não sou trans, mas eu tenho uma companheira trans ao meu lado, que tá me dizendo o que é. Então eu acho que eu não teria a capacidade de [inaudível] por mais que tivesse junto com os movimentos, né, mas isso ser fundante [...]. Então assim, se eu tivesse sozinho, eu não estaria vendo nessa dimensão (ENTREVISTADX 12, 2019).

Os formatos coletivos também potencializaram a legitimidade eleitoral ao romper com a lógica dominante de se conduzir vitórias eleitorais na base do individualismo, dos recursos financeiros e de estratégias de *marketing* eleitoral apenas. Nesse sentido, o caráter coletivo e orgânico dessas experiências garantiu maior legitimidade às pautas representadas, aproximando os mandatos da expressão mais literal da democracia representativa, de forma mais conectada e sólida. Assim, um dos acertos dos mandatos coletivos ativistas seria ter mantido, constantemente, o contato com a base popular que os legitima:

[...] e uma coisa que [...] eu concordo, assim, do fundo do meu coração, [...] assim: “o PT acreditou demais na institucionalidade, a gente devia ter mantido um pé dentro e um pé fora, né, a gente começou a negociar o que a gente queria como os próprios deputados, com os próprios políticos, com os próprios partidos, em vez de fortalecer os movimentos sociais para que eles fizessem a pressão”. E eu acho que aí que [inaudível] “tá” o nosso acerto: a gente continua um pé dentro, um pé fora (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Nesse sentido, a inserção de novos quadros políticos, que através das estratégias coletivas conseguiram “furar a fila” dos partidos e renovar o espaço institucional, estariam “hackeando a política” (ENTREVISTADX 6, 2019). Assim, encontrar as “brechas do sistema”, conquistar sucesso eleitoral e legitimidade nas casas legislativas abre precedentes para construções, por sua vez, cada momento mais ousadas e populares (ENTREVISTADX 15, 2019).

Esse “hackeamento das estruturas” também possui a dimensão da reparação histórica, uma vez que os mandatos coletivos representam uma “desobediência ao sistema” para se alcançar o objetivo principal de garantir a presença de populações historicamente excluídas do processo político nas decisões parlamentares. Ao abrir precedentes e encontrar respaldo nas instituições, as experiências de candidaturas e mandatos coletivos estão caminhando um passo à frente da própria legislação eleitoral e contribuindo para a construção de um aparato legal à política não personalista:

[...] porque esse sistema tenta o tempo todo nos excluir, então a gente tem que encontrar meios e brechas e maneiras outras de formular, dentro dessas brechas, como que a gente pode se inserir da melhor forma possível, sabe, então é uma forma leve de hackear, digamos assim, mas também [inaudível] da legislação eleitoral estar arcaica, inclusive, porque como é que a gente tá em pleno século XXI e não se trabalha a possibilidade de candidaturas coletivas, [inaudível] em termos de leis, ainda, entendeu [...]. Ainda hoje, em pleno século XXI, a legislação eleitoral deixa a candidatura personalíssima, né, individualíssima, sabe. Então, assim, [inaudível] a necessidade de reformulação da legislação, que não é secundário, né, a gente sempre, de maneira geral, a gente tá sempre à frente das leis, né, e essas mudanças sociais na vida real deixam bem na cara a necessidade das legislaturas evoluírem, na tentativa constante de acompanhar a sociedade [...], da necessidade de pelo menos essas legislações estarem vindo à reboque o tempo todo, porque não adianta a gente tá avançando em termos sociais e a legislação tem que estar acompanhando isso [inaudível], não é o ideal, mas é necessário. Então assim, a gente aqui das Juntas, e da Bancada Ativista em São Paulo, a gente tá demonstrando essa possibilidade, [inaudível] e para além daquilo que a lei diz em termos do sistema eleitoral [inaudível] um aparato legal maior pra essas candidaturas (ENTREVISTADX 16, 2019, n.p.).

Vale ressaltar, que diante dos conflitos vivenciados por integrantes das experiências estudadas, algumas pré-condições foram nomeadas, a fim de se garantir a potência das estratégias de “hackeamento” dos mandatos coletivos, principalmente em relação ao alinhamento entre cocandidatas/os – em torno de visões de mundo, expectativas e de acordos organizacionais. Além disso, alguns coparlamentares

perceberam as construções pluripartidárias como limitantes para a atuação dos mandatos:

[...] essa chegada desses corpos que conseguem ser uma forma aquilombada, ajuntada, hackear os desafios, os obstáculos de se candidatar e chegarem neste lugar. Então eu acredito que tem, sim, muita potência, desde que haja um alinhamento ideológico, desde que as pessoas partam dos mesmos lugares, desde que haja um princípio. Eu acho muito complexo também esta questão do pluripartidarismo, porque às vezes um partido incende sobre o outro e a coisa acaba gerando uma certa confusão, e até mesmo uma certa limitação na forma de atuar, desses covereadores, codeputados, cosenadores, enfim, qualquer que seja o cargo que venha a se disputar, mas eu vejo potência (ERIKA HILTON, 2021, n.p.).

Além da quebra do personalismo, o formato coletivo, que impulsionou a entrada de corpos diversos nas distintas esferas legislativas, também provocou o reencantamento e reapaixonamento pela política de eleitoras/es, uma vez que ao se deparar com “pessoas comuns” transformando a corrida eleitoral e os espaços institucionais, o eleitorado percebeu as experiências com mais esperança e afeto (ENTREVISTADX 1, 2019), depositando votos de confiança nas mesmas. Assim, as candidaturas e os mandatos ampliaram também o nosso imaginário sócio-político, demonstrando, empiricamente, como uma outra política é possível, desta vez a partir da coletividade e das lutas. Dessa forma, esses formatos ganharam repercussão nacional e internacional, e vêm servindo como inspiração para outras inovações e para instigar “[...] a chegada de mais gente como a gente nesses espaços” (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

A reaproximação das pessoas da política tem relação, portanto, com o reconhecimento de que pessoas comuns são igualmente sujeitas políticas e que elas, também, podem – e devem – interferir no sistema político-institucional, seja propondo ou apoiando candidaturas diversas. Suscitar essa percepção e contribuir para o impulsionamento de novas experiências que ocupem os espaços políticos é uma conquista compartilhada entre os mandatos coletivos aqui estudados (ENTREVISTADX 16, 2019).

Em relação à atuação dos mandatos, a potência do formato compartilhado é observada na multiplicação das ações, a partir da incidência das/os coparlamentares. O conhecimento, o preparo, a especialidade, as vivências e a conexão com as bases,

de cada um/a dos/as covereadoras e codeputadas/os, potencializaram e qualificaram as atividades dos mandatos, em múltiplas frentes e de forma simultânea. Essa inserção, apesar das/os integrantes estarem formalmente vinculadas/os à equipe dos mandatos, se diferencia sobremaneira das formas de atuação tradicionais da assessoria parlamentar:

Os assessores têm esse lugar de eminência parda, né, ele ajuda o deputado e o deputado fala tudo em primeira pessoa como se ele soubesse de tudo [...] porque na verdade às vezes ele é só uma figura pública, que não sabe nada, não tem nem uma pauta. A maioria na verdade é assim, né, é uma casca vazia e na verdade são os assessores que colocam as coisas ali. Então a gente tem 9 pessoas, assim, com muito preparo, em pautas distintas. Isso é muita potência, né [...] (ENTREVISTADX 1, 2019, n.p.).

Além disso, ocupar diferentes espaços, dentro e fora da instituição, de forma simultânea, permitiu às/aos coparlamentares fortalecer diferentes frentes e estratégias, seja nas construções políticas formais, seja atendendo demandas dos territórios, seja investindo energia e recursos em iniciativas de participação popular. A realização de oficinas formativas, de encontros abertos para a produção de tecnologias sociais, dentre outras atividades, foi não só viabilizada, mas fortalecida pela atuação das/os coparlamentares (ENTREVISTADX 7, 2019).

A partir da facilitação desses múltiplos espaços de construções coletivas, e compartilhadas, os mandatos coletivos se dedicaram à geração de confluências entre as diversas lutas sociais. Assim, os mandatos atuaram no sentido de acompanhar, aprofundar, e em muitos casos evitar retrocessos, nas pautas feministas, da negritude, do genocídio da juventude negra, dos direitos LGBT*, do meio ambiente, dos territórios quilombolas e indígenas, entre outras (ENTREVISTADX 5, 2019) no âmbito do parlamento brasileiro. A incorporação das diversas pautas, portanto, veio acompanhada da criação das condições políticas necessárias para que as lutas se expressassem e confluíssem através desses mandatos (ENTREVISTADX 7, 2019), nos quais as/os coparlamentares atuavam, por fim, como “pontes”, viabilizando essas aproximações (ENTREVISTADX 14, 2019).

A construção de confluências, nesse contexto, passou pelo desenvolvimento de ações estratégicas mais amplas, e que não puderam ser engessadas, afinal, pela lógica partidária e parlamentar, que opera sempre demandando um posicionamento político

independente. Nesse sentido, há a percepção de que a polarização partidária provoca algum esvaziamento político, levando a retrocessos e a formas de violência. Tendo em vista esse cenário, os mandatos coletivos realizaram tentativas explícitas, concretas de reivindicar a política para pessoas comuns (ENTREVISTADX 7, 2019), prezando por uma atuação respeitosa (ENTREVISTADX 8, 2019), que possibilitou, inclusive, diálogos com diversos outros blocos políticos e construções legislativas a favor das pautas progressistas:

[...] a gente consegue construir muito bem, muitas por razões diferentes, mas construir muito bem com gente de centro, gente de esquerda, e gente de direita. Então isso “pra” mim é uma conquista, porque “pra” mim isso não era óbvio, e eu acho que a gente “tá” conseguindo fazer um mandato de oposição que não... meio arriscado dizer isso, pode mudar sempre, mas que não cai, que não tem como única tática lacração, sabe, eu pessoalmente não sou muito da linha de que a lacração é efetiva “pra” fazer política [...] mas eu acho que a nossa estratégia central dentro do mandato, da oposição não é a lacração, isso “pra” mim é uma conquista (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Outra dimensão importante da atuação dos mandatos coletivos diz respeito às práticas da “pedagogização”, que aconteceram em três níveis: junto às/aos próprias/os integrantes dos mandatos, no âmbito das casas legislativas e junto à população. “Pedagogizar” sobre a esfera política é/foi a principal estratégia para informar e fomentar a maior participação das pessoas nas instituições parlamentares; e ao mesmo tempo um meio de “empacotar” a tecnologia social (ENTREVISTADX 6, 2019) das modalidades de mandatos coletivo, promovendo-se simultaneamente a sua legitimidade e a legitimidade das suas experiências, tanto interna quanto externamente.

Por fim, os mandatos coletivos estudados adotaram estratégias de mandatos abertos, lançando mão de iniciativas para se promover a participação popular nas ações políticas desenvolvidas. Assim, os mandatos criaram laboratórios experimentais, para realizar construções legislativas, para fortalecer grupos e temáticas e para convocar as pessoas para colaborar, a partir de múltiplas frentes e atividades (ENTREVISTADX 10, 2019).

Em meio às estratégias de mandato coletivo e aberto, os mandatos compostos por coparlamentares ativistas se viram no meio do caminho entre uma atuação ativista original e uma institucionalidade convencional – não sendo, afinal, nem uma coisa nem

outra. Assim, as percepções e as análises acessadas indicaram que esse lugar ocupado pelos mandatos coletivos se traduz num *locus* de mediação entre as instituições e as lutas sociais; um canal a ser utilizado pelas lutas, mas que também não se confunde com elas, por possuir uma linguagem e um trânsito institucional bem próprios:

Acho que é essa fusão, muito louca, que a gente precisa dar conta, assim, né, e entender que nós estamos nesse lugar de mediações, às vezes vem uma pressão, que eu acho que é válida, também, que ajuda a sacudir o mandato, de que o mandato se assemelhe às lutas na ponta, e não pode mudar, o mandato não é substitutivo das lutas, o mandato é um canal a serviço das lutas. Então o mandato não pode usar os mesmos métodos, tipo uma ocupação pode queimar pneu na estrada, o mandato jamais vai usar essa linguagem, não pode usar essa linguagem, a nossa linguagem é muito mais formal, tem que tá dentro da legalidade, e nós vamos fortalecer aquela luta, nós vamos dizer da legitimidade daquela luta, mas a gente não pode se confundir com aquela luta. E eu acho que essa é uma questão ainda não resolvida pra esses mandatos, né (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Nesse sentido, esse lugar de mediação, ponderamos, pode ser entendido ainda como possível saída democrática para o cenário de crise das esquerdas políticas, diante das ameaças de retrocesso institucional e do acirramento da polarização, experimentados no país especialmente a partir de 2013 (ENTREVISTADX 7, 2019). Assumindo abertamente que a democracia brasileira precisa de mais abertura, os mandatos coletivos aparecem como uma das formas possíveis de tornar o espaço político mais horizontal, poroso às movimentações sociais e menos personalista. Assim, as construções coletivas e compartilhadas contribuiriam para o fortalecimento de uma nova forma de exercer o poder político-parlamentar, ampliando, por consequência, a própria democracia brasileira pela via das inovações interseccionais, exercitando-se plenamente a diversidade no conflito:

[...] eu fico vendo lá no Congresso, assim, os mandatos são pequenos impérios dos parlamentares, umas equipes assustadíssimas, subordinadas, que cumprem ordens dos parlamentares, que são as grandes autoridades, uma coisa hierárquica que é inacreditável. Então isso tá alastrado em todos os espaços, né, o judiciário é um castelo de hierarquias, de gente que sabe, tem uma estrutura de mando muito pesada, o executivo é assim também, são ordens. Então eu acho que a gente precisa criar formas mais horizontais, mais porosos de tomada de decisão nesses espaços. E isso significa retirar a carga de poder de mando, do esquema tradicional, né, das grandes figuras personalistas, eu vejo isso até, assim, nos projetos petistas também, né, acaba tendo uma simetria com o bolsonarismo, assim, de um salvador, e não tem

salvação pra ninguém, a não ser o trabalho coletivo, sabe, é corresponsabilidade, eu acho que a democracia brasileira precisa retomar espaços de construção compartilhada, de corresponsabilidade, nos mais diversos âmbitos. E isso escalando, significa outra forma de exercer o poder, com certeza, não sem tensões, sem contradições e limitações, tudo isso é intrínseco, mas eu acho que a gente dá um salto, né [...] eu acho que se não for assim, não tem muita solução, a gente fala de retomada da democracia no campo progressista, de unidade, ou união das esquerdas, tudo isso é fictício se é um acordo entre algumas lideranças, que é a tendência de comportamento, assim, se na real a gente faz um processo que emerge daquilo que legitima aquelas lideranças, elas passam a ter um peso muito menor, então assim, não é um bocado de figurão do PT, do PCdoB e do PSOL que vai ter um plano maravilhoso de retomada da democracia brasileira, numa perspectiva popular progressista, isso aí é a reiteração do modelo que já deu errado. É a gente abrindo mesmo, conversando na cidade, quais são as agendas, como que faz, como é que se constrói no cotidiano soluções, né, os povos e comunidades tradicionais já tem tantas tecnologias, as favelas, as periferias têm tantas tecnologias, como que isso pode informar as políticas públicas, como que as pessoas podem ser mais agentes de construção dessas diferenças, e não receptores, clientes, né [...] Então se a gente cria mais espaços de convivência, e a convivência é exercitar a diversidade no conflito o tempo inteiro, a gente tem saídas mais democráticas (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Os mandatos coletivos, portanto, significam uma nova forma de exercer o poder político-parlamentar na medida em que concretizam experiências de profundo encontro democrático (ENTREVISTADX 1, 2019), inaugurando outras possibilidades de construção a partir das diferenças (ENTREVISTADX 11, 2019). Esse exercício é exatamente o que possibilita a sobrevivência política de grupos diversos (ENTREVISTADX 12, 2019), promovendo-se a ocupação política de forma afetiva e efetiva, e, possivelmente, preparando o terreno democrático para a possibilidade concreta de um novo ciclo progressista no cenário brasileiro:

E ao mesmo tempo, eu acho que existe um pequeno lugar, que é um lugar de outros quadros, outras pessoas, outros corpos ocupando a política efetivamente, que comparativamente ainda é muito menor e tem muito menos impacto do que este grande problema, mas que eu acho que “tá” acontecendo e eu acho que a gente “tá” se preparando, assim, eu acho que “pra” quando vier um próximo ciclo progressista no Brasil, estes grupos que você “tá” entrevistando, e diversos outros, que já surgiram ou estão surgindo, vão “tá” com uma maturidade política suficiente “pra” gente fazer disputas muito maiores e “pra” gente tentar, se a gente “tá” dando um passo para trás agora, tentar dar dois “pra” frente quando for, quando chegar essa hora (ENTREVISTADX 6, 2019, n.p.).

Ao mesmo tempo, os mandatos coletivos não são as únicas alternativas políticas que surgiram no cenário de intenso desgaste partidário e de polarização brasileiras.

Como já discutimos no Capítulo 1, a partir de 2013, várias movimentações emergiram no contexto brasileiro, em torno da ideia de se “uma nova política”, no momento em que houve uma percepção de esgotamento das formas de fazer política – tanto na esquerda quanto na direita. No entanto, para as/os integrantes entrevistadas/os é importante se atentar para o fato de que não necessariamente proposições que prometem mudanças são acompanhadas de tecnologias sociais e de ferramentas que permitam, afinal, uma nova prática política (ENTREVISTADX 7, 2019)

Nesse sentido, muitas das inovações, que ganharam espaço no cenário brasileiros nos últimos ciclos eleitorais, apesar de se apresentarem como meios para se renovar a política, estariam representando, ainda, a velha política – pautada na definição de privilégios para poucos (ENTREVISTADX 5, 2019) e não em construções verdadeiramente transformadoras (ENTREVISTADX 7, 2019) da realidade social, tão pautada pelas desigualdades sociais e políticas.

Os mandatos coletivos aqui estudados, nesse ecossistema de inovações políticas, seriam uma exceção, na medida em que representam construções orgânicas, todas elas (ao menos nesses três casos) realizadas a partir de alianças profundas com os movimentos e as lutas sociais. Ainda assim, as iniciativas que surgiram nesse contexto possuem pelo menos uma convergência: a constatação de que a política partidária no Brasil é confinante, excludente:

Então existem grupos nesse ecossistema da renovação política, que tende mais a um viés liberal, mas tem alguma coisa progressista, liberal economicamente, talvez mais progressista nos chamados costumes, assim. Então nisso tem o Acredito, tem a Agora, o RenovaBR, que é uma escola de formação, mas que obviamente tem um viés, e com uma presença de grupos econômicos, ou de empresários, que fomentam isso. As Muitas são uma exceção nesse ecossistema, porque eu podia dizer assim: que as Muitas são esses “movi”, só que de pobre, de lutas, né, e a gente não tem essas fontes de financiamento, a gente tem outro tipo de incidência, “nós por nós” o registro, mas a gente compartilha da crítica de que não dá pra ficar refém do monopólio dos partidos, por razões distintas, né, e as opções que nós vamos apontar também são distintas (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Nessa percepção, e vislumbrando possíveis pontos de diálogo entre experiências diversas, entende-se que o que importa na avaliação dessas iniciativas é, de fato, o critério do compromisso com as lutas, ou da sua relação com o objetivo de se promover maior incidência dos ativismos e movimentos sociais na esfera

institucional parlamentar e, agindo assim, desafiar a lógica personalista, individualista e partidária da política brasileira. Desse modo, estas três experiências aqui analisadas, conseguiram tensionar a democracia brasileira e possibilitar outros caminhos para a inserção política (sendo esses critérios fundamentais na caracterização de iniciativas de renovação):

O que a gente precisa ter atenção, eu acho que é no critério das lutas, é a prática das lutas, é como nós resolvemos os nossos conflitos, a partir delas, da coletividade, que tem que respaldar a nossa atuação do sistema político [...]. Então se [...] tá no RenovaBR, se [...] participou do Acredito ou do Agora, pra mim é indiferente, assim, se [...] consegue até tensionar esses espaços, internamente, com esses compromissos, eu acho que isso é saudável, né, claro que a gente não vai ter ilusão, com os interesses de quem acaba sendo a mentoria desses lugares, né, de quem concebe essas experiências, assim, mas eu acho que a gente tá vivendo uma transição, no país, em que essas tentativas são válidas, também. E o saldo disso vai ficar pra a gente analisar, assim, o que sobrou, né, porque pra mim é dado, não dá pra a gente ficar reiterando essa lógica carcomida dos partidos, mesmo nos partidos de esquerda, nós vamos ter que arrumar uma solução pra isso, não dá pra gente sair se atirando numa ótica avulsa, personalista individualista e tal, nós vamos ter que achar caminhos (ENTREVISTADX 10, 2019, n.p.).

Recentemente, com o sucesso eleitoral sucessivo das experiências de mandato coletivo, as eleições de 2020 contaram com a expansão do registro de candidaturas coletivas para todas as regiões do país. No entanto, a ideia de se fazer política na coletividade tomou rumos bastante diversos, inclusive sendo apropriada pela lógica partidária e de quadros pré-existentes:

Deu pra ver uma movimentação, na minha visão, a partir dessas primeiras iniciativas de mandatos coletivos, ou de candidaturas coletivas, um esforço mais, não tão... não sei se pode dizer se é orgânico ou se não é, porque pode ser orgânico de várias formas, né, mas acho que houve um esforço mais institucional, de partidos, de tentar se apropriar dessa linguagem, dessa forma de organização a seu favor, e a partir de quadros já formados no partido, entende. Eu vi, pelo menos em 2020, algumas iniciativas, vamos dizer, mais partidárias, surgindo a partir disso, que talvez ver as implicações disso nos próximos anos seja interessante (MIRANDA, 2021, n.p.).

Essa constatação coloca um desafio à promessa transformadora dos mandatos coletivos, na medida em que a forma coletiva pode se apresentar vazia em termos de conteúdo concretos, que não necessariamente subverterão a política tradicional, promovendo novos quadros que, afinal, não têm o compromisso concreto e efetivo

com a aproximação das camadas da ampla maioria social e diversa dos espaços de poder.

Esses desdobramentos têm relação direta com a avaliação sobre a validade das experiências de mandato coletivo, apresentada por integrantes das movimentações que impulsionaram os mandatos em 2016 e 2018. Assim, para as Muitas e para a Bancada Ativista, os mandatos representam apenas uma das estratégias possíveis, sendo que, na luta pela ocupação dos espaços políticos, é preciso sempre estar um passo à frente, sempre inovando, desafiando, e encontrando as “brechas do sistema” – que, por sua vez, rapidamente se adapta.

4.1 Mandato coletivo: uma modalidade de representação política interseccional

Ao longo do Capítulo 2, entendemos que o cenário de insatisfação generalizada com a democracia brasileira, deflagrado em 2013 – assim como a intensificação da polarização e de episódios de violência política nos anos seguintes –, catalisou processos criativos de ocupação dos espaços institucionais da política. Nesse contexto, a construção de candidaturas e de campanhas coletivas apareceram como estratégias eficientes para a eleição de representantes das amplas maiorias sociais diversas. O caráter compartilhado dessas experiências, além de possibilitar a ocupação de corpos diversos nas cadeiras legislativas, incidiu na representatividade política de maneira interseccional, a partir do “hackeamento” das instituições e da atuação coletiva de coparlamentares.

No Capítulo 3, compreendemos que as inovações organizacionais dos mandatos coletivos permitiram a experimentação de formas de construção política transversais e interseccionais. A presença simultânea de coparlamentares – e de suas equipes – em casas legislativas diferentes, em distintos estados e territórios do país, em diferentes escalas de atuação e em múltiplos espaços, potencializou as ações e o alcance dos mandatos, tornando possível o fortalecimento de agendas de luta; as *confluências máximas* na direção da redução das desigualdades; e os diálogos constantes com a população. Favorecendo, assim, a diversificação e a abertura democrática.

Nesse sentido, apesar de ser interessante observar o reflexo das construções interseccionais na atuação parlamentar tradicional dos mandatos – em termos da elaboração de projetos de lei e da participação em Comissões Parlamentares, principalmente em torno da promoção dos direitos humanos e dos direitos das mulheres – podemos concluir que a principal contribuição dos mandatos coletivos diz respeito às tecnologias sócio-políticas que estes criaram para: 1) viabilizar a ocupação dos espaços políticos; 2) promover a confluência máxima entre as lutas; 3) promover a participação popular no mandato.

Ao longo da análise das entrevistas, portanto, evidenciamos as estratégias de campanha coletiva, que reencantaram a população/eleitorado e tiveram alcances impressionantes nos territórios; as ferramentas de tomada de decisão utilizadas, para viabilizar os trabalhos compartilhados e horizontais dos grupos; as estratégias de mandato coletivo, arquitetadas para possibilitar a atuação das/os coparlamentares nos eixos de trabalho e na construção de pontes com as movimentações sociais; e as estratégias de mandato aberto, que promoviam espaços de diálogo constantes e a participação popular. Assim, observamos a dimensão interseccional que atravessa as equipes, a priorização das frentes, e a criação de tecnologias que viabilizam a incidência política de grupos diversos, a partir das ações integradas dos mandatos coletivos.

Assumindo o conjunto dessas experiências, os próprios mandatos coletivos podem ser entendidos como tecnologias sócio-políticas inovadoras, que renovaram quadros políticos e parlamentares, potencializaram a legitimidade eleitoral das diversidades, desafiaram a institucionalidade, e, neste caminho, promoveram a confluência política de muitas e importantes lutas sociais. Assim, essas inventividades na representação política brasileira apontam para caminhos possível de superação, pela via institucional parlamentar, daqueles mecanismos sistemáticos de exclusão das camadas populares da política, viabilizando a representação de grupos marginalizados. O reconhecimento dos mandatos coletivos nas casas legislativas, com receptividades variadas e, muitas vezes, de maneira informal, acabaram contribuindo também para a criação de precedentes para um processo maior de legitimação dessas experiências.

Dessa forma, os mandatos coletivos não apenas reencantaram o eleitorado brasileiro, mas aproximaram, de fato, simbólica e concretamente, a população da esfera política parlamentar, a partir da construção de processos diversos, coletivos e abertos. Nos mandatos estudados, a “política do afeto” se propôs, portanto, a afetar: as pessoas, os diálogos e a própria política institucional, buscando impulsionar confluências em torno do objetivo primordial de reduzir as históricas desigualdades sociais.

As análises realizadas a partir das entrevistas conduzidas com coparlamentares e integrantes das equipes de mandato coletivo; assim como da coleta de dados sobre a atuação parlamentar dos mandatos, portanto, confirmam a nossa hipótese a respeito da criação um novo modelo de representação política interseccional, que, por sua vez, expande a lógica da representação delegada na coletividade e diversidade. Assim, a representação interseccional promoveu a maior presença de grupos marginalizados na política, ao mesmo tempo em que defendeu e aprofundou as suas pautas, com um alcance e uma potência que extrapolaram a atuação de mandatos tradicionais e personalistas. Logo, as tecnologias sócio-políticas desenvolvidas nos mandatos da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas, viabilizaram a construção de confluências máximas entre as lutas sociais diversas, *hackeando*, enfim, as instituições políticas e ampliando seus espaços democráticos.

Resgatando as dimensões da representação política descritiva, substantiva e simbólica, como apresentadas por Pitkin (1967), e passando pela contribuição de Mansbridge (2003) em torno da representação delegada, entendemos, como enfatizado por Htun (2014), que a representação política de mulheres que estão nas intersecções contribui para a democracia. Não só isso, mas, como argumentado por Hughes (2011), investir na eleição dessas mulheres pode significar uma estratégia potente para impulsionar a diversidade representativa e, nas palavras de Reingold, Widner e Harmon (2019), promover uma agenda política favorável às minorias sociais.

À vista disso, e de certa forma seguindo a orientação de Reingold, Widner e Harmon (2019) sobre a importância de se colocar a teste as teorias da representação política e da interseccionalidade, o estudo de experiências políticas intrinsecamente interseccionais evidenciam o processo caracterizado por Hughes (2011) de subversão das categorias binárias e excludentes, quando as mulheres que transitam “nas

fronteiras” ocupam e, por meio da sua ocupação, transformam a política. Este entendimento também se aproxima do conceito de interseccionalidade emancipadora de Bernardino-Costa (2015), em torno de projetos decoloniais e de formas democráticas de agência política.

É esta ocupação – por meio de uma representação política descritiva, substantiva, delegada e interseccional – que concretiza agendas políticas transfronteiriças, que ganha uma nova intensidade nas experiências de mandatos coletivos. Essa nova modalidade potencializa os processos democratizantes no espaço político em todas essas dimensões, viabilizando a chegada das mulheres que estão “nas fronteiras” aos espaços de poder, na esfera legislativa, e fortalecendo as agendas políticas transfronteiriças, na coletividade e na diversidade.

Nesse sentido, os mandatos coletivos transformam a representação política em experiências situadas na fronteira, a serem ocupadas não por indivíduos, mas por grupos e coletivos que possuem legitimidade suficiente para construir pontes entre a tomada de decisão política e a população, aproximando representação e participação. Essa ocupação se propõe radicalmente democrática, já que recorre às mais diversas ferramentas de compartilhamento e abertura dos mandatos políticos, objetivando promover ações despatriarcalizadoras, antirracistas, antihomolesbotransfóbicas e anticapitalistas – tanto no interior das casas legislativas quanto nos diversos territórios.

Os mandatos coletivos, ainda, flertam com as iniciativas de transbordamento dos partidos, a partir da elaboração de candidaturas diversas fora de sua lógica interna e dominante e da adoção de posições políticas independentes. Dessa forma, entendendo as candidaturas e os mandatos coletivos – assim como as movimentações suprapartidárias da #partidA e do Ocupa Política – como estratégias que desafiam a institucionalidade partidária, a sua hierarquia, e o profissionalismo e personalismo da política; compreendemos o seu papel disruptivo e criativo. Assim, olhar para as construções e inventividades que surgem das trincheiras, das fronteiras políticas interseccionais, representa um ganho analítico significativo.

Por outro lado, alguns dos limites das experiências observadas estão relacionados às dificuldades trazidas pelo atrelamento dos mandatos estudados ao PSOL. Observamos, assim, que a impossibilidade de se retirar da política partidária

tradicional, que tem os partidos políticos como seus atravessadores principais, colocou desafios fundamentais às iniciativas de inovação democrática dos mandatos coletivos.

Além disso, as tensões existentes entre trajetórias políticas, militantes, ativistas e por diferenças identitárias entre coparlamentares, ameaçaram as construções compartilhadas dos mandatos, que em muitos momentos optaram pela redução das interfaces e da promoção de maior autonomia às/aos integrantes, como forma de viabilizar as ações e manter um mínimo de compartilhamento – em torno de ações interseccionais, transversais e integradas. Os conflitos também foram provocados pelo choque da entrada na própria na institucionalidade, que não acolhe/acolheu corpos diversos e tensiona o papel das/os ativistas eleitas/os – acostumados com a atuação nas pontas dos movimentos e não dentro das casas legislativas.

Tendo em vista os alcances e os desafios atribuídos às experiências de mandato coletivo, uma das principais conclusões apreendidas nesses processos, diz respeito à necessidade de os grupos políticos diversos estarem constantemente se reinventando. A lógica do *hackeamento* e da ocupação política, para além de evidenciar a exclusão de setores da população dos processos institucionais, diz ainda da necessidade de se estar um passo à frente dos limites colocados pelo sistema político partidário dominante. Assim, renovar, inovar, radicalizar, significa também, mudar de estratégia, para novamente tensionar a democracia e permitir a necessária e urgente oxigenação da política brasileira, desta vez, a partir da entrada de corpos diversos, comprometidos com a redução das desigualdades.

Uma evidência dessa necessidade de constante reinvenção seria a mudança de estratégia adotada por de ex-integrantes de mandatos coletivos que, após as eleições de 2020, saem dos grupos para se dedicar a outras construções, em seus mandatos autônomos, como no caso de Áurea Carolina (Gabinetona) e Erika Hilton (Mandata Ativista). Esse movimento, dentre outros desdobramentos possíveis, pode indicar que as candidaturas e mandatos coletivos são uma estratégia potente para dar início à carreira política, ou para a formação de lideranças, de pessoas/ativistas ligadas às amplas maiorias sociais diversas do país.

Considerações finais

A tese se propôs investigar e refletir sobre as experiências recentes de mandato coletivo no Brasil, em especial à compreensão dos mandatos da Gabinetona, da Mandata Ativista e das Juntas, entre os anos de 2016 e 2020. Por se tratar de fenômenos, até então, excepcionais na política brasileira, lançamos mão de estratégias de pesquisa em profundidade, tendo como principal fonte de dados as entrevistas semiestruturadas realizadas com coparlamentares e outras/os integrantes dos três grupos. A técnica utilizada para a condução das entrevistas, dentro de uma prática feminista de pesquisa, permitiu um engajamento mais próximo, trazendo as/os participantes para o centro da conversação, como parte ativa da própria pesquisa.

O primeiro capítulo da tese estabeleceu as bases para a discussão a respeito dos mandatos coletivos no Brasil, retomando debates acerca dos déficits democráticos e os entendimentos sobre representação descritiva, substantiva, simbólica e delegada; com foco no conceito de interseccionalidade. Apresentamos, ainda, uma proposta de tipologia para categorizar quatro modalidades diferentes de representação política: candidatura individual, candidatura compartilhada, mandato aberto e mandato coletivo. Assim, trabalhamos a nossa hipótese preliminar, que guia a seleção dos casos e baliza a análise das categorias organizadas nos capítulos seguintes: os mandatos coletivos enquanto uma nova modalidade de representação política interseccional.

A partir da análise das entrevistas realizadas – e de documentos oficiais e anotações de campo – os Capítulos 2, 3 e 4 interpretam as experiências de mandato coletivo, desde a construção das candidaturas e campanhas coletivas, até a formulação e atuação das tecnologias sócio-políticas de cada mandato. Compreendemos, por fim, que os mandatos coletivos representam a criação um novo modelo de representação política interseccional, uma vez que as experiências promovem a maior presença de grupos marginalizados na política; e investem nas confluências máximas entre as lutas sociais, *hackeando* a política institucional, democratizando os espaços políticos e fortalecendo construções das amplas maiorias sociais diversas – por meio de ações interseccionais, integradas e transversais.

Por outro lado, entendemos que a espontaneidade das experiências, as tensões afloradas pela pluralidade de trajetórias e vivências, e a escassez de recursos

materiais e humanos, levam à procura por maior autonomia das/os integrantes dos grupos. Essa constatação não inviabilizou a atuação coletiva dos mandatos, uma vez que uma de suas potências é a multiplicação das frentes, em trabalhos paralelos e diversos; porém, em alguns casos, esse direcionamento diminuiu as interfaces compartilhadas e integradas.

Nesse sentido, há a percepção de que os mandatos coletivos constituem apenas uma das estratégias necessárias para viabilizar a ocupação política de corpos diversos e de representantes das amplas maiorias sociais – estratégias essas que precisam estar em constante movimento e superação. Tensionar a democracia constitui, assim, a inspiração para as tentativas de radicalização e oxigenação política.

Assim, identificamos que a modalidade de mandatos coletivos parte da percepção sobre a necessidade de insurgir contra os arranjos institucionais partidários, incluindo as suas dinâmicas decisórias, sua hierarquia, suas lideranças e seu quadro interno, representando um desafio e uma provocação à política tradicional, profissionalizada e personalista. Quaisquer iniciativas jurídicas ou legislativas que se proponham regulamentar essas experiências, então, precisam reconhecer o caráter subversivo dessas estratégias, que “megafonizam” as insatisfações com a exclusão política no país e que pretendem dar voz a parcelas marginalizadas da população.

Entendendo, por fim, a construção dos mandatos coletivos estudados como uma expressão de um ativismo feminista, antirracista, e em consonância com a formação de uma agenda política progressista – assim como outras movimentações suprapartidárias, como a #partidA e o Ocupa Política –, lançamos um olhar para elementos empíricos que evidenciam um conjunto de experiências que enfrentam a hegemonia partidária no Brasil. Essas iniciativas, que partem, portanto, da sociedade civil, não passam necessariamente pelas lideranças partidárias, realizando uma espécie de “prévias informais” que podem pressionar os partidos pela inclusão das candidaturas, a partir do momento em que a sua proposição já foi legitimada, internamente, nos diversos grupos e na coletividade. Nesse sentido, olhar para as construções e inventividades que surgem nas trincheiras, das fronteiras políticas interseccionais, representam um ganho analítico importante para o estudo da representação e do ativismo político no país.

Tendo essas considerações em mente, estudos futuros para maximizar as observações realizadas ao longo desta pesquisa, assim como a observância sobre a permanência da dimensão inovadora e transformadora dos mandatos, podem contribuir para a agenda de pesquisa em torno da modalidade de representação política dos mandatos coletivos. Ademais, outro aspecto relevante para o estudo das candidaturas e mandatos coletivos diz respeito às estratégias de comunicação utilizadas pelas suas equipes, em especial através de ferramentas das mídias digitais. O uso da linguagem digital nas redes sociais, para manter a conexão com a base eleitoral e com os ativismos, foi feito, nas experiências estudadas, com sagacidade e desenvoltura, resultando em interfaces bem-sucedidas com o público.

Levando-se em conta, ainda, as novas experiências de candidaturas e mandatos coletivos eleitos, nas eleições de 2020, a análise de um universo maior de casos permitirá, por certo, estudos comparativos sobre a construção e atuação dos mandatos na esfera política brasileira. Além disso, reflexões recentes acerca da apropriação dos quadros partidários tradicionais das estratégias de mandato coletivo; e do uso dessas estratégias como meios de iniciação na carreira política formal, necessitam de tempo e de um número de observações maior para serem aprimoradas.

Referências

I. Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n.2, p. 325-357, 2014.

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**: São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018.

ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E. (org.). **El buen vivir: una vía para el desarrollo**. Quito: Abya-Yala, 2009.

ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (orgs.). **Feminist Epistemologies**. New York: Routledge, 1992.

ALMEIDA, D. C. R. de. **Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud.** CEBRAP. São Paulo: v.38, n.01, p. 185-213, 2019.

ALONSO, A.; MISCHÉ, A. **June Demonstrations in Brazil: Repertoires of Contention and Government's Response to Protest**. From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests. Research Network on Social Movements Conference: Universidade Complutense de Madri, fev. 2015.

ANASTASIA, Fátima; MONTE, Déborah. Democracia e Integração Regional: e agora Mercosul? In: THEMOTEO, Reinaldo J. (org.). **Novos Desafios da Política na América do Sul e na União Europeia**. Série Relações Brasil-Europa v.8. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001.

AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 10, n. 28, jun. 1995.

AVRITZER, Leonardo. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington, D.C.; Baltimore: Woodrow Wilson Center; Johns Hopkins University, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **The Two Faces of Institutional Innovation: Promises and Limits of Democratic Participation in Latin America**. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar Publishing, 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BECKER, Brittney. **The Grounded Theory Method and its uses for political science**. Free. Seminar on Methods of Field Research: Free University of Berlin, 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**. v.3, n. 2, p. 479-488, 1995.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. v. 30, n. 1, jan-abr, 2015.

BÖHM, Andreas. **Theoretical Coding: Text Analysis in Grounded Theory**. In: FLICK, Uwe Flick; KARDORFF, Ernst von; STEINKE, Ines (orgs.). *A Companion to Qualitative Research*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 2004.

BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Sociologia política dos políticos do Brasil: um estudo da competição eleitoral sob o regime da Constituição de 88. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (org.). **Os trinta anos da Constituição Federal de 1988**. Editora UFPR, 2018.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; RIBEIRO, Pedro Floriano; AMARAL, Oswaldo E. D. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014). In: FREIDENBERG, Flavia (org.). **Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015**. Tomo 2: Cono Sur y Países. Universidad Nacional Autónoma de México Flavia, 2016.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013...dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**. Conjuntura, nov. 2015.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**. v. 34, n. 6, p. 690-714, dez. 2006.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution**. Nova York: Zone Books, 2015.

BUENO, Natália; DUNNING, Thad. Race, Resources, and Representation evidence from Brazilian politicians. **World Politics**. Princeton University, p. 1-39, 2017.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. Nova York; Londres: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Nova York; Londres: Routledge, 1999.

BUTLER, Judith. Reflections on Trump, by Judith Butler. In: **Sexuality Policy Watch**. Rio de Janeiro: 3 fev. 2017. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/reflections-on-trump-by-judith-butler/16540>>. Acesso em 13 out. 2019.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. Nova York: Routledge, 2004.

CÊPEDA, Vera Alves. As Constituições de 1934 e 1988 – trajetória histórica e inflexão política. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 269-283, jan-jun. 2013.

CÊPEDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **MEDIAÇÕES**. Londrina, v. 23, n. 2, p. 75-122, mai-ago. 2018.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. **Teoria e Cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFJF), v. 13, n. 2, dez. 2018.

CHARMAZ, Kathy. **Grounded Theory**. In: SMITH, Jonathan A.; HARRÉ, Rom; LANGENHOVE, Luk Van (orgs.). *Rethinking Methods in Psychology*. London; Thousand Oaks; New Delhi: SAGE Publications, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu a tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v.5, n.1, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007.

CRISP, Brian F; DEMIRKAYA, Betul; SCHWINDT-BAYER, Leslie A; MILLIAN, Courtney. The Role of Rules in Representation: Group Membership and Electoral Incentives. **British Journal of Political Science**. p. 1-21, 2016.

DA SILVA, Fabricio Pereira. Brasil: ¿Post-democracia o neo-dictadura? **Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**. Córdoba, v.77, n. 8, jun-nov, 2018.

DAHL, Robert. **A Preface to Economic Democracy**. Cambridge: Polity Press. 1985.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

DAHLERUP, Drude; MORENO, Hortensia. De una pequeña a una gran minoría: una teoría de la “masa crítica” aplicada al caso de las mujeres en la política escandinava. **Debate Feminista**. v. 8, p. 165-206, 1993.

DAHLERUP, Drude. From a small to a large minority: Women in Scandinavian politics. **Scandinavian Political Studies**. v.11, n. 4, p. 275-297, 1988.

DAHLERUP, Drude. Increasing Women’s Political Representation: New Trends in Gender Quotas. In: INTERNATIONAL IDEA. **Women in Parliament: Beyond Numbers**. Suécia: Edição Revisada, 2005.

DAHLERUP, Drude. The Story of the Theory of Critical Mass. **Politics & Gender**. v.2, n.4, 2006.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, v. 9, n.1, p. 67–85, 2008).

DE SOUZA, Claudio Andre. Antipetismo e ciclos de protestos no brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.8, n.3, p.35-51, mai. 2016.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires. OSAL, **Observatório Social de da América Latina**, v. VI, n. 19, jul. 2006.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Tradução: Cristiano Monteiro Oiticica. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970.

FACIO, Jessica Silva; GOMES, Angela Quintanilha. Partidos políticos, representação e estrutura organizacional partidária: um debate conceitual. Facio, Gomes. **Diálogo**: Canoas, n. 41, 2019.

FARIA, Flávia de. Participação, Renovação e Ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo. **Revista Contraponto**, v. 5, n. 1, 2018.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; MESSSEMBERG, Debora. Dossiê: Um espectro ronda o Brasil (à direita). **PLURAL**, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, v.25, n.1, 2018.

FONTANA, Andrea; FREY, James. The Interview: from neutral stance to political involvement. In: Denzin, N.; Lincoln, Y. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. Third Edition. Sage: Thousand Oaks, p. 695-727, 2005.

GAY, Claudine. Spirals of Trust? The Effect of Descriptive Representation on the Relationship between Citizens and Their Government. **American Journal of Political Science**. v. 46, n. 4, p. 717-732, 2002.

GERRING, John. The case study: what it is and what it does. In: BOIX, Carles; STOKES, Suzan C. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2007.

GIRAUD, Olivier. Comparação dos casos mais contrastantes: método pioneiro central na era da globalização. **Sociologias**. Porto Alegre: v. 11, n. 22, jul/dez, p. 54-74, 2009.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

GOMES, Nilma Limo. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

GONZALEZ, Lélia A mulher Negra na Sociedade Brasileira. In. LUZ, Madel T. (Org.). **O Lugar da Mulher: Estudos sobre a Condição Feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

HANCOCK, Ange-Marie. Intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm. **Politics & Gender**. v.3, n.2, p.248-254, 2007.

HASSE-BIBER, Sharlene Nagy. The Practice of Feminist In-Depth Interviewing. In: HASSE-BIBER, Sharlene Nagy. LEAVY, Patricia Lina. **Feminist Research and Practice: A Primer**. SAGE Publications, 2006.

HAWKESWORTH, Mary. Congressional Enactments of Race–Gender: Toward a Theory of Raced–Gendered Institutions. **American Political Science Review**. v. 97, n. 4, p. 529-550, 2003.

HTUN, Mala. Political Inclusion and Representation of Afrodescendant Women in Latin America. In: ESCOBAR-LEMMON, Maris C; TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. In: **Representation: The Case of Women**. Oxford University Press, 2014.

HUGHES, Melanie M. Intersectionality, Quotas, and Minority Women's Political Representation Worldwide. In: **American Political Science Review**. Pittsburgh: p. 1-17, ago. 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave Democratization in the Late Twentieth Century**. Londres: University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash**. Harvard Kennedy School Faculty Research - Working Paper Series, 2016.

INSTITUTO UPDATE. **Uma América Latina democrática a partir das suas diferenças e semelhanças**. Disponível em: <https://emergenciapolitica.org/america-latina/paises/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

KROOK, Mona Lena; SCHWINDT-BAYER, Leslie. Electoral institutions. In: WAYLEN, Georgina; CELIS, Karen; KANTOLA, Johanna Kantola; WELDON, S. Laurel. **Oxford Handbook of Gender and Politics**. New York: Oxford University Press, p. 554-578, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal Mouffe. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Londres: Verso, 2ed, 2001.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LAWLESS, Jennifer. Politics of Presence? Congresswomen and Symbolic Representation. **Political Research Quarterly**, v. 57, n. 1, p. 81-99, 2004.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die**. 1ª ed. Nova York: Crown Publishing, 2018.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, p. 489-495, 1995.

LLOYD, Moya. Performing radical democracy. In: LITTLE, A; LLOYD, M. **The Politics of Radical Democracy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 33-51, 2009.

RIBEIRO, Pedro Floriano; LOCATELLI, Luís G. B.; ASSIS, Pedro Paulo de; LEVEGUEN, Brina Deponte. Mapping Democratic Innovations in Latin American

Parties. **General Conference European Consortium for Political Research (ECPR)**. Democratic Innovations: Meeting Great Expectations? Democratic Innovation within Political Parties: Hamburg, ago. 2018.

LOVENDUSKI, Joni. **Feminizing Politics**. Cambridge: Polity, 2005.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opin. Publica**. Campinas, v.11, n.2, out. 2005.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses Do Governo Representativo**. Anpocs: RBCS 29, p. 5-34, 2018.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking Representation. **The American Political Science Review**. Cambridge: v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003.

MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". **The Journal of Politics**. Austin: v. 61, n. 3, p. 628-57, 1999.

MARQUES, Danusa. O que são as cotas para mulheres na política e qual é sua importância? **Gênero e Número**. 13 set. 2018. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MARQUES, Gustavo Pessali. **Megafonizar as lutas: a experiência das Muitas e da Gabinetona em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

MATOS, Marlise. O desafio da implementação de uma agenda de extensão universitária crítico-feminista. MATOS, Marlise (org.). **Pedagogias feministas decoloniais: a extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e autonomia das mulheres de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MATOS, Marlise. Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um novo campo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 333-357, 2008.

MATOS, Marlise; BIROLI, Flávia. Democracia, Estado e patriarcado: disputas em torno dos direitos e das políticas de gênero. HOLLANDA, Cristina Buarque de;

VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do. **A Constituição de 88 Trinta Anos Depois**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. Emergence of intersectional activist feminism in Brazil: the interplay of local and global contexts. In: BONIFACIO, Glenda Tibe (ed.). **Global currents in gender and feminisms: Canadian and international perspectives**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018.

MAZUR, Amy Gale; CELIS, Karen. Hanna Pitkin's "Concept of Representation" Revisited. **Politics and Gender**, dez. 2012.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, pp. 71-117, 2012.

MENEGUELLO, R. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002. **International Review of Sociology**, v. 16, n. 3, p. 617-635, nov. 2006.

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985 – 1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. Brasil: ¿Post-democracia o neo-dictadura? **Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**. Córdoba: v. 5, n. 8, jun-nov, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, v. 20, p. 115-134, 2003.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela de Oliveira Piquet. Conclusion: The Support of Political Parties in Latin America. In: ALBALA, Adrián (org.). **Civil Society and Political Representation in Latin America (2010–2015): Towards a Divorce Between Social Movements and Political Parties?** Springer International Publishing (eBook), 2018.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela de Oliveira Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação como regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOURA, Gabriel Marcondes de. Renovação Parlamentar: um debate conceitual e Metodológico. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 208-235, 2018.

MUCCIARONI, Gary. The Study of LGBT Politics and Its Contributions to Political Science. **American Political Science Association (APSA)**. Symposium: The State of LGBT/Sexuality Studies in Political Science. Cambridge, 2011.

NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 36, 1995.

NORRIS, Pippa. **Democratic deficit: Critical citizens revisited**. Cambridge University Press, 2011.

ORTIZ, C. Fortes; VALENTE, T. Amaro; AMARAL, M. Marielle Franco: análise da necropolítica e dos processos de extermínios no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v. 13, n.3, 2020.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Artur Oriel. O que é lugar de fala? **Leitura: Teoria & Prática**. Campinas; São Paulo: v.36, n.72, p.153-156, 2018.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. **Opinião Pública, Campinas**, v. 20, n. 1, abril, p. 49-66, 2014.

PHILLIPS, Anne. **Descriptive representation revisited**. In: ROHRSCHEIDER, Robert; THOMASSEN, Jacques (eds.). *Oxford Handbook of Political Representation in Liberal Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representation and Democracy: Uneasy Alliance. **Scandinavian Political Studies**. v.27, n.3, 2004.

POGREBINSCHI, Thamy. Inovações para a Democracia na América Latina. **Latinno Dataset**. Berlin: WZB, 2017. Disponível em: <https://www.latinno.net/pt/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

PORCELLO, Flávio; BRITES, Francielly. **Verdade x Mentira: A ameaça das fakenews nas eleições de 2018 no Brasil**. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Joinville: 2018.

RAPS. Mandatos coletivos e compartilhados: desafios e possibilidades para a representação legislativa no Século XXI. **Rede de Ação Política pela Sustentabilidade**. São Paulo: RAPS/ Ara- pyaú/Udesc, 2019.

REINGOLD, Beth; WIDNER, Kirsten; HARMON, Rachel. Legislating at the Intersections: Race, Gender, and Representation. **Political Research Quarterly**. University of Utah, p. 1-15, 2019.

REZENDE, Daniela Leandro. **Qual o lugar reservado às mulheres? Uma análise generificada de comissões legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

REZENDE, Daniela Leandro; SILVA, Brenda Rodrigues Barreto. **Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres**. 11o Encontro Associação Brasileira de Ciência Política. AT 06: Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Curitiba: 2018.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. **Cienc. Cult**. São Paulo: v.69, n.1, jan/mar, p. 39-44, 2017.

ROBERTS, Cokie. **Founding Mothers: The Women Who Raised Our Nation**. New York: Harper Perennial, 2005.

ROCHA, Camila. **O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?** In: SOLANO, Esther (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROCHA, Virginia. Da Teoria à Análise: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na Ciência Política. **Revista Política Hoje**, Early View, 2020.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do Conceito de Interseccionalidade para a Pesquisa e Prática Feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis: 2013.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 1-54, 2021.

ROSANVALLON, Pierre. Faire L'Histoire Du Politique: Entretien Avec Pierre Rosanvallon. **Esprit**. v. 209, n. 2, p. 25-42, 1995. Disponível em: <<https://esprit.presse.fr/article/rosanvallon-pierre/faire-l-histoire-du-politique-entretien-10737>>. Acesso em: 9 fev. 2021.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Estudos Feministas**. Florianópolis: v.20, n.2, p.399-431, mai-ago, 2012.

SAMUELS, David J.; SHUGART, Matthew Soberg. Presidentialism, Elections and Representation. **Journal of Theoretical Politics**. Londres, v. 15, n. 1, p. 33-60, 2003.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada**, V. Paulo: Mica, 1994.

SAWARD, Michael. **Democratic innovation**. In: SAWARD, Michael. Democratic Innovation Deliberation, representation and association. Nova York; Londres: Routledge, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Londres; Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2003.

SCHWINDT-BAYER, Leslie. Women's representation in Latin american legislatures: current challenges and new directions. In: **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. v. 23, n.2, p. 15-36, 2014.

SECCHI, Leonardo; CAVALHEIRO, Ricardo. **Delegated representation in the 21st Century: the experience of shared mandates**. 3rd International Conference on Public Policy (ICPP3). Singapura: 2017.

SECCHI, Leonardo; LEAL, Leonardo. As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil. **Relatório de Pesquisa**. Universidade do Estado

de Santa Catarina; Universidade Federal de Alagoas; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Santa Catarina. Editora IABS, 2020.

SILVA, Julio Cesar Gonçalves da. Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). **Paraná Eleitoral**, v. 2 p. 63-98, 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. As raízes do ativismo reacionário contemporâneo no Rio Grande do Sul: as manifestações públicas de empresários e profissionais liberais gaúchos - 1970-2010. Caxambu: **40 Encontro Anual da ANPOCS**. T13 Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais, 2016.

SILVA, Ricardo. Duas tensões na teoria democrática. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Edição Especial Temática, p. 41-59, 1999.

SMITH, Graham. **Democratic innovations: designing institutions form citizen participation**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 8-29, 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Revista Política & Sociedade**. v.13, n.28, 2014.

TATE, Katherine. The Political Representation of Blacks in Congress: Does Race Matter? **Legislative Studies Quarterly**. v.26, n. 4, p.623-638, 2001.

TELLES, Helcimara. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político-institucional. **Revista GVExecutivo**, São Paulo, v.14, n.2, jul-dez, 2015.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

TREMBLAY, Manon; PELLETIER, Réjean. More Feminists or More Women? Descriptive and Substantive Representations of Women in the 1997 Canadian Federal Elections. **International Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 381-405, 2000.

UNITED NATIONS. **The United Nations Fourth World Conference on Women**. Action for Equality, Development and Peace – Platform for Action. Beijing: set. 1995: Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/plat1.htm>>. Acesso em: 06 out. 2019.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática?** Tradução: Mauro Soares. Encontro Anual da American Political Science Association (Apsa). Washington: set. 2005.

VIEIRA, Rui Albuquerque da Costa; CROZATTI, Jaime; RIBEIRO, Matheus Silva. **Mandato coletivo vs mandato individual: análise de custos em campanhas eleitorais para o fortalecimento da democracia brasileira.** XIX Congresso Brasileiro de Custos. Bento Gonçalves: 2012.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy.** Nova York: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política.** São Paulo: n.67, p. 139-190, 2006.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais.** Campinas: Editor da Unicamp/Cortez, 1992.

WELDON, S. Laurel. Intersectionality. In: GOERTZ, G; MAZUR, A. **Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 193-218, 2008.

II. Fontes Primárias

ALEPE. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Comissões.** Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/comissao/cidadania-direitos-humanos-e-participacao-popular/>>. Acesso em: 30 mar. 2021a.

ALEPE. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Proposições.** Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/proposicoes/>>. Acesso em: 22 mar. 2021b.

ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Comissões Permanentes.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/comissao/comissoes-permanentes/>>. Acesso em: 30 mar. 2021a.

ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Proposições.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-proposicoes/>>. Acesso em: 22 mar. 2021b.

ALMG. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Atividade parlamentar.** Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos>. Acesso em: 22 mar. 2021a.

ALMG. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Comissões da 19ª Legislatura**. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/permanentes/index.html>. Acesso em: 30 mar. 2021b.

BANCADA ATIVISTA. **Bancada Ativista**. Disponível em:

<<https://monicadabancada.com.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

BANCADA ATIVISTA (@bancadaativista). “Resumo do posicionamento sobre a decisão da Mandata Ativista de remover a codeputada Raquel Marques do mandato”. Instagram. 2 fev. 2021. **Instagram**.

BOLSONARO, Jair. **Presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU**. (31m26s). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=lpitotrgPbE>>. Acesso em: 24 set. 2019a.

BOLSONARO, Jair (@jairbolsonaro). “O pau mandado de corrupto me propôs assinar ‘carta de compromisso contra mentiras na internet’. O mesmo que está inventando que vou aumentar imposto de renda pra pobre. É um canalha! Desde o início propomos isenção a quem ganha até R\$ 5.000. O PT quer roubar até essa proposta”. 8 out. 2018, 13:19. **Tweet**.

BOLSONARO, Jair (@jairbolsonaro). - Vamos acabar com o... no Brasil! 14 ago. 2019b, 17:54. **Tweet**.

BRASIL. LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. 1979. **Concede anistia e dá outras providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995. 1995. **Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017. 2017. **Altera as Leis n º 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13487.htm>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A História da Câmara dos Deputados**. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a6republica.html>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissões**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/comissoes/comissoes-permanentes>>. Acesso em: 30 mar. 2021a.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 4.724/2020**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1956150&filename=Avulso+-PL+4724/2020>. Acesso em: 10 mar. 2021b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Complementar 111/2021**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2049027>. Acesso em: 24 ago. 2021c.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projetos de Lei e Outras Proposições**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb>>. Acesso em: 22 mar. 2021d.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda à Constituição 379/2017**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1625872&filename=Avulso+-PEC+379/2017>. Acesso em: 10 mar. 2021e.

CAMPOS, Bárbara Lopes. **Anotações de diário de campo**. Anotações de conversas com os/as participantes. Belo Horizonte: 2019.

CAROLINA, Áurea (@aureacarolinax). – Após 4 anos de mto trabalho... nosso mandato passa a atuar de forma autônoma e encerra a participação na Gabinetona, colaborando c/ as aliadas q seguirão a experiência. 22 dez. 2020. **Tweet**.

CMBH. Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Atividade legislativa**. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes#inicioResultados>>. Acesso em: 22 mar. 2021a.

CMBH. Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Comissões Permanentes**. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/comissoes>>. Acesso em: 22 mar. 2021b.

ENTREVISTADX 1. **Entrevista** [jul. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Belo Horizonte, 2019. 2 arquivos .mp3 (72 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADX 2. **Entrevista** [out. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Via telefone celular, 2019. 1 arquivo .mp3 (45 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

ENTREVISTADX 3. **Entrevista** [out. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Via telefone celular, 2019. 1 arquivo .mp3 (14 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

ENTREVISTADX 4. **Entrevista** [out. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Via telefone celular, 2019. 1 arquivo .mp3 (44 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

ENTREVISTADX 5. **Entrevista** [out. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. São Paulo, 2019. 1 arquivo .mp3 (36 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta tese.

ENTREVISTADX 6. **Entrevista** [out. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. São Paulo, 2019. 1 arquivo .mp3 (93 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta tese.

ENTREVISTADX 7. **Entrevista** [ago. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo .mp3 (63 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta tese.

ENTREVISTADX 8. **Entrevista** [ago. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo .mp3 (56 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice J desta tese.

ENTREVISTADX 9. **Entrevista** [nov. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Via gravação de áudio em telefone celular, 2019. 1 arquivo .mp3 (15 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice K desta tese.

ENTREVISTADX 10. **Entrevista** [out. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo .mp3 (74 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice L desta tese.

ENTREVISTADX 11. **Entrevista** [out. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Belo Horizonte, 2019. 2 arquivos .mp3 (111 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice M desta tese.

ENTREVISTADX 12. **Entrevista** [jul. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo .mp3 (59 min.). Entrevista concedida para a pesquisa

de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice N desta tese.

ENTREVISTADX 13. **Entrevista** [ago. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Recife, 2019. 2 arquivos .mp3 (27 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice O desta tese.

ENTREVISTADX 14. **Entrevista** [ago. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Recife, 2019. 1 arquivo .mp3 (54 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice P desta tese.

ENTREVISTADX 15. **Entrevista** [ago. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Recife, 2019. 1 arquivo .mp3 (30 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice Q desta tese.

ENTREVISTADX 16. **Entrevista** [set. 2019]. Entrevistadora: Bárbara Lopes Campos. Via telefone celular, 2019. 1 arquivo .mp3 (60 min.). Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice R desta tese.

GABINETONA. **Atuação parlamentar**. Disponível em:

<<https://memoria.gabinetona.org/como-trabalhamos/atuacao-parlamentar/projetos-de-lei/projeto/ampliacao-dos-direitos-das-empregadas-domesticas-durante-a-crise-do-covid-19/>>. Acesso em: 24 mar. 2021a.

GABINETONA. **Comissões Parlamentares**. Disponível em: <

<https://memoria.gabinetona.org/como-trabalhamos/atuacao-parlamentar/comissoes-e-cpis/>>. Acesso em: 30 mar. 2021b.

GABINETONA. **Como chegamos aqui**. Disponível em: <<https://gabinetona.org/como-chegamos-aqui/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GABINETONA. **Linha do tempo**. Disponível em: < <https://memoria.gabinetona.org/o-que-e-porque/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 20 jul. 2021c.

JUNTAS. Ano 1 da primeira mandata coletiva feminista antirracista de Pernambuco. **Cartilha Informativa**. Disponível em: <<https://www.juntascodputadas.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

JUNTAS. **Quem somos nós?** Disponível em:

<<https://www.juntascodputadas.com.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries históricas: PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 3º**

trimestre 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MIRANDA. João Vitor S. Áudio de WhatsApp [mar. 2021]. Conversa com integrante do PSOL. Belo Horizonte, 2021. 5 arquivos .mp3 (14 min.). **WhatsApp**. Os áudios encontra-se transcritos no Apêndice S desta tese.

MÔNICA SEIXAS (@monicaseixas). “Aprovadas 14 importantes medidas defendidas pelo PSOL para combater a pandemia do coronavírus”. Instagram. 16 jun. 2020.

Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBgzucuHB4e/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MOVIMENTO ACREDITO. **Quem somos**. Disponível em:

<<https://movimentoacredito.org/quem-somos/>>. Acesso em 16 fev. 2021.

NOVO. **Conheça o NOVO**. Disponível em: <<https://novo.org.br/novo/conheca/>>.

Acesso em: 16 fev. 2021.

OCUPA POLÍTICA. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.ocupapolitica.org>>.

Acesso em: 28 ago. 2021.

PSOL. **Mulheres, negros, pessoas trans, trabalhadores e mandatos coletivos: PSOL elege as bancadas mais diversas do Brasil**. 17 nov. 2020a. Disponível em:

<<https://psol50.org.br/mulheres-negros-pessoas-trans-trabalhadores-mandatos-coletivos-psol-elege-bancadas-mais-diversas/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PSOL. **PSOL cresce 50% nas Câmaras Municipais das capitais em todo o Brasil**.

16 nov. 2020b. Disponível em: <<https://psol50.org.br/psol-cresce-50-nas-camaras-municipais-das-capitais-em-todo-o-brasil/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PSOL. **PSOL elege vereadores em todas as regiões do país e tem as mais votadas em quatro cidades**. 04 out. 2016. Disponível em:

<<https://psol50.org.br/psol-elege-vereadores-em-todas-as-regioes-do-pais-e-tem-as-mais-votadas-em-quatro-cidades/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

RENOVABR. **Alunos RenovaBR**. Disponível em: <<https://alunos.renovabr.org>>.

Acesso em 16 fev. 2021.

SENADO. **Como funciona a eleição de deputados federais e estaduais**. Brasília:

01 out. 2018. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/01/como-funciona-a-eleicao-de-deputados-federais-e-estaduais>>. Acesso em 13 mar. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Pernambuco. **TRE-PE impede nome que faça menção a candidatura coletiva**. Recife: 27 out. 2020. Disponível em: <<https://www.tre-pe.jus.br/imprensa/noticias-tre-pe/2020/Outubro/tre-pe-impede-nome-que-faca-mencao-a-candidatura-coletiva>>. Acesso em 10 mar. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da eleição 2002**. Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>>. Acesso em: 13 ago. 2019a.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da eleição 2006**. Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>>. Acesso em: 13 ago. 2019b.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da eleição, 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas>>. Acesso em: 13 ago. 2019c.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais**. Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais**. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais**. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Cruzamento de dados por cor/raça**. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

III. Fontes Jornalísticas

ALESSI, Gil; JUCÁ, Beatriz. Ataques de Bolsonaro à imprensa projetam relação tumultuada no próximo Governo. In: **EL PAÍS**. São Paulo: 30 out. 2018. Disponível

em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/politica/1540845417_382630.html>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ALLEN, Danielle. The simple fact of the matter: Charlottesville Is Not the Continuation of an Old Fight. It Is Something New. In: **Washington Post**. Washington: 13 ago. 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/charlottesville-is-not-the-continuation-of-an-old-fight-it-is-something-new/2017/08/13/971812f6-8029-11e7-b359-15a3617c767b_story.html>. Acesso em: 13 out. 2019.

ANÔNIMO. In: BRASILIANO, Carlos. Vídeo: manifestantes confundem Outubro Rosa com vermelho comunista. **Metropolis**. Brasília: 20 out. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/m-confirma/video-manifestantes-confudem-outubro-rosa-com-vermelho-comunista>>. Acesso em: 13 out. 2019.

ASSIS, Carolina de; FERRARI, Marília; LEÃO, Natalia. Câmara dos Deputados terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras e 1ª indígena em 2019. In: **Gênero e Número**. Rio de Janeiro: 8 out. 2018. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/>>. Acesso em: 6 out 2019.

ÁUREA CAROLINA. In: MARQUES, João Vitor. Fenômeno, Áurea multiplica votos e é eleita deputada: 'Estamos enfrentando o fascismo'. In: **Estado de Minas**. Belo Horizonte: 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/08/interna_politica,995413/mulher-com-mais-votos-em-minas-aurea-carolina-e-eleita-deputada.shtml>. Acesso em 13 out. 2019.

BENITES, Afonso. Bolsonaro ameaça oponentes e ataca legitimidade da disputa eleitoral pelo Planalto. In: **El País**. Brasília: 05 set. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/politica/1536190564_625684.html>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BORGES, Fernanda. Cinco 'são eleitos' para uma vaga de vereador em Alto Paraíso de Goiás. In: **G1**. Alto Paraíso: 07 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/eleicoes/2016/noticia/2016/10/cinco-sao-eleit-os-para-uma-vaga-de-vereador-em-alto-paraíso-de-goias.html>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRITTO, Débora; SANTOS, Maria Carolina. Mandatos coletivos se estruturam para vencer resistência no Legislativo. In: **Marco Zero**: 09 ago. 2019. Disponível em: <<https://marcozero.org/mandatos-coletivos-se-estruturam-para-vencer-resistencia-no-legislativo/>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COSTA NORTE. Você sabe o que são candidaturas coletivas? Três especialistas explicam o que são e como funcionam. In: **Sistema Costa Norte de Comunicação**: 15 out. 2020. Disponível em: <<https://costanorte.com.br/politica/eleicoes-2020/você->

sabe-o-que-são-candidaturas-coletivas-três-especialistas-explicam-o-que-são-e-como-funcionam-1.231770>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CULT. Partida, um movimento feminista feito de alegria política. In: **Cult**. São Paulo. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/partida-um-movimento-feminista-feito-de-alegria-politica/>>. Acesso: em 28 ago. 2021.

DIAS, Mariana. Trump e Bolsonaro investem em falas ofensivas para manter bases de apoio. In: **Folha de S.Paulo**. São Paulo: 4 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/trump-e-bolsonaro-investem-em-falas-ofensivas-para-manter-bases-de-apoio.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ERIKA HILTON. Entrevista concedida ao Roda Viva. **TV Cultura**. fev. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qvzQd0tN27w>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

FARIAS, Luisa. Juntas reclamam de falta de respeito ao mandato coletivo na Alepe. In: **JC**. Recife: 25 set. 2019. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/peernambuco/noticia/2019/09/25/juntas-reclamam-de-falta-de-respeito-ao-mandato-coletivo-na-alepe-389045.php>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FOLHA DE S.PAULO. PSDB pede ao TSE 'auditoria especial' no resultado das eleições. In: **Folha de S.Paulo**. São Paulo: 30 out. 2014. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541043-psdb-pede-ao-tse-auditoria-especial-no-resultado-das-eleicoes.shtml>>. Acesso: em 30 jul. 2019a.

FOLHA DE S.PAULO. Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. In: **Folha de S.Paulo**. São Paulo: 28 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2019b.

MATTOSO, Camila. Crise em mandato coletivo em SP envolve até troca de fechadura e retoma debate sobre formato para 2022. In: **Folha de S.Paulo**. São Paulo: 23 ago. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/crise-em-mandato-coletivo-em-sp-envolve-ate-troca-de-fechadura-e-retoma-debate-sobre-formato-para-2022.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

ROBEYONCÉ LIMA. In: PORTELA, Laércio. Elas vão juntas: cinco candidatas e um único número na urna. In: **Marco Zero**. Recife: 11 jun. 2018. Disponível em: <<http://marcozero.org/elas-vao-juntas-cinco-candidatass-e-um-unico-numero-na-urnas/>>. Acesso em: 13 out. 2019.

SETO, Guilherme. 'Não aceito resultado diferente da minha eleição', afirma Bolsonaro. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo: 28 set. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/nao-aceito-resultado-diferente-da-minha-eleicao-afirma-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 26 ago.

SILVA, Vitória Régia da. Anote este nome: Nossa Cara, candidatura coletiva à vereança em Fortaleza, quer ser a primeira eleita para a Câmara Municipal. In: **Gênero e Número**. Rio de Janeiro: 12 nov. 2020. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/anote-este-nome-nossa-cara/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

STOCHERO, Tahiane. Diplomação de eleitos em São Paulo tem confusão entre deputados, PM no palco e acusação de racismo. In: **G1**. São Paulo: 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/18/diplomacao-de-eleitos-em-sao-paulo-tem-confusao.ghtml>>. Acesso em: 14 jul. 2021.